

Revista^{do} IHGSE

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

Nº 46 | Aracaju-SE | 2016



ISSN: Edição eletrônica 2446-4856
ISSN: Edição impressa 1981-7347

VOLUME 2:
Dossiê Sergipe Republicano

Editor

João Paulo Gama Oliveira (IHGSE, FMN e SEED/SE)

Conselho Editorial

Amâncio Cardoso dos Santos Neto (IHGSE e IFS)
Antônio Carlos dos Santos (IHGSE e UFS)
Antônio Fernando de Araújo Sá (IHGSE e PROHIS-UFS)
Beatriz Góis Dantas (IHGSE e UFS)
Giliard da Silva Prado (IHGSE e UFU)
Josefa Eliana Souza (IHGSE e PPGED-UFS)
Lourival Santana Santos (IHGSE e PROHIS-UFS)
Neuza Maria Góis Ribeiro (IHGSE e UFS)
Samuel Barros de Medeiros Albuquerque (IHGSE e UFS)
Terezinha Alves Oliva (IHGSE e UFS)
Vera Lúcia Alves França (IHGSE e PPGEU-UFS)

Conselho Consultivo

Carla Mary S. Oliveira (UFPB)
Durval Muniz Albuquerque Júnior (UFRN)
Eliana Cristina Deckmann Fleck (UNISINOS)
Jaime de Almeida (UnB)
João Eurípedes Franklin Leal (UNIRIO)
José Ibarê Costa Dantas (UFS e IHGSE)
Júnia Ferreira Furtado (UFMG)
Lília Moritz Schwarcz (USP)
Luis Alberto Romero (Universidad San Martín, Argentina)
Luísa Tombini Wittmann (UDESC)
Mara Regina do Nascimento (UFU)
Maria Emília Porto (UFRN)
Mary Del Priore (UNIVERSO e IHGB)
Martha Campos Abreu (UFF)
Mauro Passos (PUC-MG)
Olga Rosa Cabrera García (UFG)
Peter Burke (Cambridge University)
Regina Célia Gonçalves (UFPB)
Roger Chartier (Collège de France)

Pareceristas *ad hoc*

Ana Márcia Barbosa dos Santos (SEED/SE e UFS)
Danielle Virginie dos Santos Guimarães Marinho (SEED/SE e UFS)
Joaquim Tavares Conceição (CODAP e PPGED-UFS)
Lilian de Lins Wanderley (UFS)
Maria José Dantas (UFS)
Simone Paixão Rodrigues (SEED/SE e Faculdade São Luís)
Roselusia Teresa de Moraes Oliveira (UFS)
Teresa Cristina Cerqueira da Graça (UNIT)
Wagner Gonzaga Lemos (SEED/SE)



Página 5 Serviços Editoriais

www.pagina5editorial.com
contato@pagina5editorial.com

Projeto Gráfico | Diagramação | Capa

Débora Santos Santana
Jeane de Santana

Tratamento de imagens

Débora Santos Santana

Ilustração de Capa e Miolo

Heli Natã Alcântara Silva

Supervisão

Saulo Almeida Cabral

Brasão da capa

Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

Revista do IHGSE

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

Fundado em 1912, reconhecido como de utilidade pública pela Lei Estadual no 694, de 9 de novembro de 1915, considerado de utilidade continental pela Resolução no 58, do Congresso Americano de Bibliografia e História, ocorrido em Buenos Aires, em 1916, reconhecido de utilidade pública pelo Decreto Federal no 14.074, de 19 de fevereiro de 1920, reconhecido de utilidade pública pelo Governo do Estado de Sergipe, pela Lei 5.464 de 11 de novembro de 2004, e reconhecido de utilidade pública pela Prefeitura Municipal de Aracaju, pela Lei 3.203 de 06 de outubro de 2004.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

NÚMERO 46

VOLUME 1:

Dossiê Sergipe Provincial

VOLUME 2:

Dossiê Sergipe Republicano

ISSN: Edição eletrônica 2446-4856

ISSN: Edição impressa 1981-7347

EDITORA

Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

Aracaju-SE | 2016

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe / Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.
– Vol. 1, n.1 (1913) - . – Aracaju : IGHSE, 1913-

Semestral

Disponível em versão eletrônica a partir de 2014.

Disponível em: <www.revistaihge.org.br>.

v. 1 Dossiê Sergipe Provincial – v. 2 Dossiê Sergipe Republicano.

ISSN 1981-7347

ISSN 2446-4856 (online)

1. Geografia – Sergipe. 2. História – Sergipe.

CDU 91+94(813.7)(05)

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe está indexada em: Sumários de Revistas Brasileiras - <http://www.sumarios.org/revistas/revista-do-instituto-hist%C3%B3rico-e-geogr%C3%A1fico-de-sergipe>



Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

Rua Itabaianinha, nº 41,
Aracaju - Sergipe, 49010-190.

Fundado em 6 de agosto de 1912

PRESIDENTES HONORÁRIOS

Governador do Estado de Sergipe
Jackson Barreto Lima

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe
Deputado Luciano Bispo de Lima

Presidente do Tribunal de Justiça de Sergipe
Desembargador Luiz Antônio Araújo Mendonça

DIRETORIA

Presidente
Samuel Barros de Medeiros Albuquerque

Primeiro Vice-Presidente
José Ibarê Costa Dantas

Segundo Vice-Presidente
Igor Leonardo Moraes Albuquerque

Secretário Geral
José Rivadálvio Lima

Primeiro Secretário
Tereza Cristina Cerqueira da Graça

Segundo Secretário
Lenalda Andrade Santos

Orador
Terezinha Alves de Oliva

Primeiro Tesoureiro
Saumíneo da Silva Nascimento

Diretor do Arquivo e da Biblioteca
Lorena de Oliveira Souza Campello

Diretor do Museu e da Pinacoteca
Sura Souza Carmo

QUADRO SOCIAL

Sócios Honorários
Jackson da Silva Lima
João Oliva Alves
Josué Modesto dos Passos Subrinho

Sócios Beneméritos
Antônio Carlos Valadares
Edvaldo Nogueira Filho
Francisco Guimarães Rollemberg
Gilton Feitosa Conceição
Itamar Freitas de Oliveira
João Alves Filho
João Gomes Cardoso Barreto
José Carlos Mesquita Teixeira
José de Oliveira Júnior
Luiz Eduardo de Magalhães
Maria do Carmo Nascimento Alves
Verônica Maria Meneses Nunes

Sócios Efetivos
Adailton dos Santos Andrade
Afonso Barbosa de Souza
Agláé D'Ávila Fontes
Amâncio Cardoso dos Santos Neto
Ana Conceição Sobral de Carvalho
Ana Maria Fonseca Medina
Ancelmo de Oliveira
Anita Rocha Paixão Sotero
Antônio Carlos dos Santos
Antônio Fernando de Araújo Sá
Antonio Francisco de Jesus
Antônio Lindvaldo Sousa
Antônio Samarone de Santana
Beatriz Góis Dantas
Bruno Gonçalves Álvaro
Cesar Augustus Santos Barbiere
Claudefranklin Monteiro Santos
Cleiber Vieira Silva
Clóvis Barbosa de Melo
Cristina de Almeida Valença Cunha Barroso
Darcilo Melo Costa

Diogo Francisco Cruz Monteiro
Djaldino Mota Moreno
Domingos Pascoal de Melo
Edmilson Menezes Santos
Ednalva Freire Caetano
Eduardo Antônio Seabra
Estácio Bahia Guimarães
Eugênia Andrade Vieira da Silva
Eva Maria Siqueira Alves
Evande dos Santos
Fábio Costa Figueirôa
Fernando José Ferreira Aguiar
Francisco José Alves dos Santos
Gerson Vilas-Bôas
Gilvan Rodrigues dos Santos
Hélio José Porto
Igor Leonardo Moraes Albuquerque
Ilma Mendes Fontes
Jean Marcel D'Ávila Fontes de Alencar
João Francisco dos Santos
João Paulo Gama Oliveira
José Alberto Pereira Barreto
José Anderson do Nascimento
José Antônio Santos
José Francisco da Rocha
José Hamilton Maciel Silva
José Hamilton Maciel Silva Filho
José Ibarê Costa Dantas
José Lima Santana
José de Oliveira Brito Filho
José Rivadálvio Lima
José Thiago da Silva Filho
José Vieira da Cruz
José Wilson Moura Santos
Josefa Eliana Souza
Juvenal Francisco da Rocha Neto
Kleber Luiz Gavião Machado de Souza
Lenalda Andrade Santos
Lorena de Oliveira Souza Campello
Lourival Santana Santos
Lúcio Antônio Prado Dias
Luiz Fernando Ribeiro Soutelo
Luiz Vieira Lima
Manoel Alves de Souza
Marcelo da Silva Ribeiro
Marcos Antônio Almeida Santos
Maria Glória Santana de Almeida
Maria Neide Sobral da Silva
Marlene Alves Calumby
Mary Nadja Freire de Almeida Seabra
Murilo Melins
Neuza Maria Góis Ribeiro
Patrícia Verônica Nunes Carvalho Sobral de Souza
Paulo Amado Oliveira
Petrônio Andrade Gomes
Rafael Santa Rosa Cerqueira
Ricardo Oliveira Lacerda de Melo
Rogério Freire Graça
Rômulo de Oliveira Silva
Rusel Marcos Batista Barroso
Samuel Barros de Medeiros Albuquerque

Saumíneo da Silva Nascimento
Sayonara Rodrigues do Nascimento
Suely Cristina Silva Souza
Sura Souza Carmo
Tadeu Cunha Rebouças
Tereza Cristina Cerqueira da Graça
Terezinha Alves de Oliva
Valéria Maria Santana de Oliveira
Vera Lúcia Alves França
Vilder Santos
Wagner da Silva Ribeiro
Wagner Gonzaga Lemos
Wanderlei de Oliveira Menezes

QUADRO DE FUNCIONÁRIOS

Aline do Nascimento Teixeira (atendimento ao público)
José Carlos de Jesus (Serviços Gerais)
Livia Borges Santana (museóloga)
Maria Fernanda dos Santos (secretária)
Nayara Santos de Jesus (supervisora de arquivo e biblioteca)
Pablo Renan Silva Campos (técnico de arquivo e biblioteca)
Rilnah Prado Menezes (pedagoga)

ESTAGIÁRIOS

Adriana Silva da Fonseca
Isaac Rodrigues Santos
Jhon Lennon Souza Santos
João Phellipe Santana de Oliveira
Jocelina Santos Silva
José Elves de Lima Oliveira
Leonice Pereira dos Santos
Milana Evany Santos Silva

Sumário

Volume 2

Dossiê Sergipe Republicano

APRESENTAÇÃO
Dossiê “Sergipe Republicano”

162 *João Paulo Gama Oliveira*

DOSSIÊ

Subsídios para o estudo da
tributação em Sergipe República
(1889-2000)

165 *Lourival Santana Santos*

Emanuel Franco (1919-2008)
engenheiro, agrônomo, professor e
pesquisador

190 *Joaquim Tavares da Conceição*
Jorge Carvalho do Nascimento
Marco Arlindo Amorim Melo Nery

Entre sussurros e silêncios: as
passeatas cívicas dos grupos
escolares sergipanos e a ausência
das festas republicanas nas ruas
(1923-1930)

206 *Degenal de Jesus da Silva*

“Mocidade vitoriosa”: aspectos sobre o PORVIR, um jornal estudantil do Atheneu Sergipense (1932)

217 Cibele de Souza Rodrigues
Eva Maria Siqueira Alves

Economia do consumo no preâmbulo da Segunda Guerra Mundial: os anúncios publicitários nos jornais sergipanos de 1939

234 Janaina Cardoso de Melo

Nas páginas criminais: histórias carcerárias na penitenciária modelo de Aracaju

249 Mariana Emanuelle Barreto de Gois

O extinto aldeamento de Água Azeda e suas relações de conflito com a Fazenda Escurial – SE no século XX

265 Carine Santos Pinto

ARTIGOS

O Arquivo de Epifânio Dória: abordagem arquivística e possibilidades de pesquisa

281 Lorena de Oliveira Souza Campello

Lembrando, rememorando: a história docente de Maria Júlia Cabral

295 Anne Emilie Cabral

Os programas de matemática do Atheneu Sergipense durante a reforma Capanema

309 Suely Cristina Silva Souza

HOMENAGEM

Necrológio de Santo Souza

324 Estácio Bahia Guimarães

DISCURSO

Centenário de José Aloisio de Campos: Aracaju faz justiça a um grande Administrador

335 Igor Leonardo Moraes Albuquerque

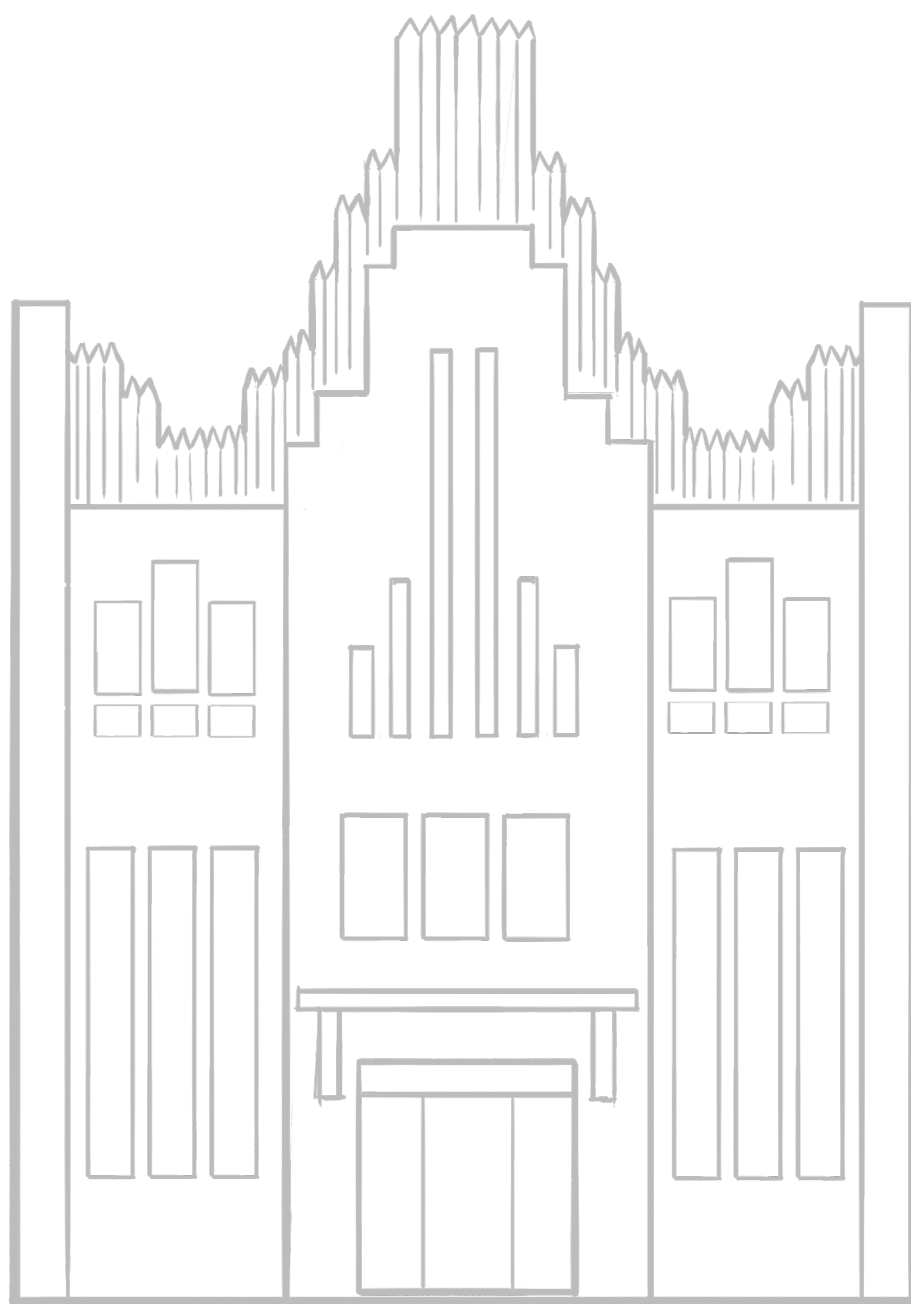
RESENHA

“A um passo do esquecimento”, o derradeiro e intenso romance de Gizelda Moraes

343 Wagner Lemos

Volume 2

Dossiê Sergipe Republicano



Apresentação: Dossiê “Sergipe Republicano”

João Paulo Gama Oliveira

162



Com o entendimento de que “De fato, jornais e revistas não são no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de idéias, crenças e valores que pretende se difundir a partir da palavra escrita”¹. A Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe apresenta este conjunto de ideias a serem difundidas e colocadas para o diálogo nos meios intelectual sergipano e brasileiro.

No presente número apresentamos o Dossiê “Sergipe Republicano”, no qual, uma dezena de pesquisadores deixaram registrados nas páginas da Revista da “Casa de Sergipe” uma variedade de temas e inquietações que contagiarão o leitor. Encerramos assim, um ciclo iniciado com “Dinâmicas Coloniais na Capitania de Sergipe D’El Rey”, seguido por “Sergipe Provincial”, ao todo, foram publicados vinte e um trabalhos nos três recortes temporais propostos.

Neste Dossiê, podemos encontrar os seguintes artigos: “Subsídios para o estudo da tributação em Sergipe República (1889-2000)”, no qual, Lourival Santana Santos continua o trabalho apresentado na Revista do IHGSE, no número 41, tendo ali estudado o período de 1500 a 1889. Desta vez, o autor revela as dificuldades enfrentadas pelos governantes por conta dos déficits constantes nas suas finanças mesmo com o fiscalismo exagerado sobre as rendas estaduais.

No segundo artigo, os pesquisadores Joaquim Tavares Conceição, Jorge Carvalho do Nascimento e Marco Arlindo Amorim Melo Nery discorrem sobre aspectos da trajetória de Emanuel Franco (1919-2008) desde a sua formação educacional até a sua atuação como engenheiro, agrônomo, professor e pesquisador. Aspectos da trajetória desse significativo intelectual sergipano são traçados em um texto que apresenta muitas contribuições para os interessados na temática.

1 LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005. p. 140.



No trabalho “Entre sussurros e silêncios: as passeatas cívicas dos grupos escolares sergipanos e a ausência das festas republicanas nas ruas (1923-1930)” Degenal de Jesus da Silva examina o percurso das festividades, indivíduos e instituições envolvidos nesses momentos de celebração e as representações utilizadas naquele período histórico. Já Cibele de Souza Rodrigues, em co-autoria com Eva Maria Siqueira Alves, trata do jornal estudantil *O Porvir* pertencente ao Atheneu Sergipense. As autoras observam como os alunos lidavam com as questões da instrução e como expressavam suas opiniões, vislumbrando o citado periódico como pertencente à cultura escolar daquela significativa instituição de ensino secundário.

A dinâmica de funcionamento da sociedade sergipana em 1939, às vésperas da eclosão da Segunda Guerra Mundial, é o tema da pesquisadora Janaina Cardoso de Mello, que utiliza o viés do anúncio publicitário e da visão de consumo para identificar o destinatário, o potencial motivador e o alcance dos produtos comerciais difundidos nos periódicos *Correio de Aracaju*, *Folha da Manhã*, *O Nordeste* e *Sergipe Jornal*, nesse momento da História de Sergipe.

Mariana Emanuelle Barreto de Gois volta-se para as “páginas criminais” para investigar histórias carcerárias da Penitenciária Modelo de Aracaju, na primeira metade do século XX. Especialista no assunto, a autora investiga histórias dos detentos e nos leva ao debate sobre gênero no espaço prisional em um texto repleto de surpresas.

Finalizando o Dossiê “Sergipe Republicano”, Carine Santos Pinto discute sobre “O extinto aldeamento de Água Azeda e suas relações de conflito com a Fazenda Escurial – SE no século XX”, como um desdobramento do trabalho de Mestrado em História defendido na Universidade Federal de Alagoas.

Na sessão de artigos livres, Lorena Campello “abre” o arquivo pessoal de Epifânio Dória para mostrar as várias possibilidades de pesquisa que o rico acervo pode oferecer. Anne Emilie Cabral analisa a formação do ser docente de Maria Júlia Cabral, entre os anos de 1936 e 1957, na cidade de Capela (SE) e Suely Cristina Silva Souza investiga “Os programas de Matemática do Atheneu Sergipense durante a Reforma Capanema”.

Para concluir este número, temos a satisfação de publicar o necrológio de Santo Souza elaborado por Estácio Bahia Guimarães, somado ao discurso de Igor Leonardo Moraes Albuquerque em homenagem a José Aloízio de Campos e a resenha de Wagner Lemos com o título “A um passo do esquecimento, o derradeiro e intenso romance de Giselda Moraes”.

Aracaju, Junho de 2016

João Paulo Gama Oliveira
Editor da RIHGSE



DOSSIÊ

Subsídios para o Estudo da Tributação em Sergipe República (1889-2000)

Lourival Santana Santos¹

Subsidies for the Study of Taxation in Republic Sergipe (1889-2000)

Resumo

Este artigo apresenta uma contribuição para a História da tributação em Sergipe República. O artigo mostra as dificuldades enfrentadas pelos governantes decorrentes do estado crítico das suas finanças. Apesar do fiscalismo exagerado sobre as rendas estaduais, os déficits se acumulavam, pois a arrecadação não cobria as despesas. Na tentativa de diminuir os déficits percebe-se continuamente um aumento dos impostos como também a criação de novos, quer seja sobre o comércio, quer seja sobre o setor agrícola. Mostrar-se também o crescimento e diversificação da máquina administrativa tributária, bem como os esforços recentes de dar uma feição racional e cidadã a esse ramo do Estado.

Palavras-chave: Tributação; Sergipe República; fiscalismo.

Abstract

This article presents a contribution to the history of taxation in Sergipe Republic. The article also shows the difficulties faced by governments arising from the critical state of its finances. Despite the exaggerated fiscalism on state budgets, deficits accumulated since the revenue did not cover the expenses. In an attempt to reduce deficit-supply, there is a continually increased taxes as well as the creation of new, whether on trade, whether on the agricultural sector. Show up also the growth and diversification of the tax administrative machinery, as well as recent efforts to give a rational feature and citizen in this branch of government. Keywords: Taxation; Sergipe Republic; fiscalism.

165



1 Professor Associado do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História (PROHIS) da Universidade Federal de Sergipe. Email lsantanasantos@ufs.br.

Introdução

A Proclamação da República foi um marco importante no processo de configuração das questões políticas, econômicas e sociais que caracterizaram o período monárquico porque a instalação do regime republicano está aliada a um conjunto de mudanças, a partir da segunda metade do século XIX, atingindo o seu ponto culminante a partir de 1870. O século XIX foi o século da grande imigração e da abolição da escravidão, do empobrecimento da aristocracia nordestina e do enriquecimento da aristocracia sulista, que surgiu com o café e passou a ser “dona do poder político”².

Verificamos que a agricultura já não era mais a única atividade econômica. A partir, por exemplo, de 1850, fundam-se, no Brasil, 62 empresas industriais, 14 bancos e 3 caixas econômicas. Em 1874, havia, no Brasil, 175 indústrias, passando a mais de 461, às vésperas da proclamação da República.

Em nível social, o Brasil passava por um processo de mudanças, que se refletia, principalmente, na transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Essa transição evidencia as necessidades do capitalismo e, mesmo antes do 13 de maio de 1888, ao lado das categorias ligadas aos empreendimentos industriais, surgiam outros grupos representantes do que podemos chamar de pequena e média burguesia. Tratava-se de elementos ligados às atividades mercantis, às profissões liberais e à administração pública³.

Proclamada a República, com relação à tributação, muitos impostos foram aproveitados do período antecedente, porém continuava ainda a dupla ou tripla tributação, isto é, os impostos da União muitas vezes confundiam-se com os impostos dos Estados.

A Tributação na Primeira República (1889-1930)

Implantada a República em Sergipe, era necessário organizar a administração, no tocante à tributação, pois alguns impostos que existiram no período antecedente foram suprimidos, a exemplo da meia sisa sobre os escravos. Além disso, a cobrança dos tributos trazia vícios do período anterior, como a má arrecadação por parte das agências fiscalizadoras, das Mesas de Renda e das exatorias. O contrabando e a sonegação também dificultavam o aumento das receitas.

Em face disso, uma das primeiras medidas do governo provisório de Sergipe, em 6 de dezembro de 1889, foi a mudança da denominação do tesouro provincial para Tesouro do Estado Federal de Sergipe, futura Secretaria de Estado da Fazenda, cujas disposições foram consolidadas pelo Regulamento Geral de 11 de novembro de 1892, que estabelecia nos seus três primeiros artigos:

2 SANTOS, Lourival Santana. *O Ideal Republicano em Sergipe*. UFS/PDPH, 1986, p. 9-10.

3 SANTOS, Lourival Santana. *O Ideal Republicano em Sergipe*. UFS/PDPH, 1986, p. 11.



Art. 1º O Tesouro de Sergipe é a primeira repartição fiscal do Estado e a elle incumbe a administração e guarda dos valores e bens do Estado, a fiscalização de suas rendas e o pagamento de despesas legalmente autorizadas;

Art. 2º o Tesouro exerce suas funções a respeito de todos os negócios que estão dentro da órbita de sua competência, por meio de deliberação, e por meio de consulta a respeito daqueles sobre que não tem jurisdição privativa;

Art. 3º Na sua qualidade consultiva, o Tesouro é um consultor nato do Presidente do Estado, a quem auxilia com a sua experiência sobre os negócios da Fazenda⁴

O Tesouro do Estado era composto dos seguintes funcionários: inspetor, contador, procurador fiscal, três primeiros escriturários, quatro segundos escriturários, dois praticantes, tesoureiro, arquivista-porteiro, solicitador e dois contínuos. A sessão de arrecadação, por sua vez compunha-se de: um Chefe-tesoureiro, dois escriturários, seis guardas conferentes, patrão de escaler e dois remeiros. As mesas de rendas funcionavam com um administrador, escriturário, cinco guardas conferentes, um patrão e dois remeiros.

Essa composição das mesas de rendas variava quanto ao número dos funcionários. No que se refere às agências fiscais temos: um agente, um escriturário, dois guardas conferentes e um remeiro. Nas exatorias, além do exator, havia um escrivão e, em algumas, também um guarda. Os vencimentos dos funcionários variavam de acordo com a importância das agências ou das exatorias e eram estabelecidos em percentuais, de acordo com o valor arrecadado.

Diante das dificuldades enfrentadas pela Mesa de Rendas de Vila Nova, em 11 de março de 1890, o Governador Felisbello Firmo de Oliveira Freire procurou estabelecer algumas medidas, para solucionar esse problema, através do Decreto nº. 29 que estabelecia:

Art. 1º - Todos os gêneros da margem do Rio São Francisco que tenham de ser exportados, são obrigados a depósito no trapiche existente em Vila Nova, arrendado e mantido pelo mesmo Estado, afim de proceder ali a necessária fiscalização;

Art. 2º - As mercadorias importadas dos Estados Limitrofes, ou de qualquer outros, para as localidades a margem do rio citado, pertencente ao estado, devem ser também recolhidas ao indicado trapiche, para ser convenientemente fiscalizado o pagamento dos direitos a que estão sujeitas⁵

4 Compilação das Leis Decretos e Regulamentos do Estado de Sergipe. II volume, 1892-1893, Aracaju: Typografia do Estado de Sergipe, 1900.

5 Compilação das Leis Decretos e Regulamentos do Estado de Sergipe. Volume I, Aracaju: Typografia do Estado de Sergipe, 1899.



Nesse mesmo ano foi extinta a exatoria da vila de Santo Amaro e a arrecadação passou a ser feita pela estação fiscal da vila de Rosário.

Como vimos à economia sergipana, desde o período colonial, era agrícola, principalmente a cana-de-açúcar, que se constituía na base da sua receita, que por sinal passava por uma intensa crise, em decorrência da baixa de preços nos mercados.

Por conta dessa dependência, entendiam os governantes, nos inícios da República, que era necessário mudar tal quadro e estimular outros setores de produção, principalmente o industrial. É importante recordar que em 1882 foi fundada a Fábrica Cruz & Cia, em Aracaju, e posteriormente, a Santa Cruz, em Estância.

É nesse contexto que foi sancionada pelo Governador do Estado, José Calazans, a Lei nº. 7, de 15 de julho de 1892, concedendo isenção de impostos a empresas industriais.

168



Art. 1º - As companhias, empresas ou particulares que se propuserem a construção de prédios urbanos ou a exploração da indústria fabril, agrícola, ou de minas, com capital maior de 100:000\$000 réis, para as construções de prédios e estabelecimentos para a indústria fabril, e de 150:000\$000 réis para a indústria agrícola e exploração de minas poderão obter do governo do Estado os seguintes favores:

§ 1º - Isenção dos direitos de estatística dos artigos estritamente próprios para a primeira instalação dos prédios ou estabelecimentos, mediante uma relação previamente apresentada ao governo, com designação das espécies, quantidade, pesos ou medidas;

§ 2º - Isenção dos direitos de estatística por dez anos para a matéria prima utilizada pelas fábricas de manufaturas e outros artigos ainda não fabricados no Estado;

§ 3º - Isenção de todos os impostos estaduais e municipais, quer diretos sobre prédios e estabelecimentos, quer pela exportação dos produtos destes, sendo:

I. Por dez anos contados do dia da inauguração para os estabelecimentos fabris, de artigos não fabricados no Estado e para as empresas de minas;

II. Por cinco anos, para os prédios urbanos e estabelecimentos agrícolas, excluído do favor o açúcar inferior a tipo 10 holandês⁶.

Procurando aumentar as rendas do Estado pela Lei nº. 29, de 13 de agosto de 1892, foi criado o imposto do selo, este, “se comporá de taxas

6 Compilação das Leis Decretos e Regulamentos do Estado de Sergipe. II volume, 1892-1893, Aracaju: Typografia do Estado de Sergipe, 1900.

fixas e proporcionais, será arrecadado por meio de estampilhas ou de verbas lançadas nos papeis que a ele sejam sujeito”.⁷

Cinco dias depois, através da Lei nº. 13⁸ foram discriminados os tributos que comporiam as rendas do Estado, ou seja, impostos de: Exportação, Selo, Transmissão causa mortis, Transmissão intervivos de propriedade rural, Sobre a renda, Sobre propriedade rural, Estatística comercial de entrada de mercadorias.

Esta mesma Lei estabelecia também aqueles impostos que eram de competência exclusiva dos municípios: sobre miúncas⁹, sobre rês morta para o consumo, sobre matrícula de animais vacum e cavalar, Dízimo do gado nas fazendas de criação.

No exercício de 1892, o movimento financeiro, apesar da diminuição das receitas do setor agrícola, teve um saldo de 103:604\$462 réis. Mesmo assim, notava o Presidente que era preciso estimular a produção, principalmente a agrícola, no sentido de aumentar a arrecadação. Para tanto, era importante promover os meios necessários, na medida em que as classes produtoras de Sergipe ressentiam-se com a falta de capital. A solução para os males que afetavam os setores produtivos do Estado, conforme o Dr. José Calazans, seria:

A criação, pois, de um banco de credito real e hypothecario, organizado sob moldes seguros, e que tenha por fim favorecer o movimento industrial e agricola, emprestando dinheiro a lavoura, e as outras classes mediante hypothecastruaes e urbanas, penhores sobre colheitas excedentes, fructos colhidos e armazenados, valores reaes, apolicesgeraes e esta-doaesetc, veria attender as mais justas reclamações¹⁰

Em 4 de outubro de 1894, foi criada uma agência fiscal no município de Porto da Folha, com sede na Ilha do Ouro. Um ano depois, em 5 de outubro de 1895, foram instaladas duas exatorias, em Siriri e São Paulo¹¹.

Ainda que diminuída a arrecadação sobre os principais produtos na pauta das exportações (o açúcar e o algodão), por conta da baixa dos preços no mercado nacional e internacional, como também a redução de 30% sobre o total do imposto de indústrias e profissões, o ano de 1900 encerrou-se com um saldo de 29:761\$758 réis ¹². O açúcar contribuiu para

7 Compilação das Léis Decretos e Regulamentos do Estado de Sergipe. II volume, 1892-1893, Aracaju: Typografia do Estado de Sergipe, 1900.

8 Compilação das Léis Decretos e Regulamentos do Estado de Sergipe. II volume, 1892-1893, Aracaju: Typografia do Estado de Sergipe, 1900.

9 Animais de pequeno porte

10 Relatório do Presidente do Estado Dr. José Calazans em 7 de setembro de 1893

11 Atualmente Frei Paulo

12 Relatório do Presidente do Estado Monsenhor Olympio Campos em 7 de setembro de 1901.

a receita com 439: 749\$783 réis e o algodão, 125:670\$325 réis. Convém lembrar que outros produtos tributados, a exemplo da farinha de mandioca, do feijão e milho foram isentos do pagamento de impostos, através da Lei nº. 286, de 14 de outubro de 1898. Os tributos estavam distribuídos da seguinte forma: ordinários, internos, aplicação especial e extraordinários. É importante destacar que o imposto sobre indústrias e profissões passa a ocupar o 1º lugar, superando o açúcar e o algodão. As exatarias que mais contribuíram na arrecadação foram Maruim e Laranjeiras. A menor tributação coube à exataria de Arauá¹³.

A crise do açúcar afetou também o comércio sergipano, principalmente no que se refere ao aumento dos impostos sobre os comerciantes que passam a reclamar por uma reforma tributária. Os comerciantes queixavam-se, principalmente, do novo imposto, que passou a ser cobrado em 1904, isto é, o de indústrias e profissão, que possibilitava uma taxaço sobre o giro comercial. Repetiam-se,

diariamente, os requerimentos de casas comerciais pedindo redução ou dispensa do imposto sobre o giro comercial, sempre indeferidos, enquanto os agentes do fisco usam freqüentemente de violência para conseguir realizar a cobrança. A força pública foi empregada no cerco a casas comerciais, na prisão e espalheamento de negociantes, chegando muita mercadoria a ser penhorada para o pagamento do imposto devido¹⁴

A situação se agravava, o corte do imposto sobre importação diminuiu a receita do Estado em média de 40%. O funcionalismo público teve seus salários suspensos, agravando a situação do comércio. O setor industrial, por sua vez, também se ressentia, por conta da concorrência dos produtos exportados e da pesada carga de impostos¹⁵.

É nesse contexto que assumiu o Governo do Estado Josino de Meneses. Uma das preocupações do novo Presidente, ao assumir, em 1905, foi, a arrecadação, principalmente com o decréscimo das rendas estaduais, a exemplo da principal estação arrecadadora, a Recebedoria da Capital, que arrecadou em 1900, 1.234:000\$000 réis, caindo em 1904 para 804:785\$000 réis. Por outro lado, essa diminuição estaria vinculada à descentralização das cobranças dos impostos, em especial os interestaduais, que passaram a ser cobrados pelas estações fiscais de cada localidade, prejudicando assim as zonas exportadoras, a exemplo de Aracaju¹⁶.

13 Relatório do Presidente do Estado Monsenhor Olympio Campos em 7 de setembro de 1901.

14 Jornal de Sergipe, 15/07/1906 e Jornal de Sergipe 22/02/1906 apud: SOUZA, Terezinha Alves de. *Impasses do Federalismo Brasileiro (Sergipe e a revolta de Fausto Cardoso)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; UFS, 1985, p. 41

15 SOUZA, Terezinha Alves de. *Impasses do Federalismo Brasileiro (Sergipe e a revolta de Fausto Cardoso)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; UFS, 1985, p. 42-43

16 Mensagem do Presidente do Estado de Sergipe Josino de Meneses em 7 de setembro de 1905





Quanto às exportações, em 1904, arrecadaram-se impostos no valor de 545:376\$436 réis, quantia considerável, pois corresponde a mais ou menos 30% da receita do exercício. Preocupado com a diminuição dos rendimentos provenientes da atividade açucareira, foi enviado a Pernambuco o Desembargador Antônio Pedro da Silva Marques, para participar da Segunda Conferência Açucareira por ato de 10 de fevereiro de 1905. Como resultado dos trabalhos desenvolvidos decidiu-se que representantes de vários estados do Brasil deveriam ir a Java, no Oriente, para estudar os melhoramentos nas lavouras da referida localidade. Com esse propósito foi enviado o Dr. Theodoreto do Nascimento.

Um dos problemas graves do setor agrícola de Sergipe era a falta de crédito para os produtores. Na Lei nº. 470, de 28 de outubro de 1904, em reunião de 9 de abril de 1905, foram aprovados os Estatutos do Banco de Sergipe. Em seguida, foi eleita a 1ª diretoria, composta por Dr. Thomaz Rodrigues da Cruz (diretor-presidente), Coronel Terencio Sampaio (diretor-secretario) e Lourenço Pinto Monteiro (diretor-tesoureiro). Desse modo o presidente do Estado Josino de Meneses, fez o seguinte pronunciamento: “Não podia negar o concurso legal para que se fizesse uma realidade a organização de um estabelecimento de crédito, cuja falta, é, sem dúvida, uma grande lacuna para o florescimento, na sua mais lata acepção da vida industrial de Sergipe (...)”¹⁷.

Mesmo em crise, o Estado arrecadou, em 1904, 1.657:016\$036 réis. Os órgãos que mais contribuíram para as despesas foram, por ordem: a Instrução Pública (308:168\$565 réis), o Corpo de Polícia (282:087\$810 réis) e as estações arrecadadoras (213:029\$708 réis).

Procurando aumentar a arrecadação pela Lei nº. 494, de 9 de novembro de 1905, foram criados os seguintes impostos, considerados como aplicação especial: 1,5% sobre o valor oficial dos gêneros exportados, 3% sobre os pagamentos efetuados, \$1 réis por quilo ou litro de sal exportado¹⁸, 1\$000 réis por tarefa de terra para o plantio de arroz¹⁹, Benefícios de Loterias Federais, Imposto sobre a inspeção do algodão a razão de \$3 réis por kilo.

Em 7 de abril de 1905, a Lei nº. 483 procurou regulamentar a cobrança do imposto sobre indústria e profissões, estabelecendo que: “o imposto de indústrias e profissões recai sobre todos os que, individualmente ou em companhia, sociedade anônima ou comercial, exercerem no Estado, indústria ou profissão, arte ou ofício”²⁰.

17 Mensagem do Presidente do Estado de Sergipe Josino de Meneses em 7 de setembro de 1905

18 Esse imposto era para o resgate das apólices do Estado de acordo com a Lei No. 429 de 19 de fevereiro de 1902

19 Esse imposto foi criado pela Lei No. 343 de 1º de julho de 1899 que estabelecia no Art. 3º- Fica criado o imposto de 1\$000 por cada tarefa de terreno de plantação de arroz, cuja cobrança será efetuada por meio de medição do terreno plantado.

20 Coleção das Leis de Decretos do Estado de Sergipe de 1905. Aracaju: Tipografia do Estado de Sergipe, 1906.

Até 31 de dezembro de 1906, o Estado tinha um déficit de 413:173\$789 réis, provavelmente devido à diminuição dos rendimentos dos impostos denominados de rendas do Interior sobre os produtos exportados, a exemplo do açúcar, cujos direitos arrecadados, em 1905, foram de 279:803\$894 réis, caindo, em 1906 para 29:580\$697 réis, como também as,

modificações porque passaram os tributos que constituem as rendas públicas, a que foi forçado o Estado para substituir as normas inconstitucionais, de forma a garantir as rendas, trouxeram a relutância no pagamento por parte dos contribuintes, os recursos protelatórios nas execuções e também as dúvidas por parte do fisco na aplicação das novas prescrições legais²¹,

A solução para diminuir o déficit seria o aumento dos impostos, quer seja sobre o comércio, quer seja sobre o setor agrícola; entretanto como já observamos os comerciantes ressentiam-se dos impostos que eram obrigados a pagar, principalmente o denominado de indústria e profissão. Logo a solução seria “elevar o tributo sobre o sal, seja como imposto principal, seja como adicional, ou então restabelecer este último sobre o assucar”²².

Realmente, procurando aumentar a arrecadação estadual, em 1909, percebem-se mudanças significativas no setor de arrecadação de impostos, quer pelo aumento, quer pela criação de novos impostos. Por exemplo, o açúcar que era taxado com 7%, basicamente teve esse percentual duplicado, na medida em que a Lei nº. 546, de 10 de novembro de 1908, estabeleceu uma dupla cobrança sobre o referido produto, isto é: 8% sobre o açúcar exportado, pela Associação Comercial e 15%, pelos demais produtores. O sal exportado, cujo imposto era pago na razão de \$25 réis por saco, passa a ser tributado em 10%, além de 4 réis das vendas para o consumo interno. O álcool e o aguardente aumentaram 2% e os couros 4%²³.

Continuava crítica a situação econômica de Sergipe em 1910. Os preços dos produtos diminuía, em nível das exportações. O algodão sofria a concorrência com os estados de Pernambuco e Paraíba. O açúcar teve a sua produção diminuída, principalmente na principal zona produtora – Cotinguiba – devido às chuvas que destruíram grande parte da safra. O inverno também prejudicou no ano anterior e no corrente a produção de farinha de mandioca e demais cereais. As dificuldades de transporte aumentavam os fretes, o que diminuía o interesse dos produtores.

A partir de 1914, outro produto passou a se destacar na pauta das exportações de Sergipe, o arroz, sobressaindo-se Propriá, com quatro usinas de beneficiamento e Vila Nova, com sete. A título de exemplo, em 1910, foi produzidos 1.308.930 quilos de arroz, no valor de 199:812\$440 réis,

21 Mensagem do Presidente do estado de Sergipe Dez. Guilherme de Souza Campos em 7 de setembro de 1907.

22 Relatório do Inspetor do tesouro do Estado em 29 de julho de 1907

23 Posteriormente o açúcar volta a ser tributado com o percentual de 7%,. Acreditamos que isso ocorreu devido às pressões ao Governo, exercida pelos produtores.



atingindo quatro anos depois um total de 3.511.840 quilos, correspondentes a 538:369\$600 réis. Os impostos arrecadados ocuparam o terceiro lugar, atrás apenas do açúcar e dos tecidos de algodão²⁴.

O setor industrial, em 1915, apresentava-se promissor. Contava o Estado, nesse ano comoito, fábricas de tecidos, duas em Aracaju (Sergipe Industrial e Confiança), duas em Estância (Santa Cruz e Senhor do Bom-fim), uma em Propriá (Empresa Industrial de Propriá), uma em São Cristóvão (Empresa Industrial) e duas em Vila Nova (Fábrica da Passagem e Empresa Têxtil).

Quanto aos tributos, as exportações contribuíram de forma significativa, pois em 1915 alcançou 1.014:479\$499 réis, contra 440:103\$990 réis em 1914. O algodão passa a ocupar o segundo lugar na pauta das exportações de Sergipe no tocante aos impostos arrecadados²⁵.

Os produtos que mais contribuíram para as exportações foram, o açúcar com 51%, o algodão em tecidos com 22,8% e o algodão em rama e em tecidos com 25,1%²⁶.

Esse crescimento verificado ocorreu com a procura no mercado internacional, em decorrência da guerra de 1914 que provocou uma retração da produção mundial, principalmente do açúcar, que apresentava no período de um déficit em termos de produção de dois milhões de toneladas, abrindo assim um mercado favorável à produção brasileira e em particular de Sergipe.

É importante observar, que os déficits acumulados, em parte são decorrentes das despesas com alguns órgãos públicos a exemplo da Usina de eletricidade que apresentou em 1916 uma despesa com material e pessoal de 105:772\$159 réis, produzindo apenas de renda 36:886\$850 réis. Os gastos com o sistema de esgoto público foi de 115:869\$629 réis, arrecadando apenas 3:000\$000 réis. Uma exceção foi da Empresa de Abastecimento de água que teve uma despesa de 48:937\$431 réis, tendo arrecadado 85:880\$850 réis.

Os produtores residentes na região localizada às margens do Rio São Francisco, em algumas situações, preferiam exportar os seus produtos por Alagoas, pois pagavam impostos menores que os pagos em Sergipe. Frente a essa situação que onerava os cofres do Estado, a Assembleia Legislativa Estadual pela Lei nº. 676 de 7 de outubro de 1915 autorizou o Presidente a contactar com o Governo das Alagoas no sentido de equiparar os valores dos tributos de todas as mercado-

24 Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa de Sergipe pelo Presidente General Manuel P. de Oliveira Valadão em 7 de setembro de 1916

25 Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa de Sergipe pelo Presidente General Manuel P. de Oliveira Valadão em 7 de setembro de 1916

26 Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa de Sergipe pelo Presidente General Manuel P. de Oliveira Valadão em 7 de setembro de 1916.

rias exportadas por via marítima²⁷. Acreditamos que essa medida foi colocada em prática, pois, a documentação pesquisada nos períodos posteriores não trata da questão.

O desenvolvimento industrial passa a ser visto também como uma solução para o crescimento do Estado; era necessário estimular a implantação de indústrias em Sergipe, apesar desse setor já contar com oito fábricas de tecidos. No sentido de atrair interessados, foi concedida pela Lei nº. 698, a isenção de impostos:

Art. 1º

§1º - de direitos para os artigos recebidos diretamente, ou por trânsito de fora do país;

§2º - de direitos por dez anos para a matéria prima utilizada para a manufatura de produtos não fabricados no Estado;

§3º - do imposto de exportação dos produtos dos mesmos estabelecimentos, sendo:

por dez anos, contados no dia da inauguração para os estabelecimentos fabris de artigos não fabricados no Estado;

b) abatimento de 50% sobre os direitos de exportação dos produtos de estabelecimentos agrícolas não compreendido o açúcar;

c) abatimento de seis décimo por cento sobre os direitos de exportação dos produtos dos estabelecimentos fabris²⁸.

Para a arrecadação das rendas, contava o Estado, em 1915 com: 1 Recebedoria, 3 mesas de rendas (Vila Nova, Estância, São Cristóvão), 5 agências fiscais (Propriá, Gararú, Ilha do Ouro, Itaporanga Socorro), 13 postos fiscais (Brejo Grande, Furado, Ilha dos Bois, Santa Luzia, Pindoba, Amparo, Canhoba, Parapuça, Praia da Boa Viagem, Espírito Santo, Vila Cristina, Salgado, Umbaúba), 16 exatorias (Maruim, Laranjeiras, Anápolis²⁹, Capela, Riachuelo, Campos³⁰, Itabaianinha, Japaratuba, Rosário, Lagarto, Boquim, Riachão, São Paulo³¹, Aquidabã, Itabaiana, Divina Pastora)³².

O Estado arrecadou, em 1916, 3.399:135\$078 réis, correspondentes às receitas ordinária, extraordinária e em aplicação especial. As rubricas que mais contribuíram para a arrecadação foram: o açúcar, com 517:180\$143 réis, o imposto sobre o giro comercial, com 513:631\$292

27 Coleção de Léis e Decretos de 1915. Aracaju:Imprensa oficial, 1917.

28 Coleção de Léis e Decretos de 1915. Aracaju:Imprensa oficial, 1917

29 Atualmente Simão Dias

30 Atualmente Tobias Barreto

31 Atualmente Frei Paulo

32 Coleção de Léis e Decretos de 1915. Aracaju:Imprensa oficial, 1917



réis, o imposto de indústria e profissões, 326:711\$324 réis, sobre transmissão de propriedade, 267:852\$143 réis e o café, algodão e tecidos, com 257:788\$697 réis³³

Ainda nesse ano houve novo aumento de impostos, a exemplo do cobrado sobre o açúcar, que passou de 9% para 14%, sobre o café, algodão e tecidos, para 9%. Nova tributação ocorreu sobre os engenhos de açúcar, propiciando uma arrecadação de 24:265\$295 réis. Em termos de receita ordinária, o Estado passou a cobrar imposto sobre as mercadorias vendidas por ambulantes, rendendo 10:858\$500 réis.

Na receita com aplicação especial, temos as seguintes rubricas, criadas em 1916, que passaram a somar-se aos tributos estaduais: Imposto sobre volume exportado com aplicação no Hospital de caridade de Aracaju, estradas e rodagens, \$180 réis por milheiro de coco exportado, Aluguel dos quartéis do interior, 5% das Intendências Municipais para aplicação no imobiliário das escolas, Luz e água para os quartéis do interior³⁴.

Em termos de despesas, a Instrução Pública consumiu 465:677\$715 réis, as estações arrecadadoras 460:737\$657 réis e o Corpo Policial 450:104\$132 réis. Há destaque especial para as Obras Públicas, que consumiram 590:438\$467 réis.

Os tributos sobre os produtos agrícolas aumentavam de ano para ano, contribuindo de forma significativa para a receita estadual, pelo menos no período de 1914 a 1917. No setor agrícola, o açúcar aumentou 59,6%, o arroz 111,1%, o fumo 18%, os tecidos 8,5%, óleos vegetais 101,4% e o sal 42,7%.

Diante dos dados apresentados, podemos perceber que o Estado foi favorecido durante a 1ª Guerra Mundial, devido à retração do mercado externo. Essa era a visão também do Presidente do Estado, o General Valadão, ao afirmar no último ano do seu mandato que: “as extraordinárias cotações em consequência da grande procura em toda parte superior à oferta me permitem registrar paralelamente com a nossa folgada situação econômica, a nossa prosperidade econômica”³⁵.

Contribuindo para a arrecadação estadual, pela Lei nº. 814, de 13 de agosto de 1921, foram concedidos direitos para extração de loterias, sendo a contribuição anual dos concessionários no valor de 150:000\$000 réis; fazendo parte dessa receita, com aplicação especial, era destinada as obras de caridade³⁶. Ainda nesse ano foi restaurada a exatonia de Santo

33 Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa de Sergipe pelo Presidente General Manuel P. de Oliveira Valadão em 7 de setembro de 1916.

34 Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa de Sergipe pelo Presidente General Manuel P. de Oliveira Valadão em 7 de setembro de 1916.

35 Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa de Sergipe pelo Presidente General Manuel P. de Oliveira Valadão em 7 de setembro de 1918.

36 Coleção de Leis e Decretos de 1921. Aracaju: Imprensa oficial, 1928.

Amaro. O posto fiscal de Santa Luzia foi elevado à categoria de agência fiscal. Mais cinco exatorias foram criadas em Nossa Senhora das Dores, Campo do Brito, Pacatuba, Siriri e Arauá. Em 1922, criou-se mais um posto fiscal em Tomar do Geru.

Somando-se a esse crescimento verificado em termos de arrecadação e procurando melhorar a situação dos agricultores, o Governo do Estado, através da Lei nº. 837, de 10 de março de 1923, criou o Banco Estadual de Sergipe, que objetivava: “valorizar a produção sergipana, acabando de vez com o sistema de consignações, no commercio de exportação”³⁷. Esse Banco começou a funcionar em 7 de agosto de 1923, concedendo 8% para as operações relativas à lavoura, sob garantias hipotecárias e 9% para as operações de penhor agrícola.

Procurando estimular a produção de café e com isso aumentar a arrecadação futura, pela Lei nº. 885, de 7 de novembro de 1924, ficou estabelecido que: “os terrenos reduzidos à plantação de café, numa área não inferior a duzentas tarefas, ficarão isentos pelo prazo de dez anos, de todos e quaisquer impostos, sendo que esse benefício não será em nenhum caso aplicável às culturas dessa espécie já existentes”³⁸.

A arrecadação efetuada em 1929 foi de 8.359:985\$857 réis. Desses tributos destaca-se a receita extraordinária, que subiu quase 50%, em relação ao exercício de 1928. Das estações arrecadadoras, a maior contribuição foi da recebedoria da Capital, com 4.064:172\$072, quase o dobro da receita geral; em segundo lugar a agência fiscal de Propriá (389:023\$182 réis); em terceiro, a Mesa de Rendas de Vila Nova (315:317\$112 réis) e em quarto a exatoria de Laranjeiras, com 135:109\$627. A despesa foi de 8.097:650\$962 réis. Para o exercício de 1930, a receita orçada foi de 8.976:035\$000 réis³⁹.

Não restam dúvidas que a crise de 1929 afetou de forma significativa o Estado de Sergipe, principalmente as suas exportações. As despesas se avolumavam. Afirmava, em 1930, o Presidente Manoel Corrêa Dantas:

Continua sendo dever indeclinável prosseguir na redução da despesa e na vigilância da arrecadação dos impostos, não se podendo tenta empreendimentos novos, contando com os recursos ordinários, mormente enquanto o assucar e o algodão não atingirem melhores cotações nos mercados consumidores⁴⁰.

Comparando-se o período de 1928-1929, realmente houve um decréscimo nas exportações dos produtos básicos que mais contribuía para a receita

37 Coleção de Léis e Decretos de 1921. Aracaju:Imprensa oficial, 1928.

38 Coleção de Léis e Decretos de 1924. Aracaju:Imprensa oficial, 1929.

39 Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa Estadual pelo Presidente do Estado Manoel Corrêa Dantas em 7 de setembro de 1930

40 Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa Estadual pelo Presidente do Estado Manoel Corrêa Dantas em 7 de setembro de 1930.

do Estado. Em 1928, as exportações somaram 30.944:200\$121 réis; no ano seguinte, 25.845:200\$924 réis. Com isso os impostos arrecadados sobre os produtos exportados tiveram uma diferença de 510:091\$808 réis para menos.

No sentido de diminuir as despesas, o Presidente resolveu licenciar os funcionários que fossem desnecessários, percebendo os referidos dois terços dos vencimentos. Concluiu que “Sergipe não escapou à grande crise econômica que flagella o mundo”⁴¹.

Chamamos a atenção especial para um dos tributos que passou a contribuir, a partir de 1922, para a receita da União e dos Estados, o imposto sobre a renda (IR). Quando foi criado, o Estado arrecadou 26:166\$340 réis; dois anos depois contribuiu com 145:957\$073 réis.

O Imposto de Renda foi estabelecido no Brasil, em 1922. Porém, convém lembrar que a cobrança desse tributo não é de certa forma uma novidade; desde o período Imperial, o fisco impôs uma tributação sobre determinadas rendas, a exemplo dos chamados impostos sobre os rendimentos, subsídios, vencimentos e dividendos. No entanto, foi a partir da Lei do Orçamento nº. 4625, de 31 de dezembro de 1922, que foi “Instituído o imposto geral sobre a renda, que será devido anualmente, por toda pessoa física ou jurídica, residente no território do país, e incidirá, em cada caso, sobre o conjunto líquido dos rendimentos de qualquer origem”⁴².

A economia sergipana, na década de 1920 apresentava-se relativamente estável, no que concerne à arrecadação tributária, na medida em que as receitas aumentavam de ano para ano.

A Tributação na Era Vargas (1930-1945)

Vitoriosa a Revolução DE 1930, o poder foi entregue a Getúlio Vargas, que lentamente vai reforçando o seu poder pessoal, culminando, em novembro de 1937 com um golpe de Estado.

Getúlio Vargas governou sem Constituição até a promulgação da Carta Magna de 1934. O país ganhava o mais avançado texto constitucional da sua História, estabelecendo o salário mínimo, a jornada de trabalho de oito horas diárias, a proibição do trabalho de menores de 14 anos, o repouso semanal remunerado etc.

As rubricas que mais contribuíram para a receita no exercício de 1934 foram, em primeiro lugar, o imposto sobre exportações, vindo depois de indústria e profissões, seguindo-se os gêneros despachados, de transmissão e propriedade, o imposto predial, reses abatidas, isto na

41 Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa Estadual pelo Presidente do Estado Manoel Corrêa Dantas em 7 de setembro de 1930.

42 AMED, Fernando José *História dos Tributos no Brasil*. São Paulo:Edições SINA-FRESP, 2000, p. 250.



receita ordinária. Nas rendas industriais, sobressaíram-se os serviços de água e esgoto, o instituto profissional Coelho e Campos; nas rendas diversas se distinguiu o imposto sobre o selo, a taxa de estatística e 3 mil réis por metro de tecidos. Na receita extraordinária, a cobrança da dívida ativa se destaca, seguindo-se das cotas de 10% e 15% sobre as receitas das intendências municipais do interior do Estado, a contribuição da Intendência Municipal da Capital e ainda a rubrica de indenizações em que está incluída a quantia de 830:902\$100, recolhida da Empresa de Tração Elétrica de Aracaju⁴³.

Contava o Estado, em 1934, com as seguintes estações arrecadoras: 1 Recebedoria, 3 Mesas de Rendas (Estância, Vila Nova e São Cristóvão), 6 Agências Fiscais (Propriá, Gararu, Ilha do Ouro, Itaporanga, Socorro e São Francisco), 6 Postos Fiscais (Espírito Santo, Santa Luzia, Ribeirópolis, Vila Cristina⁴⁴, Nossa Senhora da Glória e Muribeca), 25 Exatorias (Cedro, Salgado, Maruim, Laranjeiras, Capela, Anápolis, Campos, Itabaianinha, Riachuelo, Lagarto, Itabaiana, Boquim, Riachão, Divina Pastora, Rosário, São Paulo, Aquidabã, Nossa Senhora das Dores, Japaratuba, Campo do Brito, Jaboatão, Siriri, Arauá e Santo Amaro).

Através do Decreto nº. 34, de 27 de dezembro de 1935, foi aprovado o regulamento para a cobrança do imposto sobre vendas e consignações, estabelecido pela Constituição de 1934. Destacamos este tributo, pois se percebe que está aí um dos precedentes do ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), que se constitui hoje no principal tributo do Estado.

Art. 1º - O imposto sobre vendas e consignações efetuadas por comerciantes e produtores, inclusive industriais, será cobrado pelo Estado, de acordo com o que institui a Constituição Federal, de maneira uniforme e sem distinção de procedência, destino ou espécie do produto

Art. 2º - Ficam sujeitas a este imposto as vendas efetuadas neste Estado, qualquer que seja o destino das mercadorias, isto é, para o Estado, para o país ou para o estrangeiro⁴⁵.

Procurando organizar a administração estadual e adequá-la às necessidades tributárias, através da Lei nº. 46, de 1º de dezembro de 1936, foi criada a Secretaria da Fazenda, em substituição ao Tesouro do Estado.

Na primeira Conferência dos Secretários de Estado da Fazenda, realizada no Rio de Janeiro, em 1938, o secretário Epifânio da Fonseca Dória

43 Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa pelo Interventor do estado Eronides Ferreira de Carvalho em 7 de setembro de 1935

44 Atualmente Cristinápolis

45 Estado de Sergipe. Decreto nº. 34 de 27 de dezembro de 1935. Aracaju:Imprensa Oficial, 1938.



mostrou a importância do imposto sobre as exportações para a economia sergipana, constituindo-se em “uma das colunas principais da pública estrutura financeira”.

Defendia, em resposta à representação da Associação Comercial de Sergipe, a manutenção dos impostos criados em nível do Estado, com base na Constituição de 1937, pois com a diminuição de 20% sobre o imposto de exportação⁴⁶ e 50% sobre o de indústrias e profissões, cujo percentual passou para os Municípios, era necessário tirar de “outras fontes o que perdera naquelas duas”⁴⁷.

Realmente, veremos que o imposto sobre exportação passou a ocupar o segundo lugar, ficando em primeiro o imposto sobre vendas e consignações. Ocuparam o terceiro, quarto e quinto lugares o imposto sobre indústrias e profissões, transmissão de propriedade e produção. Na arrecadação geral, o sexto lugar foi ocupado pelo imposto sobre serviços de água e esgoto, seguido da taxa de fomento agrícola e a de estatística⁴⁸.

Contava o Estado, em 1938, com as seguintes repartições arrecadoras: 1 Recebedoria Estadual, Diretoria do Tesouro, 3 Mesas de Rendas (Vila Nova, Estância, São Cristóvão), 7 Agências Fiscais (Propriá, São Francisco, Socorro, Itaporanga, Canhoba, Ilha do Ouro e Gararú), 4 Postos Fiscais (Vila Cristina, Espírito Santo⁴⁹, Muribeca e Nossa Senhora da Glória), 26 Exatorias (Maruim, Anápolis, Laranjeiras, Lagarto, Capela, Itabaiana, Riachuelo, Itabaianinha, Boquim, Campos, São Paulo, Santa Luzia, Campo do Brito, Japaratuba, Nossa Senhora das Dores, Rosário, Cedro, Jaboatão, Aquidabã, Ribeirópolis, Divina Pastora, Salgado, Riachão, Sirirí, Arauá e Santo Amaro).

46 Foi decretado pelo Governo Federal a extinção gradativa do imposto sobre exportação do orçamento dos estados por considerá-lo imposto de barreira.

47 Conferência dos Secretários de Fazenda. Imposto sobre Exportação e resposta à representação da Associação Comercial de Sergipe. Aracaju: Imprensa Oficial, 1938.

48 Relatório apresentado pelo Dr. Eronides Ferreira de Carvalho ao Presidente da República, em 1939

49 Atualmente Indiaroba.

Afirmava o Interventor Federal de Sergipe, Dr. Eronides Ferreira de Carvalho, no seu relatório apresentado ao Presidente da República, em 1939:

Com o intuito de melhorar o aparelhamento fiscal, levamos a efeito várias reformas de caráter fazendário (...) ao contribuinte temos pedido aquilo que ele pode pagar folgadoamente, sem nenhum prejuízo ao seu florescimento (...). Em 1938, porém por força faz novas diretrizes tributárias traçadas pela Constituição de 10 de novembro de 1937, sofreu ela um colapso, quebrando esse ritmo, que se tornara tão salutar à vida administrativa do Estado. Felizmente o ano de 1939 fez a receita pública retomar o seu ritmo de progresso oferecendo superavit⁵⁰.

Ao assumir o Governo de Sergipe, o interventor federal Coronel Augusto Maynard Gomes afirmou ter encontrado o Estado com uma situação financeira crítica, por conta das despesas efetuadas por seu antecessor e com isso houve um aumento da dívida estadual. Diante disso procurou “Comprimir as despesas, cortando sem piedade as supérfluas ou adiáveis. [incentivou] a arrecadação, que teve como consequência uma satisfatória diferença entre a receita orçada e a arrecadada”⁵¹.

A Tributação na República Populista (1945-1964)

Com a redemocratização, foi promulgada uma nova Constituição em 1946. No que concerne aos tributos, houve uma alteração na sua discriminação com relação à de 1937.

Cabia aos Estados cobrar tributos sobre: propriedade territorial exceto a urbana, A transmissão de propriedade causa mortis, A transmissão de propriedade imobiliária inter vivos, e sua incorporação ao capital das sociedades, Vendas e consignações, Exportação de mercadorias de sua produção para o estrangeiro, Atos regulados por lei estadual, os serviços de sua justiça e os negócios de sua economia. Outros impostos, a serem criados (o imposto federal excluírá o estadual idêntico, Taxas, Contribuições de melhoria⁵².

Apesar do crescimento da receita tributária no decênio de 1939 a 1948⁵³, o governador de Sergipe na época, Dr. José Rollemberg Leite, defendia uma reforma tributária, afirmando que

50 Relatório apresentado por Dr. Eronides Ferreira de Carvalho ao Presidente da República Getúlio Vargas, em 1939.

51 Relatório apresentado por Coronel Augusto Maynard Gomes ao Presidente da República Getúlio Vargas, em 1942:

52 AMED, Fernando José. *História dos Tributos no Brasil*. São Paulo: Edições SINA FRESP, 2000, p. 272.

53 Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa Estadual pelo Governador Dr. José Rollemberg Leite em 2 de março de 1949.

O sistema fiscal sergipano é anti-econômico e confuso. A reforma deveria:

a) simplificar o sistema, adequando-o aos preceitos Constitucionais, para facilitar o fisco na cobrança e o contribuinte no pagamento de impostos;

b) realizar a justiça tributária desafogando, principalmente a produção⁵⁴.

Outra justificativa era a necessidade de aumentar os salários do funcionalismo público já que, “*eram incompatíveis com a vida*” e para isso o aumento de impostos seria a solução.

Realmente, a proposta orçamentária para o ano de 1948 previa um déficit de Cr\$ 3.815.039,00; no entanto devido ao aumento de alguns impostos, a exemplo do cobrado sobre vendas e consignações, sobre o selo, houve um aumento na arrecadação de Cr\$ 7.763.091,70. As rubricas que mais contribuíram foram as seguintes: Imposto de produção, Imposto de transmissão causa mortis, Taxa de fomento agrícola industrial, Imposto de transmissão inter vivos, Imposto sobre vendas e consignações.

É importante lembrar que, em 1947, foi realizada uma reforma administrativa e a Secretaria da Fazenda passou a denominar-se de Secretaria da Fazenda, Produção e Obras Públicas, com a incorporação de diversos órgãos e serviços.

Com relação às despesas do Estado, no referido exercício, a maior coube à Educação Pública, com Cr\$ 17.499.081,30 (19,21%), seguida dos serviços industriais, com Cr\$ 16.250.165,90 (17,84%). Os gastos com a Saúde Pública somaram apenas Cr\$ 5.847.883,10 (6,42%) e com a Segurança Pública Cr\$ 12.546.458,00 (13,77%).

Em termos de Sergipe, o período do segundo Governo de Getúlio Vargas caracterizou-se por um crescimento da receita, apesar da diminuição progressiva do imposto sobre a produção e a transferência do imposto sobre indústria e profissão para a competência do Município.

Embora a receita tivesse aumentado progressivamente, entendia o Governador Arnaldo Garcez que era necessário preparar o Código Tributário do Estado e a renovação das leis fiscais, no que concerne ao recebimento de mercadorias vindas do interior para a capital, como também de outras unidades da Federação. Em 1953, foram instalados mais dois postos fiscais, “Petrônio Portela”, no Rio das Pedras e “Humberto Quaresma”, no Município de Simão Dias. Nesse mesmo ano, a despesa realizada foi de Cr\$116.750.175,10.

Em 1956, o Governador do Estado Leandro Maynard Maciel afirmava, na sua mensagem à Assembleia Legislativa, com críticas aos governos anteriores:

54 Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa Estadual pelo Governador Dr. José Rollemberg Leite em 2 de março de 1949.

A situação financeira do Estado não é boa.

A sua receita não cresceu na proporção da sua despesa.

O povo vivia enganado no ageitamento de uma despesa para uma receita calculada na justa medida de um equilíbrio filaiucioso. A despesa estourava de logo por vários fatores. De todos o mais importante era, sem dúvida, a falta de coragem em apontar o “déficit”, que sempre existiu. No próximo orçamento, o povo sergipano terá a fotografia da situação do Estado”⁵⁵.

No ano seguinte, algumas providências foram tomadas, no sentido de otimizar a receita, principalmente sobre o tributo mais importante para a arrecadação do Estado, o imposto sobre Vendas e Consignações. Foram adquiridas seis máquinas de filigrama manuais e uma elétrica, para dar uma maior segurança à autenticação de duplicatas e notas fiscais. Foi estabelecido um intercâmbio fiscal com outros estados. Na cidade de Salvador, a Secretaria mantinha um fiscal para controlar as mercadorias vindas de avião, assim como a inscrição do contribuinte. Também foi organizado o cadastro do contribuinte, para apurar as sonegações de vendas. Tudo indica que as medidas tomadas tiveram efeito, pois conforme as notificações lavradas em 1957⁵⁶, como também os tributos recolhidos por conta das notificações. Realmente, o empenho dos órgãos arrecadadores foi fundamental para o crescimento da receita, conseguindo em parte erradicar a evasão de rendas. Além disso, cresciam as atividades econômicas, tanto no setor primário, com a pecuária e a lavoura, quanto no setor secundário e no comércio no setor exportação e consumo.

Ao assumir o Governo do Estado, Luiz Garcia preocupou-se com a melhoria da arrecadação, destaque para a Campanha do SEU TALÃO VALE UM MILHÃO, instituída pelo Decreto nº. 491, de 12 de setembro de 1959, com prêmios variando de Cr\$ 500.000,00 e Cr\$ 1.000.000,00. Para ele, “o êxito de uma arrecadação se encontra na razão direta do aperfeiçoamento dos métodos de fiscalização de tributos”⁵⁷.

As medidas administrativas postas em prática possibilitaram um aumento na arrecadação de 1959 em 41% com relação a 1958, 39% em 1960 com relação a 1959 e 40% em 1961 com relação a 1960.

55 Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa estadual pelo Governador Leandro Maynard Maciel em 1956.

56 Relatório apresentado ao Governador do Estado [Leandro maynard Maciel], pela Secretaria da Fazenda, relativo as atividades do Serviço de Fiscalização em 1957.

57 Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa pelo Governador Luiz Garcia em 1962.



A partir de 1961, com a Emenda Constitucional nº. 5, de 21 de fevereiro, os Estados perderam algumas receitas tributárias para os Municípios. A exemplo da “competência para tributar o imposto sobre a propriedade rural e o imposto sobre a transmissão da propriedade imobiliária inter-vivos”⁵⁸.

A transferência desse imposto para os Municípios possibilitou uma diminuição das rendas do Estado em média Cr\$ 40.000.000,00.

Com a criação da Secretaria da Agricultura e Produção, em 1962, a Secretaria da Fazenda produção e Obras Públicas foi, denominada apenas de Secretaria da Fazenda e Obras Públicas.

A TRIBUTAÇÃO NO PERÍODO MILITAR (1964-1985)

O Governo militar, instalado em 1964, teve como prioridade o crescimento acelerado isto é, a concentração de renda, ampliação de crédito ao consumidor e a abertura da economia brasileira ao mercado externo. De 1969 a 1973, esse tripé possibilitou o chamado “milagre brasileiro”.

Em 1966, um fato novo veio contribuir para a receita estadual; em dezembro foi inaugurado o terminal construído na Atalaia Velha pela Petrobrás, para escoamento do óleo de Carmópolis. Na solenidade, o então governador Celso de Carvalho percebia a sua importância, ao afirmar:

Com o funcionamento do oleoduto, que considero como um presente de Natal dado por Deus a Sergipe, a Petrobrás estará presente no orçamento do estado com apreciável quantia, proveniente dos “Royalties”, podendo mesmo assecerar que sua contribuição será de um terço da receita orçada em 27 milhões de cruzeiros para 1967, incluindo-se, já se vê 13 bilhões do governo Federal conforme a recente reforma tributária nacional”⁵⁹.

Objetivando não só reduzir o déficit do Tesouro, como também melhor definir as atribuições da União, dos Estados e dos Municípios, no tocante aos tributos, o Governo Militar, através da Emenda Constitucional nº. 18, de 1965, realizou uma Reforma Tributária, cujo Código Tributário Nacional, com 217 artigos, entrou em vigor somente em 1967. Através dessa Emenda, os Estados tinham a competência de cobrar impostos sobre: Transmissão de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis, Operações relativas à circulação de mercadorias (ICM), Taxas, Contribuições de melhoria

58 AMED, Fernando José. *História dos Tributos no Brasil*. São Paulo: Edições SINAESP, 2000, p. 273.

59 WINNE, J. Pires. *História de Sergipe (1930-1972)*. Vol. II, Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1973, p. 305. No entanto somente no orçamento de 1969, foi que a Petrobrás repassou os “Royalties” para o Estado.

Com base no Código Tributário Nacional, o imposto sobre vendas e consignações foi substituído pelo de circulação de mercadorias (ICM), que se constituiu na maior fonte de receita do Estado, no ano da sua aplicação, em 1967, correspondendo a 65,65% da receita estadual. Em segundo lugar o Fundo de Participação dos Estados, com 28,34%⁶⁰.

Em 1968, ao contrário do exercício anterior, houve uma melhoria sensível nas finanças do Estado, que teve um crescimento de 64% na sua arrecadação, possibilitando inclusive que fossem saldados os compromissos em termos de reajustamento dos salários dos servidores públicos; esse avanço, sem dúvida, elevou a capacidade de investimentos do Estado. Como se vê no quadro 28, o total da Receita do Estado, em 1968, somou NCr\$ 36.416.860,37. O ICM (imposto sobre circulação de mercadorias) contribuiu com 52%, representando ainda 90% da receita arrecadada pelo Estado, sem as transferências efetuadas pelo Governo Federal, concernentes ao Fundo de Participação. Sobre o ICM, 45% foram arrecadados na Capital e 55% no interior. Considerando a receita arrecadada pelo Estado, a despesa com o pessoal alcançou 96%⁶¹.

A partir de 1969, a Receita Estadual foi ampliada com o pagamento dos “Royalties” pela Petrobrás. A arrecadação geral somou NCr\$ 49.740.243,38, com um aumento de 28,27%, em relação a 1968. Continuava o ICM como o principal tributo, participando com 49,08%, no geral e 68,82%, no que se refere apenas à arrecadação estadual⁶².

No quinquênio 1970 a 1974, a Receita do Estado cresceu bastante, principalmente a partir de 1971, por conta da sua reestruturação, possibilitando com isso uma racionalização dos serviços. A até então Secretaria da Fazenda e Obras Públicas, passou a denominar-se apenas de Secretaria da Fazenda, cujo regimento interno, foi aprovado através do Decreto nº 2.116, de 28 de setembro de 1971. Preocupada com a carga tributária do setor privado, a Secretaria firmou convênios com os demais Estados da Federação, sendo deliberado o seguinte:

Estímulo à indústria nacional, através de isenção às saídas de máquinas, aparelhos e equipamentos;

Incentivo as ampliações de indústrias nacionais, ou mesmo o seu reequipamento, concedendo-se isenção de impostos;

Autorização para ser utilizado o crédito ICM relativo às matérias primas, materiais de embalagem, e secundário, empregados na fabricação de máquinas, aparelhos e equipamentos industriais;

60 Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa pelo governador Lourival Batista em 1968.

61 Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa pelo governador Lourival Batista em 1969

62 Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa pelo governador Lourival Batista em 1970.



Permitiu-se aos estabelecimentos industriais que transferissem para outro estabelecimento da mesma empresa os créditos do ICM, eventualmente acumulados;

Assinatura de convênios regulamentando as saídas de açúcar cristal, promovidos por usinas ou cooperativas para o IAA e destinadas à exportação;

Convênio suspendendo a suspensão do ICM às transferências de mercadorias ocorridas no território da mesma Unidade da Federação;

Assinatura de convênio para a integração das áreas administrativas fiscais, prestação de recíproca assistência na fiscalização de tributos e permuta de informações econômico-fiscais⁶³.

Provavelmente por conta dessas medidas, o ICM teve um crescimento de 50%, em média, mesmo com a redução de 0,5% na alíquota, 63% da base do cálculo incidente sobre operações com gado bovino e também a retenção, no DNER, de 28,5% da taxa rodoviária única.

Em dezembro de 1976, foi colocado em prática o Código Tributário Estadual, trazendo vários benefícios aos contribuintes, a exemplo da diminuição de percentuais de multa em 100%, além da elasticidade do prazo de recolhimento das dívidas parceladas. Em nível da estrutura da Secretaria, foram promovidos os seguintes atos administrativos: Criação de núcleos setoriais de finanças; Reequipamento do Departamento de Contabilidade, com a aquisição de novos equipamentos; Criação do Bolão Fiscal⁶⁴.

Na sua mensagem à Assembleia Legislativa Estadual, afirmava, em 1979, o Governador José Rollemberg Leite, ao referir-se à Secretaria da Fazenda: “Podemos afirmar com absoluta convicção que no período de 1975/1978 a Secretaria da Fazenda do estado de Sergipe, desempenhou suas atribuições com invulgar eficiência, nos seus múltiplos aspectos – financeiros orçamentários e administrativo”.

Realmente, observando a receita total arrecadada no quadriênio 1975-1978, percebe-se um aumento significativo; comparando-se a receita de 1975 com a de 1978, nota-se um crescimento de em média 387%. Por sua vez, o principal tributo do Estado, o ICM, participou com uma média de 96%, no referido quadriênio

Iniciada a década de 1980, no primeiro ano, a Secretaria da Fazenda contava com o seguinte pessoal: do fisco 508, de apoio 216, totalizando 724 funcionários. A receita arrecadada; comparada à de 1979, cresceu 121,33%⁶⁵.

63 Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa pelo governador Paulo Barreto de Menezes em 1972.

64 Instituído pela Lei No. 2.036/76. O Bolão fiscal realizou em 1977 4 sorteios.

65 Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa Estadual pelo Governador Augusto do Prado Franco em 1981.



É importante frisar que a receita de 1982 foi acrescida com a rubrica Petróleo Bruto, que contribuiu com Cr\$ 1.789.086.000,00 (5,72%), superando a de 1981 em 91,13%, assim distribuída:

Quadro 1 – Receita Arrecadada – 1982

Tributos	Total (RS)
ICM	10.912.000
Fundo de Participação	7.673.127
Petróleo Bruto	1.789.086
Operações de Crédito	1.161.326
Outras Transferências	7.019.163
Receitas próprias	1.211.330
Total geral	31.298.206

Fonte: Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa estadual pelo governador Djenal Tavares de Queiroz, em 1983. Valores em Cr\$ 1.000.



A Tributação na Nova República (1985-2000)

Em 1985, as receitas correntes acusaram um incremento de 23,9%, em relação ao ano anterior. Nesse ano, a receita tributária participou com 36,4%, as transferências correntes com 54% e as patrimoniais com 9,6%. A receita tributária, com relação a 1984, cresceu 20,71%; comparada com a de 1983 cresceu 33,6%. Houve destaque para o ICM, que participou com 98,1%⁶⁶.

Para o ano de 1987, a arrecadação estadual, com base nos tributos (ICM, IPVA, ITBI e Taxas), aumentou com relação a 1986, em média 160%, isto é, atingiu a soma de Cr\$ 2.809.732.312 (dois bilhões, oitocentos e nove milhões, setecentos e trinta e dois mil, trezentos e doze cruzados), sendo o ICM responsável por 95% do total da receita.

Objetivando “desenvolver, programar, organizar e executar a política do Governo do Estado relativa ao desempenho das atividades relacionadas com os Sistemas de Planejamento, de Administração Financeira, de Administração tributária, de Contabilidade e Orçamento”, provavelmente por conta das modificações impostas pela Constituição de 1988, a Secretaria da Fazenda passou a denominar-se de Secretaria de Estado de Economia e Finanças (SEEF)⁶⁷.

O ICMS representou, em 1988, 95% do total da receita tributada, que foi de 18, 258 bilhões, com um crescimento nominal de 538% com relação a 1987. No ano seguinte, apesar da crise econômica por que passava o Brasil, a arrecadação estadual continuava satisfatória, pois foi arrecada-

66 INSTITUTO DE ECONOMIA E PESQUISA – INEP. Indicadores da Conjuntura Sergipana. V.1 n.1, Aracaju, 1985, p.39

67 Lei no 2.703, de 17 de fevereiro de 1989

dado NCz\$ 1.034.436.782,00, com um excesso de arrecadação de NCz\$ 806.426.090,00, a ponto de o Governador do Estado Antônio Carlos Valadares afirmar, na sua mensagem enviada à Assembleia Legislativa Estadual em 15 de fevereiro de 1990:

Este excesso de arrecadação oriundo, de um lado, pelo bom desempenho da administração fazendária, e de outro, pelo próprio processo inflacionário, ensejou a abertura de créditos suplementares de forma que o Poder Executivo, com as medidas rígidas e áusteras postas em prática para ajustar a despesa pública à efetiva receita estadual, pudesse honrar os compromissos assumidos e manter a máquina administrativa em perfeito funcionamento⁶⁸.

Ao assumir o Governo de Sergipe, em 1991, o Governador João Alves Filho, realizou uma Reforma Administrativa. Na sua mensagem, apresentada à Assembleia Legislativa Estadual, em 19 de março de 1991, afirmou, ser:

Uma reforma administrativa da estrutura e do funcionamento organizacionais da Administração Estadual a cargo do poder Executivo (...) na busca de adequar a mesma Administração, da melhor forma possível (...) na tentativa de atender, de maneira mais conveniente, o interesse público, e, de maneira mais produtiva, o desenvolvimento estadual⁶⁹.

Com a Reforma, a Secretaria de Estado de Economia e Finanças, foi extinta, e no seu lugar retorna a Secretaria de Estado da Fazenda (SEF).

De 1991 a 1994, a Secretaria de Estado da Fazenda desenvolveu um Programa de Modernização Fazendária, composto pelos seguintes projetos: Reestruturação Organizacional, Automação da Arrecadação; Fronteira; Sistema Integrado de Administração Financeira e Contabilidade; Planejamento e Automação das Ações Fiscais e Apoio a Administração geral⁷⁰.

Esse Programa, relativamente, foi responsável pelo crescimento da arrecadação estadual, no que se refere à tributação como podemos ver através do quadro 2.

68 Mensagem Apresentada à Assembleia Legislativa Estadual pelo Governador do Estado Antônio Carlos Valadares em 15 de fevereiro de 1990.

69 Mensagem Apresentada à Assembleia Legislativa Estadual pelo Governador do Estado João Alves Filho, em 19 de março de 1990.

70 PROMATE – Projeto de Modernização da Administração Tributária Estadual. p. 02.



Quadro 2 – Receita Arrecadada – 1991/1994

Anos	Receita Tributária (R\$)			
	ICMS	IPVA	Outras	Total
1991	21.127	255	216	21.598
1992	207.625	1.911	2.366	211.902
1993	4.283.102	36.768	27.577	4.319.870
1994	137.154.040	1.378.401	1.102.498	139.634.939

Fonte: Anuário estatístico de Sergipe. V. 18, Aracaju:SEPLANTEC, 1996, p. 393.

A partir de 1998, nota-se uma diminuição significativa no total geral da arrecadação, talvez por conta da redução das seguintes rubricas: tributárias, contribuições, operações de crédito, alienação de bens, principalmente. As que mais cresceram foram as seguintes: patrimonial, serviços, transferências correntes; porém, o crescimento verificado foi muito pequeno, em relação às perdas dos outros tributos. O crescimento verificado em 1997 refere-se à alienação de bens (R\$ 442.241.000,00), provavelmente à venda da Energipe. Da mesma forma, a receita prevista para 1999 regrediu por conta da receita patrimonial e deserviços que diminuíram sensivelmente.

Considerando apenas o ICMS, este apresentou um crescimento em torno de 200%, no período de 1994 a 1995. A partir daí manteve um crescimento de apenas 30% até 1998⁷¹. Comparando o ano de 1999, com relação a 1998, de acordo com os dados da DIAR (Diretoria de Arrecadação)⁷², em termos nominais, houve um crescimento de 10,42% no valor total e 10,73%, considerando apenas o ICMS. As receitas que mais contribuíram foram: ICMS Normal Industrial, Antecipação, Importação, Minerais do País, Combustíveis e Lubrificantes.

No que se refere aos setores econômicos, o setor primário acompanhou o secundário em termos de contribuição do ICMS, tendo crescido até 1997, reduzindo-se a partir de 1998. O terciário foi o que mais cresceu no período de implantação do Plano Real até o período atual, atingindo o índice de 68,59%. No final do ano de 1999, os três setores contribuíram respectivamente com 79,13% (terciário), 16,47% (secundário) e 6,69% (primário). Realmente, conforme Barbosa (1999):

O setor terciário foi quem comandou, em Termos de participação, a arrecadação do ICM/ICMS nos anos 90, demonstrando que a tendência é a ampliação do setor de serviços, enquanto os setores primário e secundário alternaram crescimento e decréscimo, de acordo com a situação exógenas ao processo, (no setor primário – seca ou chuva, no setor

71 BARBOSA, Jorge Pereira. *Arrecadação do ICMS em Sergipe nos anos 90*. São Cristóvão: UFS, 1999 (Monografia apresentada à Universidade Federal de Sergipe como requisito básico para a obtenção do título de Especialista em Análise Econômica), p. 59.

72 INFORMATIVO SEFAZ. Ano VII, No. 03, janeiro de 2000.



secundário – implantação ou saída de investimentos de médio ou grande porte na região)⁷³.

No momento atual, o país e, particularmente, os Estados e Municípios necessitam urgentemente, de uma reforma no sistema tributário, pois o atual sistema é oneroso e injusto, principalmente para o contribuinte. Por outro lado, o modelo atual é resquício da Constituição de 1988, que, aliás, tomou como parâmetro para sua elaboração, com poucas modificações, a Reforma Tributária de 1966, criada no bojo do regime militar centralizador.

Entendemos que a reforma tributária deve ocorrer dentro de um quadro de compromisso social, tanto por parte do governo, como da sociedade civil; juntos, devem promover um amplo debate. Assim,

De um lado a sociedade [exercerá] controle sobre o Fisco, manifestando-se sobre a gestão dos recursos públicos, numa demonstração efetiva de cidadania, e de outro, o Fisco [atuará] com seriedade e eficácia, dando cumprimento à norma tributária, numa atitude de respeito ao cidadão e em defesa da ética social⁷⁴.



73 BARBOSA, Jorge Pereira. *Arrecadação do ICMS em Sergipe nos anos 90*. São Cristóvão: UFS, 1999 (Monografia apresentada à Universidade Federal de Sergipe como requisito básico para a obtenção do título de Especialista em Análise Econômica), p. 59.

74 PEREIRA Ivone Rotta. *A Tributação na História do Brasil*. São Paulo: Moderna, 1999, (Coleção Polêmica), p. 97.

**Emmanuel Franco
(1919-2008)**
**Engenheiro Agrônomo,
Professor e Pesquisador**

*Joaquim Tavares da Conceição¹
Jorge Carvalho do Nascimento²
Marco Arlindo Amorim Melo Nery³*

**Emmanuel Franco
(1919-2008)**
**Agronomist, Professor and
Researcher**

190



Resumo

Este artigo procura compreender aspectos da trajetória de vida de Emmanuel Franco (1919-2008), especialmente, evidenciando sua formação educacional, suas ações e realizações enquanto pesquisador, engenheiro agrônomo, professor e escritor. A pesquisa parte do pressuposto que o estudo sobre uma determinada trajetória de vida é fonte importante para a compreensão e escrita da história de uma determinada sociedade. Nesse sentido, pesquisar a vida deste engenheiro agrônomo sergipano, ao tempo em que evidencia suas contribuições em diversos campos, também lança luzes sobre temas como pesquisas agronômicas e biogeográficas, ensino agronômico e agrícola, formação do campo profissional dos engenheiros agrônomos e sobre instituições educacionais por onde passou na qualidade de aluno ou professor.

Palavras-chave: Agronomia. Emmanuel Franco. Esboço biográfico.

Abstract

This article seeks to understand aspects of the life story of Emmanuel Franco (1919-2008), especially showing his educational background and his actions and accomplishments as a researcher, an agronomist, professor and writer. The research assumes that the study of a particular trajectory of life is an important source for understanding and writing history of a given society. In this sense, to research the life of an agronomist of Sergipe, while it highlights his contributions in various fields, also sheds light on topics such as agronomic and biogeographic research, agronomic education and agricultural training of the professional field of agronomists and on educational institutions where passed as a student or teacher.

Keywords: Agronomy. Emmanuel Franco. Biographical sketch.

- 1 Doutor em História, professor da Universidade Federal de Sergipe.
- 2 Doutor em Educação, professor aposentado da Universidade Federal de Sergipe.
- 3 Doutor em Educação, professor do Instituto Federal de Sergipe.

Apresentação

Este artigo procura compreender aspectos da trajetória de vida de Emmanuel Franco (1919-2008), especialmente evidenciado sua formação educacional e suas ações e realizações como pesquisador, engenheiro agrônomo, professor e escritor. A análise parte do pressuposto que o estudo sobre uma determinada trajetória de vida é fonte importante para a compreensão e escrita da história de uma determinada sociedade⁴. Não obstante a tentativa de observar o sujeito em múltiplas dimensões, esse estudo apresenta-se como um esboço biográfico, entendendo que a construção de uma biografia necessitaria de maior alcance e aprofundamento de fontes, dados e das relações com o tempo vivido pelo sujeito. E, mesmo no caso de estudo biográfico “[...] acrescenta-se ainda a incapacidade de se ‘dominar a singularidade irreduzível de uma vida’, como destacam muitos estudiosos”⁵.

O estudo igualmente considerou que toda estrutura mesmo sem pertencer ou ser criação de um indivíduo em particular, não pode ser pensada sem a participação dele. Nesse sentido, para o sociólogo alemão Norbert Elias (1897-1990), para entender as estruturas é necessário observar as relações de interdependência existentes, no que diz respeito às funções desempenhadas pelos indivíduos⁶. Nesse intuito, para este estudo foram utilizados trabalhos publicados pelo próprio Emmanuel Franco (dezenove livros e mais de dois mil artigos), entrevistas, memórias e documentos de instituições nas quais atuou. Contudo, dois documentos se destacam: a entrevista concedida por ele ao professor e pesquisador Jorge Carvalho do Nascimento e o seu livro *Viagens: uma semente plantada*. A pesquisa também se valeu de dados obtidos através do levantamento bibliográfico de trabalhos⁷ da historiografia sergipana que tomaram como objetos de estudo o ensino agrícola e a primeira instituição fundada em Sergipe pelo Ministério da Agricultura para promover esse ramo de ensino. Após o estabelecimento das fontes, as informações obtidas nos diversos documentos produzidos foram submetidas a um cruzamento visando a gerar um passado⁸.

4 ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

5 BORGES, Vavy Pacheco. O historiador e seu personagem: algumas reflexões em trono da biografia. *Revista Horizontes*. v. 19. Bragança Paulista. Jan/dez, 2001, p. 6.

6 ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

7 CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. *A pedagogia de internar: história do internato no Ensino Agrícola Federal (1934-1967)*. São Cristóvão: UFS, 2012.; NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. *Memórias do Aprendizado: oitenta anos de ensino agrícola*. Maceió: Edições Catavento, 2004.; NERY, Marco Arlindo Amorim Melo. *A regeneração da infância pobre sergipana no início do Século XX: o Patronato Agrícola de Sergipe e suas práticas educativas*. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2006.

8 CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.





Depois de formado, Emmanuel Franco iniciou o exercício profissional da engenharia agrônômica nos Estados da Bahia e Maranhão, transferindo-se posteriormente para a sua terra natal, Sergipe. Além de atuar profissionalmente como engenheiro agrônomo, Emmanuel dedicou-se ao desenvolvimento da pesquisa agrônômica, destacando-se a sua dedicação ao estudo sobre a identificação e profilaxia da doença que ataca a cultura do coqueiro, denominada de “anel vermelho”⁹, trabalho referenciado nas comunicações técnicas da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA) e em revistas especializadas. A dedicação aos estudos lhe rendeu, logo após a formatura, uma bolsa de estudos para pesquisar a atividade canavieira em diversos estados do Nordeste. Anos depois, outra bolsa de estudos, agora para permanecer durante um ano nos Estados Unidos da América, observando e aprendendo em diversos laboratórios de faculdades norte-americanas sobre questões relativas à pesquisa agrônômica.

Assim, o estudo da trajetória de Emmanuel Franco possibilita compreender aspectos do campo profissional da Agronomia, lançando luzes sobre temas como pesquisas agrônômicas e biogeográficas, ensino agrônômico e agrícola, formação do campo profissional dos engenheiros agrônomos e sobre instituições educacionais nas quais ele atuou na qualidade de aluno ou professor. Nesse sentido, o estudo da trajetória do indivíduo Emmanuel Franco, é utilizado como um caminho para a proposição e/ou compreensão de questões mais amplas. Pois um estudo que toma como objeto a trajetória de um indivíduo “[...] deve ser capaz de passar do particular ao geral, do específico ao problema global, pois o que se pretende é privilegiar o enfoque social e integrador”¹⁰.

Desde o século XIX existem registros da presença de engenheiros agrônomos atuando na província de Sergipe. Em meados do século XX, o estado de Sergipe conheceu uma expansão significativa na quantidade de engenheiros agrônomos em atuação. Existiam em Sergipe vários órgãos governamentais e estabelecimentos, estaduais e federais, que buscavam tanto fomentar a economia agrícola quanto capacitar os agricultores, dando-lhes uma formação técnica adequada no sentido de melhor desenvolverem suas atividades agropecuárias. O Estado dispunha do Departamento do Algodão, da Estação Experimental de Plantas Têxteis, do Posto

9 FRANCO, E. *Estudos sobre o anel-vermelho do coqueiro*. Aracaju: Inspetoria de Defesa Sanitária Vegetal, 1964.

10 AVELAR, Alexandre de Sá. Figurações da escrita biográfica. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 13, n. 22, p. 137-155, jan.-jun. 2011.

Zootécnico do Ibura, do Horto Botânico e da Escola Agrícola Benjamin Constant, entre outros estabelecimentos".

Igualmente, desde o século XIX, agrônomos ou mesmo estudantes de agronomia, publicaram artigos em jornais sergipanos versando sobre técnicas de plantio e preparação do solo. Dentre os agrônomos que escreveram em jornais, no século XX, destacam-se: Bernardino Dantas, Urbano de Oliveira Lima Neto e Heitor Airlie Tavares. Desses, apenas Bernardino Dantas fora formado pela Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária de Niterói. Os demais foram formados pela Escola de Agricultura situada no Estado da Bahia. Foi também neste último estabelecimento que Emmanuel Franco buscou sua formação superior entre os anos de 1939 e 1942¹².

A Família e a Formação Escolar

O professor e engenheiro agrônomo Emmanuel Franco nasceu no dia 10 de abril de 1919 na cidade de Laranjeiras, localizada na região da Cotinguiba¹³, dominada principalmente pelos engenhos de açúcar, que contribuíram sobremaneira para o desenvolvimento daquela cidade¹⁴. Era filho Maria de Barros de Vasconcelos Franco e do fazendeiro José de Barros Pimentel Franco, dono do engenho Ribeira, situado naquele município. O seu avô paterno, Francisco de Barros Pimentel Franco¹⁵, era um médico oftalmologista que atuou em diversas cidades sergipanas durante as duas primeiras décadas do século XX. Dessa forma, Emmanuel era herdeiro de



- 11 NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. *Memórias do Aprendizado: oitenta anos de ensino agrícola*. Maceió: Edições Catavento, 2004.; NERY, Marco Arlindo Amorim Melo. *A regeneração da infância pobre sergipana no início do Século XX: o Patronato Agrícola de Sergipe e suas práticas educativas*. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2006.
- 12 NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. *Memórias do Aprendizado: oitenta anos de ensino agrícola*. Maceió: Edições Catavento, 2004.; NERY, Marco Arlindo Amorim Melo. *A regeneração da infância pobre sergipana no início do Século XX: o Patronato Agrícola de Sergipe e suas práticas educativas*. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2006.
- 13 Compreende o território ao longo dos vales dos rios Japaratuba, Cotinguiba e Sergipe. Principal região sergipana produtora de açúcar. AMARAL, Sharyse Piroupo do. *Um pé calçado, outro no chão*. Liberdade e escravidão em Sergipe (Cotinguiba, 1860-1900). Salvador: EDUFBA; Aracaju: Editora do Diário Oficial, 2012.
- 14 SUBRINHO, Josué Modesto dos Passos. *Reordenamento do Trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste Açucareiro, Sergipe 1850 – 1930*. Aracaju: FUNCAJU, 2000.
- 15 Francisco de Barros Pimentel Franco nasceu no dia 06 de novembro de 1879 no engenho Palmeira, município de Laranjeiras, e faleceu em Aracaju no dia 24 de abril de 1922. Formou-se em Medicina na Faculdade da Bahia, em 14 de dezembro de 1904. Porém, na mesma faculdade, já havia concluído a formação em Farmácia e Odontologia. Atuou como médico nos municípios de Propriá, Laranjeiras e, por último, em Aracaju, onde foi diretor de higiene, diretor da Assistência Pública e membro da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Sergipe. GUARANÁ, Manuel Armindo Cordeiro. *Dicionário Bio-bibliográfico sergipano*. Rio de Janeiro: Pongetti & Cia, 1925.

uma longa tradição familiar reconhecida naquela região, portanto, imerso nas figurações¹⁶ construídas por seus antepassados e que ele mesmo iria fortalecê-las criando novas figurações.

Até os 11 anos ele viveu na cidade de Laranjeiras, localizada no norte do Estado, à margem esquerda do rio Cotinguiba, berço de grandes proprietários rurais ligados ao cultivo e fabricação do açúcar. Desde o início do século XIX a cidade se destacava como centro principal do comércio importador e exportador da província e mantinha comunicação direta com a Europa, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro através da navegação marítima¹⁷. Nessa cidade, viveu sua infância morando em uma casa construída por seu avô paterno, na Praça da Matriz, composta por seis quartos, um gabinete, uma sala de visitas, banheiro, cozinha, depósito para mantimentos, além de um grande reservatório para acondicionar água da chuva, com o intuito de prover a casa em períodos de seca. Com ele viviam, além de seus pais, irmãos, uma empregada e uma tia viúva. Segundo Emmanuel, o lado materno da família tinha um histórico que registrava muitas doenças, visto que moravam em uma região, entre o Rio Sergipe e o Jacarecica, propensa aos surtos de impaludismo e esquistossomose. No entanto aqueles que migraram para a cidade de Laranjeiras estavam menos sujeitos a tais males, visto que a cidade já dispunha de razoável estrutura urbanística¹⁸.

Era comum, em sua família, as crianças começarem a frequentar a escola a partir dos sete anos, visto que o ensino das primeiras letras era iniciado em casa por seus pais os quais dispunham de uma boa formação escolar, tendo ambos concluído os estudos secundários. Sua mãe havia sido aluna na escola da professora Possidônia Bragança de Azevedo, do Colégio Nossa Senhora Santana, uma das principais escolas para moças do estado de Sergipe, entre o final do século XIX e o início do século XX, enquanto seu pai havia estudado no Colégio Carneiro Ribeiro, no Estado da Bahia. O ensino ministrado por seus pais era caracterizado pela repetição e memorização de conteúdos. Era assim que, até completar sete anos de idade, ele e todos os seus irmãos aprenderam a ler e escrever, as quatro operações matemáticas, os nomes das principais cidades de Sergipe, as capitais do Brasil, os países mais importantes e suas respectivas capitais, entre outros conteúdos¹⁹.

O capital cultural transmitido pela família foi um grande fomentador para a formação posterior que iria alcançar. Criado em um mundo familiar

16 ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

17 NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Provincial II (1840-1889)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2006.

18 FRANCO, Emmanuel. Entrevista concedida a Jorge Carvalho do Nascimento, no dia 21 de dezembro de 2003.

19 FRANCO, Emmanuel. Entrevista concedida a Jorge Carvalho do Nascimento, no dia 21 de dezembro de 2003.



privilegiado chegou à escola primária com um razoável processo de formação do *habitus* primário, que consiste nos princípios inculcados pela primeira educação e, dessa origem sociocultural, carregou com ele um conjunto de experiências que contribuíram para determinar a formação do *habitus* secundário que é a interiorização dos princípios de um arbitrário cultural²⁰.

Após essa formação doméstica, Emmanuel foi estudar na escola da professora Eufrozina Amélia Guimarães, Dona Zizinha, reconhecida educadora da época, que mantinha em Laranjeiras uma escola particular de ensino misto. Também estudou na escola da professora pública Dona Merandolina. Nesse período de sua vida a rotina era ir à escola e brincar com os amigos na rua. Essa rotina de atividades foi mantida até 1930, quando a família se mudou para a capital do Estado, motivada pela possibilidade de continuidade dos estudos dele e de seus irmãos.

Na época, Aracaju, por sua condição de capital, congregava os maiores e mais renomados estabelecimentos de ensino, dispondo inclusive do ensino secundário²¹, e, por isso mais requisitados pelas famílias ricas e estratos médios da sociedade. Na fase de 1900 a 1930 foram implantadas algumas inovações e serviços em Aracaju que contribuíram para tornar a capital mais atrativa. As ruas onde estavam instaladas as casas comerciais e/ou os sobrados das classes ricas foram pavimentadas com pedras (1900), apareceram os serviços de transporte nos bondes de tração animal, água encanada (1908), esgotos sanitários (1914), energia elétrica, ferrovia, rede telefônica (1919) e os bondes elétricos (1926)²². Igualmente ocorreu o crescimento de firmas comerciais e o aumento do número de repartições públicas na capital do estado²³. Essas mudanças e inovações estimularam a vinda de famílias interioranas para a capital em busca de instrução para os filhos. Seguindo também essa trajetória, do interior para a capital, é que Emmanuel Franco passou residir juntamente com sua família em Aracaju, onde prosseguiria os estudos como aluno do Colégio Tobias Barreto.

- 20 BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução*: Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982, p.44.
- 21 Pelo menos até o ano de 1935 o ensino secundário somente era ministrado em Aracaju, no Atheneu “Pedro II” – Atheneu Sergipense (público) e em dois colégios particulares: Tobias Barreto e N. S. Auxiliadora. SERGIPE. *O Estado de Sergipe em 1835*. Recursos possibilidades, desenvolvimento, estatística. Aracaju: Gráfica Editora, 1937.
- 22 SERGIPE. Instituto de Economia e Pesquisas (INEP). *Aracaju*: INEP, 1983. (Série Monografias Municipais)
- 23 DANTAS, José Ibarê Costa. *História de Sergipe*: República (1889-2000). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.



O Colégio²⁴ Tobias Barreto foi fundado²⁵ na cidade de Estância, interior do estado, no ano de 1909, pelo professor-diretor José de Alencar Cardoso, transferido para a capital em 1913, funcionando como internato²⁶ e semi-internato masculino e externato misto. O estabelecimento gozava de grande prestígio social adquirido pelo grande contingente de alunos egressos do colégio que alcançaram matrícula nas escolas superiores do país²⁷, além de contar com um prestigiado corpo de professores catedráticos do Atheneu Atheneu Sergipense. No Colégio Tobias Barreto, Emmanuel Franco cursou quatro anos do ginásio, estudando, também, dois anos complementares. Após o Tobias Barreto, deu prosseguimento aos seus estudos no Atheneu Sergipense, à época, a principal instituição de ensino secundário do estado. Nesse estabelecimento teve contato com professores que marcaram a sua vida estudantil: Arthur Fortes, Abdias Bezerra e Oscar Nascimento, entre outros.

A condição de egresso de estabelecimentos escolares reconhecidos como formadores de grupos sociais ricos ou médios da sociedade sergipana, como são exemplos o Colégio Tobias Barreto e o Atheneu Sergipense, dentro da classificação escolar institui um sinal de distinção social, “[...] uma diferença social de estatuto, uma *relação de ordem definitiva*: os eleitos são marcados, por toda a vida, por sua pertinência (antigo aluno de ...); [...]”²⁸. Portanto, na trajetória de vida de Emmanuel Franco é possível observar as estratégias de legitimação durante o processo de formação escolar, bem como no exercício da vida profissional. O capital social e o capital cultural foram mecanismos importantes para a ocupação de espaços sociais e para a visibilidade das práticas profissionais.

Terminados os estudos no Atheneu, o jovem Emmanuel foi à procura do que alude ter sido o seu grande sonho: a carreira militar, que aprendera a desejar desde os acontecimentos da Revolução de 1930. Para tanto, deslocou-se até o Estado da Bahia, onde estava sediada a região militar, a fim de ser submetido aos exames médicos – barreira que não conseguiu ultrapassar. Deste acontecimento demonstra ter guardado grande mágoa, afirmando que a sua dispensa foi motivada por não possuir o mesmo capi-

24 Sobre a história do Colégio Tobias Barreto consultar: MANGUEIRA, Francisco Igor de Oliveira. *Colégio Tobias Barreto: escola ou quartel? (1909-1946)*. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2003.

25 ESTATUTOS do Colégio Tobias Barreto. *A Razão*, Estância, p.3, 29 de jan. 1911.

26 A respeito do internamento escolar no Colégio Tobias Barreto consultar: CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. *Internar para educar. Colégios-internatos no Brasil (1840-1950)*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Bahia. 2012.

27 FREIRE, M. Franco. *Relatório relativo às verificações necessárias à concessão de inspeção preliminar ao Colégio Tobias Barreto*, 22 de janeiro de 1933. Aracaju, 1933. DIES – Arquivo de Escolas Extintas.

28 BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas. Sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 2010, p.38.

tal social do qual dispunham na corporação militar outros candidatos com os quais concorreu²⁹.

Após ver seu sonho de seguir a carreira militar frustrado, resolveu permanecer no estado da Bahia e prestar seleção para a Escola de Agronomia da Bahia, localizada na cidade de Salvador, conseguindo a aprovação. Formou-se em 1942 e durante toda a sua formação como agrônomo, assumiu o discurso de formar uma nação forte, “um país de primeiro mundo”, por meio do desenvolvimento da pesquisa agrônômica. Essa defesa da agricultura científica seria um discurso que os profissionais agrônomos, a fim de consolidar e legitimar o campo³⁰ científico da agronomia, empreenderiam no decorrer do século XX. A modernização da agricultura brasileira, por meio dos postulados da agricultura científica, consistia na defesa da disseminação de descobertas e invenções científicas promovidas pelas Escolas Superiores de Agronomia, pelo Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas³¹ e pelos conhecimentos advindos do intercâmbio com a produção científica dos Estados Unidos e da Europa. Entre os conhecimentos e técnicas que os agentes agrônômicos procuravam disseminar no meio rural destacavam-se o controle fitossanitário (controle das doenças e pragas agrícolas), a utilização de novas espécies de cultivares, o melhoramento dos cultivares existentes, a produção de sementes e mudas selecionadas³². Assim, havia no campo da agronomia, posição desde logo incorporada pelo engenheiro agrônomo Emmanuel Franco, uma “[...] fé na ciência como valor máximo capaz de promover a reabilitação agrícola do país”³³. Uma “regeneração” que dependia da atuação desses profissionais especializados, pois o “saber” tradicional do homem do campo já não podia dar conta do processo “renovador” que se apresentava destinado a debelar o “atraso” agrícola do país.



Agrônomo e Professor

Depois de formado, Emmanuel Franco iniciou o exercício profissional da engenharia agrônômica nos Estados da Bahia e do Maranhão, trans-

29 FRANCO, Emmanuel. Entrevista concedida a Jorge Carvalho do Nascimento, no dia 21 de dezembro de 2003.

30 BOURDIEU, Pierre. *Os usos da ciência: por uma Sociologia clínica do campo científico*. São Paulo, Editora Unesp, 2004.

31 Criado pelo Decreto-lei nº 982, de 23 de dezembro de 1938, constituído pela Escola Nacional de Agronomia e Institutos de Química Agrícola, de Experimentação Agrícola, e de Ecologia Agrícola. BRASIL-MA. Ministério da Agricultura. *O Ministério da Agricultura no governo Getúlio Vargas (1930-1944)*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação do Ministério da Agricultura, 1945.

32 BRASIL-MA. Ministério da Agricultura. *O Ministério da Agricultura no governo Getúlio Vargas (1930-1944)*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação do Ministério da Agricultura, 1945.

33 MENDONÇA, Sonia Regina de. *O ruralismo brasileiro*. São Paulo, Hucitec, 1997, p. 68.

ferindo-se posteriormente para a sua terra natal, Sergipe. Além de atuar profissionalmente, Emmanuel dedicou-se ao desenvolvimento da pesquisa agrônômica, destacando-se a sua dedicação ao estudo sobre a identificação e profilaxia da doença que ataca a cultura do coqueiro, denominada de “anel vermelho”³⁴. Com esse estudo ganhou reconhecimento nacional.

Emmanuel Franco formou-se como engenheiro agrônomo em 1942, na Escola de Agronomia da Bahia, localizada na cidade de Salvador. Formado, contava com várias promessas de emprego do Interventor baiano, mas tais promessas não se concretizaram. Diante desse fato manteve correspondência com o Ministro da Agricultura, Apolônio Salles, que havia conhecido em um Congresso do qual havia participado. O ministro ofereceu-lhe o cargo de chefe do Posto de Defesa Agrícola do Maranhão. Todavia, neste intervalo de tempo obtivera a oferta de um emprego na Secretaria de Agricultura da Bahia, para trabalhar no município de Serrinha, no serviço de assistência técnica aos agricultores da região, onde permaneceu durante quatro meses. Antes de ir para Serrinha recebeu, por intermédio do Professor Pedro Peres, uma bolsa de estudo patrocinada pela Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia para estudar as regiões canavieiras de Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Paraíba. Após quatro meses de atuação na Secretaria de Agricultura da Bahia foi chamado para assumir a função de chefe do Posto de Defesa Agrícola do Maranhão, ainda no ano de 1943, onde permaneceu até o ano de 1945, ensinando aos agricultores daquele estado a combater doenças e pragas que atacavam as plantações. Passados dois anos no estado do Maranhão foi para São Paulo e desse, retornou a Sergipe assumindo o mesmo cargo que exercia no estado do Maranhão.

A atuação profissional do engenheiro agrônomo Emmanuel Franco é bastante elucidativa de como o tratamento técnico da agricultura e a ampliação da atuação dos agrônomos tanto no Ministério da Agricultura como nas secretarias de agricultura dos estados contribuíram para legitimar a atuação desses profissionais entre os produtores agrícolas. Para alcançar essa aproximação os órgãos estatais especializados colocaram em curso diversas estratégias educativas para a divulgação dos conhecimentos agrônômicos. Uma delas, muito presente nos relatórios anuais dos Ministros da Agricultura do período de 1930 a 1940, foi os chamados “Campos de Cooperação”, ou programa de desenvolvimento da lavoura, consistindo em ensinamentos práticos levados aos agricultores pelos agentes agrônômicos³⁵. O agrônomo extensionista funcionava como intermediário entre a política agrária oficial e o produtor rural. Também denominada “agronomia

34 FRANCO, Emmanuel. *Estudo sobre o anel vermelho do coqueiro*. Aracaju: Regina, 1964.

35 BRASIL-MA. Ministério da Agricultura. *O Ministério da Agricultura no governo Getúlio Vargas (1930-1944)*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação do Ministério da Agricultura, 1945.

social aplicada”, ou extensionismo rural, de forte influência americana³⁶, que consistia no serviço oficial de divulgação e propaganda da agricultura técnica e científica, objetivando uma melhor produtividade rural e a fixação do homem ao campo. Essa ação educativa dos engenheiros agrônomos, na condição de extencionistas rurais, era vista pelo Ministério da Agricultura como fator importante para difusão entre os produtores rurais dos conhecimentos agrônômicos, visando elevar a produtividade agrícola e debelar o “atraso” da agricultura brasileira³⁷.

Mesmo já desempenhando suas funções de engenheiro agrônomo, Emmanuel Franco não se contentava com essas atividades e desejava se dedicar à pesquisa agrônômica. A dedicação à pesquisa era uma característica adquirida ainda durante o processo de formação, quando dedicava parte do seu tempo de trabalho como estudante a Biblioteca da Faculdade de Agronomia, onde buscava respostas as suas inquietações. Diante desse objetivo, ao participar do II Congresso Latino Americano de Fitotecnia, realizado na cidade de São Paulo, ficou sabendo que a embaixada americana estava oferecendo bolsas de estudo para pesquisadores na área da Agronomia. Aproveitou a oportunidade e embarcou para o Rio de Janeiro, com o intuito de candidatar-se a uma dessas bolsas. Durante a entrevista argumentou que mantinha contato com alguns pesquisadores americanos devido aos seus estudos sobre pragas denominas de anel vermelho do coqueiro e a cigarrinha da cana-de-açúcar. Todo o esforço para conseguir a bolsa de estudos daria resultado e, no ano de 1952, Emmanuel Franco embarcava para passar um ano pesquisando e aprendendo nas universidades norte-americanas.

De fato, a influência americana no campo da agronomia brasileira vai estar presente na importação das técnicas agrícolas, nas visitas técnicas dos agrônomos brasileiros aos projetos agrícolas de produção e de ensino americanos, na implantação do ensino agrícola nos moldes americano e no financiamento por entidades do governo americano para a implantação deste ramo de ensino no Brasil³⁸.

Durante sua estada nos Estados Unidos manteve contato com diversas pesquisas realizadas na área agrônômica em alguns estados e universidades americanas: em Beltsville, Maryland, aprendeu nematologia, buscando subsídios para solucionar o problema do anel vermelho do coqueiro, doença provocada por um nematóide. Depois foi para a Carolina do Norte, onde estudou a mosca do fumo. Na Lousiania estudou a cana-de-açúcar e na Flórida

36 NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. *Memórias do Aprendizado: oitenta anos de ensino agrícola*. Maceió: Edições Catavento, 2004.

37 TIMMER, Willy Johanan. *Planejamento do Trabalho em Extensão Agrícola*. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura – Serviço de Informação Agrícola, 1954.

38 MENDONÇA, Sonia Regina de. *Agronomia e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.; NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. *Memórias do Aprendizado: oitenta anos de ensino agrícola*. Maceió: Edições Catavento, 2004.



da aprendeu sobre a citricultura, especificamente sobre o cultivo da laranja. Esse intercâmbio com as ideias disseminadas pelas instituições de ensino e pesquisa agrônômica dos Estados Unidos foi importante para que ele se apresentasse como agente legítimo para combater o “atraso” da agricultura brasileira, por meio das inovações propostas pela ciência agrônômica.

Após esta passagem pelos Estados Unidos, Emmanuel Franco ganhou destaque no campo agrônômico brasileiro, passando a publicar diversos artigos em jornais do estado de Sergipe, da Bahia, como “A Tarde”, e paulistanos, como “O Estado de São Paulo”.

As relações de amizade com o engenheiro agrônomo Wanderley do Prado Barreto, que trabalhava na Diretoria Regional Agrícola em Sergipe e, também, era diretor do Colégio Agrícola Benjamin Constant, resultou em convite para exercer a função de professor do Colégio em 1955. No Colégio Agrícola lecionou, inicialmente, duas disciplinas: Economia Política e Agricultura. Mas, não estava satisfeito em ensinar no colégio, pois não vislumbrava perspectiva para dar continuidade as suas pesquisas agrônômicas³⁹.

A origem do Colégio Agrícola, instituição onde Emmanuel Franco atuou como professor no período de 1955 a 1989, ocorreu no ano de 1924 quando surgiu o Patronato Agrícola São Maurício⁴⁰, fundado pelo então Presidente do estado, Maurício Graccho Cardoso. No ano de 1934, com a federalização do Patronato, foi implantado em seu lugar o Aprendizado Agrícola de Sergipe. No período de 1934 a 1967, a escola esteve vinculada ao Ministério da Agricultura. Nesse espaço de tempo funcionou e desenvolveu diversos modelos de ensino agrícola como: Aprendizado Agrícola (1934-1947), Escola de Iniciação Agrícola (1946-1952), Escola Agrícola (1952-1957), Escola Agrotécnica (1957-1964) e Colégio Agrícola (1964-1967). Em 1967, ocorreu a transferência do ensino agrícola e de toda a rede federal dos estabelecimentos desse ramo de ensino do Ministério da Agricultura para a competência do Ministério da Educação⁴¹. A partir do ano de 1979 o antigo Colégio Agrícola recebeu a denominação⁴² de Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão⁴³.

39 FRANCO, Emmanuel. Entrevista concedida a Jorge Carvalho do Nascimento, no dia 21 de dezembro de 2003.

40 Instituição assistencial dedicada à regeneração de menores desvalidos e formação de mão-de-obra agrícola. NERY, Marco Arlindo Amorim Melo. *A Regeneração da Infância Pobre Sergipana no início do Século XX: o Patronato Agrícola de Sergipe e suas práticas educativas*. São Cristóvão. Dissertação de Mestrado. Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. UFS. 2006.

41 BRASIL. Decreto nº 60.731, de 19 de maio de 1967. Transfere para o Ministério da Educação e Cultura os órgãos de ensino do Ministério da Agricultura e dá outras providências. *SICON* (Sistema de Informações do Congresso Nacional), 1967. Disponível em: <<<http://www.senado.gov.br/sicon>>>

42 CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. *A pedagogia de internar: história do internato no Ensino Agrícola Federal (1934-1967)*. São Cristóvão: Editora UFS, 2012.; NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. *Memórias do Aprendizado: oitenta anos de ensino agrícola*. Maceió: Edições Catavento, 2004.

43 Atualmente é parte integrante do Instituto Federal de Sergipe (IFS) – Campus São Cristóvão.

Outro campo de atuação no magistério foi aberto para Emmanuel Franco quando aceitou o convite do Bispo Dom Luciano Cabral Duarte para lecionar a disciplina Biogeografia na Faculdade de Filosofia. Segundo ele, a disciplina era uma novidade, não só para ele como para qualquer outro professor no Brasil, como explica:

O padre Luciano veio aqui em casa me convidar para ensinar lá, Biogeografia, que ninguém sabia o que era isso, nem eu, nem ninguém no Brasil sabia o que era Biogeografia. Ele me chamou. Ai eu fiz um amigo na Livraria Cosmos, no Rio de Janeiro, e escrevi para ele... e pedi que ele procurasse um livro sobre Biogeografia no mundo inteiro. Ele achou e me mandou.⁴⁴

Desta forma, o professor Emmanuel Franco exerceu o magistério na Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão (1955-1988), Escola Superior de Química (1964-1968), Universidade Federal de Sergipe (1968-1991). Aposentou-se desta última como professor Livre Docente, por ter defendido em 1976, a tese intitulada **Estudo ecológico do clima de Sergipe**, apresentada ao Departamento de Geografia. Contudo, a instituição na qual viveu mais intensamente a prática docente foi na Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão. Nesta instituição, Emmanuel Franco, acompanhou sucessivas gestões de diretores: Wanderley do Prado Barreto, de 1953 a 1962; Tennysson Aragão, de 1962 a 1964; Zaldo Lima, de 1964 a 1966; Laonte Gama da Silva, de 1966 a 1982; e, Francisco Gonçalves, de 1982 a 1988. Destas administrações, o professor Emmanuel Franco destaca a gestão de Laonte Gama, o qual dirigiu o Colégio durante quase toda a ditadura civil-militar. Sob a sua administração, vários professores foram incorporados à instituição, dando-lhe uma nova dinâmica, sendo fator importante para tanto o deslocamento da responsabilidade pelos colégios agrícolas do âmbito do Ministério da Agricultura para a órbita do Ministério da Educação. Esta mudança no controle da instituição, porém, é vista com ressalvas e descontentamento por Emmanuel Franco. Segundo ele, a instituição se descaracterizou, pois deixou de responder a sua área de origem, a agrícola e passou para o Ministério da Educação, que não dava a mesma importância ao Colégio. Tal entendimento é compartilhado por outros professores da instituição. No livro *Memórias do Aprendizado* (2004), Jorge Carvalho do Nascimento estabeleceu muito bem o conflito de ideias gerado na instituição naquele momento. Segundo Nascimento:

44 FRANCO, Emmanuel. Entrevista concedida a Jorge Carvalho do Nascimento, no dia 21 de dezembro de 2003.

[...] o debate, na verdade, revela uma posição extremamente preconceituosa de alguns profissionais que atuavam no Colégio quanto a necessidade de incorporar padrões pedagógicos ao seu trabalho, o que não fora visto como necessidade profissional docente enquanto a instituição esteve subordinada ao controle do Ministério da Agricultura.⁴⁵

Além dessa discussão, o professor Emmanuel Franco relembra um outro momento de debates na instituição quando se cogitou a possibilidade de implantar a Universidade Federal de Sergipe nas terras pertencentes ao Colégio. A sua posição era a favor de ceder as terras para a construção do campus da Universidade. Porém, os demais professores posicionaram-se contra, alegando que os alunos que procuravam a escola não teriam um outro local com o mesmo perfil educacional para estudarem. Apesar de a Escola haver vivido momentos tão controversos, Emmanuel Franco afirma que um dos grandes méritos da instituição era a amizade entre professores, o que, de certa forma, reflete o corporativismo presente no cotidiano do estabelecimento⁴⁶.

Os anos se passaram e Emmanuel Franco continuou a desempenhar as suas funções no Colégio Agrícola e, ao que parece, a educação inicial dada pelos pais, baseada na memorização se fazia presente em sua prática pedagógica. Tal direcionamento tornava-se mais evidente em suas avaliações, das quais o agrônomo recorda, asseverando: “descascava, descascava, mandava fazer provas de 18 páginas, 20 páginas, escrevam”. Para Emmanuel as provas serviam para desenvolver o raciocínio, como fica patente em uma outra passagem de sua fala: “[...] mas a gente não procurava eliminar ninguém não, procurava ajudar, eu, por exemplo, passava provas quilométricas”. Ao que parece, a falta da formação didático-pedagógica acabava por fazer falta no exercício da docência por engenheiros agrônomos nos estabelecimentos de ensino agrícola.

Durante os 34 anos em que foi professor da Instituição nunca exerceu qualquer cargo diretivo. Isto, segundo ele, devido à remuneração ser equivalente a que ganhava como Diretor do Posto de Defesa Agrícola. No ano de 1989, aos 70 anos de idade, Emmanuel Franco aposentou-se nas funções de diretor do Posto de Defesa Agrícola e de professor da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão, que ele recorda como Colégio Agrícola, antiga denominação da instituição.

45 NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. *Memórias do Aprendizado: oitenta anos de ensino agrícola*. Maceió: Edições Catavento, 2004, p. 136.

46 FRANCO, Emmanuel. Entrevista concedida a Jorge Carvalho do Nascimento, no dia 21 de dezembro de 2003.



A Produção do Agrônomo Cientista

Emmanuel Franco produziu uma obra eclética. Os seus escritos (tese, livros e artigos⁴⁷) abordam assuntos técnico-científicos dos campos da Agronomia, da Agroecologia e da Biogeografia, bem como temas que versam sobre aspectos históricos e culturais do estado de Sergipe.

Suas publicações técnico-científicas agronômicas se referem à sanidade vegetal, ecologia e ao ensino profissional agrícola. Aproveitando os conhecimentos adquiridos na especialização em fitopatologia realizada nos Estados Unidos e a experiência profissional na Divisão de Defesa Sanitária Vegetal do Ministério da Agricultura, escreveu vários artigos e livros sobre doenças e pragas da lavoura brasileira. Destacam-se a divulgação da identificação, controle e combate das pragas e doenças das culturas da cana-de-açúcar, algodão, laranja, fumo e coqueiro. Sobretudo, o seu estudo de maior repercussão intitulado **Estudo sobre o anel vermelho do coqueiro** (1964), que identifica uma patologia da cultura do coqueiral, denominada anel vermelho do coqueiro, e sua forma de profilaxia e combate.

Além da preocupação com as questões fitossanitárias preocupou-se com o manejo racional do solo, tendo publicado o livro **Estudos de Ecologia e Reflorestamento** (1956), onde demonstra preocupação com a preservação do meio ambiente e a necessidade de cultivar sem destruir o ecossistema. E, em 1960, apresentou um estudo intitulado **Aproveitamento dos vales de Sergipe**, sobre a importância para a agricultura dos vales de Sergipe. Nesse estudo ele demonstra, com riqueza de informações, grande conhecimento sobre as bacias hidrográficas e a geomorfologia do espaço geográfico sergipano.

Ainda sobre as questões propriamente agronômicas produziu um estudo sobre a educação e ensino agrícola nos Estados Unidos, intitulado **Bases da Agricultura Americana** (1954). Nesse estudo descreve o que chama de três bases da agricultura americana: o sistema de créditos da universidade americana, a pesquisa científica e o serviço de extensão rural. Defende a utilização desses três aspectos na educação brasileira, principalmente o incentivo às pesquisas científicas agronômicas e a sua propagação através de um adequado serviço de extensão rural.

Um segundo grupo de estudos trata de temáticas que versam sobre aspectos da Geografia sergipana⁴⁸. São abordadas as formações vegetais, bacias hidrográficas, ecologia e clima do território sergipano. Neles, o au-

47 Da segunda metade da década de 50 até a década de 60 do século XX escreveu vários artigos para o jornal *Gazeta de Sergipe*.

48 Os estudos sobre Biogeografia também abordam outro Estado brasileiro, pois em 1989 ele publicou o livro *Biogeografia do Estado da Paraíba*.



tor revela seu envolvimento com a disciplina Biogeografia, que lecionou de 1968 a 1991, como professor fundador e titular desta disciplina na Universidade Federal de Sergipe.

O estudo, que serviu de base para as futuras publicações sobre Biogeografia, foi sua tese de livre docência intitulada **Estudo ecológico do clima de Sergipe** (1976), apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade Federal de Sergipe. A partir dessa tese publicou os livros **Biogeografia do Estado de Sergipe** (1983), pesquisa sobre os solos, fauna, vegetação e clima; **As formações vegetais do globo terrestre: bioecologia**, (1993), versando principalmente sobre manguezais, e florestas e caatinga do Nordeste do Brasil.

No entanto, o agrônomo já havia se insinuado nos estudos geográficos em 1960, quando publicou **Aproveitamento dos vales de Sergipe** e, em 1965, com **A segurança das chuvas em Sergipe**. Nesses livros, embora aborde a temática Biogeografia, a pesquisa adquire uma importância no campo da Agronomia, pois o autor teve como objetivo contribuir para o aproveitamento racional dos períodos chuvosos e dos vales fluviais para uma maior produtividade dos cultivos agrícolas em Sergipe.

O terceiro grupo são pesquisas livres sobre história e cultura do estado de Sergipe. O agrônomo publicou artigos e livros sobre a colonização, limites, e aspectos da História Colonial de Sergipe, destacando-se **A colonização da capitania de Sergipe D'El-Rei**, em 1999 e **O povo e a linguagem de Sergipe**. Demonstra ter consultado fontes primárias da história sergipana, como a “Carta do Padre Inácio de Toloza”. No entanto, os estudos não trazem inovações interpretativas sobre a história e a cultura do Estado. O autor utiliza um método descritivo dos fatos históricos e segue interpretações já consagradas pela historiografia tradicional.

Notas Finais

O imortal da Academia Sergipana de Letras

Devido a sua produção científica, Emmanuel Franco se considerou habilitado a pleitear um dos assentos da Academia Sergipana de Letras. Para conseguir a indicação do seu nome, o próprio Emmanuel visitou 22 membros da Academia, pedindo apoio a sua candidatura. No dia da votação apenas três imortais se manifestaram contra. Sobre os votos contrários, Emmanuel assevera que alguns alegaram ser ele um homem de temperamento difícil. Talvez tal alegação esteja diretamente ligada ao fato de Emmanuel Franco ter pouca afinidade com o trabalho em grupo, pois em todos os momentos nos quais foi perguntado sobre a sua atuação política respondia enfaticamente que não nasceu para ser subserviente e sim para



ser o chefe. A partir de 1984, portanto, Emmanuel Franco dedicou a maior parte do tempo às atividades da Academia.

Pouco tempo depois de tomar posse na Academia articulou-se com os demais imortais no sentido de adotar a prática das reuniões semanais: “A Academia não existia quando eu entrei. Epifânio Dória, antes de morrer, chamou-me para estudar no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aí me chamou, e eu disse: ‘vamos nos reunir’. [...]eu, Uchoa, ele e Benjamin de Carvalho. Nos reuníamos todas segundas-feiras. Então, ficou a prática.”⁴⁹

Emmanuel Franco continuou escrevendo e participando assiduamente das reuniões semanais na Academia Sergipana de Letras e em 2005 publicou **Viagens**: uma semente plantada, um livro de memórias sobre a Agronomia em Sergipe, sua formação e atuação como agrônomo, suas viagens de trabalho e estudos, destacando a importância e influência dos norte-americanos para o desenvolvimento da ciência agrônoma e do ensino agrícola no Brasil. De 1974 até 2008, ano do seu falecimento, foi reconhecido e condecorado por diversas instituições de âmbito nacional e estadual recebendo, entre outras, a Medalha do Mérito Agrícola, Professor Emérito da Universidade Federal de Sergipe, Diploma no Jubileu de Ouro.

Além da atuação como agrônomo pesquisador e professor, Dr. Emmanuel Franco se dedicou a diversas atividades culturais na qualidade de membro da Academia Sergipana de Letras (1970) e membro do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Os seus escritos principais resultam do desenvolvimento de pesquisas científicas agrônomicas, com destaque maior para a descoberta e combate da doença “anel vermelho do coqueiro”.

49 FRANCO, Emmanuel. Entrevista concedida a Jorge Carvalho do Nascimento, no dia 21 de dezembro de 2003.

Entre Sussurros e Silêncios: as Passeatas Cívicas dos Grupos Escolares Sergipanos e a Ausência das Festas Republicanas nas Ruas (1923-1930)

Degenal de Jesus da Silva¹

Enter Whispers and Silences:
the Civic Parades of Sergipeans
School Groups and Lack of
Party Republican in the Streets
(1923-1930)

206



Resumo

O artigo pesquisa as festas cívicas em Sergipe realizadas nas ruas, entre 1923 a 1930. Neste intervalo temporal, aconteceu algo inusitado, e que, os historiadores sergipanos não se debruçaram a estudar: o declínio das comemorações republicanas nas ruas. Este estudo ganha relevância, principalmente, porque este fato começou no governo do Presidente do Estado Graccho Cardoso, considerado pela historiografia sergipana como um governante desenvolvimentista - e em especial na área da educação. Assim, o objetivo é examinar o percurso das festividades, tentando perceber os indícios deixados nas fontes sobre as formas de participação; indivíduos e instituições envolvidos nesses momentos de celebração; e, as representações utilizadas naquele momento histórico. Para tanto, utilizamos diversos documentos para que pudéssemos cruzar as informações, com o intuito de podermos lançar um novo olhar sobre esse período. Desta forma, utilizamos os conceitos: de Representações de Roger Chartier e do paradigma indiciário de Carlo Ginzburg.

Palavras-chave: Festas cívicas. Primeira República. Representações.

Abstract

Article search civic parties in Sergipe held in the streets, between 1923-1930. In this time interval, there was something unusual, and that the Sergipeans historians pored studying: the decline of republican celebrations in the streets. This study becomes relevant, especially because this fact began under President Cardoso Graccho the President of the State, considered by sergipana historiography as a developmentalist - and especially in education. The objective is to examine the course of the festivities, trying to understand the clues left in the sources of the forms of participation; individuals and institutions involved in these moments of celebration; and the representations used in that historic moment. Therefore, we use various documents so that we could cross the information, in order that we can launch a new look at this period. Thus, we used the concepts: Representations of Roger Chartier and the indiciary paradigm of Carlo Ginzburg.

Keywords: Civic Parties. First Republic. Representations.

1 Mestre em História pela Universidade Federal de Sergipe e Professor da Rede Estadual de Ensino da Bahia.

Introdução

A quantidade de pesquisas contendo festas como objetos de estudo é um indicativo do avanço desse campo nas graduações e pós-graduações (*lato senso* e *stricto senso*) do país. Segundo Menezes, entre 1987 a 2007, houve 750 dissertações (mestrado) e 193 teses (doutorado) registradas no banco da Capes². Sendo que no decorrer desse período, a autora detecta um sensível crescimento das produções no decorrer das décadas. Levando-se em conta que o levantamento dos dados, feito por ela, refere-se a abril de 2009.

Em nosso caso, o que interessa, especificamente, são as pesquisas sobre festas cívicas e escolares. No Brasil, temos uma dezena de trabalhos relevantes, como os de: Circe Bittencourt, Marta Maria Chagas de Carvalho, Rosa Fátima de Souza, Marcos Levy Albino Bencostta, Renata Marcilio Cândido, Diana Vidal, entre outros³. Em sua maioria, transitam sobre o tema. Ou seja, não eram o objeto de pesquisa dos autores. Consequentemente, as comemorações aparecem no texto em segundo plano.

Com relação a Sergipe, temos dois pesquisadores que transformaram seus trabalhos de pós-graduações em livros: Crislane Barbosa de Azevedo⁴ e Magno Francisco de Jesus Santos⁵. O primeiro voltado para cultura escolar, perscrutando: as leis; os ritos de entrada e saída dos grupos escolares, realizados por cânticos; as festas escolares, entre outros. O segundo, trabalhou com a cultura material: as edificações das escolas graduadas. Tendo em alguns momentos discutido sobre as festas cívicas.

Entre artigos e capítulos de livros que debatem sobre as festividades cívicas e escolares, temos: Jorge Carvalho do Nascimento, em que afir-

- 2 MENEZES, Renata de Castro. "Tradição e Atualidade no Estudo das Festas": uma leitura de Saint Besse, de Robert Hertz. In: PEREZ, Léa Freitas; et. All (Orgs.). *Festa Como Perspectiva e em Perspectiva*. Rio de Janeiro/RJ: Garamond, 2012. p. 44.
- 3 Ver: BENCOSTTA, Marcos L. Albino. "Desfiles Patrióticos: memória e cultura cívica dos grupos escolares de Curitiba (1903-1971)". In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). *Grupos Escolares: Cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas, São Paulo: Mercado das Letras, 2006. p. 299-321; BITTENCOURT, Circe. "As 'Tradições Nacionais' e o Ritual das Festas Cívicas. In.: PYNSK, Jaime (autor e organizador). *O Ensino de História e a Criação do Fato*. Rev. e atual. - São Paulo: Contexto, 2009. p. 53-92; CÂNDIDO, Renata Marcilio. *A Máquina de Festejar: seus usos e configurações nas escolas primárias brasileiras e portuguesas (1890-1930)*. São Paulo. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, 2012; _____. *Culturas da Escola: as festas nas escolas públicas paulistas (1890-1930)*. São Paulo. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de São Paulo, 2007; VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). *Grupos Escolares: Cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas, São Paulo: Mercado das Letras, 2006; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *A Escola e a República*. São Paulo: Brasiliense, 1989; SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de Civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1889-1910)*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1998.
- 4 AZEVEDO, Crislane B. de. *Grupos Escolares em Sergipe (1911-1930): cultura escolar, civilização e escolarização da infância*. Natal, Rio Grande do Norte: Editora da UFRN, 2009.
- 5 SANTOS, Magno Francisco de Jesus. *Ecossistema da Modernidade: a arquitetura dos grupos escolares sergipanos. (1911-1926)*. São Cristóvão/SE: Editora UFS, 2013.



mou que a construção do sentimento patriótico deveria ser cultivada pela construção de heróis e pelo culto a bandeira nas comemorações⁶; Miguel Berger, compreende as festas como uma vitrine, um momento de “dar-se a ver”⁷, de mostrar o progresso na educação.

Como podemos perceber, é um campo de estudo que ainda carece de mais pesquisas. Pois, a produção existente mostra que vários objetos, dentro do assunto sobre festas cívico-escolares e escolares, demandam, por parte do historiador, incursões por temas inexplorados ou com poucos trabalhos realizados - tomemos como exemplo, as passeatas cívicas dos grupos escolares.

Assim, este artigo vem contribuir com o conhecimento histórico sobre uma das vertentes das festas cívico-escolares sergipanas na Primeira República: as passeatas cívicas. Pois, ao se debruçar sobre um objeto da história da educação, ele desvela um tecido mais complexo da sociedade daquele período. Em que não há homogeneidade ou regularidade na realização das festas.

Na elaboração deste trabalho, utilizamos a categoria de *representações* de Roger Chartier. Para ele, a construção social da realidade está fundada em *estratégias* que tendem a impor uma autoridade dos discursos à custa de outros, de como deve ser construída a representação de mundo na sociedade. Objetivando legitimar um projeto reformador, procurou-se *justificar* para os indivíduos ao qual se destinavam, as suas escolhas e condutas. Sendo dessa forma que as *representações* construídas do mundo social, aspiravam a uma universalidade baseadas na razão⁸.

Ademais, nesta pesquisa, utilizamos o método indiciário. Nele, o historiador é comparado a um detetive que vasculha os menores indícios na intenção de elucidar os fatos. Indo em busca de traços, marcas, pegadas como um caçador de vestígios, ou seja, como um investigador. Analisando para além daquilo que é dito, ir além do que é mostrado. Presta atenção nas evidências e não entende o real como transparente⁹.

6 NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. “A Escola no Espelho: São Paulo e a implantação dos grupos escolares no estado de Sergipe”. In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). Grupos Escolares: Cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas, São Paulo: Mercado das Letras, 2006.p.153-171.

7 BERGER, Miguel André. “Os grupos escolares e as festas para difusão da instrução e civilidade”. In: Revista do Mestrado em Educação. Vol.II. São Cristóvão: NPGED-UFS, 2005. p. 51-68.

8 CHARTIER, Roger. “Introdução”. In.:_____. A História Cultural: entre práticas e representações. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990. p.17. - (Memória e Sociedade).

9 GINZBURG, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”. In.:_____. Mitos, Emblemas, Sinais - morfologia e história. Tradução: Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.pp. 143-180.



Entre Passeatas Cívicas e Festas Republicanas

O que é a festa? Podemos classificá-la com precisão? Tal pergunta encontra diversos obstáculos, o que nos limita a afirmarmos sobre sua extensão e que objetos se enquadram nela, ou melhor, quais eventos podemos denominar como festa. Se podem ser alegres, tristes, solenidades as mais diversas, rituais políticos entre outros, muito disso depende do olhar do historiador e do acontecimento - num tempo e espaço determinado¹⁰.

Pois, um dos princípios que encontra certo consenso ou que seja menos criticado pode ser desconsiderado em algum momento, no intuito de realçar a peculiaridade histórica de determinada festividade. Tomamos como exemplo a comemoração de 08 de dezembro de 1924, em que o Presidente de Sergipe, o Sr. Graccho Cardoso, tornava público a celebração a Abílio Cesar Borges. Indivíduo que contribuiu nos estudos sobre educação e para a difusão, por sua vasta produção, a língua portuguesa. Tornando-se feriado em todo o país por ordem do Presidente da República, o dr. Epitácio Pessoa.

Feito comemorado apenas uma vez no período entre 1911-1930¹¹. Quebrando assim a afirmação de que o evento para ser uma festa, deveria ser recorrente, ou seja, cíclica¹². Mostrando que certos objetos de estudo na história não são muito afeitos a regras fixas. Afinal, elas sofrem a ação do homem no tempo e em determinado espaço ao sabor de certas circunstâncias.

Foram nessas irregularidades que os festejos cívicos ocorreram em Sergipe. Em *Dionísio Republicano: As Festas dos Grupos Escolares Sergipanos e os Outros Olhares (1911-1930)*, percebemos que antes de 1911 as festividades republicanas eram alvos de constantes reclamações ou ausência de comemorações. Restringindo-se muitas vezes a um ritual mais simples, como o hasteamento e descimento das bandeiras.

Desde a promulgação do decreto em que se tentou implantar um sistema de festas no país até a realização delas neste Estado, percebemos que não alcançaram os resultados esperados (1890-1910). Em diversos momentos não foram organizados tais eventos nas ruas, quando muito, resumiam-se a um breve hasteamento das bandeiras nas Instituições públicas. Ademais, não temos informação suficiente - por enquanto

10 Ver: DURKHEIM, Émile. "Capítulo VII - Origens dessas Crenças". In.:_____. As Formas Elementares da Vida Religiosa. Tradução: Paulo Neves. 3ªed. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p.235; AMARAL LUZ, Guilherme. "Festa Barroca?". In.: PEREZ, Léa Freitas; AMARAL, Leila; MESQUITA, Wania (Orgs.). Festa como Perspectiva e em Perspectiva. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. pp. 337-351.

11 SILVA, Degenal de Jesus da. *Dionísio Republicano: as festas dos grupos escolares sergipanos e os outros olhares (1911-1930)*. São Cristóvão-SE. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Sergipe, 2015, p. 196.

12 Idem, p. 196.



– o que motivou as reiteradas declarações da apatia dos sergipanos para as questões cívicas e patrióticas¹³.

Neste cenário, vários indivíduos expunham suas críticas por meio da imprensa sergipana - isso quando não era o próprio jornal que o fazia. Conclamando a sociedade a participarem mais dos festejos: comparecendo e apoiando os eventos republicanos, legitimando, desta forma, os ideais difundidos nas comemorações que o novo regime mandava guardar¹⁴. Haja visto, que mesmo com o comparecimento de uma grande quantidade de espectadores, seus organizadores destacavam a frieza em tais momentos. Sobre quais critérios eles se fundamentavam para fazerem essa afirmação, não está explícito ou implícito na documentação.

Entre 1911 a 1916, as celebrações apresentavam maior regularidade nas festas cívicas de ruas. O auge dos eventos republicanos ocorreu entre 1917 a 1922. Depois desta data, as comemorações nos espaços urbanos declinaram abruptamente - ou seja, quase estagnaram. Se comparado aos anos anteriores, restringiram-se a um ritual por demais simplório: de hasteamento e descimento das bandeiras nos feriados cívicos¹⁵.

Dantes, a cidade toda se remexia e vinha assistir às ruas principais e seu movimento incommum suscitado pelas comemorações cívicas ao dia; em que sobre-sahiam as forças militares em evoluções, e o desfile das escolas. etc. etc. [...]. Nada disso se faz. O governo, o tempo que dispõe, emprega unicamente em vender (quando não dá) o patrimônio do Estado [...]¹⁶.

Seu declínio aconteceu no governo do Presidente de Sergipe Graccho Cardoso. Logo após assumir a administração do Estado, as festas cívicas nas ruas cessaram. Algo contraditório, pois ele é considerado por muitos, inclusive pela historiografia sergipana, como um governante desenvolvimentista¹⁷. Sendo responsável por diversas construções públicas, voltadas principalmente na área de educação - a edificação dos grupos escolares -, que resvalavam em celebrações/comemorações.

Essa situação perdurou durante muitos anos. Atingindo, aliás, o sucessor de Graccho Cardoso ao governo do Estado, o Sr. Manoel Corrêa

13 Idem, p. 54.

14 OLIVEIRA, L. L. "As Festas que a República Manda Guardar". In.: Estudos Históricos (Rio de Janeiro), v.2, n.4, p.172-189, 1989.

15 SILVA, Degenal de Jesus. Op. Cit. 2015. p. 54.

16 SERGIPE JORNAL. Anno VI, nº1417, Aracaju/SE. 08 de setembro de 1926. p. 2.

17 Ver: NUNES, Maria Thetis. História da Educação em Sergipe. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984; BARRETO, Luiz A. Graccho Cardoso: vida e política. Aracaju: Instituto Tancredo Neves, 2003; AZEVEDO, Crislane Barbosa. "Reforma da instrução pública na década de 1920": o caso de Sergipe no governo Graccho Cardoso (1922-26). História, São Paulo/SP, v.34, n.1, p. 323-352, jan./jun. 2015; SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Ecos da Modernidade: a arquitetura dos grupos escolares sergipanos. (1911-1926). São Cristóvão: Editora UFS, 2013.



Dantas. Assim, temos um período relativamente longo, em que não houve a realização das festividades cívicas nas ruas. Situação que teve início em 1923, na administração de Cardoso; alcançando, inclusive, o final do mandato do Presidente Dantas em 1930. Sendo que neste ano, há indícios que elas estavam retornando.

Ademais, no período em questão (1923-1930), percebemos o silêncio das autoridades sergipanas em tomarem medidas para que as comemorações acontecessem. O que motivava esse desinteresse, não sabemos as razões. Simplesmente, houve a omissão de dois Presidentes de Sergipe (Graccho Cardoso e Manoel Corrêa Dantas) para que elas voltassem a ser realizadas.

O último Presidente de Sergipe da década de 1920, não esboçou nenhuma preocupação ou reação frente as festas republicanas de ruas. Sua preocupação estava voltada, durante seu mandato, para a realização delas no interior dos estabelecimentos de ensino primário. Sendo que em 1927, o Sr. Corrêa Dantas, reforçava na Assembleia Legislativa, a importância das comemorações nacionais e estaduais nas escolas.

Entretanto, não existe nenhum indício na documentação sobre o porquê, e muito menos, discursos nos ofícios, decretos e regulamentos da instrução que faça qualquer referência as festividades organizadas no espaço urbano naquele período. Dessa forma, as autoridades sergipanas não foram as únicas a silenciarem frente a uma situação no mínimo inquietante.

Entre os que silenciaram, estava a imprensa sergipana. Sem as comemorações cívicas nas ruas, com a participação de várias escolas públicas e as diversas Instituições de Sergipe, os jornais voltaram seus olhares para o que era realizado nos outros entes federativos, a exemplo de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro¹⁸. Foi um período em que a sociedade sergipana teve que conviver com essa situação de desânimo pelos diversos setores sociais.

O que nos levou a concluir que o período de 1923 a 1929, encontrava-se em situação bem mais precária do que os anos anteriores a 1911. Nestes, havia comemorações e os indivíduos ou o próprio jornal posicionava-se quanto aos diversos assuntos referentes as celebrações republicanas: a frieza dos espectadores; a falta de regularidade da realização das festas; o incentivo ao civismo e a conclamação de um maior número de indivíduos nos festejos.

18 SERGIPE JORNAL. Anno V, nº1226, Aracaju/SE. 25 de novembro de 1925. p. 1; SERGIPE JORNAL. Anno IX, nº2045, Aracaju/SE. 16 de novembro de 1928. p. 1-2; CORREIO DE ARACAJU. Anno XVII, nº40, Aracaju/SE. 20 de novembro de 1923. p. 1.

Esse marasmo dos festejos cívicos nas ruas, não foi uma ocorrência, apenas, de um momento da história da Primeira República em Sergipe. José Veríssimo, no jornal *O Liberal do Pará*, já alertava para a falta de fervor cívico-patriótico. Segundo ele, no Brasil Império, as grandes datas nacionais passavam-se despercebidos, quase esquecidos, “[...] o povo vê-a passar todos os annos com um indifferentismo glacial”²⁰.

No caso de Sergipe isso pode ser demonstrado. Desde o Decreto nº 155 B de 14 de janeiro de 1890, que sancionou os festejos republicanos, a ocorrência delas variou no Estado. No percurso até 1930, encontramos quatro fases: 1) 1890 a 1910, momento em que elas aconteciam de forma irregular, com notas nos jornais acusando os sergipanos de expressarem um baixo fervor cívico-patriótico, além de não ter a participação ativa das escolas públicas; 2) 1911 a 1916, os estabelecimentos de ensino começam a participarem de forma ativa, embora continuem as reiteradas reclamações da frieza dos indivíduos para com as comemorações. 3) de 1917 a 1922, o auge dos eventos cívicos, quando as comemorações eram realizadas com muita pompa, com a participação de diversas instituições e cessam as reclamações sobre a frieza da sociedade sergipana para com as festas cívicas; 4) de 1923 a

VERÍSSIMO, José. “A Educação Nacional”. In:_____. A Educação Nacional. 4^o ed. Rio de Janeiro/RJ: Topbooks; Belo Horizonte/MG: Puc-Minas, 2013, p. 83.

1930²³, quando as elas praticamente estagnaram, tornando-se apenas um evento de hasteamento de bandeiras. Com exceção de algumas instituições, os jornais silenciaram. Não houve reclamações - de indivíduos ou dos próprios jornais - sobre o marasmo das celebrações²⁴.

Ou seja, no percurso apresentado, ela demonstrava está se tornando complexa. Exigindo a participação de uma gama maior de instituições e indivíduos envolvidos na sua execução e participação. Sendo que nos dias comemorativos, arrolavam sujeitos de diversos lugares e classes sociais. Talvez por isso, e também pela grandiosidade em que eram organizados tais eventos, não foram ouvidas, naquele período (1917-1922), aquelas vozes dissonantes que gritavam sobre a frieza dos sergipanos nos eventos republicanos.

Passado esse momento de auge, as festas cívicas na urbe continuaram. Muito embora, anteriormente, eram vários estabelecimentos de ensino que marchavam no espaço urbano. Posteriormente, só vamos ter informações de comemorações de ruas através das passeatas cívico-escolares. Uma escola, uma passeata²⁵. Se comparada aos anos anteriores, a forma como era realizado esse evento, naquele momento, as batidas das bandas de música e o marchar dos grupos escolares, assemelhavam-se à sussurros nas ruas.

Mesmo assim, deveriam ser como espelhos da sociedade a ser formada. As passeatas cívicas eram organizadas para apresentarem os resultados da educação no Estado. As festas, entretanto, mais do que mostrarem, era uma forma pedagógica - estratégica - de incutir nos indivíduos, especialmente, os discentes e ao público em geral, comportamentos, hábitos, gestos e as palavras de ordem (civismo e patriotismo).

Elas foram organizadas para tornarem-se espetáculos, sedutoras, agradáveis aos olhos, despertando sentimentos de negação com algumas práticas utilizadas em sociedade. Tal sensação de vergonha ou coerção deveria gerar nos alunos e seus pais um autocontrole que os fizessem se volverem ao trabalho; culto aos heróis; obediência as autoridades do Estado que ali se faziam presentes - hierarquia; e defenderem a pátria quando fosse necessário, entre outras coisas. Forjar o cidadão e formar a nação exigia entrega total dos indivíduos aos ideais do regime republicano.

23 Em 1929, foi realizada uma comemoração nas ruas, mas entendemos que não foi o suficiente para afirmarmos sobre o retorno das festas cívicas e cívico-escolares. Pelos indícios encontrados, elas começaram a ganhar força a partir 1930. Ver: SILVA, Degenal de Jesus da. *Dionísio Republicano: as festas dos grupos escolares sergipanos e os outros olhares (1911-1930)*. São Cristóvão-SE. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Sergipe, 2015.

24 SILVA, Degenal de Jesus da. "Considerações Finais". In:_____. *Dionísio Republicano: as festas dos grupos escolares sergipanos e os outros olhares (1911-1930)*. São Cristóvão-SE. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Sergipe, 2015, p. 2017-218.

25 Em alguns casos, há notícias da união de duas escolas realizando passeatas cívicas. Mas esta situação era muito rara.

Ao tentaram impor, por meio dos festejos, uma sociedade idealizada em Sergipe, distanciavam-se da vida real. Elas não podem ser analisadas como espelhos de certo período, trazendo à tona o cotidiano e a relação dos indivíduos no meio social. Longe de ilustrar a cultura de determinado período e espaço, contrariavam seus elementos e dela se destacavam, forjando uma imagem idílica a ser construída²⁶.

Sendo que os lugares privilegiados para tais encenações eram as ruas e praças das urbes sergipanas. Paralelamente nesse período, a partir de Aracaju, as cidades passavam por um processo de remodelação de seus espaços. Com a realização das passeatas cívicas das escolas no Estado, tais cenas vieram reforçar os novos comportamentos e hábitos que deveriam ser gestados em tais ambientes.

O que haveria de vigorar numa cidade que passava por transformações, objetivando se tornar civilizada seria a erradicação de certo contexto, existente bem antes de 1911 e que atravessou o Período Imperial: prostituição, vadiagem, roubo, furtos etc. Entretanto, não se destinavam apenas a lugares de passagem ou de recreações. Haveriam de ser lembradas e usadas para práticas civilizadas dos cidadãos republicanos, como festas cívicas, comemorações, celebrações, passeatas cívicas, homenagens entre outras.

Para que isso acontecesse, os festejos não poderiam cair em desuso como nos tempos da monarquia²⁷. Naquele momento, elas estavam sobre a égide das escolas isoladas do Império. Em tais estabelecimentos de ensino, não se poderiam ter nem uma educação cívica e nem uma preparação para satisfazer as necessidades da vida ou para desempenhar as funções sociais que a República impunha. Eram muito deficitárias para conseguirem construir e legitimar as práticas e representações que o novo regime idealizava²⁸.

Segundo Mona Ozouf, as festas seriam como uma dócil maquinaria, pronta para ser montada e desmontada “[...] num abrir e fechar de olhos, tendo em vista as necessidades da causa”²⁹. Pois, quantos sejam os propósitos políticos tanto eram as comemorações a serem organizadas. Sendo que para a autora nem todas seriam iguais. Haveriam uma tipologia: festas revolucionárias, contestatórias, de desregramento entre outros. E mesmo semelhantes, poderiam esboçar intenções antagônicas de seus organizadores³⁰.

26 DUVIGNAUD, Jean. “Introdução”. In.:_____. Festas e Civilizações. Tradução e Nota Introdutória: L. F. Raposo Fontenelle. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983. p. 32.

27 VEIGA, Cynthia Greive. “Educação Estética para o Povo”. In: LOPES, Eliane Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. 500 Anos de Educação no Brasil. 3ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 414.

28 CARVALHO, Marta Maria Chagas de. “A Escola Modelar”. In.:_____. A Escola e a República. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 24-25.

29 OZOUF, Mona. “A Festa Sob a Revolução Francesa”. LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. História: novos objetos. Tradução: Terezinha Marinho; revisão técnica: Gadiel Perruci. Rio de Janeiro, F. Alves, 1976, p. 224.

30 Idem, p. 220.

Contudo, com a construção dos grupos escolares em Sergipe, as comemorações nas ruas oscilavam entre momentos de euforia (1917-1922), de certa regularidade (1911-1916) e de quase estagnação (1923-1930). Assim, compreendemos que a afirmação de Mona Ozouf, foi exagerada, hiperbolizando a festa a uma mera montagem facilmente realizada por seus organizadores. Ao fazer isso, acabava desconsiderando os vários fatores que poderiam influir em sua organização, como: conflitos políticos, econômicos, sociais, o próprio interesse do público sobre tais festejos.

Na situação em que as comemorações em Sergipe estavam, o Sr. Manoel Corrêa Dantas, transformava, segundo seu projeto, a escola de ensino primário - principalmente os grupos escolares - no principal instrumento de execução dos ideais republicanos. Ao fazer isso, pesava sobre seus ombros a construção de representações (conhecimentos escolares) e práticas civilizadas (hábitos, costumes, gestos etc.) a serem ensinadas e legitimadas por meio das festas cívico-escolares e escolares.

Foi nesse contexto que a comemoração realizada no Grupo Escolar Olympio Campos, em 7 de setembro de 1927, aconteceu. Depois de várias solenidades e atividades com a participação dos alunos, a escola preparava-se para invadir as ruas. Pois, à tarde, esse estabelecimento de ensino fez uma passeata cívica, acompanhada de uma banda de música local, juntamente, com a Escola Tobias Barreto que se incorporou ao desfile³¹.

Por conseguinte, na ausência de comemorações em que havia a participação de várias escolas sergipanas, tais empreendimentos tornavam-se da competência dos professores e diretores dos grupos escolares (1923-1930). Doravante, competiam-lhes planejar e executar os festejos. O que possibilitou que gozassem de certa liberdade para escolherem se as festas nas escolas graduadas seriam mais simples ou mais elaboradas, seguidas ou não, de passeatas cívicas nas ruas da cidade.

Na prática, embora sutil, representava a transformação em um dos objetivos da festa. Pois, em um primeiro momento, temos diversas escolas encenando o progresso da instrução em Sergipe; em outro, haviam escolas organizando as comemorações de forma particular. Neste caso, mais do que representarem o desenvolvimento do ensino primário, mostravam a importância da Instituição escolar que a realizava. Possibilitando também adquirir visibilidade tanto na localidade como em nível estadual, os grupos escolares que as organizassem, principalmente, para fora de seus muros, por meios das passeatas cívicas³².

31 Offício Enviado ao Diretor da Instrução Pública pelo Diretor do Grupo escolar Olympio Campos, padre Arthur Alfredo Campos, Aracaju/SE. 08 de setembro de 1927. p.1.

32 Idem.



Considerações Finais

Ao fim de nossa análise, percorremos os caminhos trilhados pelas passeatas cívicas no Estado. Antes dos grupos escolares em 1911, eram realizadas, geralmente, com a ajuda de certos indivíduos ou Instituições privadas. Entre 1911 a 1922, foram frequentes sua inclusão nas festas organizadas pelo Governo com a participação de vários estabelecimentos de ensino; e por fim, depois desta data, voltavam as ruas de forma individual: uma passeata cívica, uma escola. Para finalmente, a partir de 1930, surgir indícios que as comemorações cívicas estavam voltando.

Desse modo, compreendemos que os alunos dos grupos escolares no Estado exerciam paralelamente dois papéis. Eram forjados pelas festas cívico-escolares, e aqui especificamente nas passeatas, ao mesmo tempo em que contribuíam para a construção de uma representação de civilidade. Sendo que coube aos professores, diretores dos grupos escolares e discentes, darem prosseguimento - entre 1923 a 1930 - as grandes festividades cívicas de ruas organizadas no passado, mesmo que fossem apenas uma lembrança do que já foram.



“Mocidade Vitoriosa”: Aspectos Sobre o Porvir, um Jornal Estudantil do Atheneu Sergipense (1932)

Cibele de Souza Rodrigues¹
Eva Maria Siqueira Alves²

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar os temas abordados em cinco exemplares de um jornal estudantil do Atheneu Sergipense, denominado *O Porvir*, a fim de obter uma identificação das temáticas educacionais exploradas. Dessa forma, configura-se como fonte principal e objeto de estudo o próprio impresso, datado de 1932. O marco temporal está compreendido entre os meses de fevereiro a março do referido ano. Essa demarcação justifica-se pela datação da coletânea preservada e localizada no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Adotou-se como metodologia o cruzamento de fontes bibliográficas e documentais, resultantes de levantamentos de leituras e documentos pertinentes ao objeto estudado. O trabalho insere-se no campo da História da Educação, na perspectiva da Nova História Cultural, utilizando-se de conceitos como cultura escolar de Vinão Frago (1994) e Dominique Julia (2001) e jornal estudantil de Catani e Bastos (1997). O estudo permitiu compreender aspectos do universo discente, os temas abordados por eles em um periódico produzido em meio às efervescências de ideias educacionais no país. Nota-se a configuração do impresso como meio de veiculação de trâmites escolares, notas sociais sobre aniversários e falecimentos dos alunos da instituição e pessoas ligadas a eles, bem como, contribuições literárias, propagandas e outros assuntos educacionais ligados à valorização do professor e interesses próprios dos estudantes.

Palavras-chave: Impresso Estudantil; Atheneu Sergipense; *O Porvir*.

“Victorious Youth “: Aspects of o Porvir, A Student Newspaper of Atheneu Sergipense (1932)

Abstract

This article aims to analyze the topics covered in five copies of a student newspaper, the Atheneu Sergipense called the Hereafter, in order to get an approximation of the exploited educational themes. Thus, appears as a main source and object of study, the printed form, dated 1932. The timeframe is between the months of February to March of this, this demarcation is justified by the dating of the preserved collection and located in the Institute History and Geography of Sergipe. It was adopted as methodology the intersection of bibliographic and documentary sources, resulting from readings and surveys relevant documents to the studied object. The work is part of the field of History of Education, in view of the New Cultural History, using concepts such as school culture Viñao Frago (1994) and Dominique Julia (2001) and student newspaper Catani and Bastos (1997). The study allowed us to understand aspects of the students universe, the issues addressed by them in a journal produced amidst the effervescence of educational ideas in the country. Note the configuration of the form as a means of serving school procedures, social notes on birthdays and deaths of the students of the institution and people connected to them, as well as literary contributions, advertisements and other educational issues related to the appreciation of the teacher and self-interest students.

Keywords: Students Journal; Atheneu Sergipense; *O Porvir*.

1 Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Sergipe. Mestre em Educação e licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Sergipe. Membro do grupo de pesquisa Disciplinas Escolares: História, Ensino e Aprendizagem (DEHEA).

2 Doutora em Educação; Professora Associada do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe; líder do Grupo de Pesquisa Disciplinas Escolares: história, ensino, aprendizagem (DEHEA/CNPq/UFS); Diretora do Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense e Presidente do Conselho Municipal de Educação de Aracaju.



Introdução

A presente investigação insere-se na perspectiva dos estudos que têm se voltado para o uso da imprensa educacional como fonte e objeto de estudo. Deste modo, apresentam-se como fonte principal e objeto dessa pesquisa, cinco exemplares de um jornal estudantil denominado *O Porvir*, datados do ano de 1932, relacionados ao órgão dos estudantes do Atheneu Sergipense³. O trabalho tem como objetivo fundamental analisar os temas abordados no impresso, a fim de obter uma identificação das temáticas educacionais publicadas. Além disso, procura fazer considerações a respeito do trabalho que leva em conta esse tipo de fonte, e ressaltar alguns traços da história da referida instituição a partir do impresso em questão.

Ao fazer um levantamento sobre jornais sergipanos com denominação *O Porvir*, percebemos que, dentre os acervos pesquisados, a nomenclatura aparece em jornais em três diferentes momentos, tratando-se, portanto, de organizações também distintas, apesar do uso da mesma terminologia.⁴ Foram localizadas na Biblioteca Pública Epifânio Dórea, no site da Biblioteca Nacional e no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe coleções de números de edições preservados dos anos de: 1874, 1900 e 1932.

Apesar de se tratar de organizações díspares, há informações fornecidas pela administração dos impressos nos cabeçalhos dos jornais referentes aos anos de 1874 e 1932, que, nesses dois momentos, tratava-se de estudantes do Atheneu Sergipense. A respeito da produtividade de jornais estudantis em Sergipe e no Atheneu Sergipense, Rodrigues informa que:

Entre o final do século XIX e início do século XX, cinquenta e dois jornais estudantis circularam em terras sergipanas, sendo que, vinte deles tratavam-se de órgãos oficiais de associações estudantis, onde quatorze foram criados e produzidos pelos alunos do Atheneu Sergipense⁵

Ainda com relação ao levantamento sobre impressos chamados *O Porvir* em Sergipe, foi possível encontrar no catálogo “Jornais, Revistas e outras Publicações Periódicas”, organizado por Armindo Guaraná⁶ que fez

3 Denominado Atheneu Pedro II, na ocasião da publicação do impresso.

4 Alguns dados gerais, levantados inicialmente, integram a pesquisa de Mestrado em Educação de uma das autoras, concluída em 2016, tendo como fonte principal e objeto da investigação o jornal estudantil *O Porvir* de 1874. C.f. (RODRIGUES, Cibele de Souza. *O Porvir, Jornal Literário e Recreativo: Propriedade de uma Associação de Estudantes do Atheneu Sergipe* (1874). 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016).

5 RODRIGUES, Simone Paixão. Com a palavra, os Alunos: Associativismo Discente no Grêmio Literário Clodomir Silva (1935 – 1956). 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

6 GUARANÁ, Armindo. *Jornais, revistas e outras publicações periódicas de 1832 a 1908*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, tomo especial, v. I, parte 2, 1908. p.778.



um levantamento de jornais circulantes em Sergipe entre os anos de 1832 a 1908, referência a um jornal de nomenclatura *O Porvir* com indicação de data inicial de atividades no ano de 1872. Contudo, não foram confirmadas tais informações nos acervos pesquisados.

O dado chama atenção, pois é possível notar na descrição de Guaraná, que o corpo redacional do impresso em 1872 é o mesmo de 1874.⁷ Armindo Guaraná ao descrever o impresso em 1872 aponta:

Pequeno jornal litterario, órgão de uma associação. 1872. O seu corpo redacional compunha-se de estudantes do Atheneu Sergipense, entre os quais figuravam Balthazar Goes, José Ricardo Cardoso, Eutycquio Lins, Silverio Martins Fontes, Manoel Alves Machado, Melchisedech Mathusalém Cardoso e Juvencio de Siqueira Montes.⁸

Apesar dessa indicação de Guaraná, os dados contidos no impresso datado de 1874 informam que a inauguração da sociedade estudantil e a publicação dos primeiros números de *O Porvir* ocorreram exatamente do ano de 1874. A informação pode ser constatada na edição de número 1, quando José Ricardo Cardoso, idealizador da sociedade e do jornal *O Porvir*, propõe aos seus colegas, a criação de uma sociedade estudantil com o intuito de formular um jornal “litterario e recreativo”. Um dos associados escreve e publica a ata dessa reunião, na qual consta que: “A inauguração dessa sociedade teve lugar no dia 12 do passado mez na casa em que funciona a aula do Ilm. Snr. Professor Alexandre José Teixeira, que tão bondosamente no-la ofereceu”.⁹

Essa evidência também encontra-se em outro trecho do mesmo escrito:

A talentosa mocidade do Atheneu Sergipense acaba de fundar uma sociedade litteraria com o fim de publicar um periodico hebdomadario, ao qual deu o nome de *Porvir*. A inauguração desta sociedade teve lugar no dia 12 do passado mez na casa em que funciona a aula do Ilm. Snr. Professor Alexandre José Teixeira, que tão bondosamente no-la ofereceu.¹⁰

Tal dado mostra que a inauguração se deu no ano de 1874. O fato não quer dizer que Armindo Guaraná esteja totalmente equivocado quando indica que a primeira publicação do jornal foi em 1872, podem ter existido percalços entre os redatores do jornal durante esse período de dois

7 Chegou-se a tal conclusão, pois os 12 números desse impresso, salvaguardados na Biblioteca Pública Epifânio Dória, configuraram-se objeto de estudo da dissertação de uma das autoras desse escrito.

8 GUARANÁ, Armindo. Jornaes, revistas e outras publicações periódicas de 1832 a 1908. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, tomo especial, v. 1, parte 2, 1908, p.778.

9 O PORVIR, 2 de agosto de 1874. Ano 1, nº1, p.4.

10 O PORVIR, 2 de agosto de 1874. Ano 1, nº1, p.4.



anos. Talvez uma empreitada mal sucedida, ou quem sabe, um projeto criado e talvez anunciado em 1872, vindo a ser executado somente em 1874. De certo modo, Guaraná também cita *O Porvir* em 1874, expressando: “Órgão de uma associação de estudantes – 1874. O primeiro número saiu no princípio de agosto”¹¹. Desta forma, as investigações necessitam ser aprofundadas, a busca de dados precisa estender-se a outras fontes, principalmente aos jornais da época, que quase tudo noticiavam. Contudo, tal investimento já está sendo realizado pelas autoras em pesquisas já em andamento.

O fato é que os números preservados de jornais sergipanos nos acervos com a nomenclatura *O Porvir*, tratam de administrações distintas. A primeira, refere-se ao ano de 1874, trata-se de uma organização estudantil e sua coletânea preservada conta com doze número de edições; já a coleção de 1900, resulta em vinte e um números de edições e configura-se como de propriedade privada. E, por último, a compilação referente a 1932, contando com cinco números de edições, pertencente também a uma organização de estudantes do Atheneu Sergipense.

A opção de análise para esse artigo recai no período de circulação referente ao ano de 1932, momento de grandes transformações no Brasil, com efervescência de ideias políticas e educacionais que marcaram o período da Escola Nova no país. Nesse momento, existia uma grande circulação de publicação de diversos jornais produzidos por alunos do Ensino Secundário e Primário, motivados pelos ideais escolanovistas. Por abordar e discutir as problemáticas e os ideais desse movimento, *O Porvir* vem a se constituir em um objeto de estudo a ser explorado, pois se trata de um documento da época escrito por alunos.

Deste modo, foram lançados questionamentos a fim de nortear a compreensão do estudo. São eles: Os jornais estudantis faziam parte da cultura escolar na década de 30? Como se deu a configuração do Atheneu Sergipense na promoção do Ensino Secundário em Sergipe? Quem eram os alunos envolvidos nas produções jornalísticas? Qual a materialidade do impresso? Quais temas foram abordados e quais apareceram com maior frequência? Como eram noticiados os temas educacionais?

Diante de tais questionamentos, procuramos estabelecer como metodologia o diálogo com as fontes bibliográficas e documentais. Deste modo, inicialmente foi feito um levantamento de leituras pertinentes ao tema, com ênfase na abordagem em questão: Atheneu Sergipense, cultura escolar, jornal estudantil e escola nova. Posteriormente, fez-se um levantamento de fontes documentais que poderiam ser relevantes para

11 GUARANÁ, Armindo. Jornaes, revistas e outras publicações periódicas de 1832 a 1908. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, tomo especial, v. 1, parte 2, 1908. p.778

a discussão proposta: regulamentos, livros de matrículas, atas e os próprios números de edições do próprio jornal *O Porvir*, configurado como principal fonte da investigação. Os exemplares de *O Porvir* foram aqui considerados como indica Catani e Bastos:

Um guia prático do cotidiano educacional e escolar, permitindo ao pesquisador estudar o pensamento pedagógico de um determinado setor ou de um grupo social a partir da análise do discurso veiculado e da ressonância dos temas debatidos, dentro e fora do universo escolar.¹²

Pois, além de assumirem o papel de fonte, desempenham igualmente o papel de objeto da pesquisa. Dessa forma, serão analisados os artigos e matérias que circularam no impresso, a fim de revelar a forma como um jornal estudantil pode nos levar à compreensão das questões educacionais de uma determinada época.

221



O Impresso Estudantil como Componente da Cultura Escolar de uma Instituição

O estudo das “coisas velhas”, assim como nomeou Camargo ao se referir ao estudo de objetos antigos que podem significar muito para a História da Educação, tem contribuído de forma significativa para apontar acontecimentos do passado. Nas palavras da autora, essas “coisas velhas”, pertencentes ao ambiente escolar, guardadas nas casas dos ex-alunos, ex-professores e no próprio espaço da escola, materializadas em livros, jornais escolares, revistas, fotografias, quadros, etc.¹³

Os jornais estudantis integram tal conjunto de objetos e são de grande valia ao pesquisador que se propõe, por exemplo, a reconstruir histórias de instituições, de momentos de circulação de impressos, sendo possível destacar os costumes e as próprias práticas escolares. São ainda veículos de informação que integram a história da escola, assim como dos seus saberes e práticas, ou seja, fazem parte da Cultura Escolar, termo que segundo Vinão Frago consiste em:

[...] um conjunto dos aspectos institucionalizados que caracterizam a escola como organização, o que inclui práticas e condutas, modos de vida, hábitos e ritos - história cotidiana do fazer escolar -, objetos materiais - função, uso, distribuição no espaço, materialidade física, simbologia, introdução,

12 CATANI, Denice e BASTOS, Maria Helena Câmara (orgs.). *Educação em revista - a imprensa periódica e a História da Educação*. São Paulo: Escrituras, 1997, p. 5.

13 CAMARGO, Marilena A. Jorge Guedes de. “Coisas Velhas”: Um percurso de investigação sobre cultura escolar (1928-1958). São Paulo: Editora Unesp. 2000, p. 20 – 21.

transformação, desaparecimento [...], e modos de pensar, assim como significados e ideias compartilhadas.¹⁴

Compreendemos que o jornal estudantil constitui parte desse conjunto de práticas que permite a transmissão de algum conhecimento de uma determinada época. Nesse sentido, um contributo ao estudo da Cultura Escolar, que por sua vez, assume um caráter de objeto histórico no âmbito da História da Educação.

Analisando o que declara Dominique Julia a respeito da Cultura Escolar como objeto histórico, há que se considerar, dentre outros fatores, que este estudo compreende as normas e finalidades da escola, avaliação do papel do educador e o interesse pelas análises de conteúdos e práticas escolares. Logo, evidenciamos que a partir dessas práticas e perspectivas se inserem também estudos e pesquisas sobre jornais estudantis.¹⁵

Por meio do impresso estudantil, torna-se viável observar o olhar do aluno, ouvir sua fala, como ele descreve a escola, os professores, as disciplinas, as questões educacionais, o entorno da escola, dentre outros elementos pertinentes à Cultura Escolar, e daí, extrair subsídios da educação e da sociedade, costumes e valores expressos pelo corpo discente de uma instituição. Conforme Amaral, com esse tipo de pesquisa:

[...] tem-se a possibilidade de se trazer uma voz pouco escutada pelos pesquisadores, produzindo-se uma nova roupagem ao “velho objeto” que é a Escola. É o ator estudante que se manifesta. Que registra, que inscreve a sua manifestação através dos impressos, que passam a ser novas fontes e/ou objetos a darem visibilidade à produção estudantil.¹⁶

Visto como fonte histórica, o impresso estudantil passa a ganhar novo espaço.¹⁷ Porém, esse trabalho assim como qualquer outro que utiliza fontes documentais para a formulação de estudos, ordena ao pesquisador cuidado e precaução em suas análises. A esse respeito, vale considerar o que dizem Lopes e Galvão, “cabe-nos a sensibilidade, a disposição e

14 FRAGO, AntonioViñiao. Del espacio escolar y la escuela como lugar: propuestas y cuestiones. In: *Revista Historia de la Educación*, v. 12-13, p. 17-74, 1993-1994, p. 19. Rever faltam cidade, editora

15 JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. In: *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas-SP. Editora Autores Associados, 2001, p. 9 – 43.

16 AMARAL, Giana Lange do. *Reflexões sobre a Produção de Jornais Estudantis em Escolas de Ensino Secundário (1930 – 1960): A Constituição da Obra “Jornais Escolares” de Guerino Casasanta*. In: *Anais do VII congresso brasileiro de história da educação*. 2013. Disponível em: <<http://sbhe.org.br>>. Acesso 20 set. 2013, p. 120.

17 A respeito do uso de fontes históricas em pesquisa Cf. BACELLAR, Carlos. *Uso e mau uso dos arquivos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006; VALLE, Hardalla Santos; ARRIADA, Eduardo; CLARO, Lisiane Costa. *A utilização de fontes no ensino de história: a imprensa na construção do conhecimento*. In: *Revista Momento - Diálogos em Educação* – online V. 20, n. 1 (2011) Rio Grande/RS. Disponível em: <https://www.seer.furg.br/momento/article/view/2138>. Acesso em: 16/03/2016.



a disponibilidade para, comparando, analisando, interpretando, descobrir os quês e os porquês de outras épocas, de outros lugares, que, a um só tempo, parecem tão próximos e tão distantes daquilo com que lidamos a cada dia”¹⁸.

Levando em consideração o exposto, questionamos: mas afinal, qual a instituição a que os alunos redatores do jornal estudantil *O Povir* estavam vinculados? Ao Atheneu Sergipense, instituição de estudos Secundários criada em 24 de outubro de 1870. Sobre o tema convém reportarmos aos primeiros fundamentos de organização do Ensino Secundário, que, conforme Alves, datam do ano de 1830 quando foram criadas as cadeiras de Filosofia, Retórica, Geometria e Francês, em São Cristóvão, capital da Província de Sergipe, naquele momento, acolhidas no chamado Liceu de São Cristóvão, porém não alcançando êxito ao longo dos anos de funcionamento, fora extinto logo em 1835.¹⁹

No ano de 1847, foram reestabelecidas as aulas no Liceu permanecendo em atividade até a mudança da então capital para Aracaju, em 1855. De acordo com Alves²⁰, nas documentações daquele Liceu, há um registro de que o aluno Antônio Rodrigues da Fraga, matriculado nas cadeiras de Geometria e Filosofia, redigiu um pasquim contra os professores da instituição.²¹ Tal identificação ocorreu após minucioso exame realizado pela Congregação do Liceu de São Cristóvão a um dos números manuscritos, a fim de elucidar o caso, atentou-se para as semelhanças das letras e da ortografia. Segundo a direção, o aluno violou a disposição legal, quando foi identificado como autor do pasquim, culminando com a perda do ano letivo.

Muito embora a autora não tenha localizado o exemplar do jornal difamador dos lentes daquele estabelecimento de ensino, possivelmente, esse tenha sido um dos primeiros jornais estudantis, mesmo que único, mas com a característica de ter sido escrito por um aluno; era o olhar crítico do estudante analisando os professores.

Outras tentativas de organização dos estudos Secundários, na nova capital, foram realizadas antes da criação do Atheneu Sergipense. As au-

18 LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *História da Educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 16.

19 ALVES, Eva Maria Siqueira. *O Atheneu Sergipense: uma Casa de Educação Literária examinada segundo os planos de estudos (1870-1908)*. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005a.

20 ALVES, Eva Maria Siqueira. *O Atheneu Sergipense: uma Casa de Educação Literária examinada segundo os planos de estudos (1870-1908)*. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005a.

21 Antônio da Fraga estava matriculado no Liceu de São Cristóvão no ano de 1848 na cadeira de Geometria e obteve o aproveitamento “pouco” e procedimento “bom”. Em 1849, matriculou-se na cadeira de Filosofia alcançando aproveitamento “pouco” e procedimento “bom”, mas perdeu o ano.



las aconteciam de forma isolada, por disciplina, geralmente nas próprias casas dos professores ou em prédios alugados pelo governo. Até que, em 1862, instala-se o Liceu Sergipense que oferecia aulas de Latim, Francês, Inglês e Aritmética em um só espaço. Segundo Alves, o Plano de Estudos do Liceu propunha também aulas de outras disciplinas:

Italiano, Filosofia, Gramática Filosófica, Retórica, História e Geografia, Álgebra, Geometria e Trigonometria, Partidas Dobradas e Aritmética Comercial, Noções Gerais de Botânica e Agricultura, Noções Gerais de Química, Noções Gerais de Física, Direito Mercantil, Desenho, Moral e Instrução Religiosa (ALVES, 2005, p. 40).²²

No entanto, a instituição não obteve sucesso, e, em Aracaju, nova capital de Sergipe, as aulas passaram novamente a funcionar no sistema de cadeiras isoladas. Até que, após 15 anos de sua mudança, em 24 de outubro de 1870, por meio do Regulamento da Instrução Pública, é autorizada a criação do Atheneu Sergipense, idealizado por Manuel Luiz Azevedo D'Araujo, diretor Geral da Instrução Pública de Sergipe naquele momento.

Ao longo dos anos, a instituição passou por diversas mudanças de endereços, reformas de prédios e nomenclaturas. A esse respeito vale destacar os nomes que recebeu ao longo de sua história:

Denominações do Atheneu Sergipense recebidas ao longo dos anos: “Atheneu Sergipense (1870), Lyceu Secundário de Sergipe (1881), Escola Normal de Dois Graus (1882), Atheneu Sergipense (1890), Atheneu Pedro II (1925), Atheneu Sergipense (1938), Colégio de Sergipe (1942), Colégio Estadual de Sergipe (1943), Colégio Estadual Atheneu Sergipense (1970), Colégio Estadual de Sergipe Atheneu Sergipense – Centro de Excelência (2003).²³

No período entre os anos de 1925 a 1938, a instituição denominou-se Atheneu Pedro II, justificando, dessa maneira, a referência do subtítulo do impresso estudantil *O Porvir* no ano de 1932, que registra “Orgão Semanal do Gremio Literario Pedro II”.

Nesse momento, o Brasil estava vivendo uma efervescência de publicações de jornais, que não só veiculavam notícias, propagandas, atos governamentais, queixas, denúncias, mas também eram o meio pelo qual alunos e intelectuais disponibilizavam para fazer circular suas produções, criticar ações, propor modificações a determinados temas, propiciando

22 ALVES, Eva Maria Siqueira. *O Atheneu Sergipense: uma Casa de Educação Literária examinada segundo os planos de estudos (1870-1908)*. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005a. p.40.

23 ALVES, Eva Maria Siqueira. *O Atheneu Sergipense: uma Casa de Educação Literária examinada segundo os planos de estudos (1870-1908)*. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005a. p.6.

assim a disseminação dos seus pensamentos, quer em forma de artigos, ensaios e panfletos polêmicos.

É nesse cenário também que o Atheneu Sergipense adquiriu relevância na vida sergipana, tornando-se, deste modo, “um catalisador das produções culturais, de novas práticas e padrões pedagógicos no Estado de Sergipe”²⁴ e de onde partiu a produção do jornal estudantil *O Porvir*.

O Porvir em seu Conteúdo

O jornal estudantil *O Porvir*, datado do ano de 1932, pertencente ao órgão dos estudantes do Atheneu Pedro II, publicou seu primeiro número no dia 7 de fevereiro do referido ano. De circulação semanal, chegava às mãos dos interessados aos domingos,²⁵ e contou com a iniciativa dos alunos: Felix Figueiredo (Diretor), Emílio Gentil (Gerente), Silvio Silveira e Carlos Garcia (Redatores). Tais estudantes, com a colaboração de colegas e professores, fizeram o jornal circular semanalmente pela sociedade, levando em seus escritos, artigos, poemas, noticiários, propagandas, críticas e homenagens.

Nos cinco exemplares analisados de *O Porvir*, há a identificação no cabeçalho, dos nomes dos alunos com seus respectivos cargos ocupados no jornal. Com o propósito também de constatar o vínculo desses estudantes no Atheneu Pedro II, esquadramos dados sobre eles nos documentos salvaguardados no Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (CEMAS)²⁶. Assim, nos livros de matrículas referentes aos períodos de 1909 a 1933 e de 1927 a 1938, colhemos informações a respeito da filiação, naturalidade, data de nascimento e estado civil desses integrantes do periódico.



24 ALVES, Eva Maria Siqueira. *O Atheneu Sergipense: uma Casa de Educação Literária examinada segundo os planos de estudos (1870-1908)*. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005a. p. 199.

25 Os quatro primeiros números analisados foram publicados em dias de domingo, com exceção, do último, datado de 15 de março de 1932, publicado no dia de terça-feira.

26 O CEMAS – Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense está localizado na sede do Colégio Atheneu Sergipense e guarda um acervo de documentos (mais de 90.000 páginas) referentes ao Ensino Secundário e à instituição, datados do período de 1848 até 1970.

Quadro 1 - Colaboradores de *O Porvir* – Dados Biográficos

Nome	Ocupação no Jornal	Idade	Filiação	Naturalidade	Data de Nascimento	Estado Civil
Felix Figueiredo	Presidente	21	Francisco Cassio de Figueiredo ¹	Sergipe	14 de janeiro de 1911	Solteiro
Emílio Gentil	Gerente	21	Frederico Gentil e Maria Santa Gentil.	Itália	28 de setembro de 1911	Solteiro
Silvio Silveira	Redator	19	José Fernandes da Silveira e Maria de Jesus Silveira	Sergipe	9 de setembro de 1913	Solteiro
Carlos Garcia	Redator	17	Antônio Garcia ²	Sergipe	9 de março de 1915	Solteiro

Fonte: Quadro elaborado pelas autoras a partir do livro de matrículas do Atheneu Pedro II, 1909-1933 e livro de matrículas do Atheneu Pedro II 1927-1938.²⁷

Constata-se que os alunos responsáveis pelo jornal *O Porvir*, tinham entre 17 a 21 anos e estavam matriculados, nesse período, no curso pré-militar do Atheneu Pedro II, pois era recomendada às escolas equiparadas ao Colégio Pedro II do Rio de Janeiro, a instauração da instrução pré-militar. Observamos alguns indícios sobre tal movimento no número de edição 3, quando é escrita uma nota sobre a sessão preparatória do Grêmio Literário Pedro II com alguns pontos discutidos:

O sócio acadêmico Felix Figueiredo apresentou um modelo da farda militar que 'iriam' usar a começar 'naquele' ano os alunos do Atheneu. Modelo que será apresentado pelo grêmio ao Sr. Diretor daquele estabelecimento.

Depois de grande e cordeal discussão entre todos, o dito modelo foi unanimemente aprovado com algumas emendas e acrescimos.²⁸

Ainda a respeito desta notícia, no jornal de nº 5, há uma reprise da informação com a confirmação sobre a adoção do fardamento militar daquele ano na instituição. De fato, em busca ao acervo fotográfico do CEMAS, localizamos imagens de alunos, na década de 1930, com esse tipo de fardamento militar exigido nessa época.

27 Ref. (CEMAS) 202 FASSIO S/CX ; 210 FASSIO S/CX – respectivamente.

28 *O PORVIR*, 21 de fevereiro de 1932, Ano1, nº 3, p. 4.



Figura 1 – Corpo discente do Atheneu Pedro II com o Diretor Professor Joaquim Vieira Sobral.²⁹



Fonte: Acervo do CEMAS.

Segundo Horta, nesse período era acentuado “[...] o ensino religioso e a educação cívica nas escolas. Ao mesmo tempo em que se ‘iniciava’ o processo de militarização das mesmas. Pela introdução dos cursos de cultura militar.”³⁰ Percebe-se que esse movimento ocorreu no Brasil sendo possível visualizá-lo também no Atheneu Pedro II por meio dos escritos de *O Porvir* no ano de 1932 e pelas imagens preservadas no CEMAS.

No que diz respeito à materialidade do impresso, era composto por 4 páginas contando com 4 ou 5 colunas, ilustrado em preto e branco e medindo aproximadamente 20 cm x 26 cm. O periódico apresenta no cabeçalho algumas informações básicas sobre a organização, datas de publicação e preços. Do lado esquerdo, há o ano a que a edição se refere, exemplo “Ano I”; logo abaixo dessa marcação, encontra-se o nome do gerente, Emílio Gentil; do lado direito encontra-se o número de edição e, logo abaixo, os nomes dos redatores responsáveis, Carlos Garcia e Silvio Silveira.

Ainda no cabeçalho do periódico, no centro, o destaque do nome do jornal em negrito e logo abaixo, a quem pertencia, “Órgão semanal do grêmio literário Pedro II”, em seguida o nome Aracaju e a data correspondente ao dia da publicação. Com relação aos valores de assinatura do im-

29 As fotos catalogadas no CEMAS são cópias dos originais que estão arquivados no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

30 HORTA, José Silvério Baia. *O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil (1930 – 1945)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, p. 3.

presso, são exibidas nos cinco números analisados, as quantias de \$1000 (Réis) por mês, 3\$000 (Réis) por trimestre, 6\$000 (Réis) por semestre e \$200 (Réis) por número avulso.

Figura 2 - Jornal *O Porvir* - 1932



Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

O periódico estudantil auferiu repercussão entre outros jornais locais da época, sendo destacadas, em seus exemplares, as notas do *Jornal de Notícias* e do jornal *A Tribuna*. A esse respeito, destacam-se:

Circulou hontem nessa capital o semanário <O Porvir>, órgão do Grêmio Literário Pedro II que já estava anunciado.

Jornal bem impresso e de bom material redacional, o portavoz dessa novel agremiação está destinado a vida brilhante, assim não meçam esforços os seus dirigentes.³¹

Circulou domingo, com grande aceitação, o brilhante órgão da valorosa mocidade do grêmio literário Pedro II, intitulado *O Porvir*.

De feito elegante e bem traçado está o novo órgão fadado a conseguir optimas victorias no mundo jornalístico sergipano.

Felicidades, são os nossos sinceros votos.³²

31 *Jornal de Notícias*. In: *O PORVIR*, 14 de fevereiro de 1932, Ano I, nº 2, p. 4.

32 *A Tribuna*. In: *O PORVIR*, 14 de fevereiro de 1932, Ano I, nº 2, p. 4.

Tais divulgações evidenciam que *O Porvir* circulou não somente entre os alunos do próprio Atheneu Pedro II, mas também se tornou visível em espaços externos da comunidade escolar na sociedade sergipana.

Quanto ao conteúdo do jornal, constatamos um considerável número de poemas, especialmente os sonetos, o que faz levantar a hipótese de que poderia ser resultado de trabalhos exigidos nas disciplinas ministradas no Atheneu Pedro II, principalmente as que estavam ligadas às línguas e literaturas e que se propunham, dentre outros objetivos, a levar a mocidade o gosto pelas letras.

Nos exemplares analisados, houveram seções que se repetiram em todos os números de edições, com exceção da “Coluna Médica” que apresentou-se apenas em dois de seus números. Vejamos como estava dividido o jornal no que diz respeito às seções.

Quadro 2- Seções do jornal estudantil *O Porvir*

Seção	Número de edições	Temas
O Porvir indicador	5	Indicação de profissionais como: professores, médicos, advogados, engenheiros e dentistas
Expediente	5	Nomes do diretor, gerente e redatores do jornal, endereços e valores de assinaturas
Coluna médica	2	Dicas de saúde
Secção charadista	5	Charadas para serem decifradas pelos colaboradores a fim de formar um concurso de charadistas
O Porvir Social	5	Notas de aniversários, falecimento, viagens, batismo e agradecimentos

Fonte: Quadro elaborado pelas autoras a partir das análises feitas em *O Porvir* (1932)

Uma dessas seções do jornal, a qual nomearam de “O Porvir Social”, edita notas variadas de aniversários, falecimentos, batizados, viagens e agradecimentos. Tais notas serviam também como estratégias para a expansão do público leitor do jornal, demonstrando o interesse dos redatores pela parte social. Entre os temas destacados nessa seção, as que mais se sobressaem são as relacionadas a aniversários, registrando 16 nomes de aniversariantes em cinco edições do jornal. Boa parte dessas notas sociais referem-se a pessoas que apresentavam algum vínculo com os alu-



nos e professores do Atheneu Pedro II, bem como, membros ilustres da sociedade sergipana.

Como exemplo de uma dessas notas, destaca-se a que faz referência ao Sr. Exupero Monteiro: “A data de amanhã marca o aniversário do distinto homem de letras sr. Exupero Monteiro, sócio de importância da brilhante academia sergipana de letras, e pessoa de relevo social.”³³ Outro exemplo, refere-se à nota de falecimento de um ex-aluno do Atheneu Pedro II, assim escrita:

A morte, sempre indiferente às lágrimas alvas que a alma derrama, levou no dia 24 do mês ultimo uma mocidade que certamente seria no futuro um trabalhador pela grandeza do nome de Sergipe, uma pessoa para quem a vida era uma esperança – Rivadavia Fontes, ex-estudante no Atheneu Pedro II atualmente 2º anista da Faculdade de Direito da Bahia.

Jovem ainda ‘19 anos’, o falecido estudante era querido em nossos círculos sociais, já ocupando, como ocupava, o elevado cargo de Promotor Público da comarca de São Cristovam, por um ato muito justo de S. Excia. o sr. Interventor Federal. [...].³⁴

Não fugindo de estratégias comerciais, comum à maioria dos jornais, é possível notar os meios utilizados, em *O Porvir*, para arrecadar recursos para a impressão, ao menos. Desse modo, optaram seus dirigentes, por reservar uma página do periódico para veicular propagandas de lojas, produtos e serviços com a chamada “Anunciar no *O Porvir* é vencer no comércio”. Com essa estratégia, divulgavam seus escritos em casas comerciais, escritórios e arrecadavam recursos necessários para financiar a publicação do impresso. Na coluna “O Porvir Indicador” são anunciados nomes de professores, médicos, engenheiros e dentistas, informando o endereço dos respectivos escritórios de prestação dos serviços.

O Porvir, além de anunciar propagandas comerciais, também publicava assuntos relacionados à educação, afinal era do campo educacional de onde discorriam seus escritos, e, a maioria de seus artigos está relacionada a esse tema. A esse respeito, no número de edição 1, datado no dia 7 de fevereiro de 1932, há um escrito assinado pelo Tenente Damião Mendonça de Santana sobre a evolução do Atheneu Sergipense, comparando-o com a época em que era aluno da instituição.

33 *O PORVIR*, 14 de fevereiro de 1932, Ano I, nº 1, p. 4.

34 *O PORVIR*, 14 de fevereiro de 1932, Ano I, nº 1, p. 4.



Hoje tudo é diferente da época em que passei pelo Ateneu.
Até o nome.

Não é mais <Atheneu Sergipense> agora é <Pedro II>.

O prédio é outro. Aquele que os governos prometiam e, nunca deram. Nós queríamos melhorar de conforto e os lentes também. Jamais conseguimos. E tínhamos, então, muita raiva.

Os métodos de ensino também mudaram. Quanta coisa diferente!

O futebol, que era proibido, hoje é oficioso.

Pericles, que era aluno, e depois tirou o curso normal, hoje é funcionário. E arranja o campo para o bate-bola...

Essa é que devia ser a minha época.

O campo literário evoluiu, á razão direta e lógica do tempo.

É o império da oportunidade.

Surgiram os gutenbergues do Ateneu.

Eis ai o <O Porvir>

Estou cheio de inveja, confesso, dessa mocidade feliz do meu Ateneu dagora. Quero vida longa e feliz para o <O Porvir>.³⁵

O texto transcrito demonstra as mudanças benéficas ocorridas naquela instituição: novo prédio, outros métodos de ensino, a permissão do futebol, causando inveja ao ex-aluno saudosos, porém satisfeito com as publicações de *O Porvir*.

O valor dado à instrução e aos mestres também é manifestado nos escritos. No nº 2, do dia 14 de fevereiro de 1932, na página 1, há um artigo intitulado “Aos mestres sergipanos”, onde são expostos agradecimentos e reconhecimentos ao trabalho dos mestres de Sergipe, demonstrando a estima que devia ser dada a quem acreditava no futuro da mocidade. Havia uma segurança depositada na figura do professor, por parte do aluno, que o tinha como exemplo a ser seguido.

No jornal, é marcante a presença de textos que enaltecem a figura do mestre e intelectual sergipano. Em nossas análises, levantamos alguns nomes, que ficaram conhecidos no cenário ilustre de Sergipe: Abdias Bezerra, Helvecio de Andrade, Augusto Leite, Manuel dos Passos, Tobias Barreto, Manuel Candido, Artur Fortes, Clodomir Silva, Florentino Menezes e muitos outros, todos referenciados em *O Porvir*.

Ainda sobre temas educacionais, há um texto a respeito da eliminação das taxas de matrículas no Estado Ceará. Os alunos citaram o assunto para comparar e criticar a situação do local de onde falavam: “Aqui em Sergipe, como em todo o Brasil, também a mocidade vive esperando que uma alma verdadeiramente patriota assine um decreto como este [...]”³⁷. A partir de tal abordagem, pode-se entender que o impresso também era utilizado para que os alunos se manifestassem a favor de seus interesses, além de deixar claro que eles estavam informados sobre os acontecimentos presentes em outras localidades e cobravam às autoridades benefícios, sobretudo, estudantis.

Dentre outros escritos, nessa perspectiva, percebe-se a maneira como os alunos encaravam a instrução, expressando opiniões, acreditando ser esse o caminho para o desenvolvimento, ou como o próprio nome do jornal sugere, a porta para o porvir.

O jornal estudantil constitui parte da cultura escolar de uma instituição, onde é possível vislumbrar, dentre seus escritos, alguns aspectos do ambiente em que os estudantes se encontram inseridos, visto, desta maneira, de forma mais interpretativa que laudatória, é o olhar do aluno sobre os trâmites que envolvem o universo da escola.

Os alunos envolvidos em O Porvir estavam vinculados ao Atheneu Sergipense, instituição de relevância no Ensino Secundário, criada em 1870, após diversas tentativas de implantação e efemeridade de outros ambientes em Sergipe.

37 *O PORVIR*, 14 de fevereiro de 1932. Ano 1, nº 2, p.2.

Ao longo dos anos, a instituição passou por diversas mudanças, estruturais, administrativas, até que entre as décadas de 1920 e 1930 é equiparada ao Colégio Pedro II do Rio de Janeiro. E então, surge em 1932, o jornal estudantil *O Porvir* dirigido pelos alunos: Felix Figueiredo, Emílio Gentil, Silvio Silveira e Carlos Garcia. O impresso era materializado em 4 folhas, cada uma com três ou quatro colunas, medindo entre 20cm por 26 cm. Tornou-se meio de veiculação de trâmites escolares, notas de aniversários, batizados e falecimento, contribuições literárias, propagandas e principalmente ideais educacionais defendidos pelos próprios discentes, além da exaltação dos mestres sergipanos, reconhecidos como o caminho para o desenvolvimento da mocidade.

O objeto estudado, *O Porvir*, não esgota as análises e explanações no presente estudo, constituindo-se, portanto, possuidor de uma multiplicidade de outras interpretações além das levantadas aqui.



Economia do Consumo no Preâmbulo da Segunda Guerra Mundial: os Anúncios Publicitários nos Jornais sergipanos de 1939

Janaina Cardoso de Mello¹

234



Resumo

O artigo busca entender a dinâmica de funcionamento da sociedade sergipana em 1939, às vésperas da eclosão da Segunda Guerra Mundial. Pretende-se analisar esse período da história local pelo viés do anúncio publicitário e da visão de consumo para identificar o destinatário, o potencial motivador e o alcance dos produtos comerciais desse momento difundidos nos periódicos *Correio de Aracaju*, *Folha da Manhã*, *O Nordeste* e *Sergipe Jornal*. Completando-se 70 anos do fim da Segunda Guerra Mundial em 2015, o artigo aproveita a visibilidade buscando perceber a influência, ou não, do conflito sobre a vida econômica e a consequente publicidade das empresas nos jornais sergipanos. Para dar um tratamento metodológico adequado à análise proposta os anúncios foram englobados em quatro categorias: bens essenciais, bens não essenciais, bens de luxo, diversos.

Palavras-chave: publicidade; jornais; consumo.

Abstract

The article seeks to understand the dynamics of functioning of society in Sergipe 1939, on the eve of the outbreak of World War II. We intend to examine this period in local history for commercial bias and consumer vision to identify the recipient, the motivating potential and scope of commercial products that moment broadcast on periodicals *Correio de Aracaju*, *Folha da Manhã*, *O Nordeste* and *Sergipe Jornal*. Supplementing it if 70 years from the end of World War II in 2015, article leverages the visibility seeking realizes the influence, or no, the conflict over the economic life and the consequent publicity in the newspaper companies Sergipe. To give a proper methodological proposal analysis treatment ad were lumped into four categories: essential goods, non-essential goods, luxury goods, miscellaneous.

Keywords: advertising; newspapers; consumption.

1 Pós-Doutoranda em Estudos Culturais (PAC-C-UFRJ); Doutora em História Social (UFRJ); Professora Adjunta de História do Brasil do Departamento de Museologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: janainamello@uol.com.br

Introdução

Este artigo busca entender a dinâmica de funcionamento da sociedade sergipana em 1939, às vésperas da eclosão da Segunda Guerra Mundial, percrustando-lhe seus aspectos econômicos e culturais. Pretende-se analisar esse período da história local pelo viés dos anúncios publicitários e da visão de consumo para identificar o destinatário, o potencial motivador e a perspectiva de alcance dos produtos comerciais, desse momento, difundidos nos periódicos *Correio de Aracaju*, *Folha da Manhã*, *O Nordeste* e *Sergipe Jornal*.

Os jornais foram escolhidos como documentos passíveis de investigação histórica tendo em vista sua presença no cotidiano da sociedade sergipana, sua leitura de hábitos e inovações imiscuídos no correr da vida urbana. Tratam de uma relação mais aproximada com a realidade, de uma forma mais direta, fazem o relato de um tempo curto,

[...] à medida dos indivíduos, da vida cotidiana, de nossas ilusões, de nossas rápidas tomadas de consciência - o tempo, por excelência, do cronista, do jornalista. Ora, notemo-lo, crônica ou jornal fornecem, ao lado dos grandes acontecimentos, ditos históricos, os mediocres acidentes da vida ordinária: um incêndio, uma catástrofe ferroviária, o preço do trigo, um crime, uma representação teatral, uma inundação. Assim, cada um compreenderá que haja um tempo curto de todas as formas da vida econômica, social, literária, institucional, religiosa e mesmo geográfica (uma ventania, uma tempestade) assim como, política.²

A cronologia dos jornais estudados (junho de 1939) foi priorizada em função de dois acontecimentos: as comemorações do centenário de nascimento do jurista sergipano Tobias Barreto de Menezes, realizadas em Aracaju e demais municípios de Sergipe, quando os quatro jornais se esmeram em publicações atrativas de segmentos sociais abastados que interessam ao mercado do consumo. Outro acontecimento, enfatizado nesse artigo, refere-se aos antecedentes da Segunda Guerra Mundial retratados nos periódicos. Entre as celebrações de um “ilustre filho” e o acirramento beligerante na Europa, a publicidade cria uma aura de normalidade e sociedade em progresso, por isso, consumista.

Eventos como a quebra da bolsa de valores de Nova York em outubro de 1929, o rearmamento alemão, a política externa de Hitler, a Guerra Civil Espanhola, as alianças entre países, o *Anschluss*, a crise da Tchecoslováquia e o avanço alemão sobre a Polônia configuraram os antecedentes da Segunda Guerra Mundial.



2 BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992, p.45-46.

Completando-se 70 anos do fim da Segunda Guerra Mundial em 2015, o artigo aproveita essa visibilidade questionando: haveria a influência, ou não, do conflito sobre a vida econômica e a consequente publicidade das empresas nos jornais sergipanos?

Para dar um tratamento metodológico adequado à análise de conteúdo proposta os anúncios foram englobados em quatro categorias: bens essenciais, bens não essenciais, bens de luxo e diversos.

O preâmbulo econômico

Os antecedentes econômicos de 1939 podem ser verificados a partir da deterioração do saldo da balança comercial em 1937 em razão de um expressivo crescimento das importações (mais de 42%). O momento político nacional e internacional conturbado influenciava as oscilações no preço de equilíbrio, ou seja, o ponto de encontro entre a oferta e a demanda refletindo a queda do Produto Interno Bruto (PIB) em 4% e um crescimento econômico médio de 0,9%.³

Enquanto no plano nacional havia ocorrido o golpe de novembro de 1937 efetivado por Getúlio Vargas que instituiu o Estado Novo, no cenário internacional a crise econômica nos Estados Unidos a partir de 1938 e o avanço dos conflitos beligerantes na Europa que resultariam na eclosão da Segunda Guerra Mundial em 1º de setembro de 1939, com a invasão da Polônia pelo exército alemão ganhavam fôlego.

Em Sergipe o governo do estado, entre 1937 e 1945, esteve sob o comando de três interventores: Eronildes de Carvalho (até 1941), Milton Azevedo (até 1942) e Maynard Gomes (até 1945).⁴ No primeiro interregno até 1941, os jornais *Correio de Aracaju* e *Sergipe Jornal* eram os únicos veículos de imprensa não alinhados ao poder vigente e mesmo sob o crivo da censura, traziam em suas páginas os problemas relativos ao mau uso do dinheiro público evidenciados pela administração política.⁵ Durante a segunda gestão foram publicizadas nos periódicos tanto a crise financeira quanto a desordem na administração do gestor anterior. Mas com o passar do tempo, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) reassumiu um controle parcial dos órgãos noticiosos.⁶

3 ABREU, Marcelo de Paiva. *A economia brasileira 1930-1964*. Rio de Janeiro: Departamento de Economia/PUC-RJ, 2010. Disponível em: <http://www.econ.puc-rio.br/pdf/td585.pdf>, p.11. Acesso em: 02/04/2015.

4 DANTAS, Ibarê. *História de Sergipe: República (1889-2000)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004, p.89.

5 Idem, *ibid*, p.90.

6 Idem, *ibid*, p. 90-91.



Na economia, até 1933, houve um avanço no número de estabelecimentos comerciais urbanos, contabilizando-os em 987 nesse momento, quando ainda era grande a ocupação rural no estado. Em 1936, o giro comercial era calculado em 1,4 milhões.⁷

O movimento bancário era um indício do crescimento comercial, sendo ressaltado o volume de depósitos que se ampliou de 22.170 em 1931 para 199.522 em 1945. Tal qual foi a proliferação de estabelecimentos bancários, de três em 1930 para “quatro empresas e sete agências em 1940”.⁸ Conforme afirmou Ibarê Dantas:

[...]embora o perfil da economia de exportação se mantivesse de uma década a outra, houve perda relativa do setor exportador e variação dos investimentos no setor comercial. [...]a economia diversificava-se.⁹

De acordo com a apuração do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o gasto mensal de uma família de classe média – composta por sete pessoas – na cidade do Rio de Janeiro, à época capital do país, compreendendo: aluguel de casa, alimentação, vestuário, combustível e luz, criados, móveis, utensílios, roupa de cama e mesa, etc. totalizava em números absolutos 2:415\$800. A quota para móveis, utensílios, roupa de cama e mesa, etc. era de 225\$200.¹⁰

Nesse período, o cotidiano urbano sergipano também remontava ao consumo e à fruição cultural, quer fosse nos Cafés frequentados por um público seletivo, quer fosse nos bares e bodegas conformando de forma diametralmente oposta um “território dos bêbados, dos malandros e das ‘horizontais’ (prostitutas)”.¹¹

As pessoas que consomem compartilham um universo de nomes e classificações, um conhecimento, um saber sobre produtos e serviços, em que o saber é apreendido e classificado culturalmente, pelo consumo.¹²

7 Idem, *ibid.*, p.100.

8 Idem, *ibid.*, p. 101.

9 Idem, *ibid.*, p.101.

10 FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Série Estatísticas Retrospectivas, vol.1. Repertório Estatístico do Brasil. Quadros Retrospectivos nº1. Separata do Anuário Estatístico do Brasil, Ano V, 1939/1940. Edição fac-similar. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1986, p. 94.

11 MAYNARD, Dilton Cândido Santos; MAYNARD, Andreza Santos Cruz. Dias de luta: traços do cotidiano em Aracaju (1939-1945). OPSIS, Catalão: Ed.UFG, v. 9, n. 12, p.138-154, jan-jun. 2009. Disponível em: http://www.revistas.ufg.br/index.php/Opsis/article/view/9445#.VR31V_nF8rU, Acesso em: 02/04/2015, p.140.

12 MARINHO, Thais Alves. Cultura e Economia: a busca de uma teoria do consumo. Sociedade e Estado, Brasília: v. 23, n. 3, p. 761-766, set./dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v23n3/a09v23n3>, Acesso em: 03/04/2015, p.763.

Entre 1937 e 1938 havia diversos estabelecimentos industriais registrados em Sergipe perfazendo um quantitativo médio dos principais artigos tributados como pode ser verificado na tabela 1, que trata do imposto de consumo, em seu total geral:

Espécies Tributadas	1937	1938
Fumo	33	27
Bebidas	102	90
Álcool	5	5
Fósforos	-	-
Sal	361	376
Calçados	103	86
Perfumarias	15	7
Especialidades Farmacêuticas	8	9
Conservas	7	13
Vinagre e Azeite	61	48
Velas	-	-
Tecidos	12	12
Artefatos de Tecido	22	22
Papel	-	-
Cartas de Jogar	-	-
Chapéus	6	8
Louças e Vidros	-	-
Ferragens	-	-
Café e Chá	20	21
Manteiga	4	7

13 HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p.17-18.

Espécies Tributadas	1937	1938
Móveis	70	52
Armas e Munições	-	-
Lâmpadas, pilhas, etc.	-	-
Queijos	14	11
Tintas	3	2
Leques	-	-
Artefatos de Borracha	-	-

Fonte: Tabela adaptada a partir dos dados do censo do IBGE, 1942, p.69.

Os cinco itens com maior tributação na sociedade sergipana nesse período são o sal, os calçados, as bebidas, os móveis, o vinagre e o azeite. Nos jornais selecionados os anúncios de bebidas (Antarctica) são uma constante, mas há também propagandas de vestuário/calçados (Renner) e mobiliário (A Mobiliadora). Sal, vinagre e azeite não aparecem, talvez por serem bens essenciais e independente de seus anunciantes, estarem na lógica do consumo cotidiano. Os produtos de perfumaria e farmaceuticos estão muito presentes nos anúncios dos jornais locais, todavia, uma grande parte deles provém de São Paulo ou Rio de Janeiro, encontrando em Sergipe apenas distribuidores.

A renda mensal de operários, comerciários e empregados de categoria modesta não excedia 420\$000 em 1939.¹⁴ O custo de vida familiar desse segmento vinculado ao custo de vida com suas despesas mensais pode ser aferido na tabela 2 que trata da condição de vida na capital e no interior:

Tabela 2 – Condição de vida na capital e no interior de Sergipe (1939)

Especificação	Alimentação	Habitação	Vestuário	Farmácia	Médico
No Município do Capital					
Pessoas recenseadas	2.554	2.413	2.257	2.393	428
Renda Total	99:576\$	93:930\$	98:528\$	94:739\$	6:195\$
Despesa Total	75:498\$	10:843\$	12:872\$	4:857\$	347\$
Despesa per capita	26\$600	4\$500	5\$700	2\$000	\$800
Despesa/Renda (%)	75,82	11,54	13,06	5,13	5,60

Continua...

14 FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Sinótese estatística do estado de Sergipe (Separata, com acréscimos, do "Anuário Estatístico do Brasil, Ano V – 1939/1940, organizada com a colaboração do Departamento Estadual de Estatística)*. Nº 4. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1942.

Especificação	Alimentação	Habitação	Vestuário	Farmácia	Médico
No Interior					
Pessoas recenseadas	11.325	5.851	10.185	5.281	759
Renda Total	280:982\$	151:853\$	270:557\$	140:958\$	20:467\$
Despesa Total	208:471\$	9:945\$	8:415\$	6:617\$	1:052\$
Despesa <i>per capita</i>	18\$400	1\$700	\$800	1\$300	1\$400
Despesa/Renda (%)	74, 19	6,55	3,11	4,69	5,14

Fonte: Tabela adaptada a partir dos dados do censo do IBGE, 1942, p.80.

A distinção dos números na tabulação de dados realizada pelo censo do IBGE na capital e no interior, confirma um volume maior de ocupação territorial distante de Aracaju. A moradia, o trabalho e a produção econômica continuava no mundo rural.

Salienta-se que apesar da renda ser maior no interior, a despesa *per capita* é menor na capital. Talvez porque os luxos de uma “vida de aparências” na cidade sejam muito mais sedutores do que o valor real das demandas cotidianas, como pode ser observado na despesa *per capita* em vestuário na capital (5\$700) contrastando com o valor gasto no interior (\$800), entretanto, sendo os custos com médico no interior maiores (1\$400) do que na capital (\$800).

A incidência de muitas ofertas em meio ao burburinho urbano requer uma ação para cativar o destinatário, o comprador dos produtos, capturado pela sedução publicitária quer da imagem ou de uma linguagem convencendo-o à fidelização.

A ação publicitária

O jornal *Folha da Manhã*, de propriedade e direção de Adroaldo Campos, tinha sua redação na rua de Laranjeiras, 362, e através da caixa postal 57 e do telefone 2-2-2 realizava assinaturas em três modalidades: anual (35\$000), semestral (18\$000) e mensal (3\$000). As vendas avulsas custavam \$200 e os números atrasados \$400.

Na edição número 391, Ano II, do jornal *Folha da Manhã* de 01 de junho de 1939, destaca-se a marca publicitária do produto “Realce – pó de arroz”, um produto de perfumaria da firma L. Bianconi & Cia, estabelecida em São Paulo, comercializado sob os valores de \$200 a \$400¹⁵.

15 Diário Oficial (Seção I), 29 de junho de 1938, p.12951.



Na edição número 393, Ano II, do jornal *Folha da Manhã* de 03 de junho de 1939, destaca-se na primeira página a marca publicitária do produto “Turmalina – é a melhor manteiga da praça, em latinhãs de ¼”, da Salgado, Irmãos & Cia. de Varginha (Minas Gerais)¹⁶, na segunda página há propagandas dos produtos: “Sabão pintado ‘Celeste’ de Vieira, Garcez & Cia. é fazer economia com inteligência”; “Realce – Fina loção” e “Máquinas de costura inglesa Jones¹⁷ – Cosem e bordam admiravelmente: desde 1:315\$000”. Nota-se o uso de frases de efeito com adjetivações para convencer o comprador de que os itens anunciados contribuem para uma economia inteligente, ou relacionando o produto ao “valor simbólico da tradição”.

Na edição número 394, Ano II, do jornal *Folha da Manhã* de 04 de junho de 1939, destaca-se na primeira página a marca publicitária do produto “Antarctica – A cerveja do Brasil”¹⁸ e “Antarctica – a cerveja do povo”, na segunda página repete-se outro anúncio de “Antarctica – a cerveja que o Brasil inteiro bebe”, tendo ainda as propaganda de “lodolino de ORH¹⁹ – tônico gerador de força da saúde. É o fortificante receitado pelos médicos mais ilustres” (atua no combate ao raquitismo, flores brancas, anemia, escrophulas, magreza, cansaço, palidez, inapetencia, fraqueza e neurastênia), comercializado entre \$080 e 6\$500, “Turmalina – a melhor manteiga para mesa, experimentem!” e “Fogões economicos geral – bons, bonitos, baratos”²⁰. Prosseguem-se as adjetivações e frases de efeito, todavia, também agora introduzindo-se a indicação profissional, conferindo uma suposta garantia de sucesso dos fármacos anunciados. Deve-se atentar também para os efusivos anúncios da cerveja Antarctica, produzida em São Paulo, cujo discurso apresentam-na como “nacional” para ganhar a aceitação em outras geografias. Ao mesmo tempo, pode-se vincular sua estratégia ao próprio uso do nacionalismo que o governo de Getúlio Vargas empreendeu na década de 1930.

16 Ganhadora do 1º prêmio no concurso de manteigas extra sem sal. Ver em: *Diário Oficial* (Sessão I), 26 de agosto de 1939, p.20637.

17 Jones Sewing Machine Co. foi fundada em 1860 por William Jones e Thomas Chadwick na Inglaterra. O modelo Family CS foi elaborado especialmente para fornecimento à “Sua Majestade a Rainha Alexandra”, entre 1914 e 1920. Em 1939, a importação de máquinas de costura provenientes da Europa e Estados Unidos para o Brasil perfazia uma despesa de duzentas mil libras esterlinas. Conf. NORMANO, J. F. *Evolução econômica do Brasil*. São Paulo, Nacional, 1939.

18 A Companhia Antarctica Paulista foi fundada em 9 de fevereiro de 1891 como sociedade anônima, com 61 acionistas. O decreto presidencial n.217 de 15 de maio de 1891, na gestão do Marechal Deodoro da Fonseca, autorizou a Companhia Antarctica Paulista a funcionar com os estatutos apresentados dentro da legislação vigente na época.

19 Um produto de fabricação de Ricardo Heinzelmann, residente à rua do Passeio n.52, no Rio de Janeiro, cujo registro de sua marca foi publicado no *Diário Oficial* de 26 de maio de 1912, p. 6937. Em 1923 o tônico era noticiado nos jornais do Rio de Janeiro e entre 1924 e 1925 aparecia nas páginas da revista *A Pilhéria* em Pernambuco.

20 Do mesmo modo que as máquinas de costura Jones, os Fogões Econômicos Geral eram expostos na A. Fonseca & Cia., na Av. Rio Branco, nº 54.

Na edição número 395, Ano II, do jornal *Folha da Manhã* de 06 de junho de 1939, destaca-se na primeira página a marca publicitária do produto “Realce – Fina loção”, na segunda página “Sabão pintado ‘Celeste’ de Vieira, Garcez & Cia. é fazer economia com inteligência”; “Realce – pó de arroz”; “Antarctica – A cerveja do Brasil”, “Antarctica – a sua cerveja”; “Dyspeticos! As pílulas do Abbade Moss”²¹ (auxiliam na digestão, neurastênicos, regularizam as funções do fígado, podendo ser ingeridas por tristes, nervosos, doentes do estômago, hemorroidosos, pessoas com dores de cabeça, tonteiras, vertigens, enjôos, pesadelos, evitam a prisão de ventre, não produzem cólicas e não viciam a natureza) comercializadas entre \$100 e 3\$300. Destaca-se a amplitude curativa propagandeada pelos fármacos, perfazendo a idéia de que um único remédio poderia ser a “panacéia para todos os males” e por isso ser um item econômico.

Na edição número 396, Ano II, do jornal *Folha da Manhã* de 07 de junho de 1939, destaca-se na segunda página “Sanguenol – fórmula alemã” (Transfusão de sangue – maravilhoso. Com 2 vidros aumenta o peso em 3 kilos, cuidado com a tuberculose, único fortificante no mundo com 8 elementos tónicos – fósforo, cálcio, arsênio, vanadato, para os pálidos, depauperados, esgotados, anêmicos, mães que criam, magros, crianças raquíticas), comercializado entre \$100 e 5\$000; “Antarctica – a sua cerveja”; “Sal de fructa Eno”²² – vendido em 3 tamanhos (gigante, grande e pequeno); “Realce – Fina loção”; “Turmalina – a melhor manteiga”, “Goufarçam – o melhor e mais completo depurativo do sangue” (poderoso anti-sifílico e anti-reumático), vidro 5\$000, a venda em todas as farmácias; na terceira página, havia o “Elixir 914” (milhões de sífilíticos existem no mundo, morrem diariamente, para combater a sífilis é um dever imperioso usar o Elixir 914. No fim de 20 dias nota-se: 1º o sangue limpo de impurezas e bem estar em geral, 2º Desaparecimento das manifestações cutâneas de origem sífilica, 3º Desaparecimento completo do reumatismo, dores nos ossos e de cabeça de fundo sífilítico, 4º Desaparecimento das manifestações sífilíticas e de todos os incômodos de fundo sífilítico, 5º O aparelho gástrico-intestinal perfeito, pois o Elixir 914 não ataca o estômago e não contém iodureto. É um depurativo que tem atestado dos Hospitais, de especialistas de Olhos e da Dispesia sífilítica. Vidros duplos – já se encontram á venda contendo o dobro do líquido e custando menos 20% que dois vidros pequenos), sendo portanto comercializado entre \$100 e 6\$000; “Antarctica – A cerveja do Brasil”; “Turmalina” – em latões de 10 é melhor. Peso líquido, em latinhas

21 As pílulas do Abbade Moss aparecem em publicidade desde 1918 no jornal *A Federação*, de Ytu (São Paulo), em 16 de fevereiro, p.3.

22 Chegando ao Brasil em 1898, só foi fabricado em território nacional a partir de 1932. Cf. BUENO, Eduardo; TAITELBAUM, Paula; ANVISA. *Vendendo Saúde. A história da propaganda de medicamentos no Brasil*. Brasília: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 2008, p.43.



de ½ kilo e ¼ de kilo; “Emulsão Scott²³ – vigor Scott para ambos”, as mães precisam ser fortes para que transmitam às gerações futuras força e beleza. Emulsão Scott tomada no período da amamentação dá o vigor-Scott que se transmite ao filho através do leite, não contém álcool, comercializada entre \$100 e 8\$833, além do “Mitigal” da Casa Bayer.

Na quarta página há os anúncios de “Maquinas de escrever Remington”²⁴, “Elixir de Nogueira”²⁵ – poderoso anti-sifilico, anti-reumático; “Turmalina”, “Revista Arte e Bordar”, “Realce – Brilhantina”, “Xarope Creosotado” de Helvecio Maia para tosse e rouquidão, comercializado entre \$100 e 38\$400 e o “Café Expresso” da rua João Pessoa.

Na quinta página há o anúncio de “Cafiaspirina”²⁶ da Bayer – o remédio de confiança contra dores e resfriados; na sexta página aparecem as propagandas de “Pilulas do Abbade Moss”, “Antarctica – a cerveja que o Brasil inteiro bebe”, “Renner” – artigos de jersey para senhoras e senhoritas: saias, calças, camisões, blusas, pijamas; “Realce – pó de arroz” e “Fogões economicos geral – bons, bonitos, baratos”.

Nessa profusão de anúncios, salienta-se a preocupação com o tratamento da sífilis e no caso particular de Sergipe, as áreas de moradia dos operários no centro da cidade de Aracaju (Rua do Bonfim e Rua da Vitória Torta), eram também locais de prostituição, onde despontavam vários cabarés como o Curral, apelidado de “Pinga Sífilis” ou “Pinga Pus”.²⁷

Na edição número 397, Ano II, do jornal *Folha da Manhã* de 10 de junho de 1939, destaca-se na primeira página o anúncio “Realce – Fina loção”.

Tancredo J. Gomes era o diretor-proprietário de *O Nordeste* e a gerência de Luiza Assis Brasil. Redação e oficinas situavam-se na Rua de Laranjeiras, 292. Na epígrafe a frase: “As aspirações coletivas e os anseios da pátria, são a razão da existência deste vespertino”. Seu primeiro número circulou em junho de 1938.

Nos quatro exemplares pesquisados de 3 a 9 de junho de 1939, não foram encontrados anúncios publicitários, todavia, na edição número 295,

23 Criada em 1830 por John K. Smith na Filadélfia, comercializada no Brasil desde 1890, passando a ser produzida em São Paulo a partir de 1908. Cf. BUENO, Eduardo; TAITELBAUM, Paula; ANVISA. Op. cit., p.40.

24 Lançada pela primeira vez em 1873.

25 O Elixir Nogueira também é publicizado desde 1918 no jornal A Federação, de Ytu (São Paulo), em 16 de fevereiro, p.3-4.

26 Em 1897, um químico – funcionário da Bayer – chamado Felix Hoffmann, com o auxílio do professor Heinrich Dreser desenvolveram o composto do ácido acetilsalicílico do qual nasceram a Aspirina e a Cafiaspirina. No Brasil, a principal representante da Bayer estabeleceu-se em 1896 no Rio de Janeiro, fundada como Walty Lindt & Cia., sendo mais tarde alterada para Blum & Cia. Mas em 1911, a Frederico Bayer & Cia. foi constituída eliminando os intermediários, sendo responsável tanto pela comercialização dos fármacos quanto da elaboração das propagandas da marca. Cf. BUENO, Eduardo; TAITELBAUM, Paula. Op. cit., p.50;52.

27 MAYNARD, Dilton Cândido Santos; MAYNARD, Andreza Santos Cruz. Op. cit., p.140-141.

Ano II, de *O Nordeste*, ao final da primeira página há um apelo do jornal “Anunciem em *O Nordeste*”. Não se pode menosprezar o alcance de público desse jornal, uma vez que em março de 1939²⁸, o Departamento de Propaganda realizava seus “anúncios moralizantes” nesse periódico. O que pode indicar, em comparação aos demais jornais, uma cobrança mais elevada para anunciar em suas páginas.

O *Sergipe-Jornal*, sob a direção de Baptista Bittencourt, com sua redação, gerência e oficinas na Rua S. Christovam, 181, assinaturas via Caixa Postal 63, trazia nas edições a epígrafe “É o Diário mais antigo e de maior circulação no Estado”.

Na edição número 9.276, Ano XIX, do *Sergipe-Jornal* de 06 de junho de 1939, destaca-se na primeira página a publicidade de “Eno” para má digestão, “Solução Pautaberge”²⁹ para tosse, gripe e bronquite.

Na edição número 9.278, Ano XIX, do *Sergipe-Jornal* de 10 de junho de 1939, destaca-se na primeira página a publicidade de “Solução Pautaberge” para tosse, gripe e bronquite, “Lâmpadas Osram” – barata e boa luz, comercializada entre 2\$800 e 14\$500; na segunda página encontram-se “Mitigal” da Bayer, que acaba com as coceiras³⁰; “Elixir Brasil”, o depurador de sangue que faz engordar; “Fluxo sedatina”, alivia as cólicas uterinas em duas horas, receitado por mais de 10.000 médicos, comercializada entre \$080 e 5\$000; “Phos-Kola” – previne artériosclerose, desenvolve as faculdades intelectuais, tonifica o coração, nervos e cérebro, dá apetite e faz engordar, comercializado entre \$100 e 5\$000. Há uma predominância dos anúncios de fármacos, rememorando-se que esse era ainda um período de práticas higienistas governamentais, onde pretendia-se sanar corpos e mentes (as epidemias e comportamentos sociais dissonantes).

Na edição número 9.279, Ano XIX, do *Sergipe-Jornal* de 12 de junho de 1939, destaca-se na primeira página a publicidade de “Emulsão de Scott”.

O *Correio de Aracaju*, fundado em 1906, se autoproclama como o “Diário mais antigo do Estado”, tendo como redator A. Garcia Filho, sua redação e oficinas localizadas na Avenida Rio Branco, 34 e telefone – 1-9-4.

Na edição número 1.323 (4ª fase), do *Correio de Aracaju* de 05 de junho de 1939, destaca-se na primeira página a publicidade de “Realce-Brilhantina”, na segunda página há os anúncios de “Realce – Fina loção”, “1 Minuto” – cessa a mais terrível dor de dente em 1 minuto (podendo também ser aplicado para tratar de terçóis, espinhas, cravos, sardas, sem queimar a boca); “Lavolho” –

28 Cf. *O Nordeste*, 15 mar. 1939, p. 4.

29 Um produto parisiense cujo investimento em propagandas também fez uso de cartões postais na Venezuela.

30 O produto era anunciado em 16 de janeiro de 1932 no jornal *O Estado de São Paulo*, além de aparecer também na *Revista Anauê*, em 1937 e no *Estadão* em 16 de junho de 1939.



beneficia e clareia os olhos (colírio), comercializado entre \$200 e 4\$000 e “A Mobiliadora” – fábrica de móveis, recebedora das afamadas camas “Patente”.

Na edição número 1.325 (4ª fase), do *Correio de Aracaju* de 09 de junho de 1939, destaca-se na primeira página a publicidade de “Realce- Brilhantina”.

Na edição número 1.326 (4ª fase), do *Correio de Aracaju* de 10 de junho de 1939, destaca-se na primeira página a publicidade de “Realce- pó de arroz”. Percebe-se que, nesse período, a marca de perfumaria “Realce” predominava nos anúncios dos jornais sergipanos.

Chama atenção a quantidade de produtos farmacológicos entre os anúncios pesquisados, o que é facilmente justificado pela instalação de diversos laboratórios farmacêuticos europeus e norte-americanos no Brasil, à partir da década de 1930, à saber: Roche (1931), Glaxo (1936), Ciba (1937), Johnson & Johnson (1936) e Abbot (1937).³¹

Para facilitar a análise, pautada na classificação dos produtos anunciados nos jornais pesquisados, a tabela 1 apresenta-se dividida em quatro categorias – Bens Essenciais, Bens Não-Essenciais, Bens de Luxo e Diversos – conforme metodologia proposta pelo historiador Tiago Tadeu.³²

Tabela 3 – Categorias dos produtos anunciados nos jornais de Sergipe

Categorias	Produtos Anunciados
Bens Essenciais	Vestuário: Renner Gêneros Alimentícios: Turmalina Higiene: Sabão pintado Manutenção do lar: Lâmpadas Osram
Bens Não-Essenciais	Bebidas: Cerveja Antarctica
Bens de Luxo	Eletrodomésticos: Máquina de costura; fogões; máquina de escrever Artigos para o lar: A Mobiliadora, Revista Arte de Bordar Perfumaria: Produtos Realce (Brilhantina, Finação e Pó de arroz)
Diversos	Farmacológicos: Tônicos, pílulas do Abbade Moss, Eno, Gouforçam, Elixir 914, Elixir Brasil, Elixir Nogueira, Emulsão Scott, Sanguenol, Mitigal, Fluxo sedatino, Cafiasparina, Phos-Kolas, 1 Minuto, Lavolho, Solução Paudaberge

Fonte: Tabela elaborada com base nos jornais sergipanos pesquisados.

31 EDLER, 2006, p.114 *apud* JESUS, Paula Renata Camargo de. *Os slogans na Propaganda de Medicamentos*. Um estudo transdisciplinar: Comunicação, Saúde e Semiótica. Tese de Doutorado em Comunicação e Semiótica. São Paulo: PUC-SP, 2008, p.29.

32 TADEU, Tiago. A publicidade n'A Guarda (1939-1945). *Revista Portuguesa de História*, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de História Económica e Social, t. XXXIX, 2007, pp. 315-340, Disponível em: URL:<http://hdl.handle.net/10316.2/28259>, Acessado em: 03/04/2015, p.324-334.

O produto “Realce” é anunciado em dois dos periódicos estudados, aparecendo oito vezes no jornal *Folha da Manhã* e quatro vezes no *Correio de Aracaju*; “Eno” aparece apenas uma vez, tanto na *Folha da Manhã* quanto no *Sergipe Jornal*; “Mitigal” é anunciado uma vez no *Folha da Manhã* e uma vez no *Sergipe Jornal*; assim como “Emulsão Scott” também noticiada uma vez no *Folha da Manhã* e uma vez no *Sergipe Jornal*. “Sabão Pintado”, aparece duas vezes no jornal *Folha da Manhã*, do mesmo modo que as “Pílulas do Abbade Moss”, “Café Expresso” e os “Fogões”. A manteiga “Turmalina” é anunciada cinco vezes e a cerveja “Antarctica” oito vezes no *Folha da Manhã*.

A pesquisa evidencia a preferência das empresas pela locação de espaço para anunciar no jornal *Folha da Manhã*, pois ao todo foram 43 anúncios, enquanto no *Sergipe Jornal* publicaram-se 8 anúncios e no *Correio de Aracaju* foram contabilizados 7 anúncios.

O “hábito elegante” de frequentar os Cafés da rua João Pessoa (como o Ponto Chic, responsável por um extenso anúncio na página 3 do *Correio de Aracaju* de 5 de junho de 1939, número 1.323 – 4ª fase, discorrendo sobre a variedade do menu e seus preços) onde a cerveja Antarctica custava 2\$200, tendo como concorrentes as cervejas Brahma (2\$200), Cascatina (2\$200), Malzebier (entre 2\$000 e 3\$000) e Gota Amarga (2\$500), pode ser um indício da intensidade da publicidade investida pela fábrica da Antarctica nos periódicos sergipanos. Mas também os bares comercializavam a bebida que concorria com a pinga na Zona do Bonfim ou no Mercado Municipal frequentados pelo operariado local.

Mas a bebida também era responsável pelas desordens nesses espaços públicos, pelos atos de violência na ponta de facas e por isso, sob a influência higienista o governo lançava mão do controle dos corpos tendo por base a presença de enfermeiras visitadoras – formadas, em 1939, pelo Departamento de Saúde Pública – como disciplinadoras de comportamentos sociais³³.

Por um lado as propagandas oficiais do estado reforçavam a campanha por uma saúde de qualidade, com a prática da Educação Física, contribuindo para o afastamento das práticas nocivas como o consumo do álcool. Mas, algumas contradições discursivas se evidenciam: se havia uma matéria jornalística sobre “O entusiasmo pelo esporte no norte do País”, à respeito dos campeonatos de futebol³⁴, e ainda a inclusão da “Corrida da Fogueira” nas homenagens ao centenário de nascimento de Tobias Barreto, patrocinada pelo Departamento de Propaganda e Divulgação do Estado (D.P.D.E), também existia uma crítica feroz à realização dessa corrida por entender o redator do jornal que a celebração à Tobias devia-se

33 MAYNARD, Dilton Cândido Santos; MAYNARD, Andreza Santos. Op. cit., p.147.

34 *Jornal Folha da Manhã*, 03 de junho de 1939, Ano II, num.393, f.2.



ao seu “intelecto gradioso” e não aos seus feitos desportivos³⁵, sendo essa querêla irônicamente margeada pela propaganda de “Antarctica – a cerveja do Brasil”.

A economia do consumo às vésperas da Segunda Guerra Mundial

Para Hobsbawm³⁶, em razão dos intensos combates na Frente Ocidental, britânicos e franceses têm a memória da Primeira Guerra Mundial como um acontecimento muito mais terrível e traumático do que suas memórias da Segunda Guerra Mundial. Embora a Segunda Guerra Mundial tenha se tornando uma guerra total com perdas incalculáveis, principalmente entre civis.

Os estudos sobre cultura e consumo em Sergipe confirmam a idéia de que “a II Guerra só se tornará um evento significativo para o aracajuano em meados de agosto de 1942”³⁷. Os anúncios de produtos considerados supérfluos só irão reduzir sua frequência à partir dos torpedeamentos na costa sergipana e da escassez na aquisição desses artigos. Antes desse período a propaganda alcança seu apogeu com a necessidade de uma regulamentação sinalizada pela criação de Associações de Propaganda,

Com o fim de sistematizar a propaganda no Brasil, surgem em 1937 a ABP – Associação Brasileira de Propaganda, no Rio de Janeiro, e a APP, Associação Paulista de Propaganda, em São Paulo, comprovando o fato de que ela não é mais uma atividade amadorística.³⁸

As análises econômicas do mercado demonstram que o preço e a quantidade de bens e serviços são determinados pelas forças de oferta e demanda³⁹. São avaliados os custos dos produtos, a disposição para pagar do consumidor (o que pode ser verificado na tabela 2, onde estão os gastos dos moradores da capital e do interior de Sergipe) e o excedente do consumidor (viabilizado pela articulação da idéia de lucro para o consumidor no pagamento de um produto, a partir de anúncios que demonstram que a compra de vidros maiores de remédios – como o Elixir 914, cujos vidros duplos representam um custo de 20% menos –, ou a opção por um

35 *Jornal Folha da Manhã*, 06 de junho de 1939, Ano II, num.395, f.1.

36 HOBBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

37 MAYNARD, Dilton Cândido Santos; MAYNARD, Andreza Santos. *Op. cit.*, p.139.

38 SERGL, Marcos Júlio. *A Peça Publicitária no Contexto da Paisagem Sonora Brasileira nas Décadas de 1930 e 1940: Do “Pão Bragança” à “Coca Cola”*. Anais eletrônicos do Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste – São Paulo - SP – 12 a 14 de maio de 2011, p.7.

39 MANKIW, N. Gregory. *Introdução à Economia*. São Paulo: Cengage Learning, 2013, p.135.

determinado produto – como o sabão pintado Celeste, Fogões econômico geral e Lâmpadas Osram – indicam “economia”, ou seja, “ganho” ou “ausência de desperdício”). O equilíbrio desses indicativos resulta na noção de bem-estar para vendedores e consumidores.

A Teoria do Consumo ou Teoria da Escolha, na área da Microeconomia, lida com as decisões de compra dos consumidores frente escolhas conflitantes (*tradeoff*). Se a sociedade opta por proteção, gasto com armamentos, há uma queda no gasto com bens de consumo.⁴⁰ No caso europeu isso foi evidenciado nos dois grandes conflitos mundiais. No Brasil, particularmente em Sergipe, os gastos orbitaram entre a restrição orçamentária e as preferências. Para potencializar as escolhas/preferências, o estímulo dos anúncios nos jornais buscava seduzir os consumidores, fidelizá-los e garantir assim o sucesso da venda.

248



Considerações Finais

Ao longo do artigo foi possível perceber que a sociedade sergipana em 1939, às vésperas da eclosão da Segunda Guerra Mundial não estava influenciada pelo conflito e possibilidades de escassez futura. Os gastos com lazer e bens de consumo não-essenciais evidenciavam-se principalmente na capital Aracaju. Os jornais locais eram os veículos para uma profusão de anúncios publicitários que visavam o consumidor letrado (de segmentos sociais abastados) mas também aquele interessado em uma maior “economia”. Deve-se lembrar que a oralidade sempre foi uma constante na sociedade brasileira, onde a leitura de periódicos em cafeterias, bares e mesmo cabarés potencializava a difusão das informações.

Frases de efeito, adjetivações ou ênfases no excedente do consumidor foram utilizadas nos anúncios para ampliar o potencial de venda dos produtos. A propaganda se profissionalizou em 1937 com as Associações e em 1939, os anúncios nos jornais já revelavam essa feição.

40 Idem, *ibid*, p.4.

Nas Páginas Criminais: Histórias Carcerárias na Penitenciária Modelo de Aracaju (1926-1950)

Mariana Emanuelle Barreto de Gois¹

Resumo

O presente artigo propõe um estudo de fragmentos das experiências de homens e mulheres na Penitenciária Modelo de Aracaju na primeira metade do século XX, no período de 1926-1950 e objetiva entender as relações de gênero entre os indivíduos no espaço prisional. O texto traz átona episódios da vida dos detentos que nos fazem refletir acerca das transgressões ocorridas no interior e entorno da penitenciária modelo, um dos prédios mais modernos da época. Para análise do estudo foram utilizadas os livros de parte diária, cartas de livramentos condicional e correspondências do governo, localizadas no Arquivo Público do Estado de Sergipe e os processos crime encontrados no Arquivo Judiciário do Estado de Sergipe. Através da análise das fontes, pode-se constatar que os sujeitos históricos viviam num ambiente dinâmico e suas relações de gêneros revelaram aspectos que ainda não foram historicizados. Logo, este estudo aponta episódios inusitados de indivíduos que irão contribuir para a inserção destas histórias no debate historiográfico local.

Palavras chave: crime, gênero e penitenciária.

Abstract

This article proposes a study of the experiences of men and women fragments in the Model Prison of Aracaju in the first half of the twentieth century, in the period 1926-1950 and aims to understand gender relations between individuals in the prison space. The text provides unstressed episodes from the life of the inmates who make us reflect about the transgressions that have occurred in and around the model prison, one of the most modern buildings of the time. To study analysis were used the day of books, letters conditional deliverances and government correspondence, in the State of Sergipe the Public Archives and criminal cases found in the Judicial Archives of the State of Sergipe. Through the analysis of sources, it can be seen that the historical subjects lived in a dynamic environment and their gender relations revealed aspects which have not yet historicized. Therefore, this study shows unusual episodes of individuals who will contribute to the inclusion of these stories on the local historiographical debate.

Keywords: crime, gender and prison.



1 Graduada em História pela Universidade Tiradentes, Mestre em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana/BA, Doutoranda em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Professora do Curso de História do Centro Universitário AGES.



Meio dia em ponto e do átrio partem as notas metálicas de uma sineta, anunciando o almoço. Dir-se-ia uma corrente elétrica que puzesse em comunicação, instantaneamente, todos os detentos. Porque nas paredes internas dos cubículos, de um por um, repercutiam em ritmo compassado, pancadas que avisam qualquer coisa... E como hesitasse em as transmitir, ligando a corrente de sons, da célula à esquerda lhe falam, intimidamente:

- Seu Angêlo toque pra diante! Compreendeu, então que se tratava de alguma combinação prévia, da qual participava, coletivamente, a população carcerária. Continuou hesitando, contudo, em aderir à trama, cujos modos e fins ignorava. Mas a mesma voz insistiu, agora em tom melífluo: Anjinho ... toque! De ambos os lados a célula estrugiram gargalhadas, seguindo-lhe, chirriantes, assobios longos. E que Ângelo recebia, nesse instante, o batismo a que nenhum jamais escapava: o apelido. Seria daí por diante, para todo o sempre, Anjinho...Anjinho...²

Este era o cenário do interior da moderna edificação, que lembrava um castelo medieval e em suas muralhas obscuras abrigava indivíduos com condutas tidas como desviantes e transgressoras, e que por isso, foram enviados pelas instâncias judiciais com o intento de retirar do convívio social o criminoso, em seguida segregá-lo e readaptá-lo na conhecida Penitenciaría Modelo de Aracaju, ou carinhosamente chamada pela população carcerária como a *Grande*.

Deste ambiente sussurravam vozes que se comunicavam entre os cubículos em animadas falas, eram indivíduos de vários tons de pele e que por ela foram fortemente discriminados. Estes indivíduos trouxeram consigo expressões de espanto e sofrimentos, eram *desordeiros*, *malandros*, *assaltantes*³, cada um com sua triste história e que ali foram classificados por um nome que provinha de sua vivência criminal ou pelos aspectos de sua vida pregressa. Ao adentrar nos arquivos policiais sergipanos que podemos observar às margens dessa moderna construção, personagens inusitadas, como os cúmplices Alceu e Jacinto, a formosa prostituta Lolita e destemido Bola de Neve.

Estes casos constituem episódios criminais que nos permitem pensar diversas questões, como por exemplo, as relações étnico-raciais, mas é o debate de gênero nosso principal objetivo neste artigo sobre as páginas criminais da Penitenciaría Modelo de Aracaju.

2 CARVALHO NETO, Antônio Manoel de. *Vidas Perdidas*. Salvador: Livraria Progresso, 1933, 31.

3 Descrições encontradas nas fontes utilizadas (processos de livramento condicional e livro de parte diária). Para preservar o nome dos indivíduos envolvidos nos casos, foram utilizados pseudônimos.

O gênero nas fontes judiciais

Para Darton é peregrinando pelos arquivos que nos deparamos com certas surpresas, pois é na análise do documento onde ele é mais opaco, que talvez se consiga descobrir um sistema de significados estranhos. Vimos, com ele que a análise de um documento pode nos levar a trilhar caminhos jamais imagináveis para o pesquisador.⁴

Partindo desta premissa, verifica-se que nos últimos anos os debates historiográficos tem destinado novos olhares aos trabalhos com as fontes judiciais objetivando reconstituir experiências de indivíduos que viveram em locais pouco discutidos. Sobre esta questão Pinsky nos alerta:

A compreensão dos acontecimentos e o resgate de experiências, as generalizações, as categorias e as teorias formuladas devem ser cotejadas com os achados da pesquisa e a representatividade dos dados (ainda que, na prática, “investigação” e “análise”, ou “descoberta” e “teoria”, não sejam dois momentos totalmente distintos do trabalho do pesquisador). Escrever a História não é escrever ficção ou registrar versões sem nenhum critério. A descrição, a explicação da “realidade” e as generalizações subsequentes devem aliar-se à preocupação de fazer uma leitura crítica das fontes, questionar ideais preconcebidas a respeito do assunto e se for o caso, chamar atenção para outros esquemas interpretativos. Diante da variedade de versões, é preciso questionar o sentido dessa diversidade e as condições de sua produção.⁵

Ainda sobre este fato, a autora enfatiza que a História Social oferece aos estudos de gênero várias ferramentas, nas quais o pesquisador pode estudar as representações dos sujeitos e as relações de gênero a partir dos documentos, depoimentos e indícios variados produzidos e deixados pelas próprias pessoas das quais eles falam (como diários, cartas, testemunhos, textos publicados em qualquer mídia).⁶ Notamos também que o Ginzburg chama de “pistas, sintomas e indícios”⁷, comparando o historiador ao médico quando mencionou que o conhecimento histórico é indireto, indiciário e conjectural.

Diante da expansão dos debates historiográficos nos últimos anos e com o intuito de contribuir para a história social, Carla Pinsky, escreveu

4 DARTON, Robert. *Os trabalhadores se revoltam: o Grande Massacre dos Gatos na Rua Saint-Séverin*. Em *O Grande Massacre de Gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro, Graal, 1986, p.15.

5 Carla Pinsky. *Estudos de Gênero e História Social*. Revista Estudos Feministas, v.17, n.1 2009, p.177

6 Ibidem, p. 88.

7 GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 16.

um ensaio intitulado *Estudos de Gênero e História Social* com o fito de traçar a trajetória da importância do gênero para a compreensão histórica, bem como a diferenciação entre gênero e história das mulheres. Mas é em sua nova obra que vai delinear o gênero e sua inserção nos estudos historiográficos, com o objetivo de entender seu significado.

Antes é preciso esclarecer como a questão de gênero é tratada neste livro. Quando falamos em Gênero, estamos falando da construção cultural do que é percebido e pensado como diferença sexual, ou seja, das maneiras como as sociedades entendem, por exemplo, o que é “ser homem” e “ser mulher”, e o que é “masculino” e “feminino”. Assim, podemos tratar essas noções sobre “masculinidade” e “feminilidade”, as oposições do tipo “santa”/“puta”, “moça de família”/“leviana”, e os papéis e identidade tais como “esposa ideal”, “boa mãe”, “pai de família”, “homossexual”, são encarados como concepções produzidas, reproduzidas, mas também transformadas ao longo do tempo, que podem variar em cada contexto social.⁸

O gênero ou os sexos não se referem a um ou mais objetos específicos, nem há vários objetos, mas referem-se, a um conjunto complexo de relações e processos. Deve-se “pensar em relações” se você quer entender o gênero não só como categoria analítica, mas como uma realidade cultural, tanto do passado como do presente. O gênero, assim considerado, tem implicações para todos os tipos de histórias que são praticados hoje.⁹

Para Joan Scott, gênero poderia ser utilizado para examinar a classe, a raça e etnia, seria também uma maneira de indicar “construções sociais”. Sobre esse aspecto expõe:

Meu propósito foi clarificar e concretizar como se deve pensar o efeito gênero nas relações sociais e institucionais, porque esta reflexão não tem sido feita frequentemente de maneira sistemática e concreta. Mas a teorização do gênero é uma maneira de dar significado às relações de poder. Seria melhor dizer: o gênero é um primeiro campo no seio do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado (...).¹⁰

A historiadora Joana Maria Pedro, citou que alguns trabalhos historiográficos, mesmo não tendo em seus objetivos a discursão de gênero e das mulheres, tem integrado a discussão em suas problemáticas, fazendo aquilo que sempre foi a grande ambição desses estudos: tornar essa ques-

8 PINSKY, Carla Bassanezi. *Mulheres dos anos dourados*. São Paulo: Contexto, 2014, p.11.

9 BOCK, Gisela. “*La historia de las mujeres y la historia del género*: aspectos de um debate internacional”, *História Social*, 9 (Espana, Universidad de Valencia, Instituto de História Social, 1991, 55-77. [“Women’s History and Gender History: aspects of na Internacional Debate, *Gender and History*, 11 (1989) 7-30], p.55-77.

10 SCOOT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v.16, nº2, jul/dez., 1990, p.16.



tão transversal, incorporando-a como uma categoria de análise que torna mais rica a escrita da história.¹¹

Apesar da relevância e do aumento do número de pesquisas sobre gênero e história das mulheres, a historiografia carece de trabalhos que pontuem algumas questões mais específicas como é o caso do cotidiano de homens e mulheres nas prisões. Sobre essa questão, salienta o historiador Marcos Bretas.

Os condenados e suas vidas na prisão são problemas que desafiam o historiador. Registros de prisão no Brasil, agora sob investigação, oferecem úteis informações sobre a idade, a raça e a profissão dos prisioneiros, mas nós precisamos de descrições mais detalhadas sobre o que acontecia por detrás dos seus números. Para preencher esta lacuna precisamos recorrer a um tipo diferente de escrita. Histórias sobre a vida carcerária ocupam um lugar na mente do público muito similar ao das narrativas de viajantes.¹²



Com o intuito de contribuir para os estudos das prisões, este trabalho enfatiza as experiências de homens e mulheres que foram sentenciados na Penitenciária Modelo de Aracaju. Procuramos trilhar os caminhos da História Social para dar sentido a estas vidas e historicizar as questões de gêneros observadas a partir da análise do corpo documental. A metodologia da ligação nominativa proposta por Ginzburg nos auxiliou na busca dos indivíduos e cruzamento de fontes, como exemplo citamos o caso do presidiário “Bola de Neve”, que teve seu nome registrado doze vezes no livro de parte diária do presídio e nas anotações do seu prontuário e castigos disciplinares.

Neste período Sergipe, no âmbito econômico e social sofria com os re-
quícios da transição do império para a república. Segundo Ibarê Dantas,¹³ o centro político administrativo, ganhava atenção através das decisões de suas autoridades e da importância decorrente do funcionamento das repartições públicas. No porto de Aracaju cerca de 200 navios ancoravam anualmente, trazendo passageiros e grande variedade de mercadorias que abasteciam o comércio. A indústria estava em expansão, contando com uma grande unidade, a Sergipe Indústria, fábrica de tecidos onde trabalhavam inúmeros operários. Mas é no ano de 1922 que a estrutura política, econômica e cultural de Sergipe modificou-se, com o a ascensão ao go-

11 PEDRO, Joana Maria. *Relações de Gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea*. Revista TOPOI, v.12, nº 22, jun-julh, 2011, p.277.

12 BRETAS, Marcos Luiz. O que os olhos não veem: Histórias das Prisões do Rio de Janeiro. IN: Maia, Clarissa Nunes; NETO SÁ, Flávio de; Bretas, Marcos Luiz. *Histórias das Prisões no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 189, p.189.

13 DANTAS, Ibarê. *História de Sergipe: República (1889-2000)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004, p.18.



verno de Maurício Graccho Cardoso¹⁴, pertencente ao grupo político da oligarquia local. Sua atuação foi marcada pela construção de obras qualificadas como modernizantes para o Estado, dentre elas a Penitenciária Modelo. Em 23 de outubro de 1926 foi inaugurada o reformatório penal, em sua rotina diária cada presidiário habitava um cubículo, provido de cama, aparelho sanitário, torneira para água e alguns objetos destinados ao uso diário. Em seus primeiros dias de funcionamento foram transferidos da cadeia velha apenas 71 detentos, como vimos nos primeiros registros do seu livro de abertura¹⁵.

O Governo do Estado no início do século XX, procurava mecanismos para resolver os problemas da mendigância e da vagabundagem em Sergipe, tinha como solução a implantação de uma colônia correccional, instalando uma penitenciária modelo. O Governo Sergipano acompanhava os debates acerca do ideal de “limpeza” dos vadios. Nos trabalhos das historiadoras Ana Rios e Hebe de Matos¹⁶ vimos que era recorrente a preocupação com os chamados libertos que tomou palco dos trabalhos de “pós-abolição” no Brasil, seria uma questão específica a qual se pautava no que fazer com o “povo” brasileiro e a famosa “questão social”. Elas mencionaram ainda que ao se tratar de pós-emancipação, há apenas as designações de cor como via de acesso ao ex-cativos. Como exemplo para Sergipe citamos o caso do roceiro Amora, registrado pelo Serviço de Identificação da Penitenciária Modelo de Aracaju, no ano de 1946, como preto e cumprindo pena por lesões corporais, talvez se Amora tivesse sido identificado em anos anteriores à década de 40, sua cor seria ocultada, pois o Instituto de Estatística Brasileiro não identificava esta categoria.¹⁷.

Os detentos e os guardas

Os conflitos e transgressões com os guardas eram comuns. Os detentos se rebelavam contra as regras impostas e faziam daquele estabelecimento um lugar dinâmico com inúmeras práticas de violência e insubordinações. Fato interessante ocorreu com o guarda Dario Santos ao ouvir uma música com o enfermeiro de plantão, o detento Lelo, cantava em voz alta sendo chamado atenção pelo guarda. Em seguida o detento sussurrou em bom tom! *“que parasse o radio que ele era surdo e ouvindo o radio*

14 Quando eleito Presidente do Estado, Maurício Graccho Cardoso (1922-1926), marcou a História Política de Sergipe do século XX, líder da gestão mais modernizadora da época. Construiu obras importantes como a penitenciária, o amplo mercado e o matadouro, todos qualificados como modelos.

15 Livro de Parte Diária da Penitenciária Modelo de Aracaju, 1926. APES – Segurança Pública.

16 MATTOS, Hebe Maria de; RIOS, Ana Maria. *O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas*. Revista Topoi, v.5, n.8, 2004, p.170.

17 Livro de Identificação de Presos, 1946, p.30. APES – Segurança Pública.

*não dormia”. O guarda Dario disse ser “um abuso do detento e que se ele fosse surdo não ouviria nada, mas em minutos depois ouviram um forte assuviu que saiu do raio”*¹⁸ onde morava o detento, a fim de perturbar a vigilância da Penitenciária.

Outro fato registrado, aconteceu na manhã de domingo do ano de 1936, ocasião que ocorreu a missa para todos os presidiários e compareceram cerca de 450 pessoas, inclusive familiares dos presidiários. No momento, o sentenciado nº 75 se achava desorientado e proferiu ofensas verbais à pessoa do guarda Artemio Braga, dizendo que ele *deveria tirar o resto da sentença com ele e ir para casa da peste!* E por isso foi recolhido ao cubículo.¹⁹

Os relatos das fontes nos dão indícios de que, as relações de gênero eram permeadas por conflitos pessoais e por disputas de espaços, a vida cotidiana na Penitenciária Modelo era conturbada, a todo momento a disciplina entrava em jogo e a aplicação dos castigos, era a única forma que o aparelho administrativo tinha para conduzir essas atitudes. Os detentos não respeitavam nem os dias de visitas dos familiares para se rebelarem, achavam até que estes traziam mais facilidades para tais atos. Alguns casos eram até qualificados como perigosos e de difícil resolução como foi o fato ocorrido com o detento “Bola de Neve”, que discutiu com o guarda usando palavras indecentes, dando-lhe dois tapas na cara e em seguida puxou um canivete para furá-lo²⁰. Bola de Neve era sem dúvidas um dos mais dissimulados detentos da década de 40, foram encontradas 13 ocorrências no Livro de Parte Diária da Penitenciária Modelo.

Essa passagem lembra o que Michel de Certeau mencionou sobre a delinquência, ao afirmar que ela tem por especificidade viver à margem, mas nos interstícios dos códigos que desmancha.²¹ O que será que faz estes indivíduos subverterem a ordem das regulamentações instituídas no espaço prisional, a ponto de disputarem entre si e com aparelho administrativo um poder?. Certamente esse espaço de conflitos entre os homens, faz parte de uma ordem culturalmente estabelecida e que em muitos dos casos foram adquiridos em sua vida pregressa, por alguma insatisfação que a vida lhes proporcionou.

A partir de agora, conheceremos episódios de personagens que por algum motivo, passaram na Penitenciária Modelo de Aracaju e nos fez refletir as ações de por suas transgressões e relações de poder instituídas.

18 A Penitenciária era dividida em pavilhões e identificados como raio sul e raio norte.

19 Livro de Parte Diária da Penitenciária, 1937, p.40. APES – Segurança Pública.

20 Inquérito Administrativo, 1935, p.24. AJES – Processo Crime.

21 CEARTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. Artes de Fazer, Petrópolis: Vozes, 1994.

O episódio do “tira sangue”

O comerciante Alceu Lopes, registrado no Serviço de Identificação como um indivíduo moreno, com cabelos pretos, de instrução primária e natural de Sergipe, entrou na Penitenciária em oito de junho de 1946, pelo crime de atentado ao pudor, perpetrado ao menor Lauro nas intermediações do povoado Jabotina. Sobre o fato o menor disse que no dia 30 de dezembro por volta das quatorze horas, ao vir de casa para a rua Riachuelo, passou na frente do estábulo de Alceu Lopes e foi chamado por Jacinto. Ao encontrá-lo foi levado ao mato próximo ao estabulo. Em seguida Jacinto mandou que ele baixasse as calças, ao que se negou de fazê-lo, mas Jacinto ameaçou bater com o cinturão e conseguiu arrear as calças, feito isso “fez o serviço, deixando-o com a bunda suja e toda ensanguentada”²².

Os fatos foram observados no laudo do Corpo de Delito, realizado a pedido do Dr. Chefe de Polícia na abertura do inquérito policial:

Procedeu-se, de início, a exame de corpo delito no menor Lauro Santos. Os peritos declaram: “Lauro Santos, sergipano, preto, estatura e constituição medianas, dizendo ter 7 anos de idade, vítima de estupro (cópula carnal), apresenta: exhymose e erosões cutâneas na mucosa anal, sangrentas ao toque a dilatação do anus com relaxamento do sphinter. “Assim, responderam aos quesitos: 1) houve cópula (anal); 2) não havia vestígio de violência para domínio físico.”²³

Sobre os fatos foram ouvidas três testemunhas. As duas primeiras falaram sobre o estado que ficou o garoto após ser violentado. A terceira presenciou a condução do menor para “os matos” pelos acusados. Quanto a conduta de Alceu Lopes, nada disseram e sobre Jacinto, informaram que é um elemento desclassificado e que sempre praticou crimes de furtos.

Em 31 de dezembro Jacinto foi ouvido e cinicamente repetiu as declarações do menor. “Chamei ele e levei para os matos e fiz ele descer as calças e que limpou-se com suas roupas”, “tirei sangue”. Ao ouvir Jacinto, Alceu confessa a mesma história, mas diz que não usou de violência. No relatório da investigação sobre os antecedentes dos criminosos, consta que Jacinto Moraes foi descrito como um “maloqueiro”, conhecido pela polícia, com entradas na detenção por ter durante algum tempo, integrado a célebre dupla “Jacinto Manteiga” que operava na capital aracajuana. Já Alceu, possuía vida regular, criado em meio à família, sob a vista dos pais, empregando seu tempo em trabalho honesto e produtivo, não tendo antecedentes criminais pela polícia. Os réus foram condenados no artigo 214, do Decreto Lei nº 2.848, do ano de 1940.

22 Relatório de Livramento Condicional, 1946, p.7. APES – Segurança Pública.

23 Resumo descritivo do crime e suas circunstâncias e da marcha do processo. Prontuário nº 155. APES – Segurança Pública.



O fato mencionado nos faz refletir sobre o estatuto social e os códigos de valores impostos pela sociedade, traz informações sobre uma masculinidade que deveria ser ocultada. O homossexual possui um comportamento desviado e não mais um comportamento “viril”, contradizendo a sua oposição binária. Como vimos nos estudos de James Green, ao pontuar que os homens de alta classe podiam ocultar sua vida sexual, pois eram respeitados e em relação a estrutura hierárquica de classe da sociedade brasileira, os membros de elite que desejavam sexualmente outro homem estavam protegidos das inconveniências da interferência policial²⁴.

Importante mencionar Pinsky, ao afirmar que o termo sexo foi questionado por remeter ao biológico e a palavra gênero passou a ser utilizada para enfatizar os aspectos culturais relacionados às diferenças sexuais. Gênero remete à cultura, aponta para a construção social das diferenças sexuais, diz respeito às classificações sociais de masculino e de feminino.²⁵

O atestado ao pudor do menino negro Lauro nos coloca diante dos indícios das relações de gênero e também das ações violentas e marginalizadas que sofria um indivíduo negro nas arestas da convivência cotidiana. Aponta Stuart Hall:

(..) Não é somente para apreciar as diferenças históricas e experiências dentro de, e entre, comunidades, regiões, campo e cidade, nas culturas nacionais e entre as diásporas, mas também reconhecer outros tipos de diferença que localizam, situam e posicionam o povo negro. A questão não é simplesmente que, visto que nossas diferenças raciais não nos constituem inteiramente, somos sempre diferentes estamos sempre negociando diferentes tipos de diferenças – de gênero, sexualidade, classe. Trata-se também do fato de que esses antagonismos se recusam a se aglutinar em torno de um eixo único de diferenciação. Estamos constantemente em negociação, não com um único conjunto de oposições que nos situe sempre na mesma relação com os outros nas com uma série de posições diferentes (...) ²⁶.

O fato aponta para algumas inquietações? Será que se Lauro fosse um menino branco sua história de vida seria a mesma? Afinal, qual seria a qualificação de Alceu Lopes? É apresentado como indivíduo moreno, mas afinal qual a origem dessa definição étnica? Essas foram as histórias vivenciadas em Sergipe no período pós-abolição, que trazem lembranças

24 GREEN, James Naylor. *Além do Carnaval. A homossexualidade no Brasil do século XX*. Tradução: Cristina Fino e Cassio Arantes Torres. São Paulo: Editora UNESP, 2000, p.36.

25 PINSKY, Carla. *Estudos de Gênero e História Social*. Revista de Estudos Feministas. Janeiro/abril de 2009, p. 162.

26 HALL, Stuart. “Que negro é esse na cultura negras?”. IN: HALL, Stuart. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003, p.346.



de um passado negro, como afirma ainda Hall²⁷, os homens negros continuaram a viver sua contra-identidades, enquanto masculinidades negras e reapresentam fantasias de masculinidades negras.

Esse episódio abre questões para o debate das relações étnico-raciais e de gênero, que não acabam aqui, pois retornamos mais uma vez para as “artimanhas” do homem livre de cor, qualificado como carregador.

“Bola de Neve”: um homem livre de cor

Brigas, rixas, ferimentos, contravenções e espertices, constituíam os registros do livro criminal de Jossias Santos, vulgo, Bola de Neve²⁸. A polícia sergipana já não sabia mais o que fazia com seu instinto “desordeiro e destemido”, era sem dúvidas o personagem da cena mais triste da história policial de Sergipe. Nasceu em Alagoas, em 14 de setembro de 1914, no município de Penedo e durante muitos anos exerceu a profissão de carregador. Em seu prontuário foi qualificado como um homem malandro, que vivia de bajulações e expedientes. Era conhecido por todos como farrista e frequentador dos cabarés de fins de ruas. A polícia não o queria na capital aracajuana e logo foi deportado para cidade de Propriá, não possuía família nem vínculos amoroso, seu feitiche era mesmo o mundo do crime.

Bola de Neve foi preso na madrugada de 18 de fevereiro de 1940, pelo seguinte fato delituoso. Ao sair do cabaré de Fetó, na cidade de Propriá em companhia de Ayrton, que em silêncio andavam nas ruas completamente desertas do interior, Bola de Neve já bêbado, trazia debaixo do braço uma garrafa de cachaça e juntamente a Ayrton atravessaram o beco do profundo e ao passarem em uma casa viram o padeiro Marcos Silva, deitado em uma construção e dormindo, profundamente. Os dois companheiros combinaram de agredir fisicamente Marcos Silva. Logo investiram contra o padeiro acordando-o à bofetadas, travando-se em uma luta corporal, no ato, Ayrton Mota segura Marcos Silva pelas costas e Bola de Neve esfaqueia violentamente o corpo do padeiro. Perpetrado o crime, os dois foram em direção a praça Olímpio Campos e no momento, Bola de Neve estava portando um paletó vermelho sujo de sangue da vítima, mas para ocultar a prova que o denunciaria, desfez do paletó atirando-o em cima de um telhado. Os dois amigos separaram-se e Bola de Neve foi para os fundos de um bilhar onde costumava pernoitar, Ayrton foi para sua residência que ficava nas proximidades.

Ao amanhecer Bola de Neve descobriu que na sua calça também apareciam manchas de sangue, foi então à casa da lavadeira Maria Torres onde tinha um terno lavado. Não encontrando-a, penetrou na residência

27 Ibidem, p.346-347.

28 Relatório de Livramento Condicional, 1940. APES – Segurança Pública.



da lavadeira, trocou de roupa e começou a rasgar a calça ensanguentada. Quando a lavadeira chegou no local, estranhou a presença de Bola de Neve. No momento do encontro, explicou que tinham roubado seu paletó e não queria a calça, no ato Joana pediu-lhe para dar a seu pai que era necessitado e Bola de Neve negou-se e jogou a calça já rasgada sobre o telhado. O crime continuou no silêncio, ao amanhecer a polícia descobriu o cadáver de Marcos Silva e procedeu o exame de corpo delito.

A polícia iniciou as ações para descobrir o vilão do perverso crime. O chauer²⁹ da cidade de Propriá, Pedro Alves, estacionou o seu automóvel debaixo de uma árvore enquanto aguardava uma corrida e olhando para cima de uma casa, descobriu sobre o telhado um pano avermelhado. No momento ficou pensativo! Será que teria alguma ligação com o crime? Mais tarde, depois de guardar o automóvel, foi ao bilhar. Ali chegou Bola de Neve e entrou na conversa da calçada do bilhar sobre o crime ocorrido na madrugada. Bola de Neve, cinicamente acrescenta: - *Acho difícil que a polícia descubra o criminoso, pois a polícia de Aracaju que é mais eficiente não tem descoberto casos iguais, quanto mais esse*³⁰. Pedro Alves então contou o que viu e perguntou se não haveria alguma relação com o crime. Bola de Neve desconcentrou-se e ficou apreensivo, retirando-se. Tendo presenciado essa atitude Pedro Alves, imediatamente, dirigiu-se para o local onde viram o pano em cima do telhado e avisou a polícia. Tiraram o pano e identificaram que se tratava do paletó do temido Bola de Neve.

Bola de Neve, foi preso, processado e condenado, quando ingressou na Penitenciária Modelo, matriculando-se sobre o número 257. Acostumado a viver na vadiagem nada fazia no mundo a não ser cometer erros e delitos. A penitenciária seria a morada mais certa de Bola de Neve, não era muito de trabalhar e quando chegou lá continuou a ser desajustado. Sua estadia na Penitenciária Modelo não foi calma, a diretoria tentou reeducá-lo mas não conseguiu. Bola de Neve ao invés de frequentar as oficinas como muitos colegas faziam, preferia viver pelos cantos tecendo intrigas e procurando barulho. Seu comportamento era dos piores, como observamos nos registros do seu prontuário.

29 Motorista, pessoal que conduz automóvel.

30 Processo Crime, 1941, p.8. AJES .

CASTIGOS - PENITENCIÁRIA MODELO DE ARACAJU- “Bola de Neve”

MÊS	DIA	ANO	CAUSA	PENA DISCIPLINAR
Maio	25	1942	Por desacatar o guarda.	Trancado por 16 dias
Junho	16	1942	Por não ter cumprido ordens regulamentares.	Trancado por 2 dias
Julho	9	1942	Por ter perturbado o silêncio da noite e rebelar-se quando advertido pelo guarda.	Trancado por 30 dias
Setembro	19	1943	Por ter sido apanhado em jogos de dados.	Trancado por 3 dias
Outubro	10	1942	Por ter levantado acusações falasas a respeito de seu colega na prisão.	Trancado por 2 dias
Janeiro	24	1943	Por ter desobedecido as ordens que lhe foram transmitidas e insubordinar-se quando advertido.	Trancado por 30 dias
Abril	22	1943	Por ter recusado a fazer faxina.	Trancado por 10 dias
Junho	2	1943	Por ter subtraído uma penca de chaves pertencentes à Casa jogando-a na privada.	Trancado por 20 dias

Continua...

MÊS	DIA	ANO	CAUSA	PENA DISCIPLINAR
Setembro	10	1943	Por ter ofendido moralmente seu companheiro.	Trancado por 5 dias
Abril	17	1944	Por ter apanhado jogando dados.	Trancado por 15 dias.
Junho	30	1944	Por ter tomado parte do jogo.	Trancado por 10 dias.
Fevereiro	02	1945	Por ter empenhado em luta corporal com o colega.	Trancado por 20 dias.
Junho	21	1945	Por ter discutido e brigado com o colega.	Trancado por 6 dias.

Fonte: APES – Relatório de Livramento Condicional, 1946.

Mais uma vez a direção do estabelecimento qualificou “Bola de Neve”, como um detento de comportamento péssimo e de caráter mentiroso, intrigante e provocador. E a história do “Bola de Neve” não parou por aqui! No livro de ocorrência datado de 16 de novembro do ano de 1942, ele foi escoltado ao Hospital Cirurgia, afim de se submeter a uma ligeira intervenção cirúrgica e assim que teve alta foi conduzido ao estabelecimento penal. Interessante é saber porque Bola de Neve tinha se submetido a uma cirurgia? Pois é! O livro de histórias criminosas de “Bola de Neve” continua. O inquérito administrativo contra Dario Santos, guarda da Penitenciária Modelo, nos fornece informações de tal ocorrido.

No dia nove de fevereiro do ano de 1941, às quatorze horas mais ou menos, estava o guarda Pedro Silva em sua banca de trabalho conversando com o detento Carlito, para aconselhar “Bola de Neve” a não ir mais ao seu cubículo falar dele. No momento o detento Bola de Neve, estava sentado no pé da escada que dá acesso ao pavimento superior do presídio, próximo ao local. O guarda sacou o revólver e disse *Negro você continua a debicar de mim!*. Apertou o gatilho alvejando Bola de Neve com vários tiros, que devido aos ferimentos, correu refugiando-se no cubículo de cabeleira e mesmo assim foi perseguido pelo denunciado até esgotar a carga de sua arma sobre a vítima indefesa a quem devia respeitar-lhe³¹.

31 Inquérito Administrativo, 1941, p.16. AJES.

Dessa vez é pego o desordeiro Bola de Neve, por revoltar-se contra os constrangimentos e deboches atribuídos ao seu tom de pele. Quase nada sabe-se de sua vida pregressa, apenas que é natural do estado de Alagoas, viveu no município de Penedo por alguns anos e era analfabeto. Aspectos estes que apontam para as reflexões de Guimarães³² ao salientar que o abandono a que estava relegada a população negra, sua falta de instrução e seus costumes arcaicos foram responsáveis pela situação de “degenerescência” dos negros.

É perceptível notar que o preconceito sofrido por Bola de Neve, nos faz recordar também, sua descendência escrava. Insultos a negros eram comuns desde o oitocentos nas prisões, como aponta Carlos Eduardo Moreira, ao estudar as prisões do Rio de Janeiro, enfatizou que o espaço urbano contava com uma infinidade de africanos recém-desembarcados, convivendo com escravos crioulos e ladinos que circulavam pelas ruas coloniais. As punições aos desvios de conduta já eram velhas conhecidas dos pretos e mestiços escravos: tronco, ferros e prisão.³³

O episódio que envolveu Bola de Neve, nos remete aos escritos de Fabiane Popiniggins, no trabalho com processos crimes na primeira república, ao afirmar que os processos –crimes são “bons lugares” para encontrar as classes populares, vistas como perigosas³⁴. A história do carregador Bola de Neve, mostra mais que as práticas de violência na prisão, faz pensar questões que foram além de seu comportamento dissimulador e destemido, como é o fato dele ser “negro” e certamente ter aguentado insultos e preconceitos a sua “cor”. Importante notar também que seu nome criminal, “Bola de Neve” é oriundo de seu estado de está aqui e acolá e é pseudônimo utilizado por grandes facções criminais.

A história de Bola de Neve abre um leque de interrogações e lembra os escritos de Oliveira³⁵, quando afirma que com tantas graduações de cor, segregar pessoas na base da cor implicaria em grandes inconvenientes, como aconteceu nos fragmentos dessa história. Em outros momentos continuaremos a percorrer o passado negro de Bola de Neve e quem sabe encontrar mais informações acerca de suas experiências como homem livre e de cor.

32 GUIMARÃES, Antônio Sérgio. Democracia Racial: o idal, o pacto e o mito. IN: GUIMARÃES. Antônio Sérgio. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: FAPESP, 2004, p.149

33 ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de. Entre dois cativos: escravidão urbana e sistema prisional no Rio de Janeiro, 1790-1821. IN: *História das Prisões no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009, p. 217.

34 POPINIGINS, Fabiane. *Proletários de casaca: trabalhadores do comércio carioca*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2007, p. 179.

35 OLIVEIRA, Eduardo de Oliveira. “O mulato, um obstáculo epistemológico”. IN: *Argumento*, ano I, nº 3, 1974.



Lolita, doméstica e com afazeres de prostituta

Lolita, nasceu em São Cristovão, em 2 de julho de 1917. O pai era carpinteiro e a mãe trabalhava nos afazeres da casa. Seus pais tiveram 13 filhos, dos quais somente dois não sobreviveram. Seguindo a religião dos seus pais comungou pela primeira vez aos sete anos. Não frequentou escola, a família era grande e o ganho pouco. Aos onze anos foi admitida na fábrica de tecidos com o ordenado de CR\$ 15,00 semanais. Aos quinze anos começou a namorar com um rapaz empregado na fábrica. Dois anos depois, fugiu de casa e foi viver em São Cristovão. Ao fim de oito meses foi abandonada pelo amante, voltando para a casa de sua mãe em adiantado estado de gravidez. Passou então a viver com outro homem, porém este resolveu abandoná-la dentro de pouco tempo. Não deixou de trabalhar na fábrica mas também continuou os afazeres de prostituta.

Dos seus irmãos, um cometeu crime de ferimentos e foi condenado a dois anos e seis meses, tendo cumprido a pena na Penitenciária Modelo. Outros deixaram a casa dos pais e três irmãs também se prostituíram. Foi recolhida à Penitenciária no dia 16 de dezembro do ano de 1945. Desde então começou a trabalhar na lavagem de roupa para o estabelecimento, ganhando mensalmente cinquenta cruzeiros. Praticou apenas uma falta ao insultar com palavras injuriosas a sentenciada Carlita Pitanga, com quem reconciliou-se logo em seguida. E foi por essa falta levemente castigada.

Lolita foi presa em 24 de outubro do ano de 1945, na Rua Maroim, na cidade de São Cristovão, por simular uma briga com o irmão Maurício, fazendo-o com o intuito de atrair a atenção de Pedro Mota, conhecido por Queixada, para que este entrasse também na confusão. Pedro, aproximou-se, advertiu-a nestes termos: você junto a mim não bate em seu irmão. Ao que ela responde: “*não bato nele, mas bato em você, seu filho da peste!*” E logo em seguida, servindo-se de um cacetete, diferiu um violento golpe no couro cabeludo de Pedro Mota. Maria Santos, que presenciava o caso, tentou socorrer o ferido, recebendo então uma cacetada de Lolita. A ré pegou uma faca vulgarmente denominada peixeira e produziu quatro ferimentos em Pedro Mota, sendo o último deles no ventre, de vinte centímetros de extensão. Pedro Mota saiu rolando pelo chão e caiu dentro de um tanque, de onde foi retirado por algumas mulheres, já agonizante.

O caso ocorrido com Lolita possui aspectos que nos chamam atenção para as relações de sociabilidade e de conflitos entre seus conhecidos e os usos que as mulheres faziam de sua convivência para prestar acertos de contas, contradizendo os estereótipos propostos a condição feminina na primeira república. Lolita era uma mulher dócil e submissa que subverteu a ordem e resolveu em praça pública seus anseios. Essa história lembra os



debates teóricos e metodológicos pretendidos acerca da honra e prostituição, por Sueann Caufield e Cristiana Schettini³⁶.

Nos relatos das peças judiciais percebemos, que Lolita para além de trabalhar nos serviços domésticos, continuou seus afazeres de prostituta. Certamente poderia ter sido pela sua situação econômica e/ou vontade de quebrar os paradigmas que lhes eram “impostos” numa sociedade que tinha o intento de moralizar os cidadãos. Afinal suas três irmãs também prostituíam-se, resta-nos pensar o fato de ter levado a família de Lolita a essa prática? Logo, ter sido uma mulher de *vida livre* constituiu uma das escolhas e forma de sobrevivência de Lolita, por não poder permear espaços que não lhes eram permitidos.

Conclusão

O que fazer diante das evidências ou controvérsias apontadas nos fragmentos das histórias apontadas? Podemos dizer que o gênero e a definição étnica estão diretamente relacionados ao debate político, econômico e cultural predominantes na época. Observamos nas fontes trabalhadas que as relações de gênero estavam permeando os espaços da predominância do poder e apontando para a construção social, seja ela de classe e ou grupo étnico. Foi neste cenário que percebemos as histórias de indivíduos que tentaram estabelecer suas vivências, mas que por haverem transgredido ao ordenamento legal foram julgados e condenados, como pôde ser visto nos casos do temido Bola de Neve, do assíduo trabalhador Ancião e da prostituta Lolita.

A partir dos debates da História Social foi possível entender as formas como estes homens e mulheres atribuíram significados a suas vidas. E neste sentido continuamos de acordo com Darnton, quando destaca a ideia de *explorar as tendências ocultas dos acontecimentos, a maneira como a história não se deixa confinar no passado e vem até o presente. Pois outras histórias surgiram nestes muros que lembram um castelo medieval, ladeado com duas torres laterais, a então moderna Penitencária de Aracaju.*



36 Ver: CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro*. Campinas, 2000; SCHETTINI, Cristiana Pereira. *Que Tenhas teu corpo: Uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

O extinto aldeamento de Água Azeda e suas relações de conflito com a Fazenda Escurial – SE no Século XX

Carine Santos Pinto¹

The extinct village of Sour
Water and its conflict relations
with Farm Escurial - SE in the
twentieth century

Resumo

O presente artigo se propõe a fazer uma análise descritiva as relações de conflito entre os proprietários da Fazenda Escurial e os moradores do povoado Aldeia, São Cristóvão – SE, levando em consideração os fatos ocorridos durante o século XX. O povoado Aldeia, enquanto morada de indígenas foi intitulado no espaço cronológico do século XIX como Aldeia de Nossa Senhora da Fé e Aldeia de Água Azeda, sendo considerada extinta com a instituição do Decreto nº 1.139, de 06 de abril de 1853. Outros fatos ocorrem no ano de 1933, quando os moradores apresentaram queixas judiciais contra os proprietários da Fazenda Escurial, ressurgindo no ano de 1972, quando o povoado Aldeia foi incendiado, gerando um novo embate judicial.

Palavras-chave: relações de conflito; história indígena; Sergipe.

Abstract

This Article aims to analyze the relationship of conflict between the owners of the farm Escurial and the villagers Aldeia, São Cristóvão-SE taking into account the events of village during years 1972-1978. The Aldeia town, while dwelling Indians was entitled in chronological space of the nineteenth century as Aldeia de Nossa Senhora da Fé e Aldeia de Água Azeda, being considered extinct in 1853 with the introduction of Decree No. 1139, April 06. Other events occur in 1933 when residents presented legal complaints against the owners of the Escurial Farm, reappearing in 1972, when the village was burnt down village, creating a new legal clash.

Key words: relations conflict; indian history; Sergipe.

265



1 Mestre em História pela Universidade Federal de Alagoas (2016), Licenciada em História pela Universidade Tiradentes (2010), membro associada da Anpuh-SE.

O extinto aldeamento de Água Azeda

Fruto da minha recente pesquisa de mestrado (2016) e de artigos anteriores, o presente trabalho visa demonstrar os conflitos existentes entre os moradores do atual povoado Aldeia, no município de São Cristóvão – SE e os proprietários da Fazenda Escurial, antiga propriedade do Barão da Estância, no século XIX.²

Localizado nos tabuleiros costeiros do centro sul de Sergipe, o extinto Aldeamento de Água Azeda possuiu denominações diferenciadas ao longo da sua existência. Formou-se durante o período colonial, em meados do século XVII e, em seguida, passou a receber possessões de terra através de doações por Carta Régia de sesmaria em momentos distintos.

A primeira concessão à Aldeia, que naquele momento denominava-se Aldeia de Nossa Senhora da Fé, foi feita pelo Conde de Sabugosa no ano de 1718 e localizava-se entre os rios Vaza Barris e Poxim, um terreno que correspondia a meia légua em quadra “tanto em fundura quanto em largura”. A denominação ao aldeamento se justifica pelo fato de abrigar em sua capela, uma imagem de Nossa Senhora da Boa Fé que foi encontrada pelos moradores nos terrenos do extinto aldeamento e que atualmente ainda se faz presente no povoado.

A segunda concessão ocorreu no ano de 1737, por meio de requerimento do Sargento-Mór Antonio Dias de Água Azeda, quando o Dom Sancho de Faro, Conde de Vernizosa, cedeu meia légua de terra encruzada à primeira doação. Sobre esta denominação, compreende-se que ela veio após a solicitação de terras feita pelo Sargento Mór, Antonio Dias de Água Azeda, para os índios e seus descendentes. Naquele momento, a carta de sesmaria demonstrara que o aldeamento ainda se intitulava como Aldeia de Nossa Senhora da Fé, levando a crer que a denominação seguinte se deu como uma homenagem àquele sargento que conseguiu, por duas vezes, o recebimento da carta de sesmaria de terra.

As solicitações de sesmarias de terras foram feitas através dos costumes dos não índios, ou seja, a maneira como foi realizada essa prática, assinala a *apropriação* da cultura dos não índios por parte dos índios de Água Azeda, mas que nesse momento a ação não os descaracterizou como um povo indígena. Pelo contrário, a concessão de meia légua de terra durante o período colonial contribuiu para o fortalecimento do grupo e formação do aldeamento em questão, conforme lê-se no trecho abaixo:

2 Sobre os artigos citados, destaca-se a dissertação de mestrado apresentada no ano de 2016 com o título “De Taperaguá à Aldeia: Conflitos e esbulhos nas terras do antigo Aldeamento de Água Azeda-SE (décadas de 1930 e 1970)” na Universidade Federal de Alagoas e o artigo publicado na Revista Memorial do Judiciário, no ano de 2013 em parceria CRUZ, T. G. R. “O conflito contra o esbulho de terra em Água Azeda (1930-1934)”.



Hei por bem de conceder e dar de Sismaria em nome de Sua Majestade aos Índios de Aldeia de Água Azeda para elles e seus descendentes a meia légua de terra que pedem e se começarão a demarcar do que já possuem, não prejudicando a terceiros e com todas as clausulas do estylo e as mais contidas na Ordenação do reino, titulo das Sismarias, com declaração de que não excederá em légua, digo em largura nem em comprimento da dita meia légua, as quaes terras terão e possuirão com todas as suas águas, campos, matas, testadas, logradouros e mais utilidades que nellas se achão tudo foro, livre e izempto de fôro, tributo ou pensão alguma, salvo, o Dizimo a Ordem de Christo, que pagarão das fructas que nellas houverem, ainda que em algum tempo, passe o domínio e posse das ditas terras a alguma Religião do qual não será izempto, antes pagará, como se fossem possuidor dos leigos, e as aproveitarem dentro do termo da lei, e antes delle as não poderão passar a outro algum domínio sem as ter aproveitado, nem a poderão fazer sem expressa ordem de Sua Majestade, pena de se darem nesse caso, a outra pessoa, e por elles serão obrigados a dar caminhar publicar e particulares³.



Por meio desse documento, os indígenas de Água Azeda tiveram seus direitos de posse garantidos, “sem limite de geração”. Entretanto, com a chegada do século XIX e antes mesmo da instituição do Regulamento das Missões e posteriormente da Lei de Terras, novos conflitos pela detenção das terras passaram a existir, fazendo com que a preocupação desse grupo estivesse voltada para a legitimação das terras do aldeamento e o seu direito a extração das madeiras da localidade.

Querelas judiciais entre Aldeia e Escurial (1972-1978)

O conflito teve início em 21 de fevereiro de 1972, quando Raul Fernando Barreto Rollemberg e Antonio Gonçalo Barreto Rollemberg procuraram o governador do Estado para que, com o auxílio da Secretaria de Segurança Pública pudessem reivindicar a posse das terras, que acreditavam pertencer a sua família. Assim como fizeram os seus antepassados, quando no ano de 1933/34 pleitearam junto ao Serviço de Patrimônio da União, terras da antiga sesmaria⁴.

Figueiredo (1981) dá como data inicial dos conflitos a Portaria nº 006 de 24 de fevereiro de 1972, quando os fatos acabaram por se tornar objeto de denúncia no Departamento de Polícia Federal, desconsiderando a data em que ocorreu a questão. O texto do citado autor, referente aos

3 Cópia da Carta de Sesmaria de terras doadas aos índios de Água Azeda. Arquivo do Judiciário do Estado de Sergipe. AJU/I*ESC. Agravo Cível. 1933. Cx.02/2651.

4 PINTO, C. S.; CRUZ, T. G. R. O conflito contra o esbulho de terra em Água Azeda (1930-1934). Revista do Memorial do Poder Judiciário de Sergipe, n. 03/2013, p. 88-108.

fatos aqui abordados, caracterizam-se como superficiais por preocupar-se mais em demonstrar datas e nomes do que trazer os detalhes da ação. Proposta esta a que o presente artigo se compromete.

O fato ganha um agravante quando, segundo o processo judicial, além de solicitarem ao Executivo a resolução do caso, ao invés de procurar o Judiciário, que seria o poder competente, os irmãos Rollemberg mandaram que seus funcionários invadissem as terras em questão para que a propriedade fosse devastada, saqueada e incendiada, fazendo com que mais uma vez os moradores de Aldeia recorressem à Justiça para a resolução de um conflito⁵.

A batalha judicial se iniciou através de uma ação de reintegração de posse⁶ movida pelos seguintes requerentes: Manoel Francisco Santos, Josefina Santos, José dos Santos, Acassia Freire, João Batista Santos, Josefa de Jesus Santos, Antonio Oliveira, Carmem Salvador Freire, Julio Pedro da Conceição. Na versão dos moradores, os limites do terreno compreendiam os seguintes pontos:

Ao nascente com terrenos do Sr. José Luiz do Carmo, ao Sul com a Fazenda Itaperoá pertencente ao Sr. Albino Silva da Fonseca, ao Leste com a Fazenda Poxim de propriedade do Sr. Raul Rollemberg e ao oeste com as águas do Rio Vaza –Barriz.⁷

E não correspondiam a terrenos improdutivos, pois nas mencionadas terras os requerentes construíram diversas benfeitorias, formaram pastos, plantaram coqueiros, frutas, fizeram roças de milho e de mandioca, além de terem construído diversas casas, demonstrando claramente que o espaço não estava abandonado. Ainda assim, conforme documentação, a área foi invadida por vários homens que obrigaram os moradores de Aldeia a abandonarem as suas posses. Em seguida, devastaram todas as plantações e incendiaram as casas com todos os pertences, o que segundo o advogado dos moradores caracterizou-se como um crime previsto pelo Código Penal, sendo objeto de inquérito instaurado pela Polícia Federal⁸.

Tertuliano Azevedo, o advogado dos moradores, ainda defendia a ideia que no campo do Direito Civil havia irregularidades, pois segundo o Artigo 499 do Código Civil “o possuidor tem direito a ser mantido na posse, em

5 Ação de Reintegração de Posse. Arquivo do Judiciário do Estado de Sergipe. SCR/CIº OF. 1973. Acervo 3. Módulo I. Cx. 17.

6 Segundo o Dicionário Jurídico Brasileiro de Washington dos Santos (2001, p. 28) o termo ação de reintegração de posse corresponde a uma “ação cuja finalidade é garantir ao possuidor legal, no caso de espoliação, a sua reinvestidura na posse de coisa imóvel, de sua propriedade plena, através de mandado de reintegração.”

7 Arquivo do Judiciário do Estado de Sergipe. SCR/CIº OF. 1973. Acervo 3. Módulo I. Cx. 17.

8 Ação de Reintegração de Posse. Arquivo do Judiciário do Estado de Sergipe. SCR/CIº OF. 1973. Acervo 3. Módulo I. Cx. 17.



caso de turbação, e restituído no de esbulho” o que não aconteceu, pois não houve a restituição dos danos causados pelos atos praticados pelos irmãos Rollemberg, mesmo com a comprovação de que aqueles cidadãos já habitavam a comunidade há mais de um ano e um dia, conforme a legislação exigia⁹.

Por esse motivo, a carta de sesmaria, recebida ainda no século XVIII, passou a compor mais uma vez o processo em favor dos habitantes de Aldeia, demonstrando que a memória dos antepassados ainda estava presente naquele grupo, servindo também de prova documental da habitação secular naquelas terras. Também foram utilizadas as fotografias retiradas por José Helcias Viana, funcionário da Subdelegacia Regional do Departamento de Polícia Federal em Sergipe para comprovar as ações praticadas pelos irmãos Rollemberg e seus funcionários. A seguir será demonstrada uma delas:

Figura 1 – Moradores de Aldeia¹⁰



Fonte: Arquivo do Judiciário do Estado de Sergipe. SCR/C1º OF. 1973. Acervo 3. Módulo I. Cx. 17.

Depois de anexadas as provas, o Departamento de Polícia deu seu despacho sobre o caso, informando que também houve a infração do Artigo 345 do Código Penal, por se tratar de “fazer justiça pelas próprias mãos, para satisfazer pretensão [...]” no momento em que Raul Fernando e Antonio Rollemberg danificaram as posses dos moradores de Aldeia

9 Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/103251/codigo-civil-de-1916-lei-3071-16#art-499>>. Acesso em: 13 dez. 2015, às 20:54 horas.

10 Fotografia feita por José Helcias Viana, funcionário da Subdelegacia Regional do Departamento de Polícia Federal em Sergipe.

com a ajuda da SSP/SE.¹¹ Em seguida, fez uso do código de leis em vigor (Constituição Federal de 1967) para demonstrar a legislação que amparava os indígenas e pediu que o cartório enviasse a investigação ao órgão responsável, além de ter demonstrado que rejeitava o posicionamento da Secretaria de Segurança Pública e considerava:

[...] inadmissível que uma instituição que foi criada para manter a ordem e proteger a sociedade, se transforme em protetora de elementos que reivindicam seus supostos direitos à base da violência contra pessoas e a propriedade¹².

Tanto o Departamento de Polícia como a Procuradoria da República no Estado de Sergipe se mostraram favoráveis no caso aos moradores de Aldeia. O procurador substituto, Fernando Barreto Nunes, escreve ao juiz algumas sugestões a serem aplicadas no caso, como por exemplo, a promoção de uma ação demarcatória por parte do Estado, uma ação privada com o intuito de serem indenizados pelos danos causados ou ainda uma ação pública pelo crime do Artigo 345 ao fazer justiça com as próprias mãos.

Porém, o juiz de direito da Comarca de São Cristóvão, Epaminondas Silva Andrade Lima, através de uma Carta Precatória¹³, expedida para a Comarca de Aracaju, declarou que não existia nos autos uma “relação plausível de sucessão entre os ditos índios possuidores da carta de sesmaria de terras em questão, com os autores”¹⁴, não podendo aceitar em juízo o pedido de reintegração de posse. Mas tanto as fontes documentais quanto a oralidade nos mostram que além de pessoas de outras localidades, também estavam envolvidos os descendentes dos índios de Água Azeda e assim como os demais envolvidos, eles também tiveram seus bens destruídos no ocorrido do dia 21 de fevereiro de 1972.



11 Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/91614/codigo-penal-decreto-lei-2848-40#art-345>>. Acesso em: 13 dez. 2015, às 22:10 horas.

12 Ação de Reintegração de Posse. Arquivo do Judiciário do Estado de Sergipe. SCR/C1º OF. 1973. Acervo 3. Módulo I. Cx. 17.

13 Segundo o Dicionário Jurídico Brasileiro de Washington dos Santos (2001, p. 48), Carta Precatória corresponde a um “documento pelo qual um órgão judicial demanda a outro a prática de ato processual que necessita ser realizado nos limites de sua competência territorial”.

14 Carta Precatória. Arquivo do Judiciário do Estado de Sergipe. SCR/C1º OF. 1973. Acervo 3. Módulo I. Cx. 17.

Ação de manutenção de posse: a versão dos latifundiários da fazenda Escurial no conflito contra os moradores de Aldeia

Pronunciando-se ao juiz da Comarca de São Cristóvão, através do advogado Osmário Vilanova de Carvalho¹⁵, os irmãos Rollemberg apresentaram um documento de treze páginas, datado de 22 de janeiro de 1974, onde tentam comprovar que a área que os requerentes do processo de reintegração de posse pretendiam ocupar pertencia aos genitores de Raul Fernando e Antonio Gonçalo Rollemberg e foi adquirida como herança após a morte de Edgar de Faro Rollemberg.

Preliminarmente, buscavam demonstrar a ilegitimidade da ação de reintegração pelo fato de desconsiderarem o documento de sesmaria que faziam uso para a comprovação da posse. Assim, passavam a afirmar que os moradores nunca foram os legítimos possuidores das terras questionadas e que a área de terra que pretendiam se assenhorar era parte integrante da fazenda Escurial. Logo, o advogado da família Barreto Rollemberg apresentou o Código Civil, no seu Artigo 505, para afirmar que “não se deve julgar a posse em favor daquele a quem evidentemente não pertencer o domínio” e assim conclui que “a formulação da pretensão esboçada na ação contestada é totalmente destituída de fundamento” e que o juiz não deve julgar a favor dos moradores do povoado Aldeia¹⁶.

Sendo assim, passam a justificar a violência praticada no dia 21 de fevereiro de 1972 como uma ação de legítima defesa assegurada pelo Artigo 502 do Código Civil de 1916, que afirma que “o possuidor turbado ou esbulhado, poderá manter-se, ou restituir-se por sua própria força, contanto que o faça logo” tornando, ao seu ponto de vista, desnecessário esse processo judicial, solicitando assim que o juiz o torne extinto e sem julgamento do mérito¹⁷.

A documentação aqui trabalhada também expõe a versão do ocorrido na ótica da família Barreto Rollemberg e inicia apontando os limites da Fazenda Escurial com a Aldeia,

[...] constituída de terras devolutas pertencentes ao ESTADO DE SERGIPE, pelo lado NORTE e pelo flanco LESTE, nesses pontos, também, com a antiga Usina CUMBE e com a Fazenda QUINDONGÁ, respectivamente. No que pertine ao limite do ponto NORTE, os genitores tem seus limites determinados por

15 Osmário Vilanova de Carvalho foi presidente da OAB/SE entre os anos de 1972 e 1974. Justamente durante o período das desavenças aqui tratadas.

16 Carta Precatória Citatória. Arquivo do Judiciário do Estado de Sergipe. SCR/C1º OF. 1973. Acervo 3. Módulo I. Cx. 17.

17 Carta Precatória Citatória. Arquivo do Judiciário do Estado de Sergipe. SCR/C1º OF. 1973. Acervo 3. Módulo I. Cx. 17.



dois marcos de pedra em toda extensão de sua propriedade ESCURIAL se separa de seus confinantes por meio de valados (regos), com profundidade de mais ou menos hum (1) metro.¹⁸

Porém, no limite norte onde existiam os valados, a Petrobrás havia construído uma estrada de rodagem, vindo a destruir os marcos separatórios e deixando aproximadamente 300 tarefas de terras da Fazenda Escurial em aberto. Percebendo esse feito, o senhor Raul Rollemberg determinou que a área fosse cercada, fazendo com que identificassem o início de “atos turbativos à posse dos mencionados proprietários da Fazenda Escurial”¹⁹. Como já foi exposto, foi feito uso do Artigo 502 do Código Civil para demonstrar que os Barreto Rollemberg fizeram uso da sua própria força, mas agiram em legítima defesa para defender a sua posse. Por estarem amparados pela legislação, não teria ocorrido crime e, portanto, não seria necessário, segundo o ponto de vista do advogado Osmário Vilanova de Carvalho, a continuidade desse processo.

Ainda no ano de 1974, Raul de Faro Rollemberg iniciou um processo de manutenção de posse contra Manoel Messias Meireles de Oliveira, José de Silosa, José dos Santos, Júlio Pedro da Conceição, Manoel Francisco dos Santos e João Batista dos Santos. Nem todos os envolvidos nessa ação judicial estavam envolvidos na ação de reintegração de posse movida pelos moradores de Aldeia no ano de 1972 e que ainda não estava findada. Com essa ação de manutenção, eles tinham o objetivo de demonstrar que eram os legítimos donos da fazenda Escurial e dos terrenos que estavam sendo invadidos, onde os réus estavam “derrubando matas, num incontestado intuito de ali plantarem, consoante prova fazerem fotografias dos locais molestados”²⁰.

Os atos turbativos, segundo o advogado Osmário Vilanova de Carvalho, causavam consideráveis prejuízos, em virtude das valiosas madeiras que eram derrubadas, tais como:

[...] sicupira”, “pau d’arco”, “coração negro”, “jitaí”, as quais servem para tiragem de estacas, morões, esteios, vigas, etc, e sobretudo o prejuízo se avoluma pela destruição da reserva florestal exigida por LEL (mínimo de 20% da área), bem como a derrubada desguarnece os mananciais de água (mineradores) que ficarão descobertos [...].²¹

18 Carta Precatória Citatória. Arquivo do Judiciário do Estado de Sergipe. SCR/C1º OF. 1973. Acervo 3. Módulo I. Cx. 17.

19 Carta Precatória Citatória. Arquivo do Judiciário do Estado de Sergipe. SCR/C1º OF. 1973. Acervo 3. Módulo I. Cx. 17.

20 Ação de Manutenção de Posse. Arquivo do Judiciário do Estado de Sergipe. SCR/C1º OF. 1973. Acervo 3. Módulo I. Cx. 19.

21 Ação de Manutenção de Posse. Arquivo do Judiciário do Estado de Sergipe. SCR/C1º OF. 1973. Acervo 3. Módulo I. Cx. 19.



Ao final do ano de 1974, os moradores de Aldeia, por meio dos advogados Guido Azevedo e Walter Lopes de Azevedo, contestaram a ação de manutenção de posse requerida por Raul de Faro Rollemberg e sua esposa, pelo fato de que “naquele processo se pede reintegração de posse; neste, manutenção de posse, - ocorre porém que o litígio verse sobre a mesma gleba de terra”, ocorrendo a litispendência, ou seja, a duplicação da ação com as mesmas partes e sobre o mesmo fato. Solicitou-se assim que o processo de manutenção de posse fosse extinto para que através da primeira ação movida se chegasse a um resultado²². Pediu ainda que o juiz levasse em consideração as mais de 100 famílias “que labutam na área objeto do litígio” pelo fato de todos eles já terem sido prejudicados por Raul de Faro Rollemberg ao colocar o seu gado nos terrenos²³.

A persistir o mandado liminar, a fome baterá às portas dos contestantes, ante a expulsão pelo autor, das terras ocupadas, com a devastação das plantações existentes, necessárias ao sustento da família dos réus, que se vez assim enormemente prejudicada.²⁴

273



Informou ainda que na área ocupada existiam casas e plantações diferentemente do que foi exposto pelas fotos anexadas ao pedido de manutenção, indicando que as fotos foram falseadas pelo autor por não corresponder ao terreno em questão²⁵.

Considerando que as terras de Aldeia são terrenos de extinto aldeamento e que foram consideradas devolutas no processo movido no ano de 1933, os advogados fizeram uso do pedido de denúncia à lide²⁶ para convocar o Estado para integrar a demanda, pelo fato do Estado de Sergipe intitular-se como proprietário das terras em questão. Tanto era assim que ainda na década de 1970 era cobrado impostos aos contestantes.²⁷

Em resposta, o advogado da outra parte, Osnório VillaNova Carvalho, em fevereiro de 1975, informa que as fotografias anexadas na documentação do seu cliente “instruem a inicial representatividade da turbação”

22 Ação de Manutenção de Posse. Arquivo do Judiciário do Estado de Sergipe. SCR/CIº OF. 1973. Acervo 3. Módulo I. Cx. 19.

23 Ação de Manutenção de Posse. Arquivo do Judiciário do Estado de Sergipe. SCR/CIº OF. 1973. Acervo 3. Módulo I. Cx. 19.

24 Ação de Manutenção de Posse. Arquivo do Judiciário do Estado de Sergipe. SCR/CIº OF. 1973. Acervo 3. Módulo I. Cx. 19.

25 Ação de Manutenção de Posse. Arquivo do Judiciário do Estado de Sergipe. SCR/CIº OF. 1973. Acervo 3. Módulo I. Cx. 19.

26 Segundo Gonçalves (2011, p. 222) denúncia à lide é a “forma de intervenção de terceiros, que pode ser provocada tanto pelo autor quanto pelo réu” como no caso que aconteceu no processo movido anteriormente pelos moradores de Aldeia, onde foi preciso solicitar a intervenção do Estado de Sergipe para a resolução da questão, já que as terras de aldeamentos extintos eram consideradas como devolutas segundo o decreto 22.250, de 23 de dezembro de 1932.

27 Ação de Manutenção de Posse. Arquivo do Judiciário do Estado de Sergipe. SCR/CIº OF. 1973. Acervo 3. Módulo I. Cx. 19.

e que a fome citada na outra documentação não pode ser utilizada como justificativa para resolução de um conflito. Complementa afirmando:

[...] não há como se falar em prejuízos dos réus, uma vez que estes é que causaram danos aos autores, tudo a de ser apurado na oportunidade devida. Ainda bem que os réus confessam que nada tem, nada possuem, pertencendo as terras da Aldeia ao Estado de Sergipe. Não há cabimento para a alegada denúncia a lide, porquanto o Estado de Sergipe nunca se disse molestado pelos autores²⁸.

Após argumentações de ambas as partes, o juiz de direito Gilson Gois Soares deu o seu parecer no dia 10 de março de 1976, mostrando-se favorável a presença da litispendência, ou seja, existiam duas ações com as mesmas partes, o mesmo objeto e a mesma causa. Assim, o segundo processo foi extinto, validando apenas a ação de reintegração de posse²⁹.

No ano de 1977, dando prosseguimento à ação, o juiz de direito da Comarca de São Cristóvão julgou legítima a denúncia contra Raul Fernando Barreto Rollemberg e Antonio Gonçalo Barreto Rollemberg e os condenou a quatro anos e seis meses de prisão, enviando em seguida uma Carta Precatória para Luiz Garcez Vieira, o juiz de direito da Vara Criminal de Aracaju para expedir o mandado de prisão que nunca chegou a ser executado.

Os irmãos Rollemberg recorrem para o Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, através da Apelação Criminal nº 256/77. O Livro de Acórdãos³⁰ relata o parecer do Desembargador Artur Oscar de Oliveira Déda, através do Acórdão nº 2.288/78, informando da nulidade do processo “em virtude de não constar nos autos o laudo pericial relativo ao fato “incêndio”³¹.

O desembargador complementa sua argumentação, declarando:

[...] Os apelantes, bem como o órgão do Ministério Público, afirmaram a imprestabilidade da prova, porquanto suspeitas as testemunhas inquiridas, posto aparecem como vítimas neste processo. Não aceito que valha esta simples alegação para infirmar os elementos em que se embasou o decisório recorrido³².

Com essa fala, o desembargador não levou em consideração nenhuma das provas coletadas pelos moradores de Aldeia, incluindo fotos e relatos

28 Ação de Manutenção de Posse. Arquivo do Judiciário do Estado de Sergipe. SCR/C1º OF. 1973. Acervo 3. Módulo I. Cx. 19.

29 Ação de Manutenção de Posse. Arquivo do Judiciário do Estado de Sergipe. SCR/C1º OF. 1973. Acervo 3. Módulo I. Cx. 19.

30 O termo Acórdão corresponde a uma decisão proferida em grau de recurso por tribunal coletivo e superior, segundo as informações contidas no o Dicionário Jurídico Brasileiro de Washington dos Santos (2001, p. 30).

31 Livro de Acórdãos. Arquivo do Judiciário do Estado de Sergipe. Acórdão nº 2.288/78.

32 Livro de Acórdãos. Arquivo do Judiciário do Estado de Sergipe. Acórdão nº 2.288/78.



das testemunhas que foram incluídos ao texto do Acórdão. Assim, manda que o processo seja devolvido à Comarca de São Cristóvão e o juiz de direito Manuel Soares Pinto determina que o Acórdão seja cumprido, tornando assim nulo toda esta pendência judicial. Não houve, após esse processo, nenhum conflito na esfera judicial, porém há relatos na memória dos atuais moradores do povoado.

Memória do Povoado Aldeia Através da Fala dos Moradores

A documentação indica que o conflito ocorrido na década de 1970, entre os descendentes do Barão da Estância e os descendentes dos indígenas de Água Azeda, se iniciou a 21 de fevereiro de 1972, um marco cronológico favorável à realização de entrevistas com os envolvidos diretos nessas querelas. Porém, não foram encontrados nenhum dos moradores citados nos processos judiciais, fazendo uso, portanto, dos relatos de moradores que vivenciaram o período e tiveram um contato com as pessoas citadas nessas questões.

João Rosa de Jesus, filho de José das Virgens, uma das personagens que vivenciou o enfrentamento judicial na década de 1930, relata o fato ocorrido na década de 1970 diretamente da sala da sua casa. Ao apontar para parte externa, afirma:

[...] Foi aqui! Nuns barracos ali que tocou fogo ... foi uma turma ali que foi fazer uns barracos por ali, aí eles... tocaram fogo... no barraco... comadre Zefinha ...aí vieram e cortaram a cerca com tudo e sacodiram na estrada aí... O Gonçalo que veio com uma tropa ainda, dizendo que as terra era dele e tavam invadindo... aí nessa sentada aí na frente da minha casa, nesse areal aí tava cheio de coco de um rapaz lá de São Cristóvão... ainda tocaram fogo... aí meteram o tarreche e vieram com uns capangas e gente armada como o diabo, meteram o tarreche e arrancaram com tudo, cortaram a cerca tudo, depois se aquietaaram e foram brigar lá pra justiça e o povo foi procurar lugar pra fazer seus barraquinho, se afastaram tudo [...]³³.

A fala desse senhor traz proximidades com a fonte documental, assim como na questão do incêndio relatado e na personagem “comadre Zefinha”, citada por João Rosa que pode ser relacionada a “Josefa de Jesus Santos”, presente no processo de reintegração de posse movido pelos moradores. Além disso, o morador insere um novo fato não mencionado na documentação trabalhada: o incêndio de cocos de um senhor de São Cristóvão que nada tinha a ver com as desavenças entre os vizinhos.

33 JESUS, João Rosa de. Depoimento em 09 de maio de 2015. Aracaju – SE. Entrevista concedida a Carine Santos Pinto.



Além disso, ao fazer referência ao espaço onde, segundo ele, ocorreu o conflito, João Rosa demonstra a existência de mais um *lugar de memória* para o Povoado Aldeia, que segundo a compreensão de Pierre Nora (1993, p. 21) faz com que esses espaços se mostrem de grande importância na construção do passado do grupo. Ao mesmo tempo, auxilia a retomada da memória do entrevistado, que ao olhar e fazer referência ao espaço onde ocorreram as divergências, traz à tona momentos que poderiam ter ficado no esquecimento do indivíduo.

A memória do senhor Eduardo Santos, ex-morador do Povoado Aldeia, atual residente na cidade de Aracaju, traz fatos que vão além do conflito. Revela também uma proximidade com a família Faro Rollemberg e um pouco da personalidade do proprietário do Escurial, assim como exposto a seguir:

Raul era irmão do finado Edgar. Quando Edgar morreu, Raul veio e casou com a viúva... ele tomava conta de um lugar chamado Poxim, onde eu também trabalhei muito, plantando cana... e o finado Raul casou com a viúva do Escurial quando Edgar morreu e deixou o Poxim... Esse Raul era ruim! Eu trabalhava lá e um dia eu vinha chupando cana e ele vinha em um *Jeep* e me viu, por que eu fui buscar um leite pra gente comer lá. Ele dava leite e umas coisa pra gente que trabalhava ... aí eu ia na rodagem assim e ele me viu, mas Deus é bom e eu vi logo de longe e peguei e joguei a cana no mato e ele parou o *Jeep* e mandou o colega da gente, que chamavam de carreiro-mor, ir olhar e disse “você vinha chupando cana, era?” e eu disse que não e ele falou “e o que era que você vinha na mão que jogou ali?” aí eu disse “foi uma pedra em um passarinho” foi Deus que me deu essa sabedoria na hora, aí ele disse com o carreiro “desça e repare lá, que eu quero saber se ele tava chupando cana, pois eu quero levar ele pra arrancar o dente dele” E eu me lembro de tudo ainda, de tudo!³⁴

A característica da personalidade dos proprietários da Escurial não se mostra apenas com relação a essa geração, mas também ao genitor de Edgar, Gonçalo de Faro Rollemberg, que deixou marcas na memória daquele povo ainda dos fatos ocorridos na década de 1930, principalmente com relação aos atos violentos praticados e narrados em entrevista. Um desses casos foi citado por um morador que afirmou que por várias vezes os homens da comunidade se reuniam durante a noite, temendo novos enfrentamentos e que a documentação que comprovava a posse dos terrenos de Aldeia lhes fossem tomadas.

Outro importante aspecto a ser citado é com relação às atividades econômicas da comunidade que não são expostas de maneira direta pela documentação escrita, porém a fonte oral demonstra na fala de dois en-

34 SANTOS, Eduardo. Depoimento em 23 de out. de 2015. Aracaju – SE. Entrevista concedida a Carine Santos Pinto.



trevistados a extração de madeira como dinâmica de renda para a comunidade. Segundo João Rosa, muitos do povoado trabalhavam...

[...] nas Cotinguiba e na roça, nos engenho e cortando madeira, tiravam ripa pra vender em Laranjeiras e em Aracaju... o povo daqui, antigamente vivia era de madeira, era caibo, era peça, era ripa... todo mundo! A população toda trabalhava nisso... quem tinha animal, levava e quem não tinha, fretava os animalzinho e saia daqui pra Laranjeiras... saia daqui pra Aracaju e tinha o cais em Aracaju que era próprio da gente vender as madeira, eu mesmo já fui, muitas vezes [...] ³⁵.

É importante frisar que Dantas (1976, p. 432), referindo-se ao século XIX, ressalta a comercialização de produtos agrícolas nas feiras de São Cristóvão, Laranjeiras e Itaporanga feito pelos indígenas de Água Azeda como uma maneira de garantir a sobrevivência do grupo. Eles vendiam o excedente do que plantavam, assim como fizeram seus descendentes, que extraíam a madeira a fim de obter a renda necessária para o sustento de suas famílias e, ao mesmo tempo, demonstravam os resquícios de uma cultura indígena ainda existente naquele grupo, assim como na fala de João Rosa:

[...] E antigamente a gente ia muito pra São Cristóvão de pé, até carregado com esteira na cabeça... eu tiro esteira, eu tiro junco, eu tiro tabua, eu tiro pipiri eu tiro tudo e faço, até essas cestas de feira eu também faço... esses balaio que chamam de cesto, eu faço esses diabo tudo e aprendi com os outro pois papai não fazia não [...] ³⁶.

Os itens listados, tais como *esteira e cesto*, são entendidos por essa pesquisa ainda como vestígios de um passado indígena que fez com que a tradição da confecção dos balaio pudesse chegar até João Rosa, que segundo ele aprendeu “com os outros” da Aldeia, demonstrando traços, mesmo que mínimos, de um passado indígena.

É válido ressaltar que, neste momento, mesmo com a ausência de identificação com a cultura indígena ainda há princípios ou características de tradições indígenas que remetem às populações tradicionais e aos povos que habitaram o extinto aldeamento de Água Azeda.

Arruti (2009) afirma que um dos fatores que permitiu o reconhecimento dos *caboclos da Caiçara* com a etnia Xocó pelo Serviço de Proteção ao Índio foi “uma série de sinais diacríticos com relação à população local, tais como a permanência do Toré e do ritual-território sagrado do Ouricuri”, sinais evidentes se comparados com os expostos pelos mora-

35 JESUS, João Rosa de. Depoimento em 09 de maio de 2015. Aracaju – SE. Entrevista concedida a Carine Santos Pinto.

36 JESUS, João Rosa de. Depoimento em 09 de maio de 2015. Aracaju – SE. Entrevista concedida a Carine Santos Pinto.



dores do Povoado Aldeia, mas que ainda assim, não poderiam ter sido negados pelas autoridades sergipanas.

Outro fato que se mostra como indício da cultura indígena e do processo de caboclicização sofrido pelo Povoado Aldeia está relacionado ao cemitério presente nos fundos da Capela de Nossa Senhora da Boa Fé. Nesse local é possível visualizar algumas lápides entre as quais se destacam aquelas que demonstram o sobrenome *Caboclo*.

Esse estudo considera os indícios presentes no cemitério de Aldeia como o segundo vestígio da caboclicização desse povo. O primeiro se fez quando foi revelado, em entrevista, que José das Virgens se intitulava como o *caboclo bagé*, assim como exposto em várias falas.

[...] Mas Zé das Virgens era caboclo! Ele era caboclo mesmo! Era da Aldeia mesmo e eu sei porque essa família eu conheci toda! E tudo era caboclo... tudo dizia que era... até um tempo desse tinha muito “das virgens” que tava vivo ainda, depois se acabou tudo, não sei mais se ainda tem, mas sei que eles dizia que era caboclo da Aldeia... eles chamava Caboclo da Aldeia... João das Virgens, Zé das Virgens [...]”³⁷.

Subtende-se que havia, naquele momento, uma identificação com seus antepassados, não apenas por parte de uma pessoa, mas de um grupo, que pode ser detectado nesses indícios. Os termos “caboclos” e “herdeiros de índio” talvez pudessem indicar uma necessidade de reproximação com a cultura indígena, assim como ocorrido com os *caboclos da caiçara*, que após um trabalho de reconstrução de memória e da luta realizada por aquela comunidade, deixaram de ser classificados como caboclos pela sociedade e passaram a ser reconhecidos como povos indígenas da etnia Xocó.

Entre os membros da comunidade indígena do município de Porto da Folha existem aqueles que utilizam a sua etnia como sobrenome, como maneira de reconhecimento social. O mesmo pode ter acontecido entre os membros de Aldeia, com relação ao sobrenome *caboclo* encontrado no cemitério do povoado e também com sobrenome *Aldeia* citado em entrevista. Entende-se que mesmo não indicando uma etnia, mas comprova a proximidade com seus antepassados, assim como demonstrado logo abaixo:

Quando eles tiveram conflito ... eu tava lá. Na época do fimado Anibal... Foi assim, eles de cá da Aldeia mataram um do Escurial que se chamava Zé Aldeia e aí também o chefe lá também mandou matar um da Aldeia, num lugar que chamava “Os Curralinho”³⁸.

37 SANTOS, Eduardo. Depoimento em 23 de out. de 2015. Aracaju – SE. Entrevista concedida a Carine Santos Pinto.

38 JESUS, João Rosa de. Depoimento em 09 de maio de 2015. Aracaju – SE. Entrevista concedida a Carine Santos Pinto.



Com relação aos conflitos, uma nova ponte entre a documentação escrita e a fonte oral pode ser feita sobre os fatos ocorridos na década de 1970. As fontes judiciais demonstram que a Petrobrás havia construído uma estrada, vindo a destruir os marcos separatórios. Segundo o advogado dos grandes proprietários, Osmário Vilanova de Carvalho, esse foi o grande motivo para o início dessa querela, pois as casas incendiadas em 1972 haviam sido construídas no local onde existiam os valados aterrados pela Petrobrás que serviam como limites entre os terrenos. Sobre esse fato, João Rosa afirmou:

[...] até tinha uma estrada ali que nunca foi tapada que foi questão como a desordem... tá tapada hoje que o povo aí taparam, mas isso aí foi questão! Fizeram cerca de um lado e cerca de outro [...]³⁹.

A resolução desses problemas resultou na dispersão de parte da população de Aldeia e na incorporação desse povo, que aceitou sua condição de *agricultor*, assim como foram intitulados pela Justiça do Estado de Sergipe, fazendo com que os traços que os ligassem com os seus antepassados fossem desaparecendo aos poucos restando apenas a memória dos fatos ocorridos.

279


Considerações Finais

O presente artigo trouxe à discussão as relações de conflito entre os moradores de Aldeia e os proprietários da Fazenda Escurial ocorridos no século XX que culminaram por silenciar os indícios da cultura indígena existentes no povoado, outrora denominado Aldeia de Água Azeda. Ao passo que os moradores de Aldeia se afirmavam como *caboclos* ou *descendentes de índios*, as autoridades sergipanas buscavam argumentações que comprovassem o distanciamento com o grupo que habitou o aldeamento até a determinação do Decreto nº 1.139, de 06 de abril de 1853, que extinguiu de forma oficial a existência das aldeias em Sergipe.

O trabalho de memória apresentado por essa pesquisa através das entrevistas realizadas com os moradores e ex-moradores do povoado Aldeia serviu como contribuição no entendimento dos conflitos ocorridos aliados às fontes documentais. Como consequência, foram expostos resultados que permitem uma melhor compreensão da história indígena sergipana, contribuindo no preenchimento de lacunas relativas à essa área tão pouco debatida no Estado de Sergipe.

39 JESUS, João Rosa de. Depoimento em 09 de maio de 2015. Aracaju – SE. Entrevista concedida a Carine Santos Pinto.



ARTIGOS

O Arquivo de Epifânio Dória: abordagem arquivística e possibilidades de pesquisa

Lorena de Oliveira Souza Campello²

The Epifânio Dória archive: archival approach and research possibilities

Resumo

A proposta principal deste trabalho é apontar possibilidades de pesquisa¹ oferecidas pelo arquivo de Epifânio Dória. Trata-se do arquivo pessoal de um importante bibliotecário, arquivista e historiador sergipano; figura responsável pela formação de inúmeras instituições culturais em Sergipe, pela edição de revistas dedicadas às humanidades, e pelo acúmulo e manutenção do patrimônio documental de importantes instituições sergipanas. Nascido em 1884 e falecido em 1976, Epifânio Dória deixou um legado documental riquíssimo a ser desbravado. Fontes de pesquisa que atendem aos mais diversos temas e áreas do conhecimento. A partir dos registros de sua vida temos uma rica amostra documental sobre características e transformações de períodos históricos importantes da história do Brasil e de Sergipe, principalmente no que diz respeito à produção do conhecimento histórico. Com 35.193 documentos analisados e vinculados a verbetes compositores do inventário cronológico construído³ temos uma farta oferta de temas a serem explorados pelo pesquisador.

Palavras-chave: Arquivos pessoais; Epifânio Dória; sociedade e cultura; pesquisa.

Abstract

The main purpose of this paper is to show possibilities of research offered by the Epifânio Dória archive. This is the personnel archive of an important librarian, archivist and historian sergipano; figure responsible for the formation of numerous cultural institutions in Sergipe, by editing magazines devoted to the humanities, and the accumulation and maintenance of the documentary heritage of important institutions sergipanas. Born in 1884 and died in 1976, Epifânio Dória left a rich documentary legacy to be explored. Research sources that meet the most various topics and areas of knowledge. From the records of his life have a rich documentary about sample characteristics and transformations of important historical periods in the history of Brazil and Sergipe, especially with regard to the production of historical knowledge. With 35.193 documents analyzed and linked to the chronological entries composers inventory built, we have an abundant supply of topics to be explored by the researcher.

Keywords: Personal archives; Epifânio Dória; society and culture; research.

1 O artigo em questão é um desdobramento da tese "O legado documental de Epifânio Dória: por uma abordagem funcional dos arquivos pessoais", defendida em junho de 2015, na FFLCH-USP. Cf: CAMPELLO, Lorena de Oliveira Souza. O legado documental de Epifânio Dória: por uma abordagem funcional dos arquivos pessoais. 2015. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-06112015-153452/>>. Acesso em: 2016-05-05.

2 Doutora em História Social pela USP e professora da Rede Estadual de Ensino do Estado de Sergipe. Dirige a Seção de Biblioteca e Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, onde coordena ações de tratamento, organização e descrição dos acervos custodiados. Possui publicações em livros, anais de Congressos e revistas especializadas. Dedicou-se no momento à História Social e Arquivologia.

3 O inventário ainda não está disponível nas instituições de guarda que custodiam o arquivo de Epifânio Dória, pois o índice estratificado do arquivo pessoal está sendo finalizado. No entanto, a tese pode ser baixada através do endereço: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-06112015-153452/pt-br.php>.

Introdução

Como seres humanos desenvolvemos inúmeras funções e atividades ao longo de nossa trajetória. A depender da história de vida de cada indivíduo essas funções vão sendo construídas e definidas. Há quem tenha necessidade de acumular inúmeros e distintos documentos, de acordo com a atividade profissional que desempenha. Há quem o faça por uma questão de prazer em reunir o que produz ao longo dos tempos, como que para ter a segurança ou o consolo de poder voltar ao passado através desses vestígios acumulados. Há também quem não precise nem sinta necessidade emocional de guardar o que produz em vida e muito menos acumular coisas. Enfim, há todo tipo de indivíduo.

Dentre essa grande massa de vestígios do passado - essa dos arquivos pessoais - há os documentos arquivados com determinada ordem e finalidade, e há os documentos que são apenas reunidos para cumprir funções de cunho mais afetivo que probatório. Definitivamente, esses dois exemplos convivem harmoniosamente na ação do indivíduo que possui o hábito de acumular o que produz e o que lhe cabe em vida.

Entrar em contato, conhecer e trabalhar com a documentação reunida por um importante intelectual, historiador, folclorista, jornalista, bibliotecário e arquivista sergipano foi nossa tarefa. A pesquisa concluída teve objetivo apresentar um inventário cronológico do arquivo de Epifânio Dória, realizando a partir deste instrumento de pesquisa, um diálogo exaustivo entre a documentação produzida e acumulada por seu titular e sua trajetória de vida. Entenda-se diálogo, não como uma interpretação histórica, mas como a construção de uma ponte entre o (s) documento(s) e a atividade/evento que de certa maneira propiciaram a produção deste.

O arquivo pessoal de Epifânio Dória está distribuído e consequentemente fragmentado por três importantes instituições sergipanas, a saber: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES) e Biblioteca Pública Estadual Epifânio Dória (BPED)⁴. Apesar de fisicamente fragmentado trata-se de um arquivo íntegro, no sentido da preservação feita pela família e posteriormente pelas instituições de custódia que o receberam.

Cada instituição possui um histórico de custódia específico com relação ao arquivo de Epifânio Dória, assim como forneceram tratamentos distintos a essa documentação. Entretanto, no presente texto abordaremos apenas a caracterização do arquivo em suas respectivas instituições de documentação.

O interesse pelo arquivo trabalhado justifica-se pela representatividade de do seu titular na contribuição à guarda e preservação de documentos

4 Optamos por usar, a partir deste momento do texto, as siglas destas três instituições de custódia como forma de agilizar a leitura.



históricos e arquivos pessoais de personalidades sergipanas, notabilizando-se também pela incansável pesquisa histórica desenvolvida ao longo de sua vida. A segunda razão decorre da possibilidade de descrever o arquivo pessoal de um pesquisador eclético e erudito, com interesses voltados para a história e a cultura de Sergipe e do Brasil⁵. O arquivo também abarca um período de tempo extremamente rico em processos econômicos, sociais e culturais da história do nosso país. A última razão está ligada à configuração do arquivo pessoal de Epifânio Dória: um fundo fechado cujos documentos estão distribuídos em mais de uma instituição de guarda (IHGSE, APES e BPED), oferecendo possibilidades de discussões sobre os princípios da integridade/indivisibilidade, proveniência e organicidade arquivística.

O arquivo pessoal de Epifânio Dória é representativo das atividades por ele desenvolvidas, seja na esfera pessoal, familiar ou profissional. Para além da demonstração fundamentada de um método de pesquisa, o trabalho resultou num instrumento de pesquisa importante, sinalizando informações valiosas sobre Epifânio Dória e sua época: o relacionamento que manteve com seus contemporâneos, suas redes de sociabilidade, os procedimentos de pesquisa por ele utilizados, os valores compartilhados com amigos e conhecidos e os contatos que teve com os poderes constituídos. Trata-se do retrato de um intelectual típico de sua geração.

É nesse aspecto, o da contribuição do arquivo pessoal trabalhado para o fomento da pesquisa científica em várias áreas do conhecimento científico, que iremos nos concentrar. Portanto, o presente texto tem como finalidade apontar possibilidades de pesquisa oferecidas pelo arquivo de Epifânio Dória. Com 35.193 documentos, analisados e vinculados a verbetes compositores do inventário cronológico em construção, identificamos uma farta gama de temas a serem explorados pelo pesquisador.

Uma breve apresentação do titular do arquivo – Epifânio Dória

Epifânio da Fonseca Dória e Menezes nasceu em 7 de abril de 1884, na fazenda Barro Caído, em Campos, Estado de Sergipe. Filho de José Narciso Chaves de Menezes⁶ e de Josefa da Fonseca Dória e Menezes, viveu sua primeira infância nas terras dos seus pais, localizadas no sertão sergipano e frequentemente alvo das secas sofridas pela região. Devido intemperes na vida e nos negócios familiares não teve grandes possibilidades de estu-

5 De uns anos para cá vêm sendo desbravados arquivos pessoais de artistas, músicos, literatos e cientistas, mas ainda é ínfimo o trato com arquivos pessoais de intelectuais da área de humanidades.

6 O pai de Epifânio Dória foi capitão da Guarda Nacional e um próspero proprietário de terras e criador de gado da região de Campos, hoje conhecida como Tobias Barreto. Cf: FONTES, Arivaldo Silveira. *Figuras e Fatos de Sergipe*. Porto Alegre: CFP SENAI de Artes Gráficas Henrique d'Ávila Bertaso, 1992.



do, concluindo apenas o curso primário. Essa limitação na sua instrução não impossibilitou que Dória ocupasse espaços importantes nas esferas pública e política do Estado de Sergipe. O resultado do seu autodidatismo e de seu trabalho foi a participação na formação de praticamente todos os centros de estudo, arquivos, bibliotecas, revistas e instituições dedicadas às humanidades, no Estado de Sergipe⁷.

Aos vinte anos de idade, em 22 de novembro de 1904, foi nomeado terceiro suplente do Juízo Municipal de Boquim, atuando também como secretário da Intendência de Boquim, durante a gestão de Leônidas de Carvalho Fontes (1901-1905). Empregos favorecidos pela relação que sua família possuía com Leônidas Fontes. Começou aí o início de sua carreira na área pública, onde conquistou espaços cada vez mais empoderados.

Foi na cidade de Maruim que Dória iniciou sua experiência como bibliotecário, assumindo o cargo de secretário do Gabinete de Leitura de Maruim, onde organizou arquivo e biblioteca dessa instituição.

Em 1908 mudou-se para Aracaju, cidade onde fixou moradia até seus últimos dias de vida. Na capital do Estado, Dória continuou sua peregrinação pelos poucos espaços culturais existentes, mantendo contato e conhecendo pessoas ligadas à área, assim como fornecendo sua contribuição para a fundação de diversos grupos e instituições ligados à área da cultura e da educação.

Ao chegar em Aracaju foi nomeado amanuense da Segunda Seção da Secretaria do Governo do Estado de Sergipe, e ainda no final desse mesmo ano, bibliotecário da Biblioteca Pública do Estado de Sergipe. Passou cinco anos no cargo de bibliotecário dessa instituição de documentação, quando em 1914 tornou-se seu diretor. Dória cedeu vinte e oito anos de sua vida à Biblioteca Pública do Estado, atuando paralelamente em diversas instituições culturais e de documentação em Sergipe.

Interessado pela leitura e pela pesquisa histórica, estudioso e entusiasta da recolha e preservação da documentação administrativa e histórica, como fonte alimentadora da memória da sociedade, Epifânio Dória colaborou nos principais jornais e revistas do Estado, publicando seus textos também em outros Estados do país. O gosto pela pesquisa histórica, pelo folclore e pela escrita de biografias, genealogias e efemérides, levou-o a exercer o jornalismo como colunista regular de diversos jornais sergipanos⁸.

O início de uma extensa filiação em instituições de documentação, culturais e educacionais, além de se associar a diversas sociedades filan-

7 MAYNARD, Dilton. Epifânio Dória e a memória sergipana. In: DÓRIA, Epifânio. MEDINA, Ana Maria Fonseca (Org.). *Efemérides Sergipanas*. Vol. I. Aracaju: Gráfica editora J. Andrade, p. 601-603, 2009. p. 601.

8 Jornal do Povo (1916-1917), Sergipe Jornal (1924), Jornal da Manhã (1927), Correio de Aracaju e Diário de Sergipe (ambos durante as décadas de 1940 e 1950) e Diário da Manhã.



trópicas⁹ começou ainda em 1909, quando foi aceito membro da Sociedade Musical Santa Cecília. Destacamos, por motivos da restrição no número de laudas, apenas sua filiação no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e na Academia Sergipana de Letras.

No IHGSE foi aceito membro efetivo no ano de 1912, iniciando um longo trabalho técnico, administrativo, diplomático, além de dirigir e publicar textos na revista da instituição. Sua contribuição ao IHGSE ultrapassou seis décadas e foi fundamental para a consolidação e crescimento da instituição.

Em 1914 casou-se com Nair Garcez. Dessa união nasceram seus três filhos: Iracema Garcez Dória, José Garcez Dória e Maria Lúcia Garcez Dória.

A partir de 1916 foi nomeado para diversas delegações e comissões representando o estado de Sergipe¹⁰; aceito sócio efetivo e correspondente de inúmeras instituições intelectuais do país e do estrangeiro; além de representar seu Estado em várias campanhas desenvolvidas no país¹¹.

Destacamos sua longa passagem pela maçonaria, iniciada em 1920 na Loja Maçônica Cotinguiba, de Aracaju. Nessa instituição galgou os graus da ordem e ainda encontrou tempo para organizar o arquivo desta, envolvendo-se também na parte administrativa.

Foi responsável pela conclusão e publicação do Dicionário Biobibliográfico Sergipano, de Manuel Armindo Cordeiro Guaraná. Grande amigo do autor do dicionário, manteve frequente correspondência com ele e sua família.

A década de 1930 foi fortemente marcada pelo golpe desfechado por Getúlio Vargas e seus aliados. Em seus escritos, Dória exaltou a administração getulista e do ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema. Marcou assim sua presença no quadro administrativo estadual

9 Epifânio Dória foi sócio efetivo e secretário perpétuo do IHGSE (1912); sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (1913); sócio do Clube Esperanto de Aracaju (1913); primeiro secretário do Centro Socialista Sergipano (1918); sócio da Hora Literária General Calazans (futura Academia Sergipana de Letras) (1921); sócio fundador e correspondente da Sociedade Numismática Brasileira de São Paulo (1924); sócio correspondente do Centro Catarinense de Letras, de Florianópolis (1924); sócio honorário da Biblioteca América, da Universidade de Santiago de Compostela (Espanha) (1926); nomeado tesoureiro do IHGSE (1927); sócio correspondente do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano (1929); membro correspondente da academia Piauiense de Letras (1929); correspondente da Academia de Letras do Rio Grande do Sul (1939); sócio da associação Sergipana de Imprensa (1940); sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará (1940); sócio correspondente do Instituto Histórico do Paraná (1941); sócio correspondente da Academia Petropolitana de Letras (1941); membro correspondente da Academia Paraibana de Letras (1942); sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia (1942); sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Acre (1943). Cf. MENEZES, José Francisco. Cronologia de Epifânio Dória. Op.cit, passim.

10 V Congresso Brasileiro de Geografia. Comissão Promotora das Festas do Centenário da Capital. Membro da Comissão de Manuscritos e Autógrafos do IHGSE (1924-1925). Comissão do Folclore. Comissão do Conselho Florestal do Estado de Sergipe. Comissão do Montepio dos Servidores do Estado. Comissão do Conselho Estadual de Geografia.

11 Liga Sergipense Contra o Analfabetismo. Comitê Central da Cruzada do Mil Réis Ouro. Campanha do Livro para o combatente.



entre os anos de 1935 e 1941, quando foi convidado para assumir o cargo de secretário da Justiça e Negócios do Interior, da Agricultura, Indústria e Viação e Obras Públicas, no governo de Eronides Ferreira de Carvalho.

Em 1941 reassumiu suas funções como diretor da Biblioteca Pública do Estado, no entanto, devido ao sucateamento da instituição, em 07 de abril de 1943, solicitou sua aposentadoria. Aposentado como servidor público, com 59 anos de idade, o ano de 1943 marcou o início de uma fase de renúncias de cargos oferecidos e desfiliação de quadros de instituições em que Epifânio Dória havia atuado por muitos anos.

Desenvolveu paralelamente diversas atividades em distintas instituições, apresentadas de forma rica e entrelaçada em sua documentação. Para além de seu vínculo efetivo como diretor da Biblioteca Pública do Estado de Sergipe, atuou concomitantemente no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe; Academia Sergipana de Letras; Loja Maçônica de Aracaju; como correspondente do diretor geral de Informação, Estudo e Divulgação, do Ministério da Educação e Saúde Pública; como censor do jornal A Tribuna, de Aracaju; além de escrever intensamente para diversos jornais locais.

Ao falecer, em junho 1976, aos 92 anos de idade, Dória nos deixou um grande legado de acúmulo e vigilância de grandes acervos bibliográficos e arquivos sergipanos; de pesquisa nas áreas da história, cultura e folclore sergipano; e de material escrito e publicado em livros, revistas, jornais sergipanos e nacionais.

Caracterização do conjunto documental do arquivo Epifânio Dória

Nesse espaço fornecemos ao leitor, as principais características do arquivo de Epifânio Dória em suas três instituições de guarda.

Uma das particularidades do titular do arquivo pessoal inventariado foi sua ligação, presença e circulação por praticamente todas as instituições de documentação, de cultura e de intelectualidade do Estado de Sergipe. Dessa grande e intensa atividade, não é de se estranhar a produção e recepção de muita documentação relativas às instituições a que esteve vinculado.

Cabe destacar aqui sua relação com as três instituições de guarda de seu arquivo pessoal. Ao IHGSE dedicou 64 anos de trabalho intenso em todos os espaços da instituição; ao APES fomentou sua criação e foi seu diretor por alguns anos; e à BPED dedicou 28 anos de trabalho como bibliotecário e como seu diretor.

Com sua morte, em 1976, Epifânio Dória deixou um riquíssimo legado documental, que foi mantido intacto pela família e liberado para doação



em doses homeopáticas¹². O primeiro lote de documentos pertencentes ao arquivo de Dória foi doado na década de 1980 ao APES¹³. Muitos anos depois, em 2009, outra leva de documentos pertencentes ao arquivo de Dória foi doada ao IHGSE, pelos seus netos. Com relação aos documentos doados ainda em vida pelo próprio titular à BPED, estes foram recolhidos pelo APES, com exceção dos objetos pessoais, mantidos sob a guarda da BPED, num memorial em sua homenagem.

Pela própria história de vida do seu titular, o arquivo em questão possui documentos arquivísticos híbridos, ou seja, provenientes de esferas pessoais e públicas. Com Epifânio Dória isso se processou de forma extraordinária. Cópias e rascunhos de documentos administrativos de uma determinada instituição, em que participou da equipe diretiva são encontrados em meio a seus documentos pessoais. Também encontramos documentos administrativos de quando este ocupou cargos em instituições privadas como o IHGSE, a Academia Sergipana de Letras, a Associação Sergipana de Imprensa, dentre outras. Ainda ocorre o inverso, no caso da existência de correspondências pessoais de Dória no arquivo administrativo de instituições como o IHGSE, por exemplo¹⁴.

Vamos neste momento adentrar na caracterização desse conjunto documental riquíssimo, apresentando os fundos, bem como os documentos que compõe cada um deles.

Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE)

A documentação mantida pelo IHGSE foi doada em janeiro de 2009, pelos netos de Epifânio Dória. Trata-se de 12,45 metros lineares de documentos, precisamente 28.500 documentos. São documentos que perfazem quase dois séculos de história, abarcando como data-limite os anos 1815/1984.¹⁵

A linguagem básica predominante no fundo é a textual e iconográfica. Com relação aos suportes e formatos, o arquivo não oferece grandes

- 12 Em entrevista cedida por Milton Barboza, mesmo antes da doação do arquivo pessoal de Epifânio Dória ao APES (em fins de 1970), havia documentação doada pelo próprio Dória, nas dependências dessa instituição. Ressaltamos aqui que a documentação doada por Epifânio Dória à BPED, foi recolhida pelo APES.
- 13 Teve como intermediadora responsável sua neta, Silvia Garcez Castro Dória, que ao trabalhar nessa época no arquivo público, viabilizou o contato da instituição com a família.
- 14 Citamos aqui cartas do Padre João de Matos, de Ulisses Dórea, de Rodrigues Dória, dentre outras.
- 15 O acúmulo de documentação pré-nascimento (1884) e pós-morte (1976) do titular do fundo pode ser justificado, no primeiro caso, pelo seu interesse pelo desenvolvimento de pesquisas e produção de textos com relação a temas históricos; e no segundo caso, pelo acúmulo de documentos referentes a Epifânio Dória, por seus familiares, até o ano de 1984 – 8 anos depois de sua morte. A documentação acumulada pela família Dória após o falecimento do titular do arquivo não será trabalhada por nós, pois esta faz parte do arquivo pessoal de quem a acumulou e não de Epifânio Dória. Quanto aos documentos anteriores ao seu nascimento, como: cópias de documentos históricos, correspondências da família, testamentos, formais de partilhas, dentre outros, estes sugerem as áreas de interesse e de produção do titular do arquivo, bem como o valor dado por ele aos documentos dos seus antepassados e de interesse para a pesquisa.



diversidades, apresentando o papel, o papel adesivo e papel fotográfico (ampliação). Já com relação às espécies e tipos documentais há uma grande variedade que refletem a trajetória pessoal, profissional, política, ideológica e intelectual do seu titular. Citando apenas algumas espécies documentais mais encontradas temos: apontamentos, discursos, cartas, retratos, jornais, revistas, crônicas, poemas, relatórios, notícias, notas, almanaques, artigos, bibliografias, genealogias, relações, livros, livretos, folhetos, editoriais, bilhetes, entrevistas, necrológios, anúncios, regulamentos, anais, atas, dentre outras.

O arquivo também possui espécies e tipos documentais que fornecem poucos metadados, como por exemplo apontamentos e bilhetes escritos por Dória¹⁶. Tais documentos são claramente registros materiais do processo criador do titular, carregando com eles as marcas de seu nascimento. Esses documentos foram produzidos com o objetivo de armazenar um dado ou ideia importante para pesquisa ou texto que estavam sendo desenvolvidos. No entender de J. Cirillo, esses documentos são auxiliares da mente criadora e funcionariam como uma espécie de extensão não-natural da memória do escritor.¹⁷

A presença dessas espécies documentais no arquivo pessoal justifica-se por umas das atividades desempenhadas por Epifânio Dória: a pesquisa histórica e produção de biografias, genealogias e efemérides. Dória dedicou também longos anos de sua vida à coleta de informações biográficas de sergipanos para uma reedição do Dicionário Biobibliográfico Sergipano de Armindo Guaraná, o que também pressupunha a necessidade de coleta de dados sobre inúmeras personalidades. Estes documentos estão organizados em forma de miscelâneas, em vez de estarem vinculadas ao contexto que justificaria sua presença no arquivo pessoal.

Para além da documentação textual e iconográfica já mencionadas, muitos livros e separatas que compunham a biblioteca do titular foram doados ao IHGSE junto com seu arquivo pessoal. Seguindo a orientação de Ana Maria de Almeida Camargo, este acervo bibliográfico pode ser considerado como complemento do arquivo e nos diz bastante sobre a personalidade, interesses e gostos de seu titular.¹⁸ Além de trazer em suas páginas, dedicatórias, anotações e comentários, que acabam por apontar aspectos intelectuais do titular do arquivo e/ou as relações sociais que mantinha.

16 O mesmo ocorre no arquivo custodiado pelo APES.

17 CIRILLO, J. *Imagem-lembança: comunicação e memória no processo de criação*. São Paulo, SP: PUC, 2004. Originalmente apresentada como tese de doutorado, PUC. 2004. p. 67.

18 CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. *Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso (IFHC), 2007. p. 54-56.



Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES)

A doação do arquivo de Epifânio Dória ao APES foi viabilizada, na década de 1980, por sua neta, Sílvia Garcez Castro Dória, que nessa época trabalhava na instituição de documentação. O arquivo apresenta também documentos pessoais doados em vida¹⁹. Estamos falando aqui de 6.646 mil documentos, o que nos dá em torno de 5 metros lineares de documentação.

Temos nesse arquivo 1778/1971 como data-limite do conjunto documental, sendo o documento mais antigo a cópia de um documento histórico. Tal documento traduz os interesses de pesquisa e de produção intelectual de Dória. Nesse fundo não há documentos pós-morte, como acontece no arquivo custodiado pelo IHGSE.

É importante ressaltar que uma coleção de cópias de documentos históricos não é um arquivo, pois foi recolhida de maneira artificial. No entanto, se fizer parte de um arquivo pessoal deve ser considerada pertencente a este, pois além de espelhar as áreas de interesses do titular, reflete o possível uso dessa documentação para consulta, sendo peça fundamental de sua produção intelectual.²⁰ Nesse caso é passível de ser contextualizada no processo de sua produção. É o caso do arquivo pessoal descrito. No fundo custodiado pelo APES, temos farta presença desses papéis, como por exemplo: cópias de atas do Conselho Geral de Províncias (1833), cópia de pareceres da Assembleia Legislativa (1845), cópia de atas da Assembleia Legislativa (1855), dentre outros.

Dentre as espécies documentais, o conjunto possui: apontamentos, discursos, cartas, retratos, jornais, projetos, mapas, boletins, moções, emendas, leis, propostas, recibos, telegramas, cartões-postais, requerimentos, petições, circulares, fotografias, resoluções, folhetos, guias, lembretes, diplomas, programas, apostilas, escrituras, processos, testamentos, regulamentos, dentre outras.

Do mesmo modo que no arquivo custodiado pelo IHGSE, a presença de correspondência pessoal é marcante. Tais documentos são ricos em diferentes tipos de informações. Para além de dados sobre a vida de um indivíduo (e por que não dizer de vários indivíduos), esses documentos, conforme colocado por Sue McKemmish, aponta para as relações e interações mantidas pelo titular do arquivo, ou seja, são “prova do relacionamento das partes envolvidas”²¹.

19 É o caso de cartas pessoais, recibos de compras de material para a Biblioteca Pública do Estado, ofícios, memorandos, etc. (esses documentos foram fotografados pela pesquisadora).

20 DUCROT, Ariane. Classificação dos arquivos pessoais e familiares. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.11, n.21, p. 151-168, 1998. p. 158.

21 MCKEMMISH apud CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. op. cit., p. 48-49.



Biblioteca Pública Estadual Epifânio Dória (BPED)

A Biblioteca Pública Estadual de Sergipe foi o reduto e um dos ambientes mais ricos em aprendizado que Epifânio Dória vivenciou em seus 92 anos de vida.

Com relação ao seu arquivo pessoal, a BPED tem a guarda de apenas alguns de seus pertences e poucos documentos doados pela família, tais como: escrivaninha, cadeira, console, cadeira de balanço, pires, xícara, quadro, relógios, porta-retratos com fotografias, caderneta, canetas, diplomas, certificados e medalhas.

Atentamos para o cuidado de não ir à defesa da existência obrigatória de um contexto de produção e de vínculos desses objetos com os demais documentos pessoais, em geral documentação textual. Nem todo objeto é fruto de um contexto de produção claro ou existente, ou seja, nem todo objeto é produzido para cumprir uma atividade ou função específica, ou recebido como consequência de funções, cargos e atividades desempenhadas por uma pessoa.

No entanto, tanto para os objetos acumulados por um indivíduo quanto para os livros de sua biblioteca é de primordial importância que se busque o caminho pelo qual estes chegaram à pessoa. Em resumo, deve-se buscar a motivação, se pessoal ou institucional, que provocou a produção ou recepção daquele objeto ou livro entre os pertences de uma pessoa.

Arquivo de Epifânio Dória e suas possibilidades de pesquisa

Das atividades que desempenhou foram produzidos e acumulados inúmeros documentos, muitos deles sem amarras no sistema jurídico e administrativo, como é o caso de documentos acumulados para fomentar, fortalecer e servir de base para a produção de pesquisas e textos. Tratam-se notoriamente de registros dos exercícios diários de uma atividade profissional ou laboriosa produzidos por seu titular.

Os documentos do arquivo pessoal que acaba de ser apresentado nasceram tanto da atividade pessoal do seu titular, como da relação deste com setores públicos, privados e filantrópicos. Nos dizeres de Camargo e Goulart, documentos resultantes do cumprimento de obrigações legais e decorrentes das relações que ele manteve com o Estado²². Documentos que nasceram “da atividade cotidiana de uma pessoa e que esclarecem ou completam os outros documentos que essa pessoa produziu no âmbito de sua atividade”²³ e que, segundo Ariane Ducrot, devem ser inseridos em

22 CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. op. cit.

23 DUCROT, Ariane. op. cit., p. 157.

seu lugar lógico no quadro de arranjo ou no inventário, independente do gênero ou espécie²⁴. Enfim, documentos que nasceram das atividades, dos gostos, dos interesses e das paixões do titular do arquivo.

O inventário cronológico fornecido pela pesquisa potencializa o poder de uso dessa documentação. O instrumento de pesquisa possibilita o encontro do vínculo entre os documentos e de seu contexto de produção, além de oferecer índices de pesquisa que facilitarão o encontro de determinada documentação, a partir do interesse do pesquisador (índice geral e estratificado).

A finalidade dessa pequena amostra do trabalho de pesquisa desenvolvido é apontar possibilidades de investigações a partir do arquivo de Epifânio Dória. Preferimos não categorizar tais possibilidades por temas gerais, pois muitas vezes uma temática que versa sobre política pode ser abordada com outros olhares. A intenção aqui não é engessar tais temas, mas elencar possibilidades de estudo e estimular outros enfoques para o mesmo tema.

Pelo envolvimento direto de Epifânio Dória com a política getulista e com o Estado Novo, ao assumir a pasta de Secretário Geral do Estado de Sergipe, e pela sua relação atuante no Partido Republicano de Sergipe; seu arquivo fornece uma rica documentação para os que se interessam pela história política desse período. Como consequência de suas atuações, funções e atividades temos farta correspondência de Dória com políticos dessa época, ao que damos destaque à sua relação com o Deputado Federal Amando Fontes e ao próprio presidente do Estado de Sergipe, Eronides de Carvalho.

As possibilidades de pesquisa são vastas e vão do pontual ao mais amplo, a saber: a atuação de políticos sergipanos na esfera federal; a atuação de Epifânio Dória como personagem coadjuvante no fazer político do Partido Republicano de Sergipe, sua dinâmica partidária e eleitoral; a gestão de Eronides de Carvalho como interventor do Estado de Sergipe, durante o Estado Novo e a implicação e atuação de Epifânio Dória nesse governo; dentre outras.

Considerando que Epifânio Dória vivenciou o processo do golpe militar e quase todo o período do regime militar no Brasil, a correspondência que manteve com dezenas de amigos, de diversos estados da federação, e com envolvimento partidário e posicionamento ideológico distintos é brilhante. A exposição de opiniões de apoio e de repulsa ao encaminhamento para o golpe militar, assim como apoios e críticas ao regime já instalado é de uma riqueza impressionante e reflete o olhar de determinada classe social sobre o processo político e econômico em andamento.



Outro aspecto muito interessante a ser explorado, a partir do conjunto documental discutido, é o da intelectualidade brasileira e sergipana durante as primeiras seis décadas do século XX, bem como suas transformações com a presença cada vez mais marcante das universidades. Engajado na produção do conhecimento histórico desde o início do século XX, Epifânio Dória produziu até os últimos dias de sua vida, em 1976. A documentação produzida e acumulada por ele no desempenho de suas funções como historiador, folclorista, biógrafo, genealogista e jornalista é imensa e de uma variedade estimulante ao pesquisador.

Com a ajuda do inventário cronológico o pesquisador terá toda documentação produzida e acumulada, para a produção de determinado texto, reunida em torno do seu contexto de produção, facilitando com isso a percepção e o estudo de como funcionava a produção do conhecimento e a escrita da história, durante as sete primeiras décadas do século XX²⁵. Como documentação a ser usada para essa empreitada, o arquivo oferece diversas espécies documentais e formas documentais do processo da produção intelectual de Dória, seja ela um artigo jornalístico, crônica histórica ou ensaio. Temos concentrada na produção de determinada crônica histórica, por exemplo: apontamentos, cartas, notícias, artigos, crônicas, notas, necrológicos, biografias, anúncios fúnebres, crônica (manuscrita), crônica (datilografada), crônica (impressa), sem falar dos fichários onomásticos, de conceitos, de datas, de efemérides, etc.

Como já mencionado, as mudanças por quais passaram a produção do conhecimento e a escrita da história podem ser sentidas através dos mesmos documentos elencados anteriormente.

Ainda dentro dessa temática temos as cartas e os telegramas trocados com inúmeros amigos intelectuais, na constante busca pela fomentação da pesquisa, revelando uma fértil teia de relações e troca de conhecimentos, muito peculiares desse período. A correspondência mantida com pessoas desconhecidas, em busca de informações, também são valiosas e mostram parte do caminho, no sentido da construção de uma pesquisa histórica. É importante ressaltar aqui a presença de inúmeras cartas (rascunhos) e telegramas (rascunhos) de Epifânio Dória para diversas pessoas, pois este tinha o hábito de guarda-las juntamente com as cartas recebidas desses indivíduos.

Através da leitura dessas cartas escritas por Dória solicitando informações biográficas sobre determinada pessoa, pedindo esclarecimento de uma dúvida ou envio de material importante para pesquisa em desenvolvimento, percebemos que este tinha um arquivo exclusivo, cujo a chamada era o nome das pessoas com quem se correspondia.

O mapeamento da rede de sociabilidade de Epifânio Dória, através de sua correspondência (cartas, telegramas, cartões-postais, etc.), é possível e pode apresentar resultados interessantíssimos. Um desses resultados é a percepção da busca pela construção do capital simbólico do titular do arquivo e de outros intelectuais dessa época.

O conjunto dessas espécies documentais também nos falam muito sobre os hábitos da escrita epistolar de determinada época e lugar. Muito interessante perceber as mudanças na forma da escrita de uma carta, de um telegrama, de um cartão-postal ou de um voto.

As atuações, funções e atividades desenvolvidas por Epifânio Dória em instituições como o IHGSE, BPED e Academia Sergipana de Letras nos coloca diante de farta documentação, que revela muito sobre a atuação das instituições culturais e de documentação do país, assim como da relação entre elas, principalmente durante as seis primeiras décadas do século XX.

Dória era membro de dezenas de institutos e associações espalhadas pelo Brasil e pelo mundo. Portanto, espécies documentais como: cartas, circulares, informativos, telegramas, programações, certificados, diplomas; recebidos por ele como membro filiado revelam a dinâmica entre tais instituições e seus sócios.

Apontamos a contribuição do próprio Epifânio Dória na construção e desenvolvimento do IHGSE, da BPED e da Academia Sergipana de Letras como possibilidade de pesquisa mais pontual. Para tanto, espécies documentais como cartas, telegramas, recibos, relatórios, circulares, atas, projetos, estatutos, bilhetes, programas, dentre outros podem ser consultados. Com certeza, um fértil intercâmbio cultural entre essas instituições será notado através dessa documentação.

A produção intelectual de Epifânio Dória pode dizer muito sobre as mudanças sofridas na escrita biográfica e genealógica. Nesse caso, apontamentos, cartas, notícias, artigos, crônicas, notas, necrológios, biografias, anúncios fúnebres, biografia (manuscrita), biografia (datilografada), biografia (impressa) e fichários onomásticos são documentos preciosos.

Um estudo sobre o Dicionário Biobibliográfico Sergipano ainda reclama atenção especial. O arquivo de Epifânio Dória oferece farta documentação que auxiliará o pesquisador na reflexão do processo de construção dessa obra de referência, e principalmente sobre a participação de Epifânio Dória nessa empreitada. Citamos, por exemplo, a existência de biografias inéditas escritas por Dória, que seriam incorporadas numa reedição do referido dicionário. A correspondência mantida entre Dória, Armindo Guaraná, Luiza Guaraná e Prado Sampaio é fonte preciosa para tal possibilidade de pesquisa, e quem sabe até mesmo uma reedição de fonte. Além das cartas temos: biografias (manuscrita), biografias (datilografada) e biografia (impressa) do próprio dicionário, mas com inúmeras correções e acréscimos a serem feitos.



Com relação à produção intelectual de Epifânio Dória, o arquivo oferece grande parte de sua produção intelectual. Mais do que isso: oferece todo o processo de gênese da obra, contendo os rascunhos manuscritos e datilografados, com suas respectivas correções e acréscimos, bem como os publicados. Uma produção diversificada e numerosa que ainda carece de ser editada²⁶, principalmente à luz da crítica genética da produção literária e da pesquisa histórica.

Temáticas mais complexas e que envolvem uma discussão maior dentro da área da psicologia, sociologia e antropologia afloram de determinadas espécies documentais. Cito novamente as cartas, telegramas, cartões-postais e votos. Epifânio Dória manteve o hábito epistolar até sua morte, correspondendo-se incansavelmente com seus amigos e alguns conhecidos.²⁷ Portanto, o arquivo apresenta correspondências volumosas com centenas de amigos (as) de diversos lugares do país e com profissões bem diversificadas, o que nos fornece uma grande gama de abordagens.

Tivemos como finalidade, na apresentação desse pequeno artigo, expor algumas das mais gritantes possibilidades de pesquisa fornecidas pelo arquivo de Epifânio Dória. Com o auxílio do inventário cronológico do arquivo de Epifânio Dória outros temas de pesquisa estarão implícitos.



26 Apesar dos volumes de *Efemérides Sergipanas*, em que se encontram editadas muitas de suas efemérides, outras tantas ficaram de fora, assim como centenas de textos publicados em outras colunas e como artigo jornalístico.

27 Recordo ter lido em determinada carta (rascunho) escrita por ele para destinatário que não tenho lembrança nesse instante, que no momento da morte de sua esposa havia recebido mais de 250 cartas e votos de pesar.

Lembrando, Rememorando: a História Docente de Maria Júlia Cabral

Anne Emilie Souza de Almeida Cabral¹

Recalling, Reminiscing About: the History Teacher of Maria Júlia Cabral

Resumo

Este trabalho, pautado nos pressupostos da História Cultural, tem como objetivo, analisar o processo de formação do ser docente da professora Maria Júlia Cabral. Para a realização desse estudo, utilizei como fonte as memórias de Maria Júlia Cabral e dos seus familiares, dos documentos escritos e da iconografia. Comento sobre a formação identitária docente de Júlia a partir do ano de 1936, ano que ingressou no curso normal do Colégio Imaculada Conceição, até o ano de 1957, quando decidiu morar na capital sergipana. Concluímos que a professora em análise construiu a identidade de uma mulher professora, causada pelas suas experiências profissionais e pessoais.

Palavras-chave: Docência. História. Identidade. Maria Júlia Cabral. Memória.

Abstract

This work, based on the assumptions of Cultural History, aims at analyzing the process of teaching formation of teacher Maria Julia Cabral. In order to carry out this study, I used Maria Julia Cabral's and her family's memories as a source, as well as written documents and iconography. I comment on teacher Julia's identity formation from 1936, the year she joined the normal course at the Colégio Imaculada Conceição, to 1957, when she decided to live in the capital of Sergipe. We conclude that the teacher in question has built the identity of a female teacher, caused by her professional and personal experiences.

Key words: Teaching. History. Identity. Maria Julia Cabral. Memory.

295



1 Pedagoga, Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe; membro do grupo de estudos e pesquisas em História da Educação: intelectuais da educação, instituições educacionais e práticas escolares; Professora de Educação Infantil da EMEF Papa João Paulo II e do ensino superior da Universidade Tiradentes.

Como sou pertencente ao grupo docente, tomei a decisão de estudar sobre história da professora Maria Júlia Cabral. Conhecer o seu processo de formação no magistério e a sua atuação como professora foi um dos desafios deste trabalho. Analisar a vida de Júlia permite conhecer o local que ela viveu e criar uma memória coletiva, pois Maria Júlia, conhecida também como Dona Júlia, era uma jovem pertencente a uma família tradicional da cidade de Capela-Se, que decidiu ser normalista e atuar no ambiente escolar.

Capela era um pequeno lugar localizado no interior do Estado de Sergipe, foi lá que Dona Júlia nasceu no dia 11 de abril de 1919. Nesse período Sergipe iniciava o processo de inovação educacional com a criação de grupos escolares e a apropriação dos modernos preceitos pedagógicos, os quais buscavam atender as concepções higienistas defendidos na época².

Um ano antes do seu nascimento, é criado em sua cidade, o Grupo Escolar Coelho e Campos. Esse estabelecimento foi uma maneira do Novo Regime, no caso a República, demonstrar as inovações educacionais, buscando evidenciar uma nova identidade das instituições primárias com edifícios amplos, salas ventiladas e com bastante luminosidade. Ainda sobre Capela, conhecida como a “princesa dos Tabuleiros”, pouco se conhece da sua história, mas existem registros de pessoas que moraram na cidade e que rememoram a pequena localidade, como o poema escrito por Manoel Cabral Machado, que viveu durante anos neste lugar.

“Escritura Pública

Saibam quantos este público

Instrumentos de escritura

De Dote de Capela ou

Tenha outro nome em direito

Por assim virem que no ano

Do Nascimento de Cristo

De hum mil e setecentos

E trinta e cinco, em janeiro,

Aos nove dias do mês

Em Santo Amaro das Brotas

Da nobre Capitania

Sergipe Del Rey chamada

Diante de mim, escrivão,

2 Para saber mais sobre os modernos preceitos pedagógicos vê o trabalho de VALENÇA, Cristina. Civilizar, regenerar e higienizar: a difusão dos ideais da Pedagogia Moderna por Helvécio de Andrade 1911-1935. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, 2006.

José Ferreira dos Passos
E mais duas testemunhas
Presentes compareceram
Outargantes doadores
Casados, meus conhecidos,
Luiz de Andrade Pacheco
Perpétua de Matos França
Moradores desta vila
No Tabuleiro da Cruz
E termo desta Comarca
Disseram serem senhores
E ainda possuidores
De terras por justo título
Do Tabuleiro da Cruz
E mais o Sítio Coité
Em meio as Japarutabas
Terras havidas de herança
[...]
Por não ler nem escrever
A doadora outorgante
Por ela a rogo assinam
Frei José de Santa Clara
Eu, José Ferreira Passos
Escrivão que escrevi
Luiz de Andrade Pacheco
Simeão Antunes Ferreira
Albano Silveira Passos
(MACHADO, 2005, p. 19-20)³



Esse poema fala sobre o surgimento da cidade de Capela, que teve a sua origem a partir da doação feita pelo casal Luiz de Andrade Pacheco e sua esposa, Perpétua Matos França. Esta composição descreve especificamente o momento da escritura das terras que foram doadas. O referido casal era dono e morador da terra conhecida como “Tabuleiro da Cruz” e resolveu doar cem contos de réis para a construção da capela em devoção a Nossa Senhora da Purificação, além das terras que ficavam ao redor da Capela. Para a doação dessas terras estavam presentes: Frei José de Santa

3 MACHADO, Manoel Cabral. *Capela: meu chão da infância*. Aracaju: Editora J. Andrade, 2005.

Clara, José Ferreira Passos, Luiz de Andrade Pacheco, Simeão Antunes Ferreira, Albano Silveira Passos.

Quando a professora Júlia nasceu, a economia era baseada na agricultura, mais especificamente na produção de cana de açúcar. Santos (2008)⁴ relata que a partir de 1914 funcionava na referida localidade a Usina Santa Clara e Vassouras, o Grupo Escolar, a Casa do Livro (1928) e o Colégio Imaculada Conceição (1929).

Foi no Colégio Imaculada Conceição que Júlia Cabral fez o Curso Normal. Essa instituição foi fundada por Ariosvaldo Barreto e Antão Correia, porém ela foi mantida pelas freiras, Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus, e atendia as filhas da elite capelense. “Utilizava métodos de ensino considerados ultrapassados pela direção do Grupo Escolar, que fazia o discurso da pedagogia Moderna”. (SANTOS, 2008, p. 05)⁵.

Quando ela decidiu fazer o curso de normalista, seu pai não estava concordando com esta possibilidade de Julia Cabral se dedicar aos estudos, pois ele achava que isso não era função de uma mulher e que o correto era que a sua filha se dedicasse totalmente nas funções domésticas.

E pra me formar, foi a única diploma que teve, (pausa), deixe eu lembrar dele, do Governador..., que papai zangou-se comigo. Porque papai... A mentalidade antigamente dos velhos, a mulher era pra casa, pra tomar conta da casa, de menino. Já a minha mentalidade era diferente, eu queria subir. (Maria Júlia Cabral, 2014)⁶

Uma das maneiras que a jovem Júlia encontrou para “subir” foi fazendo o Curso Normal. No período que Maria Julia foi normalista, o curso estava dividido em quatro anos. No seu primeiro ano, em 1936, ela estudou as seguintes disciplinas: Ginástica, Aritmética, Francês, Desenho, Trabalho Manual, Geografia, Português, Música, Religião. A maioria dos seus professores eram as freiras da instituição. O professor de Português foi o Dr. Joel Marcieira de Aguiar, a de geografia a “Irmã Gaudência”, a de Aritmética e Francês, a de Manual foi a “Irmã Claudia”, a de desenho foi a professora “Irmã Alverna”, a de Ginástica a docente “Irmã Lucilla”, a de Música, “Irmã Canisia” e o de desenho foi o Padre José Machado (SERGIPE, Ata da Reunião da Congregação do Colégio Imaculada Conceição de Capela, 28 de fevereiro de 1936)⁷.

4 SANTOS, Patrícia Francisca de Matos. Rosa Marcieira Faria: uma arte-educadora sergipana, 2008 <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/>> Acesso em: 10/06/2014

5 SANTOS, Patrícia Francisca de Matos. Rosa Marcieira Faria: uma arte-educadora sergipana, 2008 <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/>> Acesso em: 10/06/2014

6 CABRAL, Maria Júlia. Entrevista concedida a autora. Aracaju, 13 de julho de 2014.

7 SERGIPE, Ata da Reunião da Congregação do Colégio Imaculada Conceição de Capela, 28 de fevereiro de 1936. Arquivo da Escola Imaculada Conceição de Capela-SE.



Havia toda uma rotina dentro do Colégio o que desencadeou numa prática escolar seguida de normas, assiduidade e disciplina. As matérias do curso estavam distribuídas durante o horário da manhã e cada professor tinha um momento específico para desenvolver a aprendizagem das meninas normalistas, além do tempo de descontração das alunas que era o recreio.

Figura 1: Recorte do horário do 1º ano do Curso Normal da Ata da Reunião da Congregação do Colégio Imaculada Conceição, 1936.8

Horas	2ª feira	3ª feira	4ª feira	5ª feira	6ª feira	Sabado
8 - 8 ⁵⁰	Gymnastica	Gymnastica	Francez	Arithmetica	Francez	Arithmetica
8 ⁵⁰ - 9 ⁴⁰	Arithmetica	Manual	Musica	Manual	Musica	Manual
9 ⁴⁰ - 10	Recreio	Recreio	Recreio	Recreio	Recreio	Recreio
10 - 10 ⁵⁰	Francez	Geographia	Religião	Geographia	Religião	Geographia
11 - 11 ⁵⁰	Desenho	Portuguez	Desenho	Portuguez	Desenho	Portuguez

Fonte: Arquivo do Colégio Imaculada Conceição de Capela.

Como se pode perceber, as alunas começavam os seus trabalhos a partir das oito horas da manhã e terminavam às 11h50min. Isso aconteceu também no decorrer dos anos em que a professora Júlia Cabral esteve cursando o magistério, alterando as ordens da disciplina e a quantidade de disciplinas, pois no ano de 1937, quando ela fez o segundo, ano foram acrescentadas em seu currículo as disciplinas de Inglês e Corografia.

Figura 2: Recorte do horário do 2º ano do Curso Normal da Ata da Reunião da Congregação do Colégio Imaculada Conceição, 1937.9.

Horas	2ª feira	3ª feira	4ª feira	5ª feira	6ª feira	Sabado
8 - 8 ⁵⁰	Gymnastica	Gymnastica	Inglez	Arithmetica	Inglez	Arithmetica
8 ⁵⁰ - 9 ⁴⁰	Inglez	Francez	Desenho	Francez	Desenho	Francez
9 ⁴⁰ - 10	Recreio	Recreio	Recreio	Recreio	Recreio	Recreio
10 - 10 ⁵⁰	Arithmetica	Manual	Musica	Manual	Musica	Desenho
11 - 11 ⁵⁰	Portuguez	Corographia	Portuguez	Corographia	Portuguez	Corographia

Fonte: Arquivo do Colégio Imaculada Conceição de Capela.

- 8 SERGIPE, Ata da Reunião da Congregação do Colégio Imaculada Conceição de Capela, 28 de fevereiro de 1936. Arquivo da Escola Imaculada Conceição de Capela-SE.
- 9 SERGIPE, Ata da Reunião da Congregação do Colégio Imaculada Conceição, 1937. Arquivo da Escola Imaculada Conceição de Capela-SE.

No terceiro ano, outras alterações ocorreram no currículo da professora Júlia Cabral. A nomenclatura da disciplina Ginástica foi alterada para Educação Física, são retiradas as disciplinas de Francês e Inglês e introduzidas as disciplinas de História da Pátria e História Natural.¹⁰ Estas mudanças e transformações eram decididas pela Congregação do Colégio e deliberadas pelos professores.

Figura 3: Recorte do horário do 3º ano do Curso Normal da Ata da Reunião da Congregação do Colégio Imaculada Conceição, 1938¹¹.

Horas	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
8 - 8,50	Ed. física	Ed. física	Matemática	Matemática	Português	Português
8,50 - 9,40	Ed. física	Hist. Natural	Ed. física	Hist. Natural	Ed. física	Matemática
10 - 10,50	Português	Hist. Pátria	Português	Hist. Pátria	Português	Hist. Pátria
10,50 - 11,40	Matemática	Inglês	Matemática	Inglês	Matemática	Inglês

Fonte: Arquivo do Colégio Imaculada Conceição de Capela.

Em seu primeiro ano de curso, teve como colegas as alunas: Irmã das Neves, Maria Yolanda Ferreira, Maria Lidia Meneses Andrade, Antônia Ferreira Melo, Ana Marcieira Aguiar, Maria de Lourdes G. Cabral, Maria Conceição Rosa, Luiza Andrade, Valdira Melo de Sousa, Celina Melo, Maria Isabel, Rita Guimarães Costa, Helena Almeida Barreto e Maria Lúcia Cabral. A maioria das meninas que estudaram com Júlia era pertencente às famílias tradicionais da região.

Tanto Júlia como suas colegas passavam por um rigoroso exame de avaliação das disciplinas para que assim fosse possível verificar o nível de aprendizagem das alunas. No ano de 1936 elas tiveram que fazer quatro avaliações: duas no primeiro semestre e duas no segundo. Assim foi nos outros três anos enquanto aluna, o detalhe é que no último ano ela fez as aulas práticas do curso no Orfanato Asilo São José.

Através dos registros das escolas é possível perceber que Júlia era uma aluna assídua e quase não faltava às aulas, como ela mesmo dizia que não era uma das melhores alunas, mas no decorrer do curso ela obteve boas notas. Em suas primeiras provas do primeiro ano, ela obteve as seguintes notas: Português 70 pontos, Aritmética 95, Francês 95 e Geografia 100. (SERGIPE, Livro de Registro das Faltas e das médias dos alunos,

10 Até o momento da conclusão deste trabalho não foi possível encontrar o horário do 4º ano, mas é bem possível que no 4º ano ela tenha feito a prática do magistério no Orfanato Asilo São José.

11 SERGIPE, Ata da Reunião da Congregação do Colégio Imaculada Conceição, 1938. Arquivo da Escola Imaculada Conceição de Capela-SE.

1936)¹². No primeiro ano ela obteve como média, 85 pontos, no 2º ano 88, no 3º ano 72 e no 4º ano 78.

Ao terminar o curso, já no início de 1940, houve a sua formatura, que apesar do seu pai não querer conduzi-la para receber o diploma, ela exigiu que o mesmo fosse. Toda turma que se formava no Colégio fazia um quadro grande para ser pendurado em uma das paredes da Instituição. Além disso, todos os convidados e as normalistas iam vestidos a rigor. A formatura nesse estabelecimento era um evento que atingia todos os moradores da cidade e através dele as normalistas tinham os seus momentos de visibilidade social.

Irmã das Neves, Helena Barreto, eu, Rita (colegas), era umas dez ou doze meninas, tinha um quadro muito bonito. Tinha gente de vestido a rigor, a rigor. Meu pai foi que me levou... Um tio meu veio de São Paulo e queria me levar. Eu coloquei 'o pé na parede' e disse que quem me levava era o Senhor (o pai). (Maria Júlia Cabral, 2014).

Antes de se formar, ela fez a sua prática na instituição que foi criada por seus parentes. O Asilo e Orfanato São José surgiu quando a sua tia, Maria Glória Mota Cabral, conhecida como Lola se uniu a sua irmã, Maria Evangelina Cabral, conhecida também como Nina, e ministravam aulas de catecismo perto de uma pequena igreja localizada na cidade de Capela. No período em que ministravam essas aulas, perceberam a necessidade de cuidar das crianças órfãs. Com isso, Lola resolveu criar um orfanato para as meninas órfãs e se uniu a Nina para começar todo esse trabalho. (MACHADO, 1998)

Figura 4—Imagem de Maria da Glória Mota Cabral (à esquerda) e a de Maria Evangelina Cabral Machado (à direita).



Fonte: Acervo Particular de Maria Otília Cabral de Souza

12 SERGIPE, Livro de Registro das Faltas e das médias dos alunos, 1936. Arquivo da Escola Imaculada Conceição de Capela-SE

Diante disso, ambas resolvem criar um espaço adequado para desenvolver os trabalhos, porém Lola adoece e quem vai continuar com o trabalho será Nina. Mesmo doente Maria da Glória consegue uma intervenção para o Orfanato. Depois o orfanato passa a ter um novo estabelecimento e se muda para uma casa maior e através da ajuda de familiares, bazares e quermesses, Nina compra uma casa em uma das praças principais da cidade que era a Praça do Amparo, o que permitiu que fosse construída a nova sede do Orfanato. “Era uma grande casa com andar, possuindo várias salas de aula, dormitório das internas e igrejinha” (MACHADO, 1998, p. 321)¹³. Em 19 de fevereiro de 1929, é inaugurado o orfanato na nova sede.

Figura 5: Asilo São José



Fonte: Acervo Particular de Maria Otilia Cabral Souza.

Nesse local Maria Evangelina colocava as suas sobrinhas para ensinar, como Maria Júlia Cabral era uma de suas sobrinhas, acabou realizando a sua prática escolar e sendo em seguida nomeada para ensinar no Orfanato. A sua primeira atuação profissional foi junto com a sua prima, homônima de Maria Júlia Cabral. Julinha, assim era chamada por dona Júlia, ficou impressionada com a desenvoltura da sua sobrinha e falou com Nina para que ela fosse ensinar no orfanato¹⁴.

13 MACHADO, Manoel Cabral. *Brava Gente Sergipana e Outros Bravos*. Aracaju: Editora Já Andrade, 1998.

14 Manoel Cabral Machado relata que Maria Evangelina Cabral Machado: “Depois, já velha passou a direção às irmãs religiosas, e afinal, veio falecer em Aracaju, em casa do seu filho Manoel”. (MACHADO, 2005, p. 163). As irmãs do Colégio Imaculada Conceição é quem assume o orfanato, porém até a conclusão dessa pesquisa não se sabe o ano que houve essa transferência.

Fui para o orfanato, aí Julinha, a minha prima, pediu ao governador para me nomear... Esqueci o nome dele (do governador). Eu dava prática no salão dela e quando eu ia para o salão dela eu tomava conta. Ela fica oi... (faz um gesto com a mão na boca, como se a prima dela ficasse parada, observando), e eu dando aula com uma arruma de aluno. (Maria Júlia Cabral, 2014)¹⁵

O governador que a nomeou foi Maynard Gomes durante o ano de 1942. Apesar de ela ter ensinado a partir de 1939, somente três anos depois ela seria nomeada. O seu primo, Manoel Cabral Machado, filho de dona Nina possuía relações com o então interventor do Estado, o que pode ter auxiliado no processo de nomeação de Maria Júlia Cabral. Uma das meninas que foram suas alunas, Maurina Oliveira de Souza, relata que dona Júlia era uma boa professora, linda, simpática e bastante educada (Maurina Oliveira de Souza, 2014)¹⁶. Na primeira turma que dona Júlia ensinou estava presente o seu irmão, Manoel Inácio Cabral, como aluno dela.

Eu comecei a ensinar mocinha nova, primeiro, segundo, terceiro ano, tudo junto, sabe. Onde dei diploma a Hilda e a Manu, meu irmão, o diploma do curso primário. Outra coisa, eu era uma professora independente. Ei, chega manda o aluno ir para a secretaria. Não, quando eu dava um grito era um grito mesmo. (Maria Júlia Cabral, 2014)¹⁷

A turma de Dona Júlia não era nada pequena e os alunos com idades diferentes frequentavam a mesma turma, tanto meninos como meninas, apesar do orfanato ter sido criado para as meninas, frequentavam a escola meninos também, porém, eles não eram internos. Abaixo temos uma foto de todos os alunos do orfanato. As crianças que estão sentadas são as que estavam recebendo o diploma do curso primário. Da esquerda para direita está o Padre Juca, Hilda Andrade, ao lado de Hilda até a conclusão dessa pesquisa, não foi possível reconhecer, Dona Nina, Maria Júlia Cabral, Estela, Manoel Cabral, que era seu irmão mais novo.

15 CABRAL, Maria Júlia. Entrevista concedida a autora. Aracaju, 13 de julho de 2014.

16 SOUZA, Maurina Oliveira. Entrevista concedida a autora. Aracaju, 14 de julho de 2014.

17 CABRAL, Maria Júlia. Entrevista concedida a autora. Aracaju, 13 de julho de 2014.

Figura 6: Fotos dos alunos e da turma de Maria Júlia Cabral.

Fonte: Acervo Particular de Maria Júlia Cabral, sem data.

Em 10 de fevereiro de 1945, Dona Júlia deixa de ensinar, pois resolve casar com o seu primo, Manoel Figueiredo Cabral, conhecido pelos familiares como Nelito. Ao casar, eles vão morar na Fazenda São José, na cidade de Capela. Com Nelito, Dona Júlia teve dois filhos: Antônio Carlos Cabral e Ieda Cabral. Pouco tempo depois do nascimento da menina, Ieda falece, vítima de uma infecção no umbigo e seis anos depois de casada o seu esposo morre acometido por tuberculose, ficando somente ela e o seu filho Antônio Carlos.

Tive dois filhos Antônio Carlos, a outra é... Não me lembro do nome tinha uma loucura para ter uma menina. Oh Miley, só com o tempo, e quando eu me casei fui morar no mato. Não tinha água, luz, tinha candeeiro e eu não tinha medo. Tinha uma malustrada assim, eu passeava na estrada rezando, ele dizia assim: 'Oh fia entre'. Ele (esposo) tinha medo, mas ele não dizia. Era pra eu entrar e eu nem aí, não tinha medo de nada. Meu Deus, como a vida da gente muda! Quando eu me casei, o juiz... 'quer diminuir a idade?' Não, bote a idade que eu tenho. (Maria Júlia Cabral, 2014)¹⁸.

Depois da tristeza de ter perdido o seu marido e sua filha, Maria Júlia volta a morar na casa dos seus pais e decide voltar a ensinar e a estudar um curso de aperfeiçoamento no Colégio Imaculada Conceição. Para fazer esse curso, ela teria que passar no concurso. Porém, ela não acreditava na sua capacidade. Sendo estimulada pelo seu primo, Manoel Cabral Machado, Maria Júlia faz o concurso e é aprovada.

18 CABRAL, Maria Júlia. Entrevista concedida a autora. Aracaju, 13 de julho de 2014.

Em 1952, ela volta a ensinar no Orfanato das Tias, sendo nomeada por Arnaldo Rolemberg Garcez (1951-1955). Porém, quando Leandro Maciel assume o poder, ela é transferida para Indiaroba-Se, cidade localizada muito distante de Capela. Diante disso, ela decide não assumir e consequentemente Júlia é demitida. Mas, mesmo assim, ela continuou no orfanato recebendo um baixo ordenado que a sua tia conseguia através de doações para pagá-la.

Essa transferência acontece devido às divergências políticas. Como Maria Júlia fora nomeada por Arnald Rolemberg Garcez, que pertencia ao partido do PSD, Leandro Maciel, que era de outro partido, o UDN, resolve transferir aqueles que eram a favor de Arnald Rolemberg Garcez.

Como a sua tia Nina atinge certa idade, ela começa a não ter condições de dirigir o orfanato sozinha, então Maria Júlia e seu filho Antônio Carlos vão morar no orfanato por volta do ano de 1956. *“Eu e mamãe vivemos somente pouco tempo no orfanato, acho que só foi um ano”* (Antônio Carlos Cabral, 2014)¹⁹.

No período que ela ensinou no orfanato, ministrava as disciplinas de Português, Matemática, História e Geografia. Ela ensinava *“um pouquinho a um, um pouquinho a outro e no fim...”* (Maria Júlia Cabral, 2014)²⁰. Através desse depoimento podemos deduzir que ela ensinava pelo método individual era tudo misturado, primeiro, segundo terceiro ano. Como a sala tinha alunos de diferentes níveis de aprendizagem, Maria Júlia ensinava individualmente cada aluno.

Dona Júlia dizia que não agredia as crianças, o que era confirmado por sua ex-aluna Maurina (2014), mas na sabatina, que era uma arguição sobre alguns assuntos, muitas vezes era a tabuada, o aluno que acertou agredia o aluno que errou.

Em 1957, quando seu filho tinha completado 11 anos de idade, Maria Júlia Cabral, decide morar em Aracaju para seu filho cursar o Ginásio na Escola Jackson de Figueiredo, escola esta que era particular. Em Aracaju, ela passa um tempo, o que fez com que ela se afastasse mais uma vez da profissão docente. Morava na Rua de Geru, localizado no centro da cidade e perto da escola do filho. Com o objetivo de sobreviver ela resolve fazer “atravessadora”, em que ela comprava as rendas, bordadas da cidade de Tobias Barreto –SE e enviava para que seu irmão, Manoel, que estava morando em São Paulo, para que ele pudesse vender.

Ela comprava costura, essas coisas de bordado, de Tobias Barreto e mandava para São Paulo, pro irmão vender. Ai ela pegava a comissão dela. Eu era quem levava tudo pro correio, fazia o embrulho, coisa pra despa-

19 CABRAL, Antônio Carlos. Entrevista concedida a autora. Aracaju, 09 de julho de 2014.

20 CABRAL, Maria Júlia. Entrevista concedida a autora. Aracaju, 13 de julho de 2014.

char no correio, a mulher já me conhecia. O certo seria fazer o embrulho lá né, levar aberto e fazer lá, mas levava prontinho e fazia o despacho, né, como a gente chamava. (Antônio Carlos, 2014)²¹

Depois dessa experiência, em 1958 ela começou a ensinar no Colégio Laudelino Freire, localizado no Santo Antônio. Passou pelo Colégio Getúlio Vargas, que ficava no Bairro Siqueira Campos em Aracaju e terminou sua carreira no ano de 1974, na escola do quartel de bombeiros. Suas atuações docentes nesses lugares serão contadas em outra oportunidade.

Até o momento que ela foi morar em Aracaju, podemos analisar a identidade de uma professora que, mesmo pertencente a uma família tradicional, não deixou de passar situações difíceis, tanto na sua vida profissional como na sua vida pessoal. Claro que as relações familiares que ela possuía permitiram que ela atuasse em espaços escolares. Além disso, pudemos perceber que foi enquanto aluna, pessoa de idoneidade, responsável, de boas notas e que soube, do seu jeito, enfrentar as discórdias com o seu pai devido a diferenças de pensamento.

Considerações Finais

Para Gagnebin (2006)²², a identidade dos sujeitos está sempre em processo de formação. As relações que o sujeito produz no decorrer da sua vida também reflete na formação da uma identidade. Essa relação do sujeito individual com o seu grupo social, é caracterizado por Norbert Elias como relação de interdependência.

Desde que permaneçamos dentro do âmbito da experiência, contudo somos obrigados a reconhecer que o ser humano singular é partilhado por outros seres humanos. Quaisquer que tenham sido os ancestrais da humanidade, o que vemos, até onde nos é possível divisar no passado, é uma cadeia ininterrupta de pais e filhos, os quais, por sua vez tornam pais. E não se pode entender como e porque os indivíduos se ligam em uma unidade maior; uns através dos outros e com os outros. (ELIAS, 1994, p. 26)²³

A ligação que Maria Júlia possuiu com os seus familiares permitiram que ela tivesse uma atuação profissional, inicialmente em um local familiar. Sua prima, também professora, foi quem percebeu o potencial de Maria Júlia Cabral e abriu as portas para que ela começasse a atuar como docente no Orfanato Asilo São José, que foi criado por suas tias. Além disso, sua relação com o seu primo Manoel Cabral Machado permitiu que ela percebesse a capacidade que ela possuía para fazer o curso de aperfeiçoamento e aprimorar os seus estudos.

21 CABRAL, Antônio Carlos. Entrevista concedida a autora. Aracaju, 09 de julho de 2014.

22 GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar Escrever Esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.

23 ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

As suas relações com os parentes demonstram como se deu o desenvolvimento de uma identidade docente. No decorrer da sua vida, outras relações de interdependência apareceram e interferiram em sua trajetória profissional. A interferência deu-se por causa do seu casamento com Manoel Figueiredo Cabral (Nelito). Neste momento, estava à tona a formação da identidade “*mulher do lar*”. Com a morte do senhor Nelito e diante da situação econômica que a nossa personagem vivenciava, ela resolve reestruturar a sua identidade docente, atuando novamente no Orfanato São José.

Ao comentar sobre o seu casamento ela relembra com bastante alegria, mas quando toca o assunto da morte do seu amado, lágrimas aparecem nos seus olhos e ela fala: “*eu não quero falar sobre isso*” (Maria Júlia Cabral, 2014)²⁴. Essa tentativa de não falar, de tentar esquecer, faz parte de toda a nossa formação enquanto sujeitos que procuram evitar o sofrimento e a dor causados pelas experiências do decorrer da vida. (BALANDIER, 1999)²⁵.

Nas rememorações contadas pela professora Júlia, houve momentos que ela falava dos fatos e voltava a repeti-los e houve momento que ela misturava os acontecimentos na escola do Quartel dos Bombeiros como se tivesse acontecido no Orfanato, além dela não se lembrar de elementos que eu, no papel de pesquisadora, julgava como essencial, mas, como nos alerta Halbwachs (1990)²⁶, não são todas as lembranças que estão registradas na nossa memória, mas somente aquelas que nós selecionamos.

No decorrer da entrevista, fatos contados por outros sujeitos envolvidos na relação com a professora Júlia foram comentados com a entrevistada, para que as lembranças dos outros tivesse ponto em comum com a lembrança da personagem estudada. Por isso acontecimento, comentado pela sua ex-aluna, pelo seu filho e familiares foram mencionados para que as pudesse ser percebido os pontos em comum, mas não era tudo que Júlia se lembrava, alguns elementos foram esquecidos.

Apesar de ela ter vivenciado um bom tempo no Orfanato, sua fala sempre reflete mais ao tempo em que foi professora do Quartel, pois o tempo vivido no Orfanato, segundo Júlia, não foi a mesma coisa vivida no Quartel. Quando perguntei a ela qual foi o local que ela mais gostou de ensinar, imediatamente respondeu: “*quartel*”, visto que ela gostava, pois os alunos eram adultos e não eram mais crianças. Apesar de ter experiências iniciais no Orfanato São José, foi no Quartel dos Bombeiros que ela mais se identificou.

24 CABRAL, Maria Júlia. Entrevista concedida a autora. Aracaju, 13 de julho de 2014.

25 BALANDIER, Georges. *O Dédalos*: para finalizar o século XX. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

26 HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, Editora dos Tribunais, 1990.



Sua atuação no Quartel será um tema para próxima oportunidade. Neste trabalho tive somente o desafio de apresentar as representações da identidade de uma professora que, apesar de pertencer a uma família tradicional, passou por experiências dolorosas, as quais repercutiram no seu desenvolvimento. Teve que enfrentar o pai para estudar, batalhou, formou pessoas e teve relações que foram relevantes para a sua atuação profissional. A partir das fontes analisadas e das suas memórias, as representações que se constituem são de uma professora determinada, responsável, organizada, que guarda lembranças alegres e algumas tristes, as quais ela prefere não recordar. No final ela diz: *“Mile, foram 35 anos, 35 anos, não foi fácil, não foi!”*



Os Programas de Matemática do Atheneu Sergipense Durante a Reforma Capanema

Suely Cristina da Silva Souza¹

Resumo

Este artigo analisa se os programas de Matemática do Atheneu Sergipense atenderam as previsões legais federais para o curso Ginásial durante a Reforma Capanema. Para tanto, a pesquisa também apresenta a implementação dessa legislação dentro da instituição. As investigações partiram de fontes arquivadas no Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense e no Instituto Histórico Geográfico de Sergipe, entre elas: Relatórios Estatísticos do Livro de Registros de Mapas, Legislação e alguns registros do Diário Oficial do Estado de Sergipe. Os programas de Matemática do curso Ginásial do Atheneu Sergipense não foram encontrados, mas atenderam as previsões legais da Reforma Capanema, uma vez que ela se desenvolveu no cotidiano da escola sem nenhum conflito, como um consenso estabelecido entre os professores e alunos demonstrando uma determinada solidez e perenidade durante seus estudos.

Palavras-chave: Atheneu Sergipense; Reforma Capanema; Matemática.

Abstract

This article examines whether the Atheneu Sergipense Math programs met the federal legal provisions for Junior High course during Capanema Reform. Therefore, the research also presents the implementation of such legislation within the institution. Investigations started from sources stored in the Center for Education and Memory Atheneu Sergipense and Geographic Historical Institute of Sergipe, including: Statistical Reports maps Record Book, Legislation and some records of the Official Gazette of the State of Sergipe. Course Mathematics programs of Junior High Atheneu Sergipense were not found, but met the legal provisions of the Capanema reform, since it developed in the school routine without any conflict, as a consensus established between teachers and students demonstrating a certain solidity and continuity during their studies.

Keywords: Atheneu Sergipense; Capanema Reform; Mathematics.

309



1 Doutora e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe. Membro do Grupo de Pesquisa Disciplinas Escolares: história, ensino e aprendizagem (DEHEA/UFS/CNPq). Licenciada em Matemática pela Universidade Tiradentes.

Os anos de 1940 no Atheneu Sergipense não foram de grandes modificações em termos de ensino e números de matrículas. Este processo aconteceu a partir dos anos 1950, nos chamados Anos Dourados, tempos de muito otimismo para o Brasil e que provocaram algumas melhorias de conforto e consumo da sociedade. Desse modo, o desenvolvimento econômico e industrial do país, a partir dos seus meados, foi responsável pelas modificações do estilo de vida, costumes e moral dos brasileiros. Aracaju, “[...] em seu conjunto, urbanizou-se, diversificou-se, secularizou-se e passou a assimilar costumes decorrentes dos novos padrões tecnológicos”². O período também marcou o crescimento do número de ginásios em Aracaju projetado pela sua demanda populacional.

Em 1940, quando adentrava na mocidade, Aracaju, com seus 60 mil habitantes, abrigava pouco mais de um décimo da população do Estado. Nos anos 50, a cobiçada donzela experimentou um crescimento populacional perto de dez por cento quando finda a tumultuada e novideira década de 60, passou para 112.516. Assim, enquanto substituía os boleros pelo ie-ie-iê, a cidade cresceu na ordem de 40 por cento³.

A autora ainda nos diz que, mesmo com o crescimento da modernização e populacional, as mudanças não ocorreram de imediato em Aracaju. Seus habitantes ainda se mantinham “provincianos”, ou seja, enraizados de hábitos, atitudes e valores antigos. Contudo, os objetos e os comportamentos gerados pela industrialização adentraram no espaço urbano e nas escolas, conquistando e possibilitando que diversas camadas da sociedade mesclassem o novo ao antigo, o moderno ao atrasado. Assim, aos poucos a cidade vai se tornando o centro da civilização sergipana e roteiro para os alunos estudarem os secundários na cidade. Cerca de 5 mil alunos freqüentavam os 21 estabelecimentos de ensino sergipanos, sendo três deles mantidos pelo Estado e ofereciam o curso Ginásial, a saber: Atheneu Sergipense, Instituto de Educação Rui Barbosa e Escola Técnica de Comércio. As duas primeiras instituições também ofertavam o curso Científico e o curso Clássico.

O Atheneu Sergipense, chamado desde os anos de 1943 de Colégio Estadual de Sergipe devido às determinações da legislação federal ou das reformas educacionais, gozava de maior prestígio na época por ministrarem uma educação de qualidade. Sempre representou um lugar de destaque na memória dos seus ex-alunos pela sua eficiência, promessa de futuro profissional e realização pessoal. Instituição responsável pela formação de intelectuais, políticos, homens de negócios, pequenos industriais e ou-

2 DANTAS, José Ibarê Costa. *História de Sergipe*: República (1889-2000). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

3 GRAÇA, Tereza Cristina Cerqueira da. *Pés de anjo e letreiros de neon*: ginásianos na Aracaju dos anos dourados. Editora UFS: São Cristóvão/SE, 2002.





tros segmentos sociais. O ensino exigia muitas horas de estudos cercado de disciplina e ordem tanto por parte de seus professores ou pessoal administrativo. Desse modo, esta escola ainda se constitui um importante reduto cultural de Sergipe por ingressar os jovens no campo da cultura e no mundo do trabalho⁴.

Diante deste cenário, este artigo analisa se os programas de Matemática do Atheneu Sergipense atenderam as previsões legais federais para o curso Ginásial durante a Reforma Capanema. Para tanto, a pesquisa também apresenta a implementação dessa legislação dentro da instituição. As investigações partiram de fontes arquivadas no Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense e no Instituto Histórico Geográfico de Sergipe, entre elas: Relatórios Estatísticos do Livro de Registros de Mapas, Legislação e alguns registros do Diário Oficial do Estado de Sergipe. Estas fontes nos levaram aos tempos dos Ginásios no Atheneu Sergipense, embora a instituição possuísse denominação de Colégio por ministrar os dois ciclos do ensino secundário (Ginásial e Colegial), organizados pela Reforma Capanema a partir no ano de 1943. Esta designação perdura até os dias atuais, mas em termos de organização curricular muita coisa mudou com as implementação de cada reforma educacional.

No ano de 1943 o Atheneu Sergipense começou a ministrar dois ciclos: Ginásial e Colegial. O primeiro ciclo correspondia a um curso de formação geral, com duração de 4 anos. O Colegial correspondia a dois cursos paralelos, Clássico e Científico, cujo objetivo era consolidar, desenvolver e aprofundar os ensinamentos do curso Ginásial por um período de 3 anos. Desse modo, na conclusão do ensino secundário os alunos do Atheneu Sergipense prestariam exame oficial do conjunto das disciplinas desses dois cursos para acesso ao ensino superior, conforme a Lei Orgânica de 1942.

As aulas terão início no dia 15. Deveis esclarecer aos candidatos ou aos seus pais antes de fazerem a opção de que trata o artigo 35 da Lei Orgânica do Ensino Secundário, que o Curso Clássico e o Curso Científico conferem direitos iguais com relação ao ingresso no Ensino Superior e a preparação literária e científica tanto num como no outro é suficiente e adequada aos estudos universitários de qualquer modalidade⁵.

Situado na Avenida Ivo do Prado, 398, no município de Aracaju/SE, o Atheneu Sergipense no ano de 1943 possuía como entidade mantenedora o Governo do Estado de Sergipe funcionava em regime de externato e expediria diploma ou certificado de habilitação na conclusão do curso, conforme a Lei Orgânica do ensino secundário. A área total da instituição era de

4 GRAÇA, Tereza Cristina Cerqueira da. *Pés de anjo e letreiros de neon: ginasianos na Aracaju dos anos dourados*. Editora UFS: São Cristóvão/SE, 2002.

5 SERGIPE, *Diário Oficial do Estado de Sergipe*, Gustavo Capanema, 13 de março de 1943.

2985,36 m², sendo 2044,40 m² deles edificadas em dois prédios com dois andares, distribuídos em 17 salas de aulas e outros compartimentos escolares. Seu ano escolar iniciou na manhã do dia 16 de março para o curso Ginásial e no dia 6 de abril para o curso Colegial no período da tarde. Os dois ciclos continham os seguintes horários: das 7h às 12h para o Ginásio e das 13h às 18h para o Colégio.

Os exames de admissão possuíam uma taxa de CR\$ 5,00 (cinco cruzeiros) e se realizavam em duas épocas. Os exames de primeira época do curso Ginásial eram aplicados em dezembro e os de segunda época em fevereiro. Os cursos do Colegial na primeira época também aconteciam em dezembro, mas os da segunda época no mês de março. Para tanto, o candidato deveria fazer durante a inscrição, os exames previstos no art. 31 e provar as condições exigidas nas duas primeiras alíneas do art. 32, desta lei. Também poderia se inscrever aos exames de admissão de segunda época os candidatos que não tivessem prestado ou não tenham sido aprovados na primeira época. O candidato reprovado nos exames de admissão não poderia repeti-lo na mesma época.

Art. 31. O candidato à matrícula na primeira série de qualquer dos cursos do que trata esta lei, deverá apresentar prova de não ser portador de doença contagiosa e de estar vacinado.

Art. 32. O candidato à matrícula no curso ginásial deverá ainda satisfazer as seguintes condições:

- a) ter pelo menos onze anos, completos ou por completar, até o dia 30 de junho;
- b) ter recebido satisfatória educação primária;
- c) ter revelado, em exames de admissão, aptidão intelectual para os estudos secundários⁶.

As inscrições dos exames de admissão aconteceram entre os dias 23 e 30 de novembro de 1942. Conforme dados publicados no Diário Oficial, esse fato marcaria o início da “primeira série do curso Ginásial; de acordo com os artigos 34 e seu § primeiro do Decreto- Lei Federal nº. 4.244, de 9 de abril de 1942 [...]”⁷. Os exames de primeira época foram realizados no dia 11 de dezembro de 1942 e constaram na prova os conteúdos das disciplinas de Português, Matemática, Geografia, História do Brasil e Ciências Físicas e Naturais, conforme dados do Diário oficial de Sergipe, de 10 de dezembro do mesmo ano. Para a segunda época as inscrições ocorreram entre os dias 1º a 10 de fevereiro e as provas foram aplicadas na segunda quinzena do mesmo mês. Entre os anos de 1943 e 1950 estes exames

6 BRASIL. *Lei orgânica do ensino secundário*. Decreto nº. 4.244. Rio de Janeiro: Ministério da Educação Saúde; Instituto Nacional de Estudos Pedagógico, 9 de abril de 1942.

7 SERGIPE, *Diário Oficial do Estado de Sergipe*, Secretaria do Colégio de Sergipe, 12 de novembro de 1943



sofreram algumas alterações, oscilando de novembro a dezembro para 1ª época e de fevereiro a março para 2ª época, tanto para o Ginásial como para o Colegial.

As matrículas para o curso Ginásial do Atheneu Sergipense no ano de 1943 possuíam uma taxa de Cr\$ 60,00 (sessenta cruzeiros), sendo que a partir do ano de 1945 as taxas de todos os exames se tornaram gratuitas. O processo de matrícula aconteceu a cada na primeira quinzena de março. Para a matrícula da 1ª série do curso Ginásial dos cursos da Reforma Capanema se fazia oportuno apresentar prova de não ser portador de doença contagiosa e de estar vacinado, ter 11 anos ou completar a idade até o dia 30 de junho e ser aprovado no exame de admissão. No período de 1º a 14 de março de 1943 foram abertas o período de matrículas, sendo que os primeiros dez dias se destinavam aos alunos aprovados por meio dos exames de admissão e para renovação. Os demais dias “a Diretoria reservou para os interessados de outros Ginásios, que desejem transferências, no caso de haver ‘VAGAS’”⁸.

Durante a análise dos relatórios estatísticos do Livro de Registro de Mapas do Atheneu Sergipense contabilizei cerca de 4500 alunos matriculados no curso Ginásial do Atheneu Sergipense, sendo que aproximadamente 2700 foram aprovados. Os respectivos dados estavam distribuídos nas seções masculinas e femininas apresentando 2390 e 2072 inscritos, respectivamente. As fontes demonstraram que no período investigado, os jovens ainda estavam interessados pelos ensinamentos ministrados no curso secundário dessa instituição, em ambos os sexos e com uma aprovação de quase 60% dos seus estudantes. Números que também confirmavam os ditames da Lei Orgânica do Ensino Secundário por meio da separação dos gêneros dentro da instituição de ensino, o que implicava uma oposição total à co-educação. Essa reforma determinava que nas escolas frequentadas por ambos os sexos, o ensino ocorreria em salas destinadas para homens e mulheres, fato que pode ser comprovado nas cadernetas do Atheneu Sergipense a partir do ano de 1949. A educação feminina foi uma das preocupações dessa lei, pois normatizava o papel da mulher como esposa e mãe, através do rol das disciplinas a serem ministradas, principalmente com a inclusão da Economia Doméstica nas 3ª e 4ª séries do curso Ginásial⁹.

8 SERGIPE, *Diário Oficial do Estado de Sergipe*, Secretaria do Colégio de Sergipe, 27 de fevereiro de 1943.

9 SCHWAERTZMAN, Simon; BONEY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. 2ªed. São Paulo: Paz e Terra - FGV, 2000.



Quadro 1- Disciplinas do curso Ginásial do Atheneu Sergipense (1943-1950)

Disciplinas	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série
Português	x	x	x	x
Frances	x	x	x	x
Latim	x	x	x	x
Inglês	-	x	x	x
História Geral	x	x	-	-
Geografia Geral	x	x	-	-
Matemática	x	x	x	x
Desenho	x	x	x	x
Historia do Brasil	-	-	x	x
Ciências	-	-	x	x
Geografia do Brasil	-	-	x	x
Canto Orfeônico	x	x	x	x
Trabalhos Manuais	x	x	-	-

Fonte: Quadro elaborado a partir dos dados extraídos do Livro de Registro de Mapas do Atheneu Sergipense entre os anos de 1943 e 1950.

Diante dos dados, as disciplinas Português, Francês, Latim, Matemática, Desenho e Canto Orfeônico se faziam presente ao longo das quatro séries do curso Ginásial do Atheneu Sergipense. Para ministrá-las na instituição os trabalhos escolares não excediam 28 horas semanais e eram compostos de lições, exercícios e exames. Os exames estavam compreendidos em três ordens: de admissão, de suficiência e de licença. Também integravam o quadro da vida escolar os trabalhos complementares. A distribuição do tempo em cada semana era matéria do horário escolar e de responsabilidade da direção do colégio antes do início do período letivo, observadas as determinações dos programas quanto ao número de aulas semanais de cada disciplina e de sessões semanais de Educação Física. Estes dados podem ser aproximados da realidade da instituição, já que sua equiparação está registrada no Aviso Ministerial nº 18, de 6 de março de 1943, localizado nas páginas do texto de Joaquim Campos de Bicudo¹⁰, que apresenta a relação de estabelecimentos de ensino do Brasil por regiões e poderiam funcionar como equiparados ou reconhecidos na vigência da Reforma Capanema a partir dos anos de 1943.

Dessa maneira, havia no Brasil duas modalidades de estabelecimentos de ensino secundário: os equiparados e os reconhecidos. Os primeiros foram mantidos pelos Estados ou pelo Distrito Federal e autorizados pelo Governo Federal. Já os segundos eram mantidos pelos Municípios ou por pessoa natural ou pessoa jurídica de direito privado, também autorizados pelo Governo Federal. Estas instituições de ensino secundário estavam submetidas à inspeção pelo Ministério da Educação não somente sob o ponto de vista administrativo, mas com o caráter de orientação pedagógica e para assegurar a ordem e a eficiência escolares. Para o bom funcionamento de cada escola estava a figura do diretor, que presidia a administração dos serviços escolares, ao trabalho dos professores, às atividades dos alunos e às relações da comunidade escolar com a vida exterior, além de velar a ordem educacional vigente no país¹¹.

Nesta perspectiva, o Atheneu Sergipense atendeu as previsões legais para o ensino secundário durante a Reforma Capanema. O mesmo pode ser afirmado para a estruturação da disciplina Matemática, já que seus programas nacionais foram organizados pelo seu Ministro e uma comissão responsável mediante assessoria do diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Seus membros eram compostos por autoridades do meio educacional, entre eles Euclides Roxo. As ideias deste professor não tiveram boa aceitação entre a comissão, bem diferente do que aconteceu quando participou do aparelhamento da Reforma Francisco Campos. As-

10 BICUDO, Joaquim Campos de. *O ensino secundário no Brasil e sua atual legislação (de setembro de 1942 a julho de 1943)*. Suplemento nº 2, São Paulo: s/n, 1943, p. 158-166.

11 BRASIL. *Lei orgânica do ensino secundário*. Decreto nº. 4.244. Rio de Janeiro: Ministério da Educação Saúde; Instituto Nacional de Estudos Pedagógico, 9 de abril de 1942.



sim, no dia 11 de junho de 1942 por meio da Portaria Ministerial nº 170, os programas desta disciplina foram expedidos para o curso Ginásial.

Nestes programas, cada disciplina deveria conter um sumário que anunciava as unidades didáticas e as indicações das finalidades educativas das matérias. Para a Portaria Ministerial nº 101, de 27 de abril de 1942, a mesma que instituiu a comissão para a elaboração dos programas do curso Ginásial, as indicações apontariam o papel reservado a cada disciplina para atingir as finalidades dos ensinamentos secundários bem como as orientações aplicadas pelos professores em suas aulas para alcançar os resultados educativos previstos. A comissão também deveria anexar junto aos programas às instruções metodológicas para indicar o método e os processos pedagógicos a ser empregados pelos docentes durante suas práticas escolares. Estas instruções foram expedidas pelo Ministro da Educação, mas nunca chegaram a ser utilizadas. Para Bruno Alves Dassié¹², nenhum estudo ainda foi capaz de explicar o porquê da não publicação deste documento, mas afirma que ele estar elaborado e armazenado no arquivo Gustavo Capanema, localizado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Carlos Chagas. Neste sentido, os programas de Matemática para o curso Ginásial no Atheneu Sergipense deveriam ser os mesmos aplicados no Colégio Pedro II, distribuídos nas quatro séries e ministrados em 3 horas semanais, conforme as previsões nacionais dos quadros a seguir.



12 DASSIÉ, Bruno Alves. *A Matemática do curso secundário na Reforma Gustavo Capanema*. Dissertação de Mestrado, PUC/RJ, 2001.

Quadro 2- Programa de Matemática da Reforma Capanema para 1ª série do curso Ginásial

Geometria Intuitiva	Unidade I - Noções fundamentais: 1. Sólidos geométricos, superfícies, linhas, ponto. 2. Plano, reta, semi-reta, segmento. 3. Ângulos. 4. Posições relativas de retas e planos; paralelas; perpendiculares e oblíquas.
	Unidade II. Figuras geométricas: 1. Polígonos; triângulos e quadriláteros. 2. Círculo. 3. Poliedros; corpos redondos.
Aritmética Prática	Unidade III - Operações fundamentais: 1. Noção de número inteiro, grandeza, unidade, medida. 2. Numeração. 3. Adição, subtração, multiplicação e divisão de inteiros. 4. Cálculo mental e cálculo abreviado.
	Unidade IV - Múltiplos e divisores: 1. Números primos; decomposição em fatores primos. 2. Parte alíquota de duas grandezas; m. d. c. e m. m. c.
	Unidade V - Frações ordinárias: 1. Frações de grandezas; noção de fração. 2. Comparação, simplificação, redução ao mesmo denominador. 3. Operações fundamentais. 4. Problemas sobre as frações de grandezas.
	Unidade VI - Números complexos: 1. Unidades de ângulo e de tempo. 2. Moeda inglesa e unidades inglesas usuais de comprimento. 3. Operações com os números complexos.
	Unidade VII - Frações decimais: 1. Noção de fração e de número decimal. 2. Operações fundamentais. 3. Conversão de fração ordinária em decimal e vice-versa.

Fonte: Quadro elaborado a partir dos conteúdos extraídos dos programas para o ensino secundário brasileiro, organizados por Vechia e Lorenz¹³.

O programa de Matemática da 1ª série do curso Ginásial estava estruturado em duas partes: Geometria Intuitiva e Aritmética Prática. O conjunto dos conteúdos ministrados na disciplina Matemática do Atheneu Sergipense estavam distribuídos em VII unidades e subdivididos em 23 assuntos matemáticos, sendo 7 para primeira parte e 16 para a segunda. Desse modo, os alunos da instituição estudavam por meio das Unidades I e II as noções fundamentais e as figuras geométricas, respectivamente. Nas unidades III, IV, V, VI e VII os jovens entenderiam os temas sobre as operações fundamentais, os múltiplos e divisores, frações ordinárias, os números complexos e as frações decimais, nesta ordem. Ao final desta etapa os estudantes iriam aprender os tópicos de Matemática para 2ª série, conforme o quadro a seguir:

13 Vechia, Ariclê. LORENZ, Karl Lorenz. *Programa de ensino da escola secundária brasileira: 1850-1951*. Vechia, Ariclê. LORENZ, Karl Lorenz (org). Curitiba: Ed. do Autor, 1998, p. 355-356.



Quadro 3- Programa de Matemática da Reforma Capanema para 2ª série do curso Ginásial

Geometria Intuitiva	Unidade I - Áreas: 1. Área de uma figura plana; unidade de área. 2. As unidades legais brasileiras e as inglesas mais usuais. 3. Áreas das principais figuras planas; fórmulas.
	Unidade II - Volumes: 1. Noção de volume; unidade de volume. 2. Unidades legais brasileiras e as inglesas mais usuais. 3. Volumes dos principais sólidos geométricos; fórmulas.
Aritmética Prática	Unidade III - Sistema métrico: 1. Diferentes espécies de grandezas; medição direta e indireta; 2. Grandezas elementares; unidades fundamentais; noção de perpendiculares e grandeza composta. 3. Unidades legais de comprimento, área, volume, ângulo, tempo, velocidade, massa, densidade; múltiplos e sub-múltiplos.
	Unidade IV - Potências e raízes: 1. Definições. 2. Operações com potências. 3. Quadrado da soma de dois números. 4. Potências das frações. 5. Regra prática para extração da raiz quadrada; aproximações no cálculo da raiz. 6. Uso de tábuas para obtenção do quadrado, do cubo, da raiz quadrada e da raiz cúbica dos números inteiros e decimais.
	Unidade V - Razões e Proporções: 1. Razão de duas grandezas. 2. Proporções; médias. 3. Grandezas proporcionais.
	Unidade VI - Problemas sobre grandezas proporcionais: 1. Divisão proporcional. 2. Regra de três. 3. Percentagens. 4. Juros simples.

Fonte: Quadro elaborado a partir dos conteúdos extraídos dos programas para o ensino secundário brasileiro, organizados por Vechia e Lorenz¹⁴.

No programa de Matemática da 2ª série do curso Ginásial Geometria Intuitiva e Aritmética Prática ainda estavam presentes embora os assuntos da disciplina Matemática do Atheneu Sergipense estavam partilhados em VI unidades e subdivididos em 22 tópicos matemáticos, sendo 6 para primeira parte e 16 para a segunda. Destarte, os alunos da instituição entenderiam por meio das Unidades I e II as áreas das figuras planas e os vo-

14 VECHIA, Ariclê. LORENZ, Karl Lorenz. *Programa de ensino da escola secundária brasileira: 1850-1951*. VECHIA, Ariclê. LORENZ, Karl Lorenz (org). Curitiba: Ed. do Autor, 1998, p. 355-356.



lumes das figuras geométricas, respectivamente. Nas unidades III, IV, V e VI os docentes compreenderia os temas sobre sistema métrico, potências e raízes, razões e proporções e problemas sobre grandezas proporcionais, concomitantemente. Para a 3ª série os próximos assuntos de Matemática correspondiam ao quadro a seguir:

Quadro 4- Programa de Matemática da Reforma Capanema para 3ª série do curso Ginásial

Álgebra	Unidade I - Números relativos: 1. Noções concretas; segmentos orientados. 2. Operações.
	Unidade II - Expressões algébricas: 1. Valor numérico e classificação das expressões algébricas. 2. Monômios e polinômios; ordenação e redução de termos semelhantes.
	Unidade III. Operações algébricas: 1. Adição, subtração e multiplicação de polinômios. 2. Produtos notáveis; potência inteira de um monômio. 3. Divisão por um monômio. 4. Casos simples de fatoração.
	Unidade IV - Frações algébricas: 1. Definição, propriedades. 2. Frações racionais: simplificação, redução ao mesmo denominador, operações fundamentais.
	Unidade V - Equações do 1º grau: 1. Equação: identidade; equações equivalentes. 2. Resolução e discussão de uma equação com uma incógnita.
Geometria Dedutiva	Unidade VI - Introdução à geometria dedutiva: 1. Proposições geométricas; hipótese, conclusão; demonstração. 2. Ponto, linha, superfície, reta, plano. 3. Figuras geométricas; lugares geométricos; congruência.
	Unidade VII - A reta: 1. Ângulos. 2. Triângulos; congruência de triângulos. 3. Perpendiculares e oblíquas; mediatriz e bissetriz como lugares geométricos. 4. Teoria das paralelas. 5. Soma dos ângulos de um triângulo e de um polígono convexo. 6. Quadriláteros; propriedades do paralelogramo, translação, trapézio. 7. Construções geométricas.
	Unidade VIII - O círculo: 1. Determinação do círculo; posições relativas de uma reta e um círculo. 2. Diâmetros e cordas. 3. Tangente; posições relativas de dois círculos. 4. Deslocamentos no plano. 5. Correspondência entre arcos e ângulos; ângulos inscritos, interiores e exteriores; segmento capaz; quadrilátero inscritível. 6. Construções geométricas.

Fonte: Quadro elaborado a partir dos conteúdos extraídos dos programas para o ensino secundário brasileiro, organizados por Vechia e Lorenz¹⁵.

15 VECCHIA, Ariclê. LORENZ, Karl Lorenz. *Programa de ensino da escola secundária brasileira: 1850-1951*. VECCHIA, Ariclê. LORENZ, Karl Lorenz (org). Curitiba: Ed. do Autor, 1998, p. 355-356.



O programa de Matemática da 3ª série do curso Ginásial contemplava Álgebra e Geometria Dedutiva. A disciplina Matemática do Atheneu Sergipense estava distribuída em VIII unidades e subdividida em 28 conteúdos matemáticos, sendo 12 para primeira parte e 16 para a segunda. Assim, os estudantes do Atheneu Sergipense aprendiam as Unidades I, II, III, IV e V, ou seja, os números relativos, as expressões algébricas, as operações algébricas, as frações algébricas e as equações do 1º grau, respectivamente. Nas unidades VI, VII e VIII os tópicos abordados versavam sobre introdução à Geometria Dedutiva, reta e o círculo, simultaneamente. Quando concluíam estes assuntos os alunos compreenderiam os temas de Matemática para 4ª série, segundo o quadro:

Quadro 5- Programa de Matemática da Reforma Capanema para 4ª série do curso Ginásial

Álgebra	Unidade I - Equações e desigualdades do 1º grau: 1. Coordenadas cartesianas no plano; representações gráficas. 2. Resolução e discussão de um sistema de duas equações com duas incógnitas. 3. Resolução gráfica de um sistema de duas equações com duas incógnitas; interpretação gráfica da discussão; 4. Resolução de desigualdades do 1º grau com uma ou duas incógnitas. 5. Problemas do 1º grau: fases da resolução de um problema; generalização; discussão das soluções.
	Unidade II - Números irracionais: 1. Grandezas incomensuráveis; noção de número irracional, operações. 2. Raiz m-ésima de um número; radicais; valor aritmético de um radical. 3. Cálculo aritmético dos radicais. 4. Frações irracionais; casos simples de racionalização de denominadores.
	Unidade III - Equações do 2º grau: 1. Existência das raízes no campo real; resolução. 2. Relações entre os coeficientes e as raízes; sinal das raízes. 3. Composição da equação dadas as raízes; aplicação a sistemas simples do 2º grau. 4. Problemas de 2º grau.

Continua...



Geometria Dedutiva	Unidade IV - Linhas proporcionais; semelhanças: 1. Pontos que dividem o segmento numa razão dada; definição da divisão harmônica. 2. Segmentos determinados sobre transversais por um feixe de paralelas. 3. Linhas proporcionais no triângulo; propriedades das bissetrizes de um triângulo; lugar geométrico dos pontos cuja razão das distâncias a dois pontos fixos é constante. 4. Semelhança de triângulos; semelhança de polígonos. 5. Construções geométricas.
	Unidade V - Relações métricas no triângulo: 1. Relações métricas no triângulo retângulo. 2. Altura de um triângulo equilátero e diagonal do quadrado.
	Unidade VI - Relações métricas no círculo: 1. Linhas proporcionais no círculo. 2. Construções geométricas
	Unidade VII - Polígonos regulares: 1. Propriedades dos polígonos regulares; expressão do ângulo interno. 2. Construção e cálculo do lado do quadrado, do hexágono regular, do triângulo equilátero e do decágono regular convexo. 3. Cálculo dos apótemas dos mesmos polígonos. 4. Lado do polígono de $2n$ lados em função do de n lados. 5. Semelhança dos polígonos regulares. 6. Construções geométricas.
	Unidade VIII - Medição da circunferência: 1. Comprimento de um arco de círculo. 2. Razão da circunferência para o diâmetro. 3. Expressões do comprimento da circunferência e de um arco; radiano.
	Unidade IX - Áreas planas: 1. Medição das áreas das principais figuras planas. 2. Relações métricas entre as áreas; áreas de polígonos semelhantes. Teorema de Pitágoras.

Fonte: quadro elaborado a partir dos conteúdos extraídos dos programas para o ensino secundário brasileiro, organizados por Vechia e Lorenz¹⁶.

O programa de Matemática da 4ª série do curso Ginásial estava composto em Álgebra e Geometria Dedutiva. Os conteúdos matemáticos do Atheneu Sergipense estavam divididos em IX unidades e subdivididos em 33 assuntos matemáticos, sendo 13 para primeira parte e 20 para a segunda. Os alunos do Atheneu Sergipense apreenderiam nas Unidades I, II e III as equações e desigualdades do 1º grau, os números irracionais, as equações do 2º grau, respectivamente. Nas unidades IV, V, VI, VII, VIII e IX os estudantes compreenderiam os temas sobre linhas proporcionais e semelhanças de triângulos, relações métricas no triângulo, relações métricas no círculo, polígonos regulares, medição da circunferência e áreas planas, nesta ordem.

Diante dos programas apresentados a disciplina Matemática do curso Ginásial da Reforma Capanema é possível perceber a supressão do ensino simultâneo da Aritmética, Álgebra e Geometria em torno da noção de função. Esta estrutura visava à fusão paulatina dos três ramos desapareceu e em seu lugar emergiu uma configuração, que ainda, acatava algumas das orientações metodológicas da Reforma Francisco Campos, como exemplo o início do estudo da Geometria em um formato informal e intuitivo.

16 VECIA, Ariclê. LORENZ, Karl Lorenz. *Programa de ensino da escola secundária brasileira: 1850-1951*. VECIA, Ariclê. LORENZ, Karl Lorenz (org). Curitiba: Ed. do Autor, 1998, p. 355-356.

Nas duas primeiras séries, os estudos da Geometria Intuitiva e da Aritmética Prática para a disciplina Matemática do curso Ginásial eram fundamentalmente concretos, sem recorrer a nenhuma abstração. Já nas duas séries seguintes, os ensinamentos matemáticos abordavam os aspectos que exigem mais do raciocínio lógico-dedutivo. Dessa maneira, esses programas apresentavam apenas Geometria Intuitiva e Aritmética, deixando a Álgebra somente para a 3ª série. O que significa dizer que a proposta de unificação dos três ramos da Matemática defendida por Roxo e referendada pela Reforma Francisco Campos não foi acolhida pela Reforma Capanema. O conteúdo de funções e o método heurístico não foram localizados em nenhuma das séries. As Matemáticas (Aritmética, Álgebra e Geometria) não apresentavam conexões entre elas, pelo contrário, a separação era notória com a Aritmética contemplada nas duas primeiras séries e a Álgebra nas duas últimas. A Geometria Intuitiva foi trabalhada nos dois primeiros anos e a Geometria Dedutiva nos dois últimos. Para Alex Sandro Marques¹⁷, com a ausência das instruções metodológicas nos programas de Matemática da Reforma Capanema os professores ministraram aulas por meio dos itens de seus conteúdos, sem uma referência pedagógica de como ensinar os distintos ramos da Matemática.

Diante das análises é possível perceber que a Matemática do curso Ginásial do Atheneu Sergipense atendeu alguns pontos das previsões legais da Reforma de Capanema, uma vez que ela se desenvolveu no cotidiano da escola sem nenhum conflito. Provavelmente, depois que os conteúdos matemáticos foram ministrados na instituição, eles funcionaram como um consenso estabelecido entre os professores e dos alunos demonstrando uma determinada solidez e perenidade durante seus estudos. Mas, até quando este momento foi considerado um desenvolvimento para a disciplina Matemática no curso Ginásial do Atheneu Sergipense? Será que a partir dos anos de 1950 ocorreu alguma estabilidade e/ou modificação? Estas perguntas ficam com sugestão para futuras pesquisas.



17 MARQUES, Alex Sandro. *Tempos pré-modernos: a Matemática escolar nos anos 1950*. Dissertação (Mestrado em Matemática). PUC/SP. São Paulo, 2005.



HOMENAGEM

Necrológio de Santo Souza – Academia Sergipana de Letras¹

Estácio Bahia Guimarães²

324



José Santo Souza nasceu em Riachuelo, no Estado de Sergipe, a 27 de janeiro de 1919. Era filho de Dona Hermínia, mãe solteira, de origem humilde e negra, numa época que a cor da pele fechava muitas portas. Santo Souza falava com orgulho das suas origens. Fez os estudos iniciais na cidade natal, onde cursou apenas o primário e foi este o único aprendizado formal que recebeu na vida.

Autodidata, com a força de vontade e a determinação que lhe era peculiar, estudou literatura e aprofundou-se no estudo da língua português, tornando-se um perfeccionista na aplicação das regras gramaticais; conheci poucas pessoas que demonstrassem tanto domínio sobre a língua portuguesa como Santo Souza, além de possuir um vastíssimo vocabulário. Seu gosto pela literatura o levou a aprender também como autodidata, o alemão, o francês e o grego para ler os autores na sua língua original.

Suas poesias estão assentadas nas raízes órficas e têm um caráter universalista. Paulo Bonfim, considerado o príncipe dos poetas, da Academia Paulista de Letras, assim se expressou sobre uma obra de Santo Souza:

A ODE E O MEDO deu de beber a minha sede de poesia. É uma transfusão espiritual na anemia de beleza destes dias. Nunca o mundo precisou tanto de poetas como você: criador de ritmos que iniciam, de palavras que tatuam nos muros da noite a celebração do eterno.³

- 1 Versão ampliada do artigo apresentado no dia 12 de maio de 2014, na Academia Sergipana de Letras.
- 2 Membro da Academia Sergipana de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. É bacharel em Administração de Empresas pela Universidade de Brasília e em Direito, pela Universidade Federal da Bahia. É especialista em Engenharia de Produção pela Escola de Organização Industrial de Madrid, Espanha.
- 3 BONFIM, Paulo. Apresentação. In: SOUZA, J. Santo. *Obra escolhida*. São Paulo: Sociedade Editorial de Sergipe, 1989, p. 261.

Além da poesia produziu crônicas em que se misturavam a prosa e a poesia, para o encantamento dos seus leitores.

A originalidade da sua obra poética e sua dedicação à cultura, lhe abriu caminho para a conquista da Cadeira nº 3, da Academia Sergipana de Letras. Foi empossado no dia 4 de julho de 1970, na sucessão do, também, poeta Cleômenes Campos de Oliveira. Na solenidade de posse no Sodalício foi recebido pelo acadêmico José da Silva Ribeiro Filho, que, no seu discurso, enalteceu o estro poético esotérico e místico do intelectual sergipano. Santo Souza integrou, ainda, o Movimento Cultural Sergipano, liderado por José Augusto Garcez; fez parte do Clube Sergipano de Poesia e do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Foi membro titular do Conselho Estadual de Cultura e sócio correspondente da Academia Paulista de Letras.

Além de poeta e notável cronista, Santo Souza engajou-se no campo do jornalismo, especialmente na condição de redator-chefe da Revista Alvorada e em participações em jornais diários de Aracaju. Produziu textos para programas culturais da antiga Rádio Difusora de Sergipe, bem assim para as rádios Liberdade e Cultura. No jornalismo e na poesia, Santo Souza propugnou por uma sociedade mais justa, digna e participativa. Nessa linha de pensamento o poeta debruçou-se sobre a insensatez da sociedade no enfrentamento das desigualdades entre as pessoas lançando um grito de revolta no poema PAISAGEM DE NATAL.

Acredito que alguns homens que despontam aqui e acolá no curso da história estiveram, há milênios, como espíritos puros, sentados à mesa sagrada partilhando dos projetos elaborados pelo arquiteto do universo. Observaram com intimidade os planos para criação do mundo, das formas de vidas e da concepção mais perfeita e mais refinada: O PROJETO HOMEM.

Observaram os planos de harmonia que deveria reinar entre os homens, as ofertas da natureza farta em tudo para satisfazê-los, tornando-os assim originalmente felizes. Tudo fora cuidadosamente planejado para que o ser humano embevecido sorrisse, contemplasse e usufruísse, em toda a sua plenitude, das dádivas divinas. A humanidade, infelizmente, ao longo do tempo foi abandonando os seus instrumentos de navegação, desviando-se da rota e perdendo o rumo, afastando-se das linhas claras e definidas traçadas pelo criador.

De tempos em tempos, é necessário que venha um desses espíritos puros, com conhecimento profundo do plano inicial, trazendo mensagens fortes para reconduzir o rebanho as suas verdadeiras campinas.

Tomam forma de homem, se vestem de poeta e com a voz grave vem alertar a humanidade:

Venho de longe... - Em minhas mãos queimadas, / trago a cinza de céus crepusculares! / Nos olhos, trago noites e alvoradas / e na alma, os sons da eterna voz dos mares.



Trago lírios de luz...Trago irisadas / ondas de sóis, desfeitas
em colares.../ E, aceso, o pálido azul das madrugadas / para
cobrir os tronos e os altares!

Trago o silêncio! E a paz! E a luz que ondeia/ dentro dos
astros - esses grãos de areia / orvalhados de névoa e de har-
monias...

E urnas de sonhos, clâmides de estrelas, / Trago-as de longe
para oferecê-las / a esses que vêm com as pobres mãos vazias.⁴

Santo Souza, figura sagrada que guardava no olhar a serenidade dos deuses, e na alma os recados que foram gravados, com toda precisão, para serem espalhados sobre os campos queimados pela guerra, sobre as angústias e desesperos dos homens e sobre os corações de pedra dos que já esqueceram a sua condição humana. Ele, com certeza, é um desses espíritos superiores que já sentou, há milênios passados, à mesa divina do arquiteto do universo e da vida. Veio alertar as criaturas sobre o seu destino temerário, e fazê-las procurar as bússolas e as estrelas que foram abandonadas pelas estradas para reencontrar o verdadeiro caminho.

Hesíodo foi um dos dois grandes poetas gregos da idade arcaica. Junto com Homero, a sua obra constitui um dos pilares sobre os quais se edificou a identidade helênica. A sua principal obra é a *Teogonia*. Este poema de caráter teológico e religioso explica o nascimento e a genealogia dos deuses do Olimpo e dos heróis mitológicos.

O *aedo* Hesíodo recebeu das musas o poder da vidência tornando-o capaz de conhecer as coisas passadas, presentes e futuras para que, cantando celebrasse os deuses imortais e as façanhas dos heróis mitológicos. Por serem filhas do Deus supremo, elas estão ligadas ao exercício do poder e dão aos cantores palavras verdadeiras para cantarem o que foi, o que é, e o que será.

Santo Souza é um autêntico *aedo* da Grécia antiga, eleito pelas musas, assim como o foi Hesíodo, recebendo os mesmos poderes de conhecer as coisas passadas, presentes e futuras. O seu espírito vem viajando pelo tempo há séculos, testemunhando os acertos e os tropeços da raça humana, revelados nos seus escritos. Os gritos de alerta que emanam dos seus poemas são tão proféticos que extrapolam o talento do poeta e adentram os domínios das visões do profeta. Ele se tornou um elemento de ligação entre o divino e o humano, entre o sobrenatural e o natural, entre o mundo metafísico e a realidade terrena. Fez-se um elo entre o passado e o presente e revelou-se um intérprete do futuro: anunciando esperanças e tragédias, auroras e crepúsculos.



Sobre a obra poética “Caderno de Elegias” comenta o crítico Renato Jobim, no diário carioca de 10/07/1955: “poemas elaborados em TOM PROFÉTICO, numa atmosfera de tragédia iminente. Desfilam aí mães, filhos e mesmo toda a humanidade, num desamparo apocalíptico”.

Densa e feia como um enorme corpo / inconsciente e disforme / a procissão das sombras se arrasta / pelas ruas caladas e vazias.../ que mão formidável estará movendo / esse tropel de vozes esquisitas / escondidas debaixo da penumbra? / esta é a última cidade que a noite dissolveu. Cidade morta e apagada / em cujo ar escuro um anjo azul traçou / com suas asas em chamas / o hieróglifo da morte ampla e total.⁵

No *Olimpo*, os deuses formavam uma sociedade organizada no que diz respeito à autoridade e poder, e formavam três grupos que controlavam o universo: o céu ou firmamento, o mar e a terra. A mitologia grega enfatizava o contraste entre as fraquezas dos seres humanos e as grandes e aterradoras forças da natureza.

É justamente neste universo de deuses, símbolos e figuras mitológicas da Grécia antiga que Santo Souza transita com grande intimidade; e não foi por acaso que ele os escolheu como personagens para encenar no palco da sua obra poética os dramas, as tragédias e as esperanças da humanidade. Os cenários são os mais variados: ora aparece um mar revolto atizado pela tempestade, perseguido pelo furacão; ora o horizonte em chamas; ou o inferno ardendo lançando larvas aterradoras sob o comando de satanás; e em outras tantas mostra as trincheiras abertas exibindo madrugadas e horrores.

Gritos de desespero ecoam pelo palco, homens e mulheres de joelhos levantam as mãos para os céus pedindo clemência, mas os gemidos de arrependimento não abafam os estrondos dos erros passados e o cenário se enche de lágrimas. O coro de todas as vozes lança perguntas milenares aos céus. E os deuses silenciosos esperam que algum dia os homens possam entender que as respostas aos seus questionamentos encontram-se nos seus próprios desatinos.

Na platéia, a humanidade atônita procura decifrar as visões do poeta / profeta que utiliza todos os recursos cênicos para convencê-la da realidade do mundo trágico que nós mesmos estamos construindo, sobre o alicerce das tragédias e das angústias provocadas pelos próprios desmandos dos homens.

Santo Souza não é um mero narrador das tramas e dos dramas repletos de angústias e medo, que se desenrolam nesta nau onde navega a humanidade, respingada de lágrimas. Ele é o ator principal e participa ativamente das cenas que se mostram em cada ato e o faz conversando com os deuses,

5 SOUZA, J. Santo. Elegia número 31In: *Caderno de Elegias*. Aracaju: CISLA, 1954.



A postos, marinheiros! Deus ameaça arrancar / de nossa
mãos a rosa das origens e deixar cair / seu braço vingador
nas águas agitadas. Sereias / dançam, loucas, na espuma
frágil do mar, e é hora / de partir. Anjos e demônios vêm
navegando em nossa / direção, e ao estrondo feroz de seus
bramidos as / constelações confundem nossas trilhas.⁶

Na mitologia grega, **Orfeu** era poeta e o músico mais talentoso que já viveu. Quando tocava sua lira, os pássaros embevecidos procuravam assento nos galhos mais próximo para melhor escutá-lo e os animais selvagens, assim como que domados, perdiam o medo e se achegavam. Até árvores se curvavam para pegar os sons no vento.

Orfeu foi associado a um *culto de mistérios* muito popular que preconizava a origem divina da alma e a reencarnação. Segundo a tradição, foi ele quem fez as revelações místicas fundamentais aos iniciados, que aprendera durante sua descida ao Hades. Uma literatura esotérica, baseada nos preceitos órficos, floresceu durante o Período Helenístico e se projetou para o futuro.

Criei com Orfeu a pátria da alvorada, / na esperança de erguer templos e altares / entre esmeraldas, cômodos e deltas / águas limpas de lágrimas e susto./.....Por isto agora é festa em meu palácio: / lírios e peixes, rios e dragões / fazem silêncio para ouvir meu canto.⁷ (Ancora de Argo – 1ª âncora

Acorda, Orfeu! Queremos ver, no abismo / das potestades
que comandas, os / fundamentos da noite, a mansuetude / da
tenda em que Deus cria, enquanto vais / compondo os tre-
chos da canção sagrada. / Contornamos a vida inutilmente.
/ Tão cansado estamos deste círculo / de descontentamento
ocaso e argila, / que agora só nos resta procurar / refúgio
nas raízes do teu canto.⁸

8 SOUZA, J. Santo. Noite Inaugural. In: *A Construção do Espanto*. Aracaju: Fundação Augusto Franco/ Sociedade Editorial de Sergipe, 1998.

E é agarrado às raízes da inspiração órfica que Santo Souza vai elaborar as suas obras mais significativas formada por muitos compêndios já publicados, entre eles: *Cidade Subterrânea*, (1953); *Caderno de Elegias* (1954); *Relíquias* (1955); *Ode Órfica* (1956); *Pássaro de Pedra e Sono* (1964); *Oito Poemas Densos* (1964); *Concerto e Arquitetura* (1974); *Pentáculo do Medo* (1980); *A Ode e o Medo* (1988); *Obra Escolhida* (1989); *Âncoras de Argo* (1994); *A Construção do Espanto* (1998); *Rosa de Fogo e Lágrima* (2005); *Deus Ensangüentado* (2008). *Crepúsculo de Esplendores* (2009)

Todas elas revelam uniformidade quer seja na riqueza das imagens, quer seja no seu vastíssimo e especioso vocabulário, quer seja na estrutura das suas poesias, ou ainda no ritmo que se apresenta em velocidade incontrolável arrastando o leitor de verso em verso, de estrofe em estrofe como um potro fogoso que não obedece às rédeas e impõem suas passadas rápidas a quem procure cavalgá-lo. É como se o poeta tivesse pressa em transmitir todas as recomendações e cumprir a sua missão de reorientar o homem para a sua felicidade original. Grita com toda a força e arremessa as suas mensagens sobre a humanidade para despertá-la do seu sono repleto de sonhos enganosos recheados de avareza, de egoísmo, de maldades, de coibiças, de guerras, de destruição, de falsidades, enfim de tudo que encobre o lado nobre do homem e o impede de alcançar a divindade.

Sobre a sua polêmica obra **Pássaro de Pedra e Sono** comenta o Acadêmico Jose Anderson Nascimento, Presidente da Academia Sergipana de Letras: “O poeta, ávido por liberdade, produziu **Pássaro de pedra e sono**, composto com vinte e dois poemas e uma temática universal, em que trata do poder e do flagelo da fome, lançando um protesto contra as prisões e a opressão dos poderosos. Esse livro, considerado subversivo pela censura da Ditadura Militar de 1964, foi retirado das prateleiras das livrarias e a sua circulação proibida, em função dos poemas **Decreto-Lei nº 13, Canção para os Famintos e Canção de Condenados..**”

Nos braços das poesias mais líricas, Santo Souza descansa das viagens exaustivas pelos mares agitados, como nauta da nave de Orfeu, enfrentando furacões e tempestades. E descontraído nos leva a passear por entre as flores silvestres acariciadas pelo vento morno da tardinha ou umedecidas pelo sereno noturno, vigiadas pelas estrelas. Quem quer que as leia deve-se abandonar nas mãos sensíveis do poeta e deixar que este o conduza pela vertente mais delicada das suas criações poéticas, em viagem de fantasia e êxtase, para testemunhar:

Os grãos dourados das estrelas faiscarem sobre o chão do firmamento; ou as flores curvarem-se com sono - e os ventos ciciar baixo para adormecê-las ; ou ainda as rosas abrir as pétalas e armar, antes de vir a madrugada, o seu bosque de espinhos e perfumes.



Aos noventa anos de idade, Santo Souza lançou sua derradeira obra: *CREPÚSCULO DE ESPLENDORES*, com o espírito curioso e a vidência mais acurada. O poeta parecia atemorizado com a insensatez humana. E com os olhos de raios, a voz rouca de trovão rugindo tempestades de raiva sobre a orquestração louca da sinfonia dos roncões dos canhões, o poeta atira foguetes feitos de verbo contra o monstro da guerra. Com suas patas de aço e de chumbo, vem esmagando tantas vidas humanas, arando com sangue os campos das esperanças e dos sorrisos para plantar o medo, a angústia, o sofrimento, a solidão de onde serão colhidos os frutos do desespero humano. E o vate avisa:

E está fechado o círculo da vida, / onde uma bruxa cega me dizia / quantas estrelas vão descer ao caos, / com a missão de chamar a eternidade, / para dormir conosco neste mar / de trevas e assombros, cada vez mais denso.⁹

330



CREPÚSCULO DE ESPLENDORES vem no rastro dos poemas órficos. E perseguindo o tema central da guerra e da destruição, prossegue com o ciclo de indagações sobre a imparcialidade divina, diante das ações tresloucadas dos homens, que cedem às tentações dos olhos negros e grandes da cobiça, alheios aos estragos que vão causar no curso da evolução humana.

No estuário que entrei, tudo resplende / e a coruja, sem olhos, me perscruta / ou adivinha a indagação do mundo: / será que Deus ensina, desde o início, / ungir a espada e a cruz, e abençoar / os tanques e canhões matando, e rindo?¹⁰

A arrogância de líderes mundial, que se colocam na pretensa condição de Deus e com a força dos armamentos bélicos de poder destruidor imensurável, considerando-se imortais e invencíveis, procuram subjugar outros povos, menos apetrechados para enfrentar conflitos, levando a morte e a destruição na ponta das ogivas dos foguetes certos. Depois da carnificina não oferecem sequer um lenço para enxugar as lágrimas dos que amargam a dor e o medo. A morte está sempre espreitando todas as vidas na mira dos fuzis; e a destruição ronda todas as casas, templos e hospitais no seio das bombas que cantam, na sua queda sem retorno, o canto fúnebre dos corvos, cadenciado pelo ritmo frio das matracas.

Se fosse possível transformar esta obra poética *CREPÚSCULO DE ESPLENDORES* num quadro, com certeza nós teríamos diante dos nossos olhos a famosa obra *GUERNICA* do pintor espanhol Pablo Picasso, tal é a força que emana das imagens construídas com o talento do poeta e a vidência do profeta, incrustadas neste seu livro mais recente, repleto de críticas e apupos à destruição e à guerra.

9 SOUZA, J. Santo. *Crepúsculo dos Esplendores*. Aracaju: Fundação Augusto Franco/ Sociedade Editorial de Sergipe, 2008.

10 SOUZA, J. Santo. *Crepúsculo dos Esplendores*. Aracaju: Fundação Augusto Franco/ Sociedade Editorial de Sergipe, 2008.

1 - Morrem cidades noites e montanhas. / e esse frágil centauro alucinado / com a indagação dos mortos e dos anjos. / E a orquestração da morte recomeça : / torpedos gritos, bombas, aviões, / e o céu parado, surdo ao nosso apelo.

2 - Na catedral que outrora levantamos / entre as verdes muralhas do oceano, / a luta encarniçada das se-reias / com os invasores: naufragos guerreiros / mutilados, cadáveres gritando, / braços e mãos que voam, e vitrais / com a coroa dos mortos, e o estandarte / da legião do inferno drapejando.¹¹

Os poemas de Santo Souza em *CREPÚSCULO DE ESPLENDORES* re-fletem as suas angústias sobre a realidade do momento presente e o temor pelas conseqüências que vão desembocar no futuro. O mundo está doente: o concerto das nações está tocando sinfonias desafinadas; as guerras eclodem em todos os quadrantes; há desemprego, há fome, há miséria, há recessão, há intolerância religiosa, há corrida em busca do poder atômico... E a humanidade não aprende, pois os homens prosseguem numa corrida incontida rumo ao abismo. Só no século passado foram muitas as lições e a humanidade não aprendeu: com a 1ª e a 2ª guerra mundial; com a guerra da Coréia, com os conflitos que espocam no oriente médio; com o Vietnam; com o banho de sangue que manchou a pureza da Praça da Paz Celestial, enfim... É uma humanidade condenada a repetir os mesmos erros e depois chorar as mesmas dores, até que não haja mais ninguém para errar e ninguém mais para chorar. Luis da Câmara Cascudo comentou sobre as obras do poeta: – “Santo Souza tem o sentido Universalista do sofrimento, da angústia e da esperança humana”.¹²

A sensibilidade do poeta para entender e sentir as dores humanas arrebeita as vidraças da superficialidade e vai às compreensões mais profundas, sentindo-as com se fosse um punhal ferindo a sua própria carne. É como se o choro de cada criança ferida nos campos de batalha, ou os gemidos de fome, reboasse em seus ouvidos, como a mesma intensidade, como se fosse a do seu próprio filho. Cada vida que se extingue nos territórios em conflito explode como uma granada na sensibilidade do poeta. E ele grita:

Os sons raivosos desta penedia / e o eco do tombo desta luz que grita / no chão do mar onde navego, tudo / me comove e convoca para as lágrimas. / Venci a morte, semelhando um deus. / Cavei trincheiras dentro da muralha / onde se escondem madrugada e horrores.

11 SOUZA, J. Santo. *Crepúsculo dos Esplendores*. Aracaju: Fundação Augusto Franco/ Sociedade Editorial de Sergipe, 2008.

12 CASCUDO, Luis da Câmara. Prefácio. In: SOUZA, J. Santo. *Cidade Subterrânea*. Aracaju: CISLA, 1953.



Santo Souza, poeta Órfico, membro da Academia Sergipana de Letras, merecedor de muitas e muitas honrarias cristalizadas em títulos, medalhas e troféus, dentre os quais pode-se destacar O Grande Prêmio da Crítica pelo Conjunto da Obra, 1995, da Associação Paulista de Críticos de Arte – S.P; uma vida de lutas das quais sempre sai vencedor, deu, no lançamento desta sua derradeira obra, *CREPÚSCULO DE ESPLENDORES*, o maior de todos os exemplos: o de perseverança, o de tenacidade, o do grande guerreiro que não esmoreceu no campo de batalha, e aos noventa anos, com uma lucidez que impressiona, encontrou forças para colocar seu talento poético e os seus dons proféticos a serviço da humanidade. Com a força e a disposição de um jovem guerreiro, arremessou sua lança contra tudo que representa o mal, a morte e a destruição.

Santo Souza Faleceu em Aracaju no dia 18 de abril de 2014. Teve a sua obra poética estudada exaustivamente pelo renomado intelectual sergipano Jackson da Silva Lima e as conclusões estão enfeixadas no livro *O POETA SANTO SOUZA*, publicado sob os auspícios da Fundação Augusto Franco cujo Presidente, na época era o ex Governador Albano Franco, em comemoração aos 70 anos do poeta.

“ O Bruxo de Riachuelo” - assim como o chamava carinhosamente seu admirador e incentivador, o escritor Luiz Antonio Barreto- coloca o seu último questionamento, que traduz também o inconformismo do ser humano diante do fenômeno da morte:

Será que a morte é viva para sempre, / ou vai surgir seu tempo de morrer, / também? / - Esta pergunta é do homem na / caverna. Hoje arranquei a escuridão / do abismo, e ele chorou seu turbilhão / de estrelas. / E tudo se transforma, arde / como um beijo na boca da serpente.

Mas o poeta encerrou sua derradeira obra com uma mensagem de esperança: “E a multidão de estrelas apagadas, / sol negro e horrendo escurecendo o ocaso. / - Na imensidão do caos, o eco da voz / de Deus, que traz nas mãos o anjo da paz”. No futuro, a obra de Santo Souza não será analisada, nem avaliada sob a orientação da régua e do compasso da crítica literária. Prevalecerão as suas revelações, as suas mensagens, os seus gritos de alerta. Todos vão se debruçar sobre os seus escritos, tentando decifrar os símbolos, entender o intricado universo que o profeta legou e as suas descobertas sobre os mistérios da vida.

Sérgio Milliet no Jornal Estado de São Paulo de 20 /12/1955, escreveu: “Anotem os críticos o nome desse poeta de Sergipe. Terão de falar dele um dia”.¹³

13 MILLIET, Sérgio Milliet. Santo Souza. In: *Jornal Estado de São Paulo*. São Paulo, 20 /12/1955.

O poeta não morre... É eterno. Um dia ele adormecerá, mas logo será despertado pelos olhos extasiados de muitos e muitos que no decorrer de séculos e mais séculos desejaram ler os seus poemas e ouvir a voz grave do Poeta, acompanhada pela lira de Orfeu, vibrar em cada verso, ensinando o caminho da harmonia.

Criei céus e distâncias para o olhar. / criei caminhos para os pés. Criei cores e luz para as auroras./ e arquiteto de paisagens desenhei horizontes e estrelas no azul. Dei linguagem musical ao vento e ao mar /. Construí pontes para o sonho. Armei a cúpula da noite/ e ao palpitir de cada coração eu aliei meu canto, para alegrar os deuses. E no entanto, mesmo sob o arco íris da magia que ornava minhas mãos/ eu percebia que o homem – nauta perdido – soluçava sobre as dunas da vida que eu criava.¹⁴



14 SOUZA, J. Santo. Opus 16. In: *Concerto e arquitetura*. Aracaju: Livraria Regina, 1974.



DISCURSO

Centenário de José Aloísio de Campos: Aracaju faz justiça a um grande Administrador¹

Igor Leonardo Moraes Albuquerque²

Não cultivamos os repolhos da demagogia, mas plantamos a semente do bem que germinará e produzirá frutos duradouros³

(Professor **José Aloísio de Campos**, em seu discurso de despedida da Prefeitura de Aracaju, 02 de julho de 1970).

Há 100 anos, em Frei Paulo-SE, nascia José Aloísio de Campos, pioneiro no planejamento governamental em nosso Estado, homem com vida pública absolutamente singular, dedicada exclusivamente à comunidade e aos altos interesses sergipanos.

Dentro das celebrações do Centenário de Nascimento do Professor José Aloísio de Campos, promovidas pela Universidade Federal de Sergipe – UFS, foi solicitada a colaboração da Prefeitura de Aracaju, que, prontamente aquiesceu e entendeu como muita oportuna a possibilidade de homenagear tão ilustre figura pública.

- 1 O discurso em referência foi proferido pelo Secretário Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão, Igor Leonardo Moraes Albuquerque, em Solenidade alusiva ao Centenário de Nascimento do Professor José Aloísio de Campos, ex-Prefeito de Aracaju e ex-Reitor da Universidade Federal de Sergipe (UFS) no Centro Administrativo “Prefeito José Aloísio de Campos”, em Aracaju, 27 de novembro de 2014. A solenidade referida integrou as celebrações pelo Centenário de Nascimento de Aloísio de Campos que foram organizadas pela UFS. O texto, com breve relato biográfico do homenageado, aprofunda-se no período de sua gestão como Prefeito de Aracaju, indicado e nomeado que fora pelo então Governador do Estado Lourival Baptista. Procurou-se demonstrar que, embora nomeado e, portanto, não-eleito, o Prefeito José Aloísio de Campos fez uma administração operosa, progressista e com foco na meritocracia, não obstante o regime de exceção que então vigorava no Brasil. O economista José Aloísio de Campos, de fato, foi um grande entusiasta de Sergipe e um dos mais influentes gestores públicos da segunda metade do século passado no Estado.
- 2 Secretário Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão de Aracaju. 2º Vice-Presidente do IHGSE. Advogado. Especialista em Direito Constitucional e em Direito Educacional.
- 3 CAMPOS, José Aloísio de. *Prestando Contas ao Povo Aracajuano. Uma Nova Experiência de Governo Municipal*. Edição do Autor: Aracaju, 1970, pág. 23 (Pronunciamento por ocasião da transmissão do cargo de Prefeito de Aracaju).

Particularmente, como Secretário Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão de Aracaju, nesta segunda administração do Prefeito João Alves Filho, tivemos a grata incumbência de proferir o elogio público, de render loas, àquele que doou sua vida ao Serviço Público, mentor de políticas desenvolvimentistas de Sergipe, que, emanadas de um órgão forte – o CONDESE – subsidiaram decisões da mais alta significação para o Estado em diversos períodos de Governo no século passado.

José Aloísio de Campos, graduado em Ciências Econômicas pela Universidade da Bahia (1943), teve uma vida pública brilhante, com atuação em diversos organismos governamentais do Município de Aracaju, do Estado de Sergipe e do País.

Iniciou-se no Serviço Público em 1º de dezembro de 1928 como Auxiliar de Escritório do Departamento de Obras Públicas do Estado de Sergipe.

Em sua trajetória, dentre outros cargos e funções, foi Escrivão da Secretaria da Inspetoria de Estradas e Rodagens do Estado (1933) e da Secretaria da Fazenda do Estado (1938), sendo, depois, Oficial Administrativo; Contador-Geral do Estado (1943-1946); Consultor Técnico de Assuntos Econômicos e Financeiros da Secretaria da Fazenda (1946-1966), cargo no qual se aposentou; por duas vezes Secretário Executivo do CONDESE, órgão que organizou e implantou (1959-1963 e 1964-1967); Representante do Poder Executivo na Comissão de Desenvolvimento Econômico do Estado (1953); Membro da Delegação de Controle do DER-SE (1951) e do Conselho de Fazenda do Estado (1943-1946); Membro dos Conselhos de Administração do Banco de Fomento Econômico do Estado (atual BANESE), da Empresa Distribuidora de Energia em Sergipe (ENERGIPE), da Companhia Agrícola de Sergipe (COMASE), e do Instituto de Tecnologia e Pesquisa do Estado (ITPS); Chefe e organizador da Consultoria Técnica de Assuntos Econômicos e Financeiros da Secretaria da Fazenda do Estado, criada em 1946 e incorporada ao CONDESE em 1964; Chefe da Assessoria Especial para Coordenação dos Assuntos do Potássio e outros sais minerais em Sergipe, cargo que exerceu junto ao Gabinete do Governador do Estado; Representante do Governador do Estado junto ao Conselho Deliberativo da CODENO (atual SUDENE), de março de 1959 a janeiro de 1963 e de maio de 1964 a janeiro de 1967.⁴

Foi Reitor da Universidade Federal de Sergipe de 09 de agosto de 1976 a 09 de agosto de 1980, tendo tido marcante gestão com foco na implantação do *Campus* principal da UFS em São Cristóvão, hoje denominado, como homenagem e reconhecimento da comunidade acadêmica, Cidade Universitária “Professor José Aloísio de Campos”.

O economista José Aloísio de Campos exerceu com invulgar dedicação o cargo de Prefeito de Aracaju, a partir de 1º de fevereiro de 1968, naquela épo-

4 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. *Caderno de Cultura do Estudante*. Edição Prof. José Aloísio de Campos. “Alguns Tópicos do “Curriculum Vitae””. UFS: São Cristóvão, 1987, págs. 34 e 35.

ca, por indicação do Governador Lourival Baptista (1967-1970), sendo seu período na Chefia do Poder Executivo Municipal o foco central desta alocução.

Com a renúncia do Vereador José Teixeira Machado, então Presidente da Câmara Municipal e no exercício do cargo de Prefeito, o Governador Lourival Baptista nomeou o economista José Aloísio de Campos seu Secretário Extraordinário para Assuntos da Casa Civil, no lugar do também economista Batista da Costa.

A ideia do Governador, que, de fato se concretizou, era que fazendo do Professor Aloísio seu Secretário de Estado, poderia o mesmo, incontinenti, ser designado “para responder pelo expediente da Prefeitura de Aracaju”, mesmo sem a formalidade constitucional essencial de então, de que o nome do novo Prefeito fosse, antes, apreciado pela Assembleia Legislativa.

Foi grande a polêmica nos jornais da época sobre essa manobra do Governador do Estado, não obstante as informações de que nenhum Deputado Estadual, mesmo os da oposição, apresentariam obstáculo à nomeação de um técnico da estirpe do Professor Aloísio.⁵ Mas, posteriormente, houve a homologação, pelo Poder Legislativo Estadual, do nome de José Aloísio de Campos para Prefeito de Aracaju.

O médico baiano Lourival Baptista, então Governador do Estado, ao fazer a indicação de um técnico sem aspirações políticas, foi muito contundente na sua intenção de não permitir que a Prefeitura de Aracaju, então cobiçadíssima por grupos políticos, fosse gerida e administrada sob a égide de interesses politiquinhos e eleitoreiros. Ao contrário, dentro das normas vigentes, quis dotar Aracaju de um Governo técnico, preocupado com a comunidade, com o desenvolvimento e com a solução de diversos problemas da Capital.

A posse do Professor José Aloísio de Campos na Prefeitura de Aracaju ocorreu na manhã de 1º de fevereiro de 1968, no Palácio Olímpio Campos, sede do Governo do Estado, tendo, na ocasião, afirmado o Vice-Governador Manuel Cabral Machado que classificava a: “[...] escolha do nome de Aloísio Campos, como um grande ato do Governo, pois ele sempre se voltou, exclusivamente, para os interesses maiores da comunidade sergipana.⁶

Em sua posse, o novo Prefeito de Aracaju, já demonstrando seu elevado espírito público, asseverou que:

Temos plena consciência das imensas responsabilidades que assumo neste momento, não somente perante o Governador do Estado, que confia na minha capacidade de trabalho, mas, principalmente, perante o povo aracajuano, a quem espero não decepcionar, ao qual espero poder servir com toda dedicação e entusiasmo com que sempre exerci os cargos públicos que me foram confiados.

5 GAZETA DE SERGIPE. Edições dos dias 1º/02/1968 e 02/02/1968.

6 GAZETA DE SERGIPE, Edição do dia 02/02/1968.

Procuraremos desempenhar a nossa missão com espírito público, colocando os interesses da coletividade acima de quaisquer outros interesses, trabalhando sempre e decididamente, pela solução dos graves problemas que afligem a população desta querida Cidade, a cujo serviço colocamos toda nossa experiência administrativa, todos os nossos esforços, toda a nossa vontade de bem servir e de acertar.⁷

O Prefeito José Aloísio de Campos era um técnico da mais alta qualificação, capacidade e experiência, que procurou modificar os parâmetros administrativos do Município de Aracaju, inclusive mediante a edição de diversas leis urbanísticas, tributárias e administrativas, dentre as quais destacamos: a) Fixação do Efetivo do Corpo de Bombeiros, então unidade da Prefeitura (Lei n.º 48, de 06 de dezembro de 1969); b) Reforma Administrativa (Lei n.º 68, de 18 de abril de 1969); c) Código Tributário Municipal (Lei n.º 121, de 30 de dezembro de 1969)⁸.

A Reforma Administrativa do Prefeito José Aloísio de Campos, aprovada, como já se disse, pela Lei n.º 68, de 18 de abril de 1969, foi claramente inspirada nos termos do Decreto-Lei (Federal) n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, que cuidava da organização da Administração Federal e estabelecia diretrizes para a Reforma Administrativa, editado ainda no Governo do Presidente Humberto de Alencar Castello Branco (1964-1967). Tanto isso é verdade que no texto municipal foram estabelecidos, como “Princípios Gerais de Administração” o planejamento, a coordenação, a descentralização, a informação e o controle, de modo análogo aos “Princípios Fundamentais” das Atividades da Administração Federal, insertos no art. 6º do mencionado Decreto-Lei (Federal).

A dita Reforma Administrativa não pôde ser integralmente implementada, pois: “[...] lamentavelmente, por questões meramente políticas de caráter eleitoral, os instrumentos legais de que necessitava o Governo [...] foram negados, passando a mesma a ser executada com falhas insanáveis, sobretudo no tocante à reformulação da política de pessoal...”⁹

No entanto, o novo jeito de governar do Prefeito Aloísio, pautado no planejamento, na racionalização dos recursos públicos, na valorização dos servidores em função dos seus méritos e não por apadrinhamentos, gerou certa insatisfação de segmentos políticos. Como não tinha pretensões políticas, o Prefeito Aloísio de Campos deu à sua administração um viés eminentemente técnico e adstrito aos mais elevados padrões éticos,

7 CAMPOS, José Aloísio de. *Prestando Contas ao Povo Aracajuano. Uma Nova Experiência de Governo Municipal*. Edição do Autor: Aracaju, 1970, págs. 03 e 04 (Pronunciamento por ocasião da transmissão do cargo de Prefeito de Aracaju).

8 Cf. consulta procedida pelo Autor nos Livros de Leis dos anos 1968, 1969 e 1970, da Prefeitura Municipal de Aracaju (Secretaria Municipal de Governo). Consulta realizada em 26/11/2014.

9 CAMPOS, José Aloísio de. *Prestando Contas ao Povo Aracajuano. Uma Nova Experiência de Governo Municipal*. Edição do Autor: Aracaju, 1970, pág. 13 (Pronunciamento por ocasião da transmissão do cargo de Prefeito de Aracaju).



sem se preocupar em adotar medidas não raro impopulares, porém, necessárias. Disse o Prefeito Aloísio:

Conhecemos os processos políticos usados para se alcançar fácil popularidade, mas os repudiamos por contrários à nossa formação e por não se harmonizarem com os princípios que sempre defendemos e por serem lesivos do interesse público.

E contrariando interesses tão importantes, estaríamos incorrendo na ira dos poderosos e dos inconformados com o novo estilo de governo que se instalou na Prefeitura de Aracaju, voltado exclusivamente para o bem comum, visando somente os mais altos interesses da Comunidade, numa constante luta contra os privilégios, os abusos, o nepotismo, o paternalismo.

As reações foram, portanto, violentas....¹⁰

Violentas ao ponto de campanhas terem sido urdidas, inclusive por auxiliares diretos do Governador do Estado, para passar à população uma imagem do Prefeito de Aracaju associada à inoperância e ineficácia como administrador¹¹. Isso sem contar tentativas de processar o Prefeito Aloísio de Campos, maquiavelicamente arquitetadas por aqueles que sentiram-se prejudicados com a nova gestão, eis que aliados de seus privilégios de sempre.

Em sua administração como Prefeito de Aracaju, o economista José Aloísio de Campos, além das questões urbanística, tributária, administrativa e de valorização do servidor público, também fez interessante incursão nas áreas do controle do espaço público e de transporte. Anteriormente a desorganização e a desídia grassavam a Administração Municipal. Segundo o Professor Aloísio de Campos:

[...] durante muito tempo não se fez outra coisa senão partilhar o patrimônio público com amigos e correigionários. As praças e avenidas foram se entulhando de quiosques, barracas, bares, postos de gasolina e negócios de toda espécie, que não só enfeiam a Cidade, como dificultam o trânsito em muitos casos. Havia uma generalizada indisciplina na Cidade.¹²

Contra esse fato, a Prefeitura iniciou rigorosa fiscalização para coibir tais abusos.

Na área de transporte público, o Prefeito Aloísio tratou de modernizar o sistema que até então funcionava com “150 ‘kombis’ e 38 ônibus

10 CAMPOS, José Aloísio de. *Prestando Contas ao Povo Aracajuano. Uma Nova Experiência de Governo Municipal*. Edição do Autor: Aracaju, 1970, pág. 05 (Pronunciamento por ocasião da transmissão do cargo de Prefeito de Aracaju).

11 CAMPOS, José Aloísio de. *Prestando Contas ao Povo Aracajuano. Uma Nova Experiência de Governo Municipal*. Edição do Autor: Aracaju, 1970, pág. 07 (Pronunciamento por ocasião da transmissão do cargo de Prefeito de Aracaju).

12 CAMPOS, José Aloísio de. *Prestando Contas ao Povo Aracajuano. Uma Nova Experiência de Governo Municipal*. Edição do Autor: Aracaju, 1970, pág. 11 (Pronunciamento por ocasião da transmissão do cargo de Prefeito de Aracaju).

Frustrou-se e lamentou profundamente por não conseguir a implementação de dois grandes projetos da maior importância para o desenvolvimento da Cidade: o Plano de Desenvolvimento Integrado e o Centro de Abastecimento de Aracaju (CENARA).¹⁴

A intenção do Prefeito demissionário foi a de deixar o Governador do Estado “[...] à vontade para colocar à frente do Executivo Municipal novos valores, dentro do programa de renovação a que está integrado e decidido o Chefe do Executivo Estadual”¹⁶

Exercendo um cargo político, não poderíamos deixar de ser sensíveis aos problemas políticos. E assim procedemos, fazendo política no mais alto sentido, política conforme os interesses da Cidade, contemporizando e harmonizando, sempre que possível, os interesses em conflito, mas defendendo, intransigentemente, os superiores interesses do Município, fazendo uma administração única e exclusivamente a serviço do povo.¹⁷

Anos depois, após fecunda administração na Universidade Federal de Sergipe – UFS, o Professor José Aloísio de Campos mantinha viva e acessa a chama do espírito público e da necessidade de bem servir à sociedade. Disse o economista Dílson Menezes Barreto, seu amigo e também homem

17 CAMPOS, José Aloisio de. *Prestando Contas ao Povo Aracajuano. Uma Nova Experiência de Governo Municipal*. Edição do Autor: Aracaju, 1970, pág. 04 (Pronunciamento por ocasião da transmissão do cargo de Prefeito de Aracaju).

com relevantes serviços prestados a Aracaju e a Sergipe: “Já no ocaso da vida pública, destituído de qualquer função, tanto na Universidade quanto no Governo Estadual, mantinha-se irrequieto: queria fazer algo útil, manter a chama viva do pensar Sergipe.”¹⁸

Tal atitude demonstra de forma cabal, além do próprio valor pessoal do economista José Aloísio de Campos, a necessidade cada vez mais premente, nos dias de hoje, da valorização e enaltecimento da experiência dos mais velhos na vida pública, que, ao invés de serem encarados como meros concorrentes pelos espaços públicos em disputa, devem ser estimulados a permanecer na vida pública, ativos, dando sua produtiva e profícua contribuição à comunidade, inclusive, orientando gestores mais jovens através da sua experiência acumulada.

Em 2005 a Prefeitura de Aracaju fez-lhe justa homenagem ao colocar o seu nome neste Centro Administrativo¹⁹, e, hoje, por autorização do Prefeito João Alves Filho e do Vice-Prefeito José Carlos Machado, ser-lhe-á outorgada, mesmo após sua morte, a Ordem do Mérito Serigy, no Grau de Grã-Cruz²⁰, mais elevada distinção honorífica concedida pelo Poder Executivo Municipal.

Por fim, e retomando a ideia da frase do ilustre Professor José Aloísio de Campos, utilizada como preâmbulo dessa nossa oração, temos que a “semente do bem” de fato germinou e produziu “frutos duradouros”, tanto que estamos todos aqui, no dia de hoje, a celebrar, por ocasião do Centenário de seu Nascimento²¹, sua memória e seus exemplos, que, ainda nos nossos dias auxiliam, orientam e norteiam o pensamento de diversos gestores públicos em nosso Estado.

18 BARRETO, Dilson Menezes. *A Construção do Desenvolvimento de Sergipe e o Papel do CONDESE (1964-1982)*. EDISE: Aracaju, 2013, págs. 282 e 283.

19 Trata-se do Centro Administrativo “Prefeito José Aloísio de Campos”, inaugurado ainda na gestão do Prefeito Marcelo Déda (2001-2006), onde atualmente funcionam os seguintes órgãos e entidades da Administração Pública Municipal: Gabinete do Prefeito – GP, Gabinete do Vice-Prefeito – GVP, Secretaria Municipal de Governo – SEGOV, Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPLOG, Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social – SEMFAS, Secretaria Municipal da Comunicação Social – SECOM, e o Instituto de Previdência do Município de Aracaju – AJUPREV.

20 Cf. Decreto de 26 de novembro de 2014, assinado pelo Prefeito João Alves Filho, Grão-Mestre da Ordem, e referendado pela Secretária Municipal de Governo Marlene Alves Calumby, Chanceler da Ordem do Mérito Serigy (publicação no Diário Oficial do Município de 27 de novembro de 2014 – Edição Extra).

21 Em alusão à efeméride, a Prefeitura de Aracaju, através da Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPLOG, após placa no monumento (busto) em sua homenagem, instalado na entrada do Centro Administrativo “Prefeito José Aloísio de Campos”, com os seguintes dizeres: “Estado de Sergipe. Prefeitura Municipal de Aracaju. Homenagem do Povo de Aracaju ao Prefeito José Aloísio de Campos no Centenário de seu nascimento. Prefeito do Município, João Alves Filho. Vice-Prefeito do Município, José Carlos Machado. Secretário Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão, Igor Leonardo Moraes Albuquerque. Secretária Municipal de Governo, Marlene Alves Calumby. Aracaju-SE, 27 de novembro de 2014”.



RESENHA

“A um Passo do Esquecimento”, o Derradeiro e Intenso Romance de Gizelda Moraes

Wagner Lemos¹

Dizem que Religião, Ciência e Arte, como práticas humanas que são, revelam mais proximidades do que afastamentos. A primeira nos promete em diferentes modos um prolongamento da existência, quer seja pela tão apregoada vida eterna, reencarnações ou mesmo, na visão das crenças indígenas, um ressurgimento sob outras formas. A Ciência, por sua vez, busca ampliar a nossa duração nesta terra com a cura de doenças ou a melhoria da qualidade de vida dando-nos uma maior fruição do tempo. A Arte, por fim, é mais do que uma forma de expressão. A menos regada das três, mas que, assim como as demais, guarda consigo um dos mais antigos anseios da Humanidade: vencer a morte. Que escultor não pensou em ser eternizado nas formas que deu ao que era informe? Que poeta ou prosador não almejou ser lido nas gerações futuras? Que pintor não suspirou ao concluir uma tela e não pensou em como seria visto no porvir? A Arte é a metalinguagem utilizada pelo Homem para se revelar, mas também para fincar-se como perenidade. “Longa é Arte, breve é a Vida”, assim rezava o provérbio latino, fazendo-nos lembrar de nossa efemeridade.

Em “A um passo do esquecimento” (Biblioteca 24 horas: São Paulo, 2014), derradeiro romance de Gizelda Moraes (1939-2015), a personagem é andariça nos entrelugares de que a vida se perfaz e, em tom memorialístico, lança mão da arte da palavra para estabelecer-se neste mundo, construindo uma prosa de cunho memorialístico permeada pela ideia do *tempus fugit*. Uma particularidade, entretanto, enriquece esse texto: a narrativa, apesar do caráter memorial, é tecida em terceira pessoa. A autora que nos deu excelentes páginas de prosa e poesia, desta feita, neste que foi seu último livro firmou com uma perspectiva inovadora: deu à sua personagem um perfil psicológico em que o distanciamento que impregna o texto em terceira pessoa garante às memórias uma fluidez na reflexão e

1 Professor, membro do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Mestre em Letras (UFS) e doutorando em Literatura Brasileira (USP). E-mail: wagnerlemos@usp.br

mesmo na autocrítica. Esse jogo confere uma maior ponderação da protagonista acerca da vida, bem como de seu espelho, a morte.

A personagem central, ao saber-se diagnosticada pela segunda vez com um câncer, desta vez terminal, empreende sua missão metalinguística: registrar pela palavra uma página por dia. Firmar no papel a sua história, seus sentimentos, suas dores, suas perdas, suas inquietações filosóficas, mas também as físicas, uma vez que os tratamentos, na verdade, muito maltratam seu corpo que peleja contra aquele que a personagem chama de “predador obscuro e demoníaco”. É desse modo que a tessitura do passado alinhavando-se com o presente nos traz um exercício de revisão da existência, não só pessoal, mas também coletiva. Um mar de palavras em que a micro e a macro histórias navegam juntas.

Do ponto de vista formal, é relevante destacar que os sessenta capítulos da obra foram construídos em retábulo. Essa técnica requer do autor uma acurada habilidade: elaborar partes que possam ser lidas independentes umas das outras, mas que em sequência perfaçam uma obra, como o clássico “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos. Nesse sentido, podemos dizer que a estrutura do texto metaforicamente traz a sutileza de que a vida pode ser retomada de múltiplas formas, em saltos da memória ou na linearidade. Também impressiona que a mesma força e sensibilidade poéticas empregadas para resgatar a meninice da personagem nos cordéis da pequena cidade em que se criou, apresentam-se nas reflexões filosóficas do doutorado da narradora ou na comparação entre o pretérito, o presente e o que especula acerca do futuro da Humanidade.

O romance “A um passo do esquecimento” transita nas demais obras de Gizelda Moraes. Nas suas páginas, é possível se entrever os casarões e as senzalas das vivências humanas, o velejar dos que navegam com esperança, as baladas de sua poesia, os espaços e épocas regidos pelos agogôs da memória e os versos e reversos das inquietações de tantos personagens que caminharam pelo conjunto de sua obra. Nesse romance, Gizelda, com seus “olhos de praça triste”, brindou-nos com que devemos considerar sua obra prima, plena de uma pujança ímpar. Um texto que, ao contrário, do que anuncia seu título, não há de ficar no esquecimento.

A um passo do esquecimento – Gizelda Moraes. Publicado em dezembro de 2014 em plataforma virtual (www.biblioteca24horas.com.br), endereço eletrônico em que está disponível para compra do livro eletrônico ou impressão sob demanda.

